



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 048 – QUINTA-FEIRA, 1 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3)</p> <p>LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT</p> <p>LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p>LÍDER Renan Calheiros - PMDB</p>	<p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Moraes - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER - PFL José Agripino - PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p>LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM</p>	<p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá - PMDB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 10.853, DE 31 DE MARÇO DE 2004

Altera o caput do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROFAE.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 156, de 2003, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído para os exercícios de 2002, 2003 e 2004 o Auxílio-Aluno, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos alunos matriculados em cursos integrantes do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE, nos deslocamentos de suas residências para os locais de realização dos cursos que estiverem freqüentando e destes para suas residências.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 31 de março de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEI Nº 10.854, DE 31 DE MARÇO DE 2004

Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 159, de 2003, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções econômicas para a cobertura de déficit de manutenção da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE, até 31 de dezembro de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 31 de março de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 28ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE MARÇO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 90/2004, de 17 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 1.566, de 2003, destinada a viabilizar a comemoração do centenário do jornalista Roberto Marinho. Designação dos Senadores Renan Calheiros e Hélio Costa, como titulares, e dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Ney Suassuna, como suplentes, para comporem a referida Comissão..... 08860

Nºs 97 a 100, e 102/2004, de 29 e 30 do corrente, respectivamente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 173 a 177, de 2004. 08860

Nº 28/2004, de 29 do corrente, da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de substituição Vice – Líder do Governo no Congresso Nacional. 08862

Nº 23/2004, de 30 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 177, de 2004..... 08862

Nº 317/2004, de 30 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 176, de 2004..... 08862

Nº 217/2004, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperados de veículos e oficina de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão..... 08862

Nºs 398 e 401/2004, de 31 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas

destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 176 e 177, de 2004, respectivamente. 08862

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/4, de 2004 (nº 40/2004, na origem), de 26 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria – Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 194657, que declarou a inconstitucionalidade do art. 12 e seus parágrafos da Lei nº 6.929, de 2 de dezembro de 1975, do Estado do Rio Grande do Sul (Estatuto Estadual da Magistratura)..... 08863

Encaminhamento à publicação do **Parecer nº 305, de 2004**, da Comissão Diretora, oferecendo a Redação Final das Emendas do Senado do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004 (Medida Provisória nº 153, de 2003), que deixou de ser publicado na íntegra no **Diário do Senado Federal** nº 044, do dia 26/03/2004, às páginas nºs. 08483/08484. 08863

1.2.3 – Ofício do Juiz Federal da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Nº 1.781/2003, de 26 de setembro último, solicitando documentação relativa à CPI do Futebol, criada pelo Requerimento nº 497, de 2000. 08863

1.2.4 – Ofício do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 308/2004, de 25 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 824, de 2003, do Senador Papaléo Paes..... 08865

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA **HELOÍSA HELENA** – Crítica à tentativa de integrantes do governo de desqualificar a atuação do Ministério Público no episódio Gtech. 08866

SENADOR **EFRAIM MORAIS** – Registro do falecimento de José de Souza Bandeira, Prefeito de Cachoeira dos Índios/PB, vítima de acidente automobilístico..... 08867

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 371, de 2004, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando homenagem de pesar

pelo falecimento do Prefeito de Cachoeira dos Índios, José de Souza Bandeira, ocorrido no dia 25 do corrente..... 08867

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Aparecimento de fatos novos sobre o caso Waldomiro Diniz, ressaltando a necessidade de instauração de CPI para o esclarecimento do assunto. Apresentação de requerimento solicitando a presença do Ministro José Dirceu no Senado Federal para prestar esclarecimentos. 08868

SENADOR *PEDRO SIMON* – Análise do momento histórico do golpe de 64. 08871

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Convicção de abertura de CPI para investigar o caso Waldomiro Diniz. 08876

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Debate realizado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos com o Ministro Antonio Palocci. Comentários sobre a divulgação de gravação envolvendo o Subprocurador – Geral da República, Dr. José Roberto Santoro, e o Sr. Carlinhos Cachoeira, o que reforça a necessidade de instalação de CPI sobre o caso Waldomiro Diniz. 08877

SENADORA *IDELI SALVATTI*, como Líder – Avaliação sobre a gravação divulgada ontem pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, de conversa entre o subprocurador da República, José Roberto Santoro, e o Sr. Carlinhos Cachoeira. Transcrição na íntegra do pronunciamento do Senador José Sarney proferido em 21/03/2002. 08878

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas às declarações do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de que existe uma conspiração para derrubar o governo Luiz Inácio Lula da Silva. 08879

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS*, como Líder – Conclamação à instalação de CPI, frente aos fatos revelados em conversa entre o subprocurador da República, José Roberto Santoro, e o Sr. Carlinhos Cachoeira, divulgada ontem pela TV Globo. 08896

SENADOR *JEFFERSON PÉRES*, como Líder – Interesses pessoais e partidários no impedimento à instalação de CPI para apurar o caso Waldomiro Diniz. 08897

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Necessidade da instalação de CPI para apurar o caso Waldomiro Diniz e as denúncias veiculadas na imprensa. 08898

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE*, como Líder – Motivação política e conspiratória contra a democracia demonstradas nas ações do Subprocurador da República, José Roberto Santoro, divulgadas ontem pelo Jornal Nacional, da TV Globo. 08900

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 372, de 2004, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de congratulações ao Professor Irmão Luiz Albano e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC, pelo transcurso, no próximo dia 1º de abril, do 88º natalício do professor Irmão Luiz Albano (José Cordún). 08901

Nº 373, de 2004, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União de solicitação para que realize auditoria no Ministério do Trabalho sobre contratos e convênios firmados com a entidade Ágora, nos exercícios de 2003 e 2004. 08902

Nº 374, de 2004, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho as informações que menciona. 08902

Nº 375, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego as informações que menciona. 08903

Nº 376, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra de Estado das Minas e Energia as informações que menciona. 08903

Nº 377, de 2004, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando a convocação do Ministro da Casa Civil para prestar informações sobre episódios recentes relacionados a seu assessor Waldomiro Diniz. 08903

Nº 378, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2003, de sua autoria. 08904

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que susta a aplicação do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal. 08904

Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal. 08906

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 155, de 2003, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências. **Parecer nº 321, de 2004 – Plen, favorável com alterações**, proferido pelo Relator Revisor: Senador José Jorge. Usaram da palavra,

na discussão os Srs. Marcelo Crivella, Rodolpho Tourinho e Garibaldi Alves Filho. **Votação transferida para amanhã.**.....

08908

Item 2

Medida Provisória nº 157, de 2003, que altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. **Concessão do prazo de 24 horas para o Relator Revisor: Senador Renan Calheiros, proferir parecer à matéria,** tendo usado da palavra o Sr. Aloizio Mercadante.....

08911

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2004, que acresce os arts. 1º – A e 1º – B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição e Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**.....

08913

Item 4

Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.**.....

08913

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**.....

08913

Item 6

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**.....

08914

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Análise dos anos anteriores ao golpe militar de 1964 e um balanço dos anos em que o Brasil viveu sob o comando dos militares.....

08914

SENADORA IDELI SALVATTI – Anúncio da apresentação de denúncia, pelo Procurador – Geral da República, Cláudio Fonteles, ao Corregedor

– Geral do Ministério Público para que adote providências sobre a conduta dos procuradores José Roberto Santoro, Marcelo Serra Azul e Mário Lúcio Avelar.....

08916

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

– Repúdio às várias irregularidades atribuídas a S. Exa., em denúncias infundadas promovidas pelo Procurador Mário Lúcio Avelar.....

08916

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Considerações sobre o golpe militar de 1964. Comparecimento, amanhã, do Sr. João Pedro Stédile na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está investigando a situação agrária do país. Presença, no próximo dia 14 de abril, do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, do Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e de Jorge Félix, da ABIN, na Comissão do Congresso que acompanha as atividades de inteligência do governo federal.

08919

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Considerações sobre o golpe militar de 1964. Leitura de trecho de crônica escrita por seu avô sobre aquele período da história do Brasil.....

08923

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Elogios à política externa do Governo Lula, conduzida pelo chanceler Celso Amorim.

08925

SENADOR ROMERO JUCÁ – Relatório de Gestão da Embrapa Roraima relativo ao período de 2001 a 2003.....

08926

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Defesa autonomia para a Defensoria Pública da União.

08928

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

08928

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de março de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente.....

08930

Ata da 23ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 24 de março de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente.....

08931

Ata da 24ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de março de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente.....

08931

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 31.3.2004**4 – SECRETARIA – GERAL DA MESA**

Resenha das matérias apreciadas no período de 1º a 31 de março de 2004 (2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....

08932

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2003..... 8859 08958

6 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em suplementos a este Diário)**SENADO FEDERAL****7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER****– CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 28ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de março de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e da Sra. Lúcia Vânia.*

*ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM
– SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.GLPMDB nº 90/2004

Brasília, 17 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, que comporão a Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 1.566, de 2003, destinada a viabilizar a comemoração do centenário do Jornalista Roberto Marinho pelo Senado Federal.

Titulares

Senador Renan Calheiros

Senador Hélio Costa

Suplentes

Senador Garibaldi Alves

Senador Ney Suassuna

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nos termos do Expediente que acaba de ser lido, a Presidência designa os Senadores Renan Calheiros e Hélio Costa, como titulares, e os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ney Suassuna, como suplentes, para comporem a Comissão Temporária Interna, destinada a viabilizar a comemoração do Centenário do Jornalista Roberto Marinho, pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GL-PMDB nº 97/ 2004

Brasília, 29 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 173, de 16-3-2004, que “institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas

de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Romero Jucá
Senador Luiz Otávio
Senador Paulo Elifas

Suplentes

Senador Gilberto Mestrinho
Senador Garibaldi Alves Filho
Senador Sérgio Cabral

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GL-PMDB nº 98/2004

Brasília, 29 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 174, de 18-3-2004, que “altera o termo inicial dos prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, (registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição)” ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ramez Tebet
Senador João Alberto Souza
Senador Papaléo Paes

Suplentes

Senador Paulo Elifas
Senador Valdir Raupp
Senador Mão Santa

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GL-PMDB nº 99/2004

Brasília, 29 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 175, de 19-3-2004, que “acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências,” ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Garibaldi Alves Filho
Senador Paulo Elifas
Senador Sérgio Cabral

Suplentes

Senador Mão Santa
Senador Valdir Raupp
Senador João Alberto Souza

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GL-PMDB nº 100/2004

Brasília, 29 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 176, de 24-3-2004, que “altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas,” ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Leomar Quintanilha
Senador Pedro Simon
Senador Maguito Vilela

Suplentes

Senador João Batista Motta
Senador Valmir Amaral
Senador Paulo Elifas

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GL-PMDB nº 102/2004

Brasília, 30 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 177 de 25 de março de 2004, que “dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências” ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senador Luiz Otávio
Senador Paulo Elifas
Senador Ramez Tebet

SUPLENTE

Senador José Maranhão
Senador Leomar Quintanilha
Senador Valdir Raupp

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GLC nº 028/04

Brasília, 29 de março de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Revolução nº 01, de 1995-CN, indico o Senhor Deputado João Leão, PL/BA, para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, em substituição ao Deputado Sérgio Miranda, PC do B/GM.

Na oportunidade manifesto a Vossa excelência nossas homenagens de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Fernando Bezerra**, Líder do Governo no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O expediente lido vai à publicação e será feita a vida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 23/Plen

Brasília, 30 de março de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Luiz Sérgio, PT/RJ, em substituição ao Deputado Arlindo Chinaglia, PT/SP, na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 177, de 2004.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Líder do PT.

Of nº 317/04-BLP

Brasília, 30 de março de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Paulo Gouvêa (PL/RS), na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado João Paulo Gomes da Silva (PL/MG), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 176, de 24 de março de 2004, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão

de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF/GAB/I/Nº 217

Brasília, 31 de março de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado André Luiz passa a participar, na qualidade de Suplente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar irregularidade cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperados de veículos e oficina de desmanche de automóveis, em, relação aos veículos ‘salvados’, conforme a denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”, em substituição à Deputada Maria Lúcia.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

OF. PSDB/Nº398/2004

Brasília, 31 de março de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Thelma De Oliveira, como membro titular, e o Deputado João Almeida, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 176, de 2004, que “altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Custódio Mattos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/Nº 401/2004

Brasília, 31 de março de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Paulo Feijó, como membro titular, e o Deputado Affonso Camargo, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 177, de 2004, que “dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Custódio Mattos**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/4, de 2004**, (nº 40/2004, na origem), de 26 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, Inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria – Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 194657, que declarou a inconstitucionalidade do art. 12 e seus parágrafos da Lei nº 6.929, de 2 de dezembro de 1975, do Estado do Rio Grande do Sul (Estatuto Estadual da Magistratura).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência comunica ao Plenário que encaminhou à publicação o **Parecer nº 305, de 2004**, da Comissão Diretora, oferecendo a Redação Final das Emendas do Senado do **Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004** (Medida Provisória nº 153, de 2003), que deixou de ser publicado na íntegra no Diário do Senado Federal nº 044, do dia 26/03/2004, às páginas nº 08.483/08.484.

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 305, DE 2004

(Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004 (Medida Provisória nº 153, de 2003).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004 (Medida Provisória nº 153, de 2003), que institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de a março de 2004. – **Eduardo Siqueira Campos; Sérgio Zambiasi** – Relator; **Geraldo Mesquita Junior; Sery Shessarenko**.

ANEXO AO PARECER Nº 305, DE 2004

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004 (Medida Provisória nº 153, de 2003).

Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos

cursos de graduação e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 19 – Relator-revisor)

Dê-se ao § 3º do art. 3º do Projeto a seguinte redação:

§ 3º As receitas obtidas com a Taxa de Avaliação in loco serão aplicadas, na forma disposta em regulamento, exclusivamente no custeio das despesas com as comissões de avaliação.”

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 20 – Relator-revisor)

Acrescente-se ao art. 3º do Projeto o seguinte parágrafo:

“§ 5º São isentas as instituições de educação superior públicas que atendam ao que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 13, apresentada perante a Comissão Mista)

Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória (corresponde ao caput do art. 5º do Projeto).

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 21 – Relator-revisor)

Suprima-se o parágrafo único do art. 5º.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 1.781/2003 – 7ª VFCr

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2003

Ao Exmo. Sr. Dr.

Presidente do Senado Federal (ou quem suas vezes fizer)
Praça dos Três Poderes, Anexo I, Térreo, Brasília/DF,
CEP 70165-900, Tel. (61) 311-4141

Processo nº 2003.5101519828–4

(Favor mencionar na resposta o nº em referência)

Sr. Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, atendendo a requerimento do Ministério Público Federal, decretei a quebra do sigilo de dados, fiscal e das operações financeiras das pessoas jurídicas abaixo relacionadas:

- Vasco da Gama Licenciamentos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.424.122/0001-30;
- Clube de Regatas do Vasco da Gama, inscrita no CNPJ sob o nº 33.637.465/0001-45.

Sendo assim, solicito a Vossa Excelência que remeta a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, cópia de toda documentação apreendida no Clube de Regatas do Vasco da Gama, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão expedido por este Juízo nos autos do processo nº 2001.5101529368-5, a pedido da “CPI do Futebol”, assim como documentos que essa Casa detenha a respeito da empresa Vasco da Gama Licenciamentos S.A., tais como extratos bancários referentes ao ano de 1998, as quatro cartas enviadas pelo Clube de Regatas Vasco da Gama àquela empresa, solicitando a realização dos depósitos, objeto desta medida cautelar, datadas de 18, 20, 21 e 22 de maio de 1998, todos citados no relatório da “CPI do Futebol”.

Solicito, outrossim, que todas as informações sejam remetidas a este Juízo, acondicionadas em envelope lacrado, para que se mantenha o sigilo diante de terceiros, com referência ao processo nº 2003.5101519828-4.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos de consideração e apreço. – **Marcello Ferreira de Souza Granado**, Juiz Federal da 7ª Vara Federal Criminal.

OF. SFNº 1.718/2003

Brasília, 9 de outubro de 2003

Exmº Sr.

Dr. Marcello Ferreira de Souza Granado
Juiz Federal da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Av. Venezuela nº 134 – 4º andar – Praça Mauá.
20.081-310 – Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Ofício nº 1.781/2003, da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do RJ

Meritíssimo Juiz,

Em resposta ao ofício em epígrafe informo-lhe que a documentação solicitada está arquivada em aproximadamente 60 (sessenta) caixas-box, totalizando cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) folhas.

Assim sendo, V. Exª poderá credenciar servidor de sua confiança para manusear e coletar, junto à Subsecretaria de Arquivo desta Casa, a documentação solicitada, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Na oportunidade, apresento a V. Exª meus protestos de estima e consideração. – Senador **José Sarney**, Presidente.

Ofício nº 543/2004 – 7º VFCr

Rio de Janeiro, 17 de março de 2004

Processo nº 2003.5101519828-4

(Favor mencionar na resposta o nº em referência)

Ao Exmo. Sr. Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, Térreo, Brasília/DF
CEP 70165-900, Tel. (61) 311-4141

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em atenção ao ofício SF nº 1.718/2003, que, atendendo a requerimento do Ministério Público Federal, nos termos do ofício que segue em anexo, autorizei o servidor abaixo a consultar a documentação da CPI do Futebol.

• Roberto Nunes Brandão – matrícula MPF 7309-1; RG nº 502.524-SSP/DF; CPF nº 182.137.901-20, brasileiro, casado, com domicílio no endereço: Procuradoria-Geral da República – 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, sala 308, CEP 70050-900 Brasília – DF, telefone 61-3031-6035 e 6036.

Assim sendo, solicito a Vossa Excelência que o servidor mencionado seja credenciado junto à Subsecretaria de Arquivo dessa Casa, de modo a viabilizar o exame da documentação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos de consideração e apreço.

Marcello Ferreira de Souza Granado, Juiz Federal da 7ª Vara Federal Criminal.

Ofício 2º CCR nº 023

Brasília, 17 de fevereiro de 2004

Senhoras Procuradoras da República,

Em atenção ao pleito contido no Ofício MPF/PR/RJ/LB/nº 084/04, de 4-2-2004, comunico a Vossas Excelências que, em sua 252ª Sessão, de 16-2-2004, a Câmara de Coordenação e Revisão do MPF deliberou por designar, de seu quadro, o servidor Roberto Nunes Brandão (matrícula MPF 7309-1; RG nº 502.524-SSP/DF; CPF nº 182.137.901-20, brasileiro, casado, com domicílio no endereço: Procuradoria-Geral da República – 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 308, CEP 70050-900 Brasília – DF, telefone 61-3031-6035 e 6036), para que seja credenciado junto à Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, de modo a viabilizar-se o exame da documentação da mencionada Comissão Parlamentar de Inquérito – denominada CPI do Futebol.

2. Recomendo, pois, as providências de Vossas Excelências para o encaminhamento àquela Casa Parlamentar da formal solicitação de credenciamento, bem como para a adequada orientação do servidor quanto ao objeto a ser pesquisado e aos métodos a serem empregados.

3. Na oportunidade, firmo os protestos de estima e consideração.

Wagner Natal Batista, Subprocurador-Geral da República – Coordenador da 2ª CCR.

OF. SF Nº 467/2004

Brasília, 29 de março de 2004

Excelentíssimas Senhoras Procuradoras da República
Doutora Lisiane Cristina Braecher e
Doutora Nelde M. C. Caridoso De Oliveira
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Senhor Secretário-Geral,

Com objetivo de atender solicitação do Juiz Federal da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Ofício nº 0543/2004, de 17 de março último, determino a V. Sª as providências necessárias a fim de credenciar o servidor do Ministério Público Federal Roberto Nunes Brandão, mediante assinatura prévia de Termo de Responsabilidade, de modo a viabilizar o exame da documentação da CPI do Futebol arquivada na Subsecretaria de Arquivo.

Atenciosamente, – **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do **Requerimento nº 497, de 2000 – SF**.
Sobre a mesa, ofício do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO
DAS COMUNICAÇÕES

Nº 308, de 2004, de 25 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 824, de 2003, do Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– As informações foram encaminhadas em cópia ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.)
– Gostaria de me inscrever para o período das comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Cheguei em terceiro lugar, Sr. Presidente. Peço a minha inscrição também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Pela ordem o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)
– Para dar mais segurança à inscrição para comunicações inadiáveis, fico como suplente, em quarto lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Na prorrogação da Hora do Expediente V. Exªs terão assegurado o uso da palavra por 5 minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Pela inscrição, ficou assim: Senadora Lúcia Vânia; Senador Antero Paes de Barros; Senador Sibá Machado e suplente Senador Osmar Dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero solicitar a inscrição pela Liderança do PT para após a Ordem do Dia, e pela Liderança do Bloco para antes da Ordem do Dia, junto com o período das comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– V. Exª está se inscrevendo duas vezes?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Normalmente, delego para outro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– V. Exª pode falar agora pela Liderança.

Concedo a palavra a V. Exª, pela Liderança.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, não vou utilizar a palavra neste momento porque tenho um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então, V. Exª pede na hora em que for utilizar, conforme preconiza o Regimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – En-

tão, no momento, eu me inscrevo apenas para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Após a Ordem do Dia, fica garantida a palavra de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por permuta com o Senador Pedro Simon.

S. Exª dispõe de até vinte minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, de fato, era o contrário, porque o Senador Pedro Simon havia solicitado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É que S. Exª não está presente. Fazendo assim, o Senador Pedro Simon não perde a vez.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Então, vou falando até S. Exª chegar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem leu os jornais hoje fica estarecido com a capacidade de cinismo e dissimulação de alguns quando tentam inverter os fatos.

Na verdade, houve um escândalo e não apenas denúncias, suspeitas e indícios de crimes contra a administração pública. Uma prova foi apresentada à opinião pública brasileira de que o Subchefe para Assuntos Parlamentares da Casa Civil, que tinha contato imediato com o Presidente da República e era o representante do Palácio do Planalto no Congresso Nacional, estaria envolvido, conforme as provas apresentadas, em vários crimes contra a administração pública.

E ontem o Ministério Público, de forma absolutamente correta, acabou por denunciar várias personalidades – e muitas eram da gestão passada, muitos dirigentes que estavam na Caixa Econômica Federal na gestão do Governo Fernando Henrique e que já tinham sido denunciados anteriormente – por gestão fraudulenta, corrupção passiva, concussão em relação ao tal contrato da GTech e Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, hoje, segundo os jornais, em vez de trabalharem o fato, que é gravíssimo, muitas Lideranças políticas buscam uma forma de obscurecer o fato e falam de uma fita publicada numa gravação entre o Procurador Santoro e o Carlinhos Cachoeira, onde certamente o Procurador, não de forma muito ortodoxa, tentava conseguir a fita do Santoro.

V. Exª, Sr. Presidente, foi Delegado da Polícia Federal. Eu participei, como V. Exª, de muitas Comissões Parlamentares de Inquérito, de muitas Comissões de

Ética nesta Casa e muitas vezes conseguimos determinados documentos sigilosos, por intermédio de agentes públicos – estivessem eles no Banco Central, no Ministério Público Federal ou na Polícia Federal. Muitas vezes conseguimos esses documentos.

Aliás, fico até surpresa com o cinismo e o desca-ramento. Algumas dessas pessoas sempre se aproveitaram dessa metodologia pouco ortodoxa para conseguir determinados documentos considerados secretos ou sigilosos. O problema é o seguinte: quando essa tática convém para que eu atinja meu adversário, eu aplaudo porque acho que não existe silêncio nem sigilo daquilo que deve ser de conhecimento público. Quando a mesma metodologia que alguém aplaude na conveniência é feita pelo outro, imediatamente é uma avalanche de moralismo farisaico, de falso moralismo contra o Ministério Público. É evidente que, diante desses ataques ao Ministério Público, nós da Oposição deveríamos dizer assim: então se o Ministério Público não está fazendo a coisa certa, se a Polícia Federal não vai fazer a coisa certa, esperamos que se abra uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Dias atrás, o Ministério Público estava sendo endeusado como o único capaz de viabilizar a investigação. A partir do momento que dizem “não agora”, imediatamente vem a necessidade de criar – se uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o contrato que foi assinado pelo atual Governo entre a GTech e a Caixa Econômica Federal é uma farsa. É preciso alguém ser muito inocente ou ser de tal forma comprometido com a tarefa de chafurdar na lama da corrupção, que faz de conta que não vê.

Quando algumas pessoas dizem que foi um contrato excelente para a Caixa Econômica Federal, fico impressionada como alguém tem a ousadia de dizer isso. Falar em desconto de 15% no contrato é uma mentira, Senador Romeu Tuma.

Houve uma compensação em relação ao preço das apostas e, efetivamente, não houve desconto. Para haver um desconto de fato, seria necessário mais de 44%, Senador Antero Paes de Barros, de redução no contrato.

É uma farsa dizer que houve 15%, porque houve uma compensação em relação ao percentual de aumento das apostas, que é de onde, efetivamente, eles lucram. E o que é mais grave: como eles fizeram uma renovação de contrato por vinte e cinco meses, a GTech ganhou a valorização na Bolsa de Valores americana, porque, como eles precisavam da rapidez em função do ano fiscal americano, tiveram um aumento de mais de 30% nas suas ações, porque mostraram o contrato renovado de vinte e cinco meses.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vou discutir a ortodoxia ou pouca ortodoxia na metodologia utilizada pelo Sr. Procurador Santoro. Só quero parabenizar a denúncia feita pelo Ministério Público, envolvendo várias personalidades do atual Governo Federal.

Esta Casa, sabemos, não tem vergonha – claro que alguns têm e muita –, virou anexo arquitetônico do Palácio do Planalto. A única chance de dizer que não existe ramificações nesse balcão de negócios sujos dentro do Palácio do Planalto, a única possibilidade é com a CPI, porque esta é que vai quebrar sigilos bancário, fiscal e telefônico, vai saber quem foi da GTech, ou do “bicho”, ou do bingo que falou com os telefones do quarto andar do Palácio do Planalto, que falou com os representantes da Caixa que estavam diretamente envolvidos nessa negociação. É só assim que temos a possibilidade de decretar inocência ou não de algumas pessoas, até porque a presunção de inocência cabe, mas ela cabe para os fracos. Para os fracos, a presunção de inocência cabe; para aqueles que são acostumados, sempre foram acostumados ao longo da sua história a impor respeito pelo medo, dizendo que tinha dossiê da humanidade que se apresentasse a sua frente, efetivamente que isso não cabe.

Portanto, Sr. Presidente, quero saudar o trabalho do Ministério Público. Quem quiser debater tem que debater pelo trabalho do Ministério Público. Aqui está demonstrada a farsa dos 15% de abatimento, o que efetivamente eles ganharam na Bolsa, o que efetivamente eles ganharam com o aumento das apostas. Toda a ilegalidade desse processo está aqui representada. Mas espero que um dia possamos fazer a Comissão Parlamentar de Inquérito porque só por meio dela é que poderemos desvendar os mistérios sujos dessa operação.

Agora, fazer bravata em relação ao Ministério Público, chega a ser cínico. Essa metodologia pouco ortodoxa foi usada por muitos dos Parlamentares, que hoje ousam atacar com moralismo farisaico, com falso moralismo o Ministério Público, quando era para pegar os então adversários políticos e ideológicos num passado muito recente da história deste País.

Portanto, Sr. Presidente, espero que realmente tenhamos condições de fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que esta Casa não funcione como anexo arquitetônico do Palácio do Planalto.

Nesta semana estamos comemorando, celebrando a democracia. Estamos chorando novamente a dor daqueles que foram vítimas dos porões da ditadura, mas celebramos a democracia, a possibilidade de estarmos aqui. Já não existe democracia sem justiça social, Senador Papaléo Paes. E aprimoramento da

democracia representativa, com o Congresso Nacional acabrestado, funcionando como um anexo arquitetônico da conjuntura política definida pelo Palácio do Planalto não contribui para o aprimoramento da democracia representativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por permuta com o Senador Pedro Simon.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Farei rapidamente um registro.

Faleceu, nesta quinta – feira, o Prefeito do Município de Cachoeira dos Índios, José de Souza Bandeira, aos 66 anos de idade, vítima de trágico acidente automobilístico ocorrido na cidade de Campina Grande.

O Dr. Souza Bandeira, como era conhecido, Sr. Presidente, foi um homem valoroso, lutou pela vida, defendeu e salvou muitas vidas. De origem simples, trabalhou como professor de Botânica e Biologia no colégio Liceu Paraibano para manter seu curso de Medicina na Universidade Federal da Paraíba, onde se graduou em 1970.

O Dr. Bandeira foi Secretário de Saúde do Município de Cajazeiras e Prefeito por quatro mandatos eletivos na cidade de Cachoeira dos Índios, o que comprova a admiração, o respeito e o amor que a população dedicava a S. Exª.

Sr. Presidente, registro neste plenário minha manifestação de pesar pelo falecimento do Dr. Souza Bandeira, grande homem público, que honrou a Medicina e a classe política paraibana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Efraim Morais, V. Exª poderia enviar o requerimento à Mesa para que sejam tomadas as devidas providências?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 371, DE 2004

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Prefeito de Cachoeira dos Índios – PB – José de Souza Bandeira, ocorrido no dia 25 do corrente.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar:

b) apresentação de condolência à família e ao Município e a Câmara Municipal.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. – **Efraim Morais.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, sem prejuízo da inscrição do Senador Pedro Simon, por vinte minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é novamente um dia histórico para o País. Fatos novos surgidos nas últimas semanas reforçam a necessidade de uma investigação profunda sobre Waldomiro Diniz e suas relações dentro do Governo e no mundo do crime. Apresentarei cronologicamente esses fatos a fim de facilitar a compreensão de todos os Senadores e dos espectadores da TV Senado.

Espero convencer meus Pares, nesta Casa, sobre tal necessidade, inadiável e irreversível, sobre o único caminho que resta ao Senado da República de criarmos uma CPI para esclarecer todos os fatos e desvendar a teia de corrupção que está a enlamear o Governo da República. Chamo – lhes a atenção para a cronologia dos fatos.

Na terça – feira da semana passada, dia 23 de março, o jornalista Merval Pereira publicou, em sua coluna de **O Globo**, comentário intitulado “Os Pingos nos Is”, em que o Ministro José Dirceu faz um desabafo, ataca o PSDB e o Ministério Público. Lá pelas tantas, afirma o Ministro Chefe da Casa Civil, no dia 23 de março – gravem essa data: “Quero colocar os pingos nos is nesse negócio do Ministério Público do Brasil. Não vou deixar isso barato, não. O Ministério Público vem fazendo violências legais a todo momento.”

Portanto, no dia 23 de março, o Ministro José Dirceu dizia que ia colocar os pingos nos is.

O Jornal Nacional de ontem exibiu a gravação de uma conversa entre o Subprocurador – Geral da República José Roberto Santoro e o bicheiro Carlos Cachoeira.

A conversa teria ocorrido em fevereiro, antes, portanto, de vir a público a fita em que Waldomiro Diniz tenta extorquir Carlinhos Cachoeira. Segundo informa a reportagem da Rede Globo – e a data é relevante, saiu ontem no Jornal Nacional –, a gravação foi feita pelo próprio Cachoeira. A fita chegou à Globo no dia

22 de março, um dia antes da publicação da coluna do Merval Pereira, em que houve o desabafo.

Sabíamos que o Waldomiro morou com José Dirceu, que dormiam sob o mesmo teto, que o Waldomiro foi nomeado a tudo pelo José Dirceu. Disso nós sabíamos. Sabíamos que era o chefe dele, que era o todo – poderoso assessor do até então todo – poderoso Ministro da República. Sabíamos disso tudo.

O que falta explicar é como a Globo teve acesso a isso no dia 22 e no dia 23 houve o desabafo e se era a isso que se referia José Dirceu quando disse que colocaria os pingos nos is do Ministério Público, como diz outra reportagem, antes da Semana Santa. Como se explica isso? Como essa fita chegou à Rede Globo e como chegou ao conhecimento do Sr. José Dirceu? Ou não era a isso que se referia quando falou em colocar os pingos nos is? Se não era, quais eram os pingos no is?

Apresentarei hoje, no momento adequado, requerimento solicitando a convocação do Ministro – Chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que compareça a este Plenário. Chega! A sociedade brasileira merece uma explicação sobre essas coisas. Então, esse é o fato relevante da matéria de ontem da Rede Globo de Televisão.

Volto aos fatos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, cabem perguntas. O Ministro José Dirceu sabia da existência dessa fita? Seria essa fita o pingo no i que o Ministro menciona na entrevista ao jornalista Merval Pereira? Que tipo de relação tem o Ministro – Chefe da Casa Civil da República com Carlinhos Cachoeira? Ou quem conseguiu novamente essa fita foi o Waldomiro? São perguntas que precisam ser feitas e que só uma CPI é capaz de responder.

O Brasil inteiro, repito, sabe que Waldomiro Diniz, ex – assessor do Ministro José Dirceu, é amigo de Carlinhos Cachoeira. É fundamental que se apure também a relação entre essa entrevista e o aparecimento dessa fita. E não vejo alternativa melhor para essa apuração do que uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

As investigações sobre o caso não estão avançando. Com todo o respeito que temos, e temos muito, para com os policiais federais, temos de reconhecer que a Polícia Federal não está investigando o caso Waldomiro Diniz com a urgência que assunto tão relevante merece. Aliás, não apenas eu acho isso. A Advocacia – Geral da União ingressou com ação na Justiça para declarar a greve dos policiais federais ilegal. E no protocolo da Advocacia – Geral da União está: estão paralisadas as investigações sobre o caso Waldomiro Diniz. É a advocacia do Governo que está dizendo

que a Polícia Federal não está investigando. Existe algo mais relevante que isso? Porque os argumentos do PT e do Governo foram sendo desmontados um a um. Primeiro o de que era só no Rio de Janeiro, e não é, e agora essa questão da Polícia Federal.

Os sigilos bancário e telefônico de Waldomiro Diniz não foram quebrados. Aliás, parece – me que foram quebrados ontem. A Polícia Federal está em greve, e a Advocacia Geral da União já disse isso.

O Subprocurador – Geral da República José Roberto Santoro, na fita exibida pelo Jornal Nacional – num momento do Subprocurador que considero equivocado, porque não tenho esse conceito que ele tem a respeito da Polícia Federal –, na conversa gravada que foi ao ar, diz que, se tiver busca e apreensão pela Polícia Federal, chega no Paulo Lacerda, aí chega no Ministério da Justiça, aí chega no Chefe da Casa Civil e depois chega no Presidente da República. Portanto, há uma desconfiança sobre o funcionamento da Polícia Federal.

Por sua vez, o Governo levanta suspeita, desde o dia 23 de março, com a entrevista de José Dirceu, sobre o Ministério Público. Isso fica claro nas palavras do Ministro José Dirceu ao jornalista Merval Pereira. O Partido dos Trabalhadores, que decidiu, definitivamente, não abrir mão do título de coveiro da ética, tem dito claramente que não confia nos Procuradores. Os Procuradores estão sob suspeição. Vejam bem: a Polícia Federal sob suspeição, os Procuradores da República sob suspeição, qual é o caminho que resta a não ser o da CPI? A não ser que queiram usar o tapete azul do Senado da República para acobertar esse lixo e essa lama que está chegando diariamente a toda a população brasileira pelos canais de televisão.

O Governo, que agora critica o Ministério Público, também fracassou. Na investigação sobre Waldomiro Diniz, a comissão de sindicância criada no Palácio do Planalto resultou em absolutamente nada, embora, apesar de pífia, apesar de ser uma piada, tenha reconhecido que Waldomiro Diniz fez tráfico de influência na renovação do contrato da GTech. O relatório da comissão de sindicância não pode ser levado a sério. O objetivo da sindicância foi isentar de culpa o Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Não estamos culpando o Chefe da Casa Civil, mas estamos dizendo que os fatos precisam ser definitivamente esclarecidos.

A comissão de sindicância mereceu nota dez pela forma como isentou o Ministro José Dirceu. Vejam as pérolas dessa comissão: ela não ouviu o Waldomiro Diniz, não ouviu seu chefe, o Ministro José Dirceu, não teve acesso à agenda de Waldomiro Diniz, não teve acesso à relação de ligações telefônicas originadas ou recebidas pelo gabinete que ele ocupava no Palácio do

Planalto, não apurou quem Waldomiro Diniz recebeu, quem visitou ou com quem falou ao telefone. Isso tudo está escrito na comissão de sindicância do Governo, que fez questão de anunciar que estava distribuindo a sindicância aos Líderes do Governo, quando governo que se preza deveria fazer o contrário, distribuindo aos Líderes do Governo e também aos da Oposição.

A pauta de ligações telefônicas que fez como Subchefe da Casa Civil foi entregue pela secretária da Casa Civil à mulher de Waldomiro Diniz, e ficou por isso mesmo. Repito: a pauta de ligações telefônicas que Waldomiro Diniz fez como Subchefe da Casa Civil – quem apura isso é a sindicância – foi entregue pela secretária da Casa Civil à mulher de Waldomiro Diniz, e ficou por isso mesmo. O relatório informa também que as ligações telefônicas realizadas entre 1º de janeiro e 14 de maio de 2003 não estão registradas na central telefônica do Palácio do Planalto. Por que não estão registradas? Teriam sido apagadas? É um primor essa sindicância interna realizada pelo Governo. Quem as apagou? Por que não estão registradas? Por que foram apagadas? Mistério! Se alguém sabe, não contou à comissão de sindicância, que, se sabia, não contou ao Senado da República.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, alguém precisa investigar o caso Waldomiro Diniz. O Senado não pode faltar com esse dever. A Polícia Federal está em greve; o Ministério Público foi posto sob suspeita pelo Governo; o próprio Governo se mostrou incapaz de apurar as atividades de Waldomiro Diniz. Só nos resta uma saída para investigar: a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito livre, soberana e independente.

Quais os argumentos que restaram à Bancada do PT e ao Governo? Antes os fatos se referiam só a 2002. Agora está provado que não se referem só a 2002. Está provada a ação dele como agente público, subchefe de assuntos parlamentares do Palácio do Planalto. Por que não investigar se a Polícia Federal não está investigando e se o Ministério Público está sob suspeita? Qual é a nova alegação do PT e do Governo? Ou o Governo pede que a sua base apóie essa investigação, ou ficará até o último segundo deste mandato sob suspeita. Eles podem usar o rolo compressor para não apurar isso.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Ilustre Senador, quero me solidarizar com V. Ex^a pelo pronunciamento; a minha consciência impõe que eu diga neste instante que está coberto de razão. O raciocínio de V.

Ex^a é perfeito. No fundo, o Governo não tem o direito de estabelecer suspeição em relação a instituição nenhuma deste País, nem à Polícia Federal nem ao Ministério Público. Sob suspeição está todo o Governo, que tem medo da CPI e não a deseja. Se tem medo da CPI é porque tem culpa no cartório. Ora, se a Polícia Federal está com dificuldade de promover a investigação – em momento nenhum eu levantei suspeição sobre a Polícia Federal e muito menos sobre o Ministério Público –, é preciso que se diga que, independentemente ou paralelamente à fiscalização e à investigação do Ministério Público, da Justiça e da Polícia Federal, o Congresso Nacional tem o direito de fazer a mais ampla e profunda investigação possível. Quero até me solidarizar neste instante com o Ministério Público Federal. Julgo realmente um escárnio o que estão tentando fazer com essa instituição. Ora, dizem que o Subprocurador estava trabalhando às 3 horas da madrugada como decorrência de um depoimento que tomava desde altas horas da noite do dia anterior. E desde quando trabalhar além do expediente passou a ser crime? Aliás, o Subprocurador Santoro trabalhou até altas horas da madrugada e estava aguardando o Procurador – Geral, Dr. Cláudio Fonteles, que chega entre 5 horas e 6 horas, também para trabalhar em horário fora do expediente normal. Ambos estão errados? Rui Barbosa dizia que chegaria o tempo em que o homem teria vergonha de ser honesto de tanto ver triunfar as nulidades. Agora alguém vai ter vergonha de no serviço público trabalhar fora do expediente porque isso parece ser um crime. Aliás, no Governo anterior alguém criticava o Sr. Geraldo Brindeiro porque era engavetador; agora estão criticando alguém que está desengavetando os inquéritos e procurando ir à frente. O que desejam se no Governo anterior falavam do Francisco e agora falam do Santoro? Esta República precisa de muitos franciscos e de muitos santoros. Se tivéssemos muitos franciscos e muitos santoros, quem sabe a esta altura não teríamos o desmando que temos hoje. É por isso que eu sempre grito por CPI já. Chega de corrupção!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Vou caminhar para o encerramento da minha fala, dizendo que a CPI tiraria essa névoa de suspeita. Inclusive poderia ocasionar a convocação do próprio Subprocurador – Geral da República, José Roberto Santoro, do próprio Procurador Marcelo Serra Azul, mas também do Ministro José Dirceu, do Cachoeira, dos diretores da Caixa Econômica, dos diretores da GTech, de um corruptólogo citado ontem pelo Sr. Luiz Eduardo Soares no Rio de Janeiro, do ex – Secretário Nacional de Justiça Luiz Eduardo Soares. Sem essa CPI, nada vai ser apurado.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Vou conceder um aparte ao Senador Maguito Vilela, pedindo brevidade a S. Ex^a para que eu possa fazer os três últimos comentários que tenho sobre o assunto.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Antero Paes de Barros, entendo o posicionamento de V. Ex^a, do Senador Almeida Lima, reconheço o papel da Oposição, mas sou obrigado a dizer que a Oposição aqui nesta Casa, notadamente aqui no Senado, tem sido muito injusta, principalmente com o Ministro José Dirceu. A Oposição não tem prova nenhuma contra o Ministro José Dirceu. Não existe em lugar nenhum deste País algo que condene o Ministro José Dirceu, a sua participação em qualquer fato. E a Oposição insiste em vinculá – lo a um suposto crime que ele não cometeu. É lógico que o Waldomiro cometeu irregularidades, crimes, e a Polícia Federal está investigando sim. Trata – se de uma injustiça também com a Polícia Federal, que está investigando e dando satisfação ao povo brasileiro. V. Ex^a diz que o Ministério Público também está sob suspeição, mas não está. O Ministro José Dirceu disse que alguns Promotores e Procuradores, às vezes, cometem violências em nome da lei, mas nunca falou da instituição Ministério Público, nunca generalizou, nunca colocou a instituição sob suspeita. V. Ex^a não leu isso. De forma que a Oposição está quase paralisando o Brasil ao querer incriminar um Ministro que não tem nada com essa história. É lógico que, se ele errou em contratar e nomear alguém cujo passado ele não conhecia, ele já admitiu isso e pediu desculpas ao País. A Oposição deveria ter mais consciência. Essa ânsia que a Oposição tem de vincular o Ministro José Dirceu a esse problema está prejudicando o País e o povo brasileiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte. V. Ex^a diz que entende o meu papel. Tenho de dizer que, lamentavelmente, eu não entendo a sua fala. V. Ex^a diz que o Ministro José Dirceu não tem nada com isso, não há nada contra ele. A Oposição também nunca disse isso. Disse, isso sim, que é necessário apurar a capilaridade do Sr. Waldomiro Diniz, seu principal assessor. Mas isso é motivo para um Ministro telefonar e falar: “Maguito, não fale besteira! Peça, pelo amor de Deus, Senador Maguito Vilela, para que haja apuração!”?

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Está havendo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – V. Ex^a está desmentindo a Advocacia – Geral da União. Há um documento na Casa, de autoria desse órgão, dizendo que a Polícia Federal está parada

e não está investigando o caso Waldomiro Diniz. Não é a Oposição que está dizendo isso, mas a Advocacia – Geral da União.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu não posso mais permitir um aparte porque meu tempo está se esgotando.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a não quer ouvir a verdade. Convoque, então, o Diretor da Polícia Federal para vir aqui e dizer que a Polícia não está....

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu quero o apoio de V. Ex^a à CPI. Nós convocaremos o Diretor da Polícia Federal.

Além do mais, o Ministro José Dirceu partiu, sim, para cima do Ministério Público; é a grande verdade. Eu espero que esses fatos não permitam que se tente ressuscitar a Lei da Mordada para diminuir o poder de investigação do Ministério Público Federal. Esta é uma questão substantiva que deve ficar muito bem colocada aqui. A Oposição aprovou as reformas. Votamos ontem cinco medidas provisórias. Não venham dizer que isto não faz parte de agenda positiva, porque é agenda positiva apurar corrupção.

Eu sugeriria até que as pessoas lessem o que eu li, hoje, com muita tristeza. Há muito mais além do Waldomiro. Na matéria da primeira página da edição de hoje do Correio Braziliense, fica demonstrada uma ação entre amigos, uma ONG recebendo R\$7,5 milhões. E é realmente muito importante que isso também seja devidamente explicado. Repito: ou o Governo defende a CPI ou ficará sob suspeita até o último segundo do mandato.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ouvindo o discurso do orador que me antecedeu, imagino o acerto de uma manifestação que diz que sente um certo cheiro de Jango no ar. Quero dizer que não sinto.

A rigor, eu não deveria falar hoje, mas amanhã, porque a ditadura teve início no dia 1º de abril – embo-

ra se fale em 31 de março, na verdade, ela começou na madrugada do dia 1º de abril. Vindo das Minas Gerais, um General que até hoje não tem definido na sua biografia o sentido do seu sentimento, do seu aspecto nervoso, o Sr. Mourão Filho, deu início ao movimento que culminou por derrubar o Governo João Goulart.

Quarenta anos passados, a imprensa faz uma série de perguntas, uma série de indagações sobre como foi, o que aconteceu, e o resultado do que aconteceu.

Em primeiro lugar, a diferença fantástica entre aquele momento, 40 anos atrás, e os dias que estamos vivendo, é que atualmente temos a plenitude democrática. Graças a Deus, conquistamos uma democracia plena. É claro que plena mesmo não é, porque temos os problemas da fome, da miséria, das injustiças sociais, e uma verdadeira democracia deve estender – se a toda a sociedade. Mas as instituições funcionam. Nossas Forças Armadas estão absolutamente dentro de seu papel.

Há 40 anos, as Forças Armadas eram o estopim da UDN. Eram golpistas! Há 40 anos, tínhamos a figura do militar que ficava 30 anos na tropa, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, o General Lott. Eles ficavam e preparavam golpes, como o General Cordeiro de Farias.

Devemos – justiça seja feita – ao Marechal Castelo Branco o fim dessa figura do militar profissional. Hoje o militar fica um determinado tempo como General de 1ª Divisão, como General de Exército, e depois é reformado. Não temos pessoas como Canrobert e o Brigadeiro Eduardo Gomes, que eram candidatos à Presidência, estavam na tropa e praticamente faziam a subversão dentro da tropa. Um cidadão que hoje é Ministro do Exército, com um prestígio enorme, um carter enorme, amanhã está reformado e vai para casa. O militar é como o político: desaparece das manchetes dos jornais porque não tem mais nenhuma influência na tropa.

A segunda diferença é que hoje o Brasil está cômico das suas responsabilidades e das suas obrigações. Não há um golpe em marcha.

Após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, a UDN não admitia que não fosse vitoriosa nas eleições presidenciais a figura do Brigadeiro Eduardo Gomes e teve que tolerar, no voto direto, a vitória de Dutra, que era o Ministro da Guerra da ditadura e foi quem garantiu o Estado Novo de Getúlio. Esse homem foi eleito Presidente da República, e a UDN e as Forças Armadas iniciaram e continuaram a campanha golpista, para evitar que Dutra permanecesse no cargo. Mas ele foi altamente competente, porque fez uma espécie de pacificação, compondo metade de seu Governo com

o PSD e a outra metade com a UDN, e conseguiu chegar ao final.

Depois disso, o que provocou os militares e a UDN de Lacerda foi a candidatura do Dr. Getúlio Vargas. O ditador teve a coragem de vir, ser candidato e ganhar. E assumiu, apesar de quererem impedir. Entretanto, a luta foi violenta, cruel, dramática. Levaram o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio e assumiram o governo.

Mas logo depois, para surpresa deles, ganhou Juscelino Kubitschek, e não a UDN. S. Ex^a fez um Governo extraordinário, fantástico, de progresso, desenvolvimento e crescimento.

Nas eleições seguintes, porém, ganhou Jânio Quadros. Louco, sete meses depois renunciou. Aí sim, a UDN e os militares tentaram, de todas as formas, impedir que o Vice – Presidente João Goulart – que não estava no País, mas em viagem à China – retornasse ao Brasil e assumisse. Assumiu a Presidência o Presidente da Câmara, Deputado Mazzilli, e o Presidente João Goulart foi proibido pelos militares de retornar ao Brasil.

Houve, então, o movimento pela legalidade, com o Dr. Brizola. Houve neste Congresso Nacional um movimento para criar o Parlamentarismo, e, em uma negociação para criar o Parlamentarismo e tirar poder de Jango, ele assumiu. Um ano depois, um plebiscito terminava com o Parlamentarismo, e Jango assumia a Presidência da República.

Não digo que Jango fosse um homem que estava preparado para ser Presidente. Ele era o Presidente do PTB, foi Vice – Presidente da República de Juscelino, Vice – Presidente da República de Jânio Quadros e, de certa forma, era um homem preparado para, à margem, à sombra do poder, exercer o seu poder político.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Pedro Simon, a Presidência ousa interromper brevemente V. Ex^a apenas para fazer um registro. Dentre outros importantes profissionais da imprensa que assistem ao pronunciamento de V. Ex^a – destaque, entre as Sr^{as} e os Srs. Senadores, o Senador Sr. Edison Lobão, também jornalista –, a Presidência gostaria de ressaltar a presença honrosa do Deputado Roberto D'Ávila, que certamente presencia esse importante pronunciamento que V. Ex^a profere nesta data.

Era esse o registro, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Apenas digo que V. Ex^a não me interrompeu. V. Ex^a foi o meu ego, falou por mim. Eu ainda não o havia visto, senão eu é que teria registrado a alegria de ver aqui uma pessoa que me obriga a medir mais as palavras, porque é testemunha melhor e mais imparcial do que eu.

Jango fez um Governo que tinha pessoas importantes; um Governo que executava a sua missão; um Governo que caminhava rumo a desempenhar a sua tarefa.

Havia problemas, sim, como o do Dr. Brizola e dos radicais do PTB, que exigiam reformas as mais necessárias, reformas radicais, e que cobravam a credibilidade e o prestígio do Dr. João Goulart.

A verdade é que a revolução estava em marcha; a ditadura estava em marcha. No Rio Grande do Sul, a partir do Governador Meneghetti, o golpe estava em marcha; no Rio de Janeiro, a partir do Governador Lacerda, o golpe estava em marcha; em São Paulo, a partir do Governador Adhemar de Barros, o golpe estava em marcha; em Minas Gerais, a partir do Governador Magalhães Pinto, o golpe estava em marcha.

No dia 1º de abril, houve o golpe. Nesta Casa, o Presidente Auro de Moura Andrade disse, em alto e bom som, naquela madrugada: O Presidente João Goulart saiu do País, está em lugar incerto e não sabido. Declaro vaga a Presidência da República, assume o Presidente da Câmara dos Deputados.

No plenário, o Dr. Tancredo Neves até palavras impublicáveis gritou, e muitos outros fizeram o mesmo. João Goulart estava em Porto Alegre. Estávamos na casa do Ministro da Guerra nomeado por ele preparando o que fazer. As tropas do Rio Grande do Sul buscavam se dirigir a Brasília para garantir o seu mandato.

Jovem, muito jovem, Deputado Estadual, vivi aqueles momentos. Um Brizola agitado, alucinado, exigia que Jango o nomeasse Ministro da Fazenda, e que o Comandante do Terceiro Exército viesse em direção a Brasília. Quando Jango soube que ele tinha sido destituído, quando soube que várias unidades do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina estavam do lado do golpe e quando soube que seu amigo, Amaury Kruehl, que estava comandando o Segundo Exército, em vez de se dirigir a Juiz de Fora para combater as tropas de Mourão, como se imaginava, dirigiu – se ao Rio de Janeiro, João Goulart não aceitou o apelo dramático de Brizola, o apelo dramático do Rio Grande do Sul, e dirigiu – se ao Uruguai. O golpe vitorioso estava.

Interessante é que o golpe vitorioso estava como um golpe tradicional. Nunca se falou em revolução. Nunca se falou que havia uma revolução em marcha, falava – se que havia um golpe em marcha. Quando houve o movimento do Mourão, quando ganharam e quando assumiram, nunca falaram em revolução. Quando assumiram, tinha havido um golpe tradicional: derubaram o Presidente da República e assumiu o Vice – Presidente, no caso, o Presidente da Câmara dos Deputados, que nomeou todo o seu Ministério.

Só no dia 9 de abril, nove dias depois do golpe, os três Ministros nomeados pelo Mazzilli lançaram um ato que significaria a revolução. No papel, a revolução foi feita pelos Ministros nomeados por Mazzilli; e, no papel, nove dias depois, realmente foram feitos os atos que representavam uma verdadeira revolução. Durante 60 dias, cassar – se – iam Deputados; durante 120 dias, demitir – se – iam funcionários públicos. Uma série de atos seria praticada exatamente por aquela junta militar composta pelos três Ministros militares.

Reuniram – se os Governadores da revolução e “elegeram” Castelo Branco. O Ato Institucional não tinha número, não era o Ato Institucional nº 1, nº 2 ou nº 3. Era apenas um Ato Institucional e tinha prazo para terminar, e assim ocorreu.

Cassaram mandato, prenderam, mataram, expulsaram, demitiram funcionários, fizeram o que podiam e o que não podiam. Mas, passado aquele prazo, o Brasil retornou à democracia. Tanto foi que passamos a fazer os pronunciamentos mais duros sobre o Governo Castelo Branco.

E tanto era exato que naquela época havia mandatos de Governadores de quatro e de cinco anos. Como nos Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e em outros, os mandatos eram de cinco anos, houve eleições em onze Estados para eleger Governadores e Deputados estaduais. A campanha foi feita – houve espaços gratuitos no rádio e na televisão – da forma mais aberta, com os maiores debates e com as maiores discussões. À época, o PTB e o PSD bateram no Governo Castelo Branco, e a UDN o defendeu. As forças de Oposição ganharam o Governo do Rio com Negrão de Lima, e Israel Pinheiro venceu as eleições em Minas Gerais.

Os militares reuniram – se e lançaram o Ato Institucional nº 2. O primeiro passou a ser Ato Institucional nº 1, e o segundo passou a ser Ato Institucional nº 2. E abriram novamente todos os prazos de cassação, de prisão, etc. Esse prazo iria até o final do Governo Castelo Branco. Retornamos aos tempos da ditadura: cassaram, prenderam e mataram. Vivemos um regime o mais violento e o mais radical.

O engraçado é que o Presidente Médici assumiu. Abriram o Congresso, que tinha sido fechado, para eleger o Presidente Médici. Quando ele assumiu, terminou o Ato Institucional nº 2, e retornamos à democracia. Vivemos novamente um regime “democrático”.

Na época, o Governo enviou ao Congresso uma reforma do Poder Judiciário. Nós não a aceitamos e a rejeitamos. O Presidente da República, o General Geisel, fechou o Congresso Nacional e editou uma nova Constituição – foram convocados os Constituintes do

Riacho Fundo –, conhecida como a Constituição de 1969. E a ditadura voltou.

O Deputado Márcio Moreira Alves fez um discurso em que aconselhava as mulheres a não namorarem os cadetes, a não terem relações com seus esposos enquanto não voltasse a democracia. Depois desse discurso – diga – se de passagem ridículo, sem nenhum significado, discurso de cinco minutos –, pediram licença para cassar o Deputado.

O Líder do Governo na época, Senador do Rio Grande do Sul, Daniel Krieger, perguntou ao Presidente: O que eu faço? Vamos votar a cassação. Qual é a decisão do Governo? A resposta do Presidente foi: Está liberado. O que tínhamos era a obrigação, a determinação que os militares me deram de pedir a cassação dele. O Congresso faça o que bem entender.

O Deputado foi absolvido. Fecharam o Congresso Nacional e baixaram o AI – 5 por tempo indeterminado.

Impressionante como a imprensa, a igreja, no início, a sociedade e as entidades mais importantes deram cobertura ao movimento e, durante muito tempo, à ditadura militar.

Vejo que a maioria das pessoas – como a nova Líder do Governo, a nobre Líder do PT nesta Casa, que nos honra agora com a sua presença – não sabe nada disso, porque estamos festejando 40 anos da ditadura, e S. Ex^a ainda não havia nascido quando esses acontecimentos se verificaram. Há uma geração que praticamente está à margem do que ocorreu. Outro dia a imprensa publicou...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Pedro Simon, agradeço muito o elogio, mas eu já era viva e tinha consciência da gravidade do que estava acontecendo com o País. Sei o quanto tivemos que pagar para poder reconquistar o Estado democrático. De qualquer forma, agradeço o elogio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite – me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a estava vivo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Querido Senador Pedro Simon, em 31 de março de 1964, eu era estudante, com 22 anos, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, onde fui Presidente do Centro Acadêmico. Lembro – me de ter, então, convocado uma assembléia – geral e de ter convidado professores e estudantes a debater aquele movimento. Para mim, aquele movimento soava estranho, ainda que eu estivesse acompanhando todos os movimentos que repercutiam pelo Brasil e que mexiam muito conosco. Em cada uma de nossas famí-

lias, víamos, de um lado, pessoas preocupadas com o que poderia ocorrer, diante do temor de que o Brasil poderia se tornar uma Nação com regime ditatorial, de natureza marxista, esquerdista, onde as pessoas passariam a deixar de ter suas casas, onde a prática religiosa seria proibida. Havia o temor de muitos quanto às reformas de base prometidas pelo Presidente João Goulart, especialmente a reforma agrária. Mas o que nos preocupava sobremaneira era como seria a transformação das instituições e do próprio Governo, pois nossa formação dava importância à democracia. Naquela reunião, a que centenas de professores e estudantes compareceram, propus uma votação, e posso transmitir a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que a maioria dos estudantes foi contrária à derrubada do regime pelo golpe militar, mas favorável à transformação por meios democráticos. Senador Pedro Simon, quero cumprimentar V. Ex^a por ter sido um dos que, ao longo dos 21 anos de regime militar, esteve sempre na trincheira dos que lutaram pelo direito à cidadania, pela liberdade democrática, para que jamais algum órgão da imprensa fosse censurado, para que o Congresso Nacional não fosse fechado, para que sempre ocorressem eleições livres e diretas para Prefeitos, para Governador de Estado – V. Ex^a foi um dos Governadores eleitos pelo povo gaúcho –, para Presidente da República. V. Ex^a esteve presente em todas as grandes lutas, como a luta pela anistia e pelas Diretas Já. Esteve presente também na luta pela ética na política, que, mesmo no regime democrático, tivemos que levar adiante. Que as lições de 31 de março de 1964 fortaleçam as nossas convicções, para que nunca mais haja a interrupção da prática da democracia, para que sempre estejamos, sim, aperfeiçoando as instituições democráticas, para que todo e qualquer brasileiro passe a ter legítimos direitos à cidadania e à democracia em nosso País! Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Lendo nos jornais de ontem e de anteontem entrevistas e pesquisas realizadas com os jovens, fiquei chocado. Nelas, estudantes universitários diziam que Tiradentes era um dos coordenadores da tortura durante a revolução. É um esquecimento praticamente total do que aconteceu.

É bom nos lembrarmos de que é verdade que a História só escreve os feitos dos heróis. Ninguém sabe se Hitler fez alguma coisa boa. Ninguém sabe se Winston Churchill teve algum lado errado. Na revolução, a imprensa escreveu a história dos militares. Agora, começa – se a publicar o que aconteceu, a história verdadeira. E é bom que isso aconteça quando estamos vivendo uma crise normal, tradicional, em um Gover-

no que ainda não caminhou direto para onde devia. Esse Governo é democrata, é constituído de pessoas honradas e sérias, mas enfrenta problemas realmente difíceis por não encontrar o início da saída que se identifique com as promessas eleitorais.

Numa hora como esta, fala – se em comparação, diz – se que se sente cheiro de Jango no ar, quando deveríamos dizer justamente o contrário, que há cheiro de democracia no ar. O povo não quer viver jamais aquela fase, mas quer sim consolidar o terreno da democracia. E, na História, há uma página belíssima: um homem do povo, um homem que veio do meio mais humilde e mais simples, chegou à Presidência da República. Que Sua Excelência e seus trabalhadores façam um bom governo!

Meus amigos jovens que aqui estão e que pela televisão assistem a esta sessão, não pensem que a ditadura apareceu e, de repente, terminou! Muitos morreram, muitos sofreram, muitos foram cassados, assassinados, exilados. Foi uma caminhada longa e difícil. Houve a luta daqueles que procuraram a guerrilha, daqueles que queriam a guerra civil e daqueles que, como nós, queriam o caminho da democracia e, por meio dela, passo após passo, a derrubada da ditadura, o que, à época, parecia impossível, inimaginável. Diziam: “Esses caras são uns doidos. Para derrubar a ditadura, deve haver guerrilha. Para derrubar a ditadura, deve haver uma contra – revolução. Para derrubar a ditadura, temos que iniciar um movimento de terrorismo. Como vamos derrubar essa gente com toda essa força se não fizermos isso?”

O movimento deu certo, sim, e pacificamente. Foi feito o movimento de avançar, de identificar o povo, os jovens, as mulheres, a sociedade, os intelectuais, o Congresso Nacional. O Brasil inteiro se movimentou numa luta contra a tortura. O Brasil era apontado, no mundo inteiro, como o país que mais torturava.

E houve a luta em defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte, a luta pela anistia, porque centenas de companheiros nossos tiveram seus direitos políticos cassados. Por meio do Decreto Lei nº 477, o Ministro podia expulsar um jovem da universidade, e o estudante ficava proibido de estudar por dez anos. Em qual país do mundo, em qual democracia, onde se pode proibir um jovem de estudar? Pois aqui ele era proibido de estudar em qualquer universidade, em qualquer escola.

A luta foi travada ponto por ponto, trincheira por trincheira. A luta foi quase impossível, mas chegamos aqui. Foi uma vitória extraordinária, alcançada por lados opostos. Queríamos a eleição direta. A emenda das eleições diretas estava para ser aprovada, e cercaram o Congresso Nacional. Disseram que o Congresso

seria fechado se a emenda das Diretas Já fosse aprovada. A emenda foi rejeitada por oito votos. Foi uma derrocada total.

Com isso, decidimos fazer o que parecia um absurdo, mas que, de repente, para o MDB, para aquela gente que lutava contra o Colégio Eleitoral, fazia sentido. O Colégio Eleitoral era uma imoralidade. O que era o Colégio Eleitoral? Uma instituição composta por Senadores e Deputados, que se reuniam e elegiam o Presidente. Elegeram o Castello Branco, o Costa e Silva, o Médici, o Geisel, o Figueiredo. Contra esse Colégio Eleitoral, saímos pelo Brasil berrando por todos os cantos. Tivemos que explicar ao povo – muitos não entenderam; o PT, à época, não entendeu – que a saída era ir para o Colégio Eleitoral e lá derrotar a Arena. Àquela altura, já havia muitas pessoas revoltadas: Sarney à frente, Marco Maciel, muitas pessoas importantes se identificaram conosco, e, juntos, derrotamos Maluf no Colégio Eleitoral. E terminamos, por essa via, conquistando a democracia.

Amanhã serão completados 40 anos desse início. Logo depois, morre Tancredo, assume Sarney, elege – se Collor de Mello, cassa – se o mandato de Collor de Mello, assume Itamar. Depois, foram oito anos de Governo Fernando Henrique, e, agora, Lula está na Presidência da República.

Sr. Presidente, vivemos dias de profunda meditação, de profunda responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Pedro Simon, veja que, só quando V. Ex^a atingiu dez minutos após o tempo, é que tive coragem de tocar a campanha, em primeiro lugar, por ser um grande admirador de V. Ex^a e, em segundo lugar, pelo pronunciamento histórico que só V. Ex^a talvez tivesse condições de dar a este Plenário. Apenas o faço em respeito ao tempo dos demais. Mesmo assim, V. Ex^a tem tempo para concluir seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

Neste momento, com toda a sinceridade, digo que a grande diferença que vejo entre o Parlamento de hoje e o da época em que derrubaram Jango é que, naquele Parlamento, havia o Lacerda e muita gente querendo derrubar, querendo dar o golpe, querendo terminar com a democracia. Não vejo isso aqui. Vejo o PFL, o PSDB, o PDT, os Partidos de Oposição lutando, debatendo, analisando. Vejo aulas de História, aulas de civismo como a de ontem, durante a audiência com o Ministro da Fazenda. O Ministro Antonio Palocci recebeu mais elogios e respeito da Oposição do que do próprio Governo. Estamos querendo criar uma CPI, mas não queremos criá-la para demolir, para com-

plicar, para dificultar a atuação do Governo. Estamos querendo sim ajudar o Governo, colaborar com ele. Se o Governo entendesse a importância dessa CPI, seria o primeiro a determinar a imediata criação dela. E, se ela já tivesse sido criada e já estivesse em andamento, não estaríamos vendo o que continua a acontecer.

Vejo a imprensa denunciando, debatendo e analisando os fatos, mas não vejo a imprensa agindo de forma golpista. Vejo trabalhadores e funcionários querendo colaborar. Vejo a Igreja – que, naquela época, saiu com um rosário na mão, com Deus, a Pátria e a família, para pregar o golpe – como uma Igreja progressista, colaboradora.

O ambiente, hoje, é de paz. Que o nosso amigo Lula se inteire disso! Viva a História! Viva o passado! Que busquemos o sentido pacífico de paz, que o seu Governo encontre o seu verdadeiro futuro, que o seu Governo encontre o seu verdadeiro destino e que possamos fazer o Governo que realmente desejamos!

Encerro, Sr. Presidente, vendo a figura de D. Maria Teresa Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência gostaria, Senador Pedro Simon, antes que V. Ex^a terminasse o seu pronunciamento, de dar ao Plenário a honra de saudar a presença da ex – Primeira – Dama deste País Maria Teresa Goulart, acompanhada pelo filho, João Vicente Goulart.

(Palmas.)

A Presidência gostaria de externar a honra que tem esta Casa de recebê-la, em companhia de seu filho, e de lhe pedir que pudesse ser cumprimentada na Presidência.

Suspendo a sessão por um minuto, para que D. Maria Teresa Goulart possa receber os cumprimentos das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

Ao final dos cumprimentos, Senador Pedro Simon, V. Ex^a encerrará o seu discurso, saudando a presença de D. Maria Teresa Goulart.

Suspendo a sessão por um minuto.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 46 minutos e é reaberta às 15 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está reaberta a presente sessão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas quero inscrever – me para falar pela Liderança do PFL após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Registro que também se encontra presente no plenário João Vicente Goulart, filho de D. Maria Teresa Goulart.

Com a presença de D. Maria Teresa Goulart à mesa, tem V. Ex^a, Senador Pedro Simon, a palavra para continuar seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu amigo João Vicente, lembro – me do que foram os tempos do exílio e os tempos da luta. Lembro – me das visitas ao Uruguai, dos dramas e das dificuldades vividas pelos exilados. Lembro – me do Jango doente, tendo que ser examinado na Europa. Lembro – me de Jango, impedido de voltar ao Brasil, querendo pegar um avião e descer de qualquer jeito, mesmo sendo preso. Lembro – me daqueles tristes dias quando tomamos conhecimento da morte do Dr. João Goulart. E os militares querendo impedir que ele fosse enterrado no Brasil. Depois de muitas negociações, ele viria por terra da Argentina, por Uruguaiana, até São Borja, com a determinação de ser enterrado imediatamente. Chegando em São Borja, o povo da região estava todo na rua. Uma mulher, um soldado; uma criança, outro soldado. Pegaram as tropas militares de toda região e levaram para São Borja. Quando o carro passou pela igreja em direção ao cemitério, a igreja, que estava toda fechada, abriu – se. Estava lotada. O povo exigiu que o carro parasse e carregou o corpo para dentro da igreja. Ele foi velado, como tinha direito, durante toda a noite. No dia seguinte, quando o coronel exigiu que o corpo fosse colocado no carro do Exército e levado em alta velocidade em direção ao cemitério, o povo carregou – o nas mãos, a pé, numa longa caminhada até o cemitério. Ali, ao lado do Dr. Getúlio Vargas. Temos dois Presidentes de São Borja que não conseguiram terminar seu mandato e somente mortos retornaram a sua cidade natal.

Querida Maria Tereza e meu bravo jovem, tudo aquilo que se dizia, aqueles escândalos, aquelas manchetes com relação a Jango e seu governo, nós conseguimos provar que não procediam. Jango, em São Borja, fez uma procuração em causa própria para o diretor – presidente da **Time Life**, que havia publicado na revista que o Jango comprava uma fazenda por dia quando era Presidente, e ofereceu vender por um dólar cada fazenda apresentada como se tivesse sido comprada naquele período. Ficou provado, centavo por centavo, que o que Jango tinha era fruto do seu trabalho, da sua dignidade. Seu nome, honradez, decência e seriedade, como também de Getúlio, ficaram mais do que provados.

Que minha querida amiga Maria Tereza e seu filho, que leva a honra do nome do seu pai, tenham grande alegria ao retornar a Brasília, de onde Jango saiu para buscar a resistência em Porto Alegre e não conseguiu retornar, chegar aqui e ter o aplauso e o respeito de

toda a Nação, porque foi um Presidente digno, foi um homem sério, foi um período honrado! Evitou ele uma guerra de sangue de conseqüências imprevisíveis, do que tinha medo. Vencemos os 21 anos de ditadura e hoje estamos aqui querendo aprender a lição de ontem para a ela não retornar.

Que o nosso querido Presidente Lula, a quem dirigimos as nossas palavras, seja a pessoa entre nós todos que mais reflita, analise, conheça e se aprofunde sobre o que se passou, para que possa, como nós todos queremos, fazer o governo que nós todos desejamos!

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai suspender a sessão para que todos possam cumprimentar e se despedir da Sr^a Maria Tereza.

Registro, por uma questão de justiça, que o Senador Jefferson Péres comunicou presença a esta Mesa e também integrou a comitiva que acompanhou a este plenário nossa eterna Primeira – Dama.

Suspensão da sessão por dois minutos para os cumprimentos.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 55 minutos, e é reaberta às 15 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está reaberta a sessão.

A Presidência registra a inscrição dos Srs. Líderes que enviaram à Mesa a solicitação para uma comunicação de interesse partidário.

Consulta, inicialmente, a primeira inscrita, a nobre Líder Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, sou a primeira inscrita e quero abrir mão deste horário para inscrição posterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – A Presidência concede a palavra, então, ao segundo inscrito, o nobre Senador Arthur Virgílio Neto, para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PSDB.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a matéria veiculada ontem pela Rede Globo de Televisão, a meu ver, apenas reforça a idéia de que pode ter havido mais algum contato do Palácio com o Sr. Cachoeira do que poderia supor a minha vã filosofia. Mais ainda: se quisermos ser bem claros, se quisermos fugir às mistificações, às meias verdades, às dúvidas, vamos a alguns itens bem objetivos: o Governo passa a desconfiar do Procurador Santoro, então, CPI para investigar até o fim esse caso; o Procurador Santoro acha que a Polícia Federal tem dificuldades hierárquicas para desempenhar até o fim o seu papel,

CPI, portanto; a Oposição acha que Waldomiro não agiu isoladamente, que tem mandantes, logo, CPI para se dirimir essa dúvida; o ex – Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares*, em depoimento à CPI no Rio de Janeiro – incrível que aqueles que aqui não querem a CPI lá a aceitaram, não sei por que razão –, disse que o cidadão do Rio Grande do Sul criticara Waldomiro para ele, Luiz Eduardo, dizendo que Waldomiro estava achacando pouco, apenas R\$300 mil. Ele deveria ter o compromisso de achacar mais R\$200 mil, R\$500 mil no total, ou seja, se o produto desse furto fosse só para Waldomiro, não teria por que o outro estar – se preocupando com a incompetência ou inépcia, como ele disse, de um corrupto que poderia ser mais aperfeiçoado. Supostamente, estaria aí o indício da existência de uma conexão, uma malha para ser investigada até o final.

No momento em que falecem as duas desculpas essenciais do Governo, ou seja, não precisa haver CPI porque o Ministério Público está investigando, não precisa haver CPI, porque a Polícia Federal está investigando, depois o Governo diz que não confia no Procurador, o Procurador diz que a Polícia Federal sozinha não é suficiente, temos de optar por uma das duas hipóteses. Uma é o diversionismo, a brincadeira com a Nação, o desrespeito ao bom senso e à inteligência das pessoas, inventando falsos culpados, inventando bodes expiatórios; a outra é a investigação dos fatos pelo Parlamento, porque, se alguém coloca o Ministério Público sob suspeição, ninguém pode fazer o mesmo com o Congresso Nacional, cuja maioria é governista.

Portanto, o fato novo aí está. Não vejo como não se renderem à evidência de que deve haver uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há poucos dias, na coluna do jornalista Merval Pereira, aquela em que o Ministro José Dirceu, em seu desabafo, chamou de fraco essa figura forte e exemplar que é o Senador Tasso Jereissati e a mim, de irresponsável – preocupei – me porque quem entende de irresponsabilidade deve saber o que diz e quem nomeia Waldomiro Diniz não pode ser considerado responsável –, no dia 23 do corrente. Aqui consta:

Apesar de todo o ressentimento, ele – Dirceu – nega que tenha feito ameaças ao PSDB, quando disse que dentro de mais algum tempo colocará os pingos nos is. Não tem ameaça nenhuma. Não falei deles. Quero colocar os pingos nos is nesse negócio do Ministério Público no Brasil. O Ministério Público vem fazendo violências legais a todo momento e continua – emenda Dirceu.

Começo a desconfiar que S. Ex^a sabia da existência dessa fita há mais de quinze dias.

Ainda há pouco, ouvi uma piada de mau gosto: alguém ia representar contra o Senador Antero Paes de Barros na Comissão de Ética. Digo: Meu Deus do céu, não saio do Brasil por nada, mas sou capaz de

tirar meus filhos deste País, se, de repente, alguém representar contra o Senador Antero Paes de Barros. Mais ainda: minha família sai deste País, e eu fico aqui, se, porventura, chegarmos ao ponto em que se termine prendendo o Santoro, e o juiz que der a sentença for o Sr. Waldomiro Diniz.

Conclamo ao brio todos aqueles que imaginam que uma CPI paralisaria o País. É uma falsa desculpa. Estamos votando, votando e votando matérias de interesse do Governo. Conclamo ao brio todos aqueles que, sem falsas desculpas, se disponham a aprofundar o estudo de um caso que só fica pior com o tempo.

Disse muito bem o Senador Antero Paes de Barros: se tudo começasse e terminasse em Waldomiro Diniz, essa CPI já teria sido instalada há muito tempo. As coisas podem até ter começado – não sei se começaram – em Waldomiro Diniz, mas certamente nele não terminam.

Estamos aqui para enfrentar o debate público. Estamos aqui para defender as nossas razões. Estamos aqui para defender as nossas idéias. Estamos aqui para reafirmar a nossa disposição de esclarecer esse fato até o final. Por outro lado, se alguém imaginava que essa mexida de tabuleiro – que, na verdade, não foi de xadrez, mas de dama – iria, porventura, em algum momento, dar ao Governo as rédeas da iniciativa, esse alguém deve estar encastelado num palácio de tapetes muito macios, porque, ao contrário, o que vimos foi a reafirmação de que houve o achaque, de que há o delito, de que há gente impune e há necessidade, mais do que nunca, de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar toda essa podridão, que tem envergonhado este País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, o nobre Senador José Agripino, que fará uma comunicação de interesse partidário pela Liderança do PFL.

S. Ex^a disporá de até cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia de ontem foi no mínimo singular, porque, às 10 horas, compareceu à Comissão de Assuntos Econômicos o Ministro Antonio Palocci. Houve quem pensasse que a Oposição tentaria triturar o Ministro, mas nunca passou pela cabeça dos Líderes da Oposição – do PFL, do PSDB, do PDT –, suponho eu, triturar S. Ex^a. Sempre foi nossa intenção questioná – lo.

Foram seis horas e meia de exposição em clima, eu diria, no mínimo, cordial. E foi cordial, Senador João Batista Motta, até porque o Ministro Palocci inspira cordialidade. A César, o que é de César; a Roma, o que é de Roma. O Ministro Palocci é competente? Sim. Tem acertos? Sim. Está 100% certo? Não. Penso que transcorreu a exposição de S. Ex^a em clima de cordialidade

porque S. Ex^a tem um comportamento elegante, um equilíbrio emocional perfeito e inspira cordialidade.

A Oposição deu demonstração clara de maturidade e de espírito democrático. Sustentou um debate acadêmico – político, em alguns momentos –, dando demonstração ao País de que não trabalha, de forma alguma, na hipótese da desestabilização da economia do País. A Oposição é fiscalizadora, sim; é enérgica, sim; é vigilante, sim; mas desestabilizadora não é.

Senador Jefferson Péres, no fim da tarde, já corriam na Casa os murmúrios de que o “Jornal Nacional” traria fato novo no caso Waldomiro Diniz. E os jornalistas começaram a ligar, pedindo que assistíssemos àquele telejornal porque queriam uma opinião nossa logo a seguir. E veio a matéria: uma gravação de 28 minutos de um Subprocurador da República com o suposto bicheiro Carlinhos Cachoeira e um jornalista.

O diálogo ocorre às 3h da manhã, na sede do Ministério Público Federal, órgão encarregado de investigações pelo Governo, pelo mesmo Governo que insiste em não facilitar a criação e o funcionamento da comissão parlamentar de inquérito e entrega as investigações a alguns órgãos, fundamentalmente ao Ministério Público.

A gravação é de um diálogo chulo, que me causou indignação, do Subprocurador com Carlinhos Cachoeira, tendo como testemunha um jornalista.

Para mim, resta uma dúvida: o Ministério Público está **sub judice**. Eu desconfio dos promotores? Não, em hipótese alguma. São cidadãos de bem, que no Brasil inteiro defendem o interesse da sociedade. Mas aquele diálogo divulgado pelo Brasil inteiro coloca **sub judice** a instituição, que está encarregada das investigações.

Resta uma dúvida: quem foi que gravou? Qual era a intenção do Subprocurador Santoro ao obter a fita? Será que a Oposição estava interessada em derrubar o Governo? Está sugerido. A oposição que, de manhã, travou um diálogo cavalheiresco com uma das mais importantes figuras da República, à noite iria tomar uma atitude, ou iria ser flagrada numa atitude de tentativa de desestabilização e derrubada do Governo? Que incoerência é essa? E aí, o que a Oposição faz? Neste momento, a Oposição tem que insistir no limite máximo. Aqui e no Supremo. Agora, mais do que nunca, na criação e funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que fique claro que a Oposição, em momento algum, trabalha no quanto pior melhor; que a Oposição não está interessada em promover fatos que desestabilizem ou derrubem o Governo. A Oposição quer o esclarecimento da verdade, para que a sociedade tenha resposta às indagações que faz em toda parte.

Quem desestabiliza governo é o MST, os companheiros do MST, companheiros do PT, que estão prometendo abrir o vermelho; quem desestabiliza governo é a frustração da geração de empregos prometida, que não acontece e que frustra a sociedade, que se manifesta nas pesquisas da opinião pública

desastrosas que estão aí sendo divulgadas; quem desestabiliza governo é briga de Ministro, que demonstra claramente ao País que falta autoridade. A leitura que o povo faz é: governo que não sabe resolver os seus próprios problemas não é capaz de resolver os problemas do País. Isso, sim, desestabiliza governo. O que desestabiliza governo são as críticas dos partidos da base aliada. Ora é um presidente pedindo a cabeça do Ministro, ora é a convenção do outro partido, pedindo mudança na política econômica; desestabiliza governo carga tributária recorde, que evita a formação de capital que vai possibilitar permanência de crescimento; desestabiliza governo caso Waldomiro mal explicado. Isso sim, mas não apenas isso. E para que a Oposição fique muito claramente configurada perante a opinião pública como uma fiscalização que deseja resposta às demandas da sociedade, que não trabalha no quanto pior, melhor, que não quer derrubar governo, que quer respostas aos fatos, é que vamos insistir, no limite de nossas possibilidades e em cima de um fato que não é nosso, é do Brasil inteiro. CPI já!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Eu queria solicitar, conforme eu havia conversado com V. Ex^a, a minha inscrição pela Liderança do PT e também pelo Bloco, para que eu possa ter os dois tempos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, logo em seguida, pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a terá a palavra, em seguida, pela Liderança do PDT, nobre Líder Jefferson Péres.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para falar pela Liderança do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um artigo de consumo neste País que deve estar bastante valorizado: os gravadores. São tantas as fitas! As fitas que têm vindo a público são fitas graves. Na primeira delas aparece o Sr. Waldomiro Diniz pedindo propina, quando era presidente da Loteria do Estado de Rio de Janeiro em 2002. Ontem, surgiu outra fita, em que um Subprocurador da República estava achacando, de madrugada, um bicheiro para obter uma fita. A fita do caso Waldomiro é tão grave que aquele pedido de propina, televisionado e gravado, provocou a sua demissão imediata, a abertura de um inquérito da Polícia Federal, acompanhado pelo Ministério Público, e a instalação de uma CPI na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, porque os fatos gravados ocorreram no Rio de Janeiro, no exercício do cargo de Presidente da loteria daquele Estado.

A fita de ontem, em que aparece o Subprocurador da República, Dr. José Santoro, que nada mais, nada

menos é o segundo homem na hierarquia do Ministério Público, também é bastante grave. E é muito importante aqui se registrar que o que esta fita traz em nenhum momento coloca **sub judice**, sob suspeita o Ministério Público do nosso País, que tem sido uma instituição fundamental no combate ao crime organizado, à corrupção, aos crimes ambientais, tem sido um amparo à cidadania e ao fortalecimento da democracia no nosso País. A suspeita está sobre o Subprocurador, Dr. José Santoro, e sobre o Dr. Serra Azul, que, segundo a reportagem, também estava. A gravação desta fita, o episódio, a colhida, foi feita na calada da noite e ainda deixa muito claro que ele não podia ser pego. O Dr. Cláudio Fonteles, o Procurador – Geral da República, não poderia surpreender aquela coleta de depoimento, que seria algo normal, usual. Se estava procedendo a uma investigação, poderia ser surpreendido a qualquer momento – qual o problema? –, se estivesse no legítimo direito do exercício do seu cargo.

Mas o Dr. Santoro, na fita, deixa muito claro:

Daqui a pouco o Procurador – Geral chega e vai dizer assim (...) Você tá querendo ferir o assessor do Zé Dirceu, o que você tem a ver com isso?” (**sic**)

E mais adiante:

Ele vai chegar aqui e vai dizer “o sacana do Santoro resolveu acabar com o Governo do PT, e, para isso, arrumou um jornalista, juntaram – se com um bicheiro, e resolveram na calada da noite tomar depoimento.” “Não foi nem durante o dia, foi às 3 horas.” (**sic**).

Portanto, a fita, o horário, as condições, a situação, a impossibilidade de ser surpreendido, tudo isso, por si só, fala da ilegalidade, do ilícito que estava sendo cometido. Aquilo tudo tinha um objetivo: pegar uma fita. Tanto é que Santoro, em determinado momento, faz esta proposta:

Faz o seguinte: entrega a fita, não depõe, diz que vai depor mais tarde para ver o que aconteceu, porque aí você acautela que você colaborou com a Justiça, entregou a fita, acautelou prova ilícita (...) então... e aí vem o cafofo.” (**sic**)

Ou seja, o que o Dr. Santoro queria era a fita. Por que o Dr. Santoro queria a fita? Eu não consegui entender a necessidade da fita com tanta premência.

Havíamos sido informados pelo Senador Antero Paes de Barros, no dia 13 de fevereiro. E está aqui a íntegra.

Quando me chegaram os fatos, a fita, há mais de vinte dias [portanto, no final de janeiro, o Senador viu a gravidade], tive o cuidado de encaminhá-la – los ao Ministério Público Federal para que fossem avaliados e periciados.

Portanto, o Ministério Público já tinha a fita no final de janeiro.

Por que o Dr. Santoro queria tanto a fita? Propôs inclusive entregá-la para acautelar. Não podia ser numa batida. O Cachoeira propôs: “Entrego o endereço, entrego tudo... combino o local.” (**sic**)

E Santoro diz:

A busca e apreensão vai ser feita pela Polícia Federal (...) a primeira pessoa que vai ter acesso a essa fita é o (Paulo) Lacerda (diretor da PF), o segundo é o Ministro da Justiça e o terceiro é Zé Dirceu. E o quarto o Presidente. (**sic**)

Então, não podia ser apreensão, tinha que ser entrega.

Eu não sabia nada da fita – vejam que coisa interessante – mas eu vim à tribuna ontem expressar a minha surpresa, indignação. É uma situação muito estranha a do processo aberto pelo Dr. Serra Azul contra os dirigentes da Caixa Econômica, em que a apreensão dos documentos, feita uma semana antes, não tinha ordem judicial. Teve a participação de Giacomo Santoro, que também estava na coleta do depoimento da gravação de ontem e nesta denúncia já aparece...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria apenas que zerasse para contar os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Quero esclarecer ao Plenário que o tempo de V. Ex^a pela Liderança do PT terminou exatamente agora. V. Ex^a deseja falar pela Liderança do Bloco?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, para concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra V. Ex^a por cinco minutos para uma comunicação de interesse partidário, pelo Bloco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

Continuando, ontem à tarde, por coincidência, muitas pessoas me perguntaram se eu já sabia da fita, e eu dizia que não. Mas estava muito indignada devido à denúncia apresentada pelo Dr. Marcelo Serra Azul contra os dirigentes da Caixa, na qual anistiava, deixava de lado tudo o que tinha acontecido anteriormente no contrato GTech/Caixa, quando outros Procuradores da República, como Dr^a Raquel Branquinho e o Dr. Luiz Francisco de Souza, já estavam há mais de um ano recolhendo documentos, analisando, investigando o contrato GTech/Caixa. E, no entanto, repito, um outro Procurador Regional, o Dr. Marcelo Serra Azul, que, por coincidência, estava no depoimento gravado, segundo a reportagem de ontem,

anistia tudo o que aconteceu antes. Segundo ele, não há irregularidade nenhuma, ilegalidade alguma, problema algum, houve aumento sucessivo nos contratos, nunca houve licitação, que se trata de um procedimento não compreendido ainda por ninguém, porque não se sabe como a Caixa se amarrou num contrato com alguém que nunca participou de licitação.

O Dr. Marcelo Serra Azul anistia tudo. Ele joga peso, corrupção, gestão fraudulenta, um monte de artigos do Código Penal, sobre os dirigentes da Caixa Econômica Federal e anistia os representantes da GTe-ch, exatamente o Dr. Carlinhos Cachoeira. Inclusive, no depoimento colhido na fita, aparecia o Dr. Santoro se comprometendo a aliviar o Carlinhos Cachoeira caso ele entregasse a fita.

Eu gostaria ainda de dizer que a fita apresentada ontem é muito grave. Portanto, tenho o entendimento de que o Ministério Público deve imediatamente – parece – me que o Dr. Cláudio Fonteles já está tomando essas providências – procurar a Corregedoria para que esses dois Procuradores – é muito importante dizer – que estão com as suas atividades sob suspeita, sejam investigados. E o Ministério Público tem os mecanismos para fazê-lo. O Ministério da Justiça tem que investigar a ação dos Delegados que também pegaram os originais documentos sem ordem judicial, deixando, inclusive, a Caixa Econômica a descoberto, porque não vai poder provar mais nada referente àqueles documentos que ela deixou de possuir. E a própria Caixa Econômica Federal já está acionando a Justiça com relação aos procedimentos de todos os processos que foram acionados contra ela.

Hoje, pela manhã, no programa “Bom Dia Brasil” houve uma citação do meu nome, no sentido de que eu tinha que recuperar a capacidade de me indignar. Eu quero dizer que nunca perdi a minha capacidade de indignação. Estou hoje desempenhando a tarefa de Líder, função que requer calma, bom senso para que eu possa trabalhar para a harmonia necessária a este Plenário nas suas votações. Mas não perdi a minha capacidade de indignação em nenhum milímetro. Eu não perdi a minha capacidade de indignação e também não virei tola, não fiquei tansa, como dizem lá na minha terra, lá na minha ilha.

Está muito claro. A fita demonstra, assim, de forma transparente, a tentativa de montar, de armar, de conspirar, de articular ou de agir em conluio para desestabilizar o Governo, para paralisar o Governo, para dificultar o Governo Lula. Portanto, eu não vou sair do centro. O centro para o Governo Lula, para este País não é assumir a tarefa policalesca. A tarefa central para o povo brasileiro não é Senador e Senadora virem policiais; é votar, é transformar este País, é fazer as reformas, é votar as

leis importantíssimas que temos aqui, paradas há décadas, como a Lei das Falências, a reforma do Judiciário, o projeto de preservação da Mata Atlântica, da biossegurança, da violência doméstica. Esse é o centro, isso é o que espera o País, o que espera o povo brasileiro do Senado, dos Senadores e Senadoras – não que substituamos a polícia. Por isso, vou continuar indignada, mas vou continuar centrada na tarefa primordial, que é dar condições para que o Governo Lula dê certo e que possamos cumprir o nosso papel aqui, no Senado.

Eu gostaria ainda que falar sobre mais uma questão e pedir que seja registrado na íntegra, Sr. Presidente desta sessão, Senador Eduardo Siqueira Campos, o discurso do Senador José Sarney pronunciado no dia 21 de março de 2002, logo em seguida ao episódio que atingiu também a Senadora Roseana Sarney, que, à época, era Governadora do Estado do Maranhão. Quero aqui citar apenas dois trechos, mas peço que seja registrado na íntegra, porque é uma peça histórica:

Há um fato cuja recorrência impressiona e intriga. É que toda referência a esse estilo característico de espionagem e dossiês nasce no Ministério da Saúde e envolve o ex – Ministro José Serra. Não é afirmação minha, é dos jornais. Mais do que uma estratégia de campanha, parece uma concepção de Governo.

É o que diz a **Folha de S. Paulo**: Delegado e Procurador ligados a Serra atuam em investigações. O presidenciável tucano, Senador José Serra, conseguiu reunir sob as asas de aliados as duas principais investigações em curso que podem implodir a campanha de seus adversários. São eles o subprocurador da República José Roberto Santoro e o delegado de Polícia Federal Marcelo Itagiba.

José Roberto Santoro e Marcelo Itagiba fazem parte da tropa de choque de Serra no aparato policial e de investigação. Os dois já estiveram juntos antes.

Ex-assessor especial de Serra no Ministério da Saúde, nos dois anos anteriores...

Portanto, Sr. Presidente, esse discurso do atual Presidente do Senado Senador José Sarney, no dia 21 de março de 2002, longo, duro, firme e contundente traz elementos históricos fundamentais para que possamos entender, inclusive, o que assistimos ontem na TV.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de S.Paulo - "O que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês" - 21/03/2002

" O que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês "

Leia a seguir a íntegra do discurso do Senador José Sarney (PMDB-AP):

★

São muitas as versões sobre o que vou dizer. Umas, que venho apenas defender minha filha; outras, que venho destilar um sentimento de ira e vingança contra o presidente da República; outras, que venho entrar no lodo de invadir a vida das pessoas. Não sou responsável por nenhuma dessas versões. Não tenho mais idade para mudar. O Brasil conhece meu temperamento.

Venho cumprir meu dever de homem de Estado responsável pela transição para a democracia. Falo na condição de ex-presidente.

Esperei que os últimos anos da minha vida fossem dedicados à literatura, distanciado da luta partidária, sem perder a serenidade na avaliação das indignidades.

As conversas privadas entre homens públicos devem ser respeitadas. Não estou quebrando esta regra ao recordar que disse ao presidente da República, em visita que me fez:

-Presidente, o senhor desfruta de prestígio internacional e do respeito de todos nós. Não permita que seu governo seja conspurcado neste processo da sucessão. Assegure que o jogo democrático possa fluir sem manobras sujas. As sucessões apaixonam e muitas vezes destroem homens públicos

-Vejamos o exemplo de Nixon. Watergate, justamente porque procuravam derrotar o adversário por métodos amorais. Derrotou-se. Mas manchou-se Nixon perante a História. Presidente, vigie os seus maus amigos.

Já me haviam chegado ao conhecimento alguns procedimentos nada convencionais que me preocupavam, e a ele os relatei. O presidente me reafirmou que seu comportamento seria o de estadista, e que sofria com pressões e cobranças pessoais que lhe infernizavam o cotidiano.

É justamente nesta linha de colaboração com o país e também com o presidente que falo. E é com amargura que vivo este momento. Não estou mais na idade de rasgar a alma com decepções e perplexidades tão chocantes. Não estou aqui como senador do PMDB nem como pai. Não preciso demonstrar que tenho pela minha única filha um amor e afeto que não encontram dimensão.

Falo pelo dever que tem um ex-presidente da República - de defender o país e suas instituições, e a base delas são os direitos individuais. O direito de cada um de nós não ser espionado, escutado, seguido, perseguido, tocado pelo aparato do Estado, construído para proteger os cidadãos. Assim é o Estado de Direito, da lei, não dos homens.

A nação assistiu aos atos de violência política que aconteceram no Maranhão.

Policiais armados, viaturas embaladas, aparato de efeito utilizados para criar um escândalo contra a candidata à Presidência da República, em ato arbitrário, ilegal, de conotação política e fora da lei. Dois tribunais assim o consideraram: o TRF e o STJ, julgando que o cidadão só pode ser investigado por autoridade competente. A governadora do Maranhão não está na jurisdição de Tocantins. É um privilégio? Não. Da mesma forma, os procuradores que a investigam e os juízes gozam das mesmas prerrogativas de serem julgados por instâncias especiais.

Assim também os desembargadores, secretários de Estado, ministros, deputados, senadores e o presidente da República - que agora mesmo, quando a reforma judiciária pretende modificar esta norma, manifesta-se contra.

Toda decisão tomada por juiz ou qualquer autoridade sem competência é nula, não serve, é suspeita, em nada aproveita à Justiça. É decisão dos tribunais e consenso dos juristas. Cito, como isento, o ex-presidente da OAB, Reginaldo de Castro: "Toda prova feita ao arrepio da lei é considerada ilícita (20/4/1999, "O Globo")."

E é, mais uma vez, reiterada na decisão do Supremo Tribunal Federal, em acórdão no processo número 80.197, que considera nula a decisão do juiz incompetente.

A ação praticada contra a governadora do Maranhão foi arbitrária. Não basta sustentar falsas formalidades. Estas manobras são feitas com estes cuidados para esconder seus objetivos.

Ilegal, porque praticada por juiz e autoridades sem a competência legal para praticá-la, conforme decisões unânimes da Justiça. "A investigação dos fatos incluídos na competência originária deste Tribunal deve ser feita aqui", diz o TRF.

Assim descreve o jurista Saulo Ramos o que aconteceu: "Em diligências desse tipo, quem cumpre mandado judicial deprecado é oficial de justiça (art. 355, parágrafo 2º, do Código do Processo Penal). E a polícia, a da comarca, somente pode e deve ser requisitada se houver resistência contra a busca e apreensão."

"E há mais um detalhe, materializando a ilegalidade: o mandado judicial, expedido em Palmas, estava em carta precatória ao juiz do Maranhão e era este quem deveria, se necessário, requisitar a Polícia Federal de lá para cumprimento da diligência. E existem oficiais de Justiça lotados naquela jurisdição, que não podia ser invadida por autoridades de outra, porque não havia perseguição nos termos do art. 250 da lei processual. A perseguição era somente política."

"Os policiais federais envolvidos não eram de Palmas nem de São Luís. Eram de Brasília, todos diretamente subordinados ao superintendente da Polícia Federal, que se proclama legitimamente filiado ao PSDB, e que obedece a ordens do ministro da Justiça. De Brasília foram buscar a

precatória em Palmas (logo, não estavam em diligência) e levaram-na para São Luís, agora, sim, em diligência de "perseguição". Ali o juiz despachou: "Cumpra-se". E os próprios estafetas invadiram a empresa. Nenhum oficial de justiça."

""Os delegados executores da "diligência" até declarações deram, de que "estávamos atrás do ouro, mas encontramos ouro, pedras preciosas, pérolas e diamantes". Confessaram que foram garimpar."

""A história de cumprir mandado judicial é ridícula porque a polícia de Brasília não faz plantão em Tocantins. Ela, sim, foi mandada. O mandado foi mandado. Tudo foi mandado. E para o espaço também mandaram a lei processual."

Este, o aspecto da ilegalidade.

Mas não fuja da questão: de que se acusa a governadora do Maranhão?

A única acusação formal que existe, ajuizada numa ação civil pública, está assim formulada:

""Com relação aos membros do Condel que constam como os primeiros 19 réus na presente ação, mesmo tendo prévio conhecimento das ilegalidades existentes no projeto Usimar e, posteriormente, no voto em separado do representante do Ministério da Fazenda apontando e alertando para irregularidades na documentação apresentada pelos sócios do projeto, no dia da reunião do Condel, resolveram aprová-lo (fls. 474/500 - vol. 03; 68/70 - Dossiê II; 151/160 - Vol. 01)."

O representante do Ministério da Fazenda não votou contra, e sim, aprovou sob condições, as quais enviou à mesa, por escrito, segundo a ata da reunião, como lembrou o governador Dante de Oliveira.

O Projeto Usimar propunha-se a construir uma siderúrgica e fabricar gusa, visto ser o Maranhão o maior exportador de ferro do país, fazer autopeças para a indústria automobilística, gerando milhares de empregos. Qual o governador que, estando presente a uma reunião, votaria contra seu Estado!

Qual o crime que praticaram a governadora do Maranhão e mais o governador Dante de Oliveira, os representantes dos ministérios da Defesa, da Agricultura, das Comunicações, da Educação, das Minas e Energia, da Integração, do

Planejamento, dos Transportes, de Política Fundiária, do governador do Acre, do governador do Amazonas, do governador do Pará e do governador do Tocantins, do Basa, das classes produtoras, das classes trabalhadoras e o superintendente da Sudam, em aprovar o projeto Usimar? Quem aprova projetos não libera recursos. As liberações de recursos são feitas pelo Comitê Gestor de Incentivos Fiscais, constituído de técnicos nomeados pelo Executivo. Se o projeto é na sua implantação fraudado, a responsabilidade legal passa aos ordenadores de despesa, aos fiscais. Isso é o que diz a lei. Mas não é a lei que se procura aplicar, é a política que se quer fazer, utilizando-se de expedientes, que caracterizam desvio e abuso de poder, como neste caso. Acusam a governadora pela aprovação da Usimar e esquecem o ex-ministro José Serra, que responde ao processo 96.00.01079-0 por "improbidade administrativa - ressarcimento ao erário", a outra ação, 2000.34.00.033429-7, com a finalidade de "reparação de danos ao erário", e ainda a várias outras ações ordinárias, cautelares, civis públicas, populares.

Alguém invadiu algum local para procurar comprometê-lo, ou atrás de pistas que pudessem ligá-lo às acusações? Eu seria o primeiro a condenar.

O próprio presidente da República, cujo foro é o Congresso, tem parado na Câmara um processo de impeachment pedido por renomados advogados, que o acusam de compra de votos para sua reeleição. A Justiça do Distrito Federal mandou, no dia 6 de março deste ano, que o presidente da Câmara lhe desse andamento.

Há mais acusação contra a governadora? Nenhuma. Se existe, é secreta, circula em dossiês suspeitos, na arapongagem, no consta, no deve ser. Nenhuma acusação legal lhe foi feita.

Nada tem ela com Sudam, nenhum projeto Sudam ou Sudene, ou seja lá o que for. Seu comportamento sempre foi de uma mulher trabalhadora, séria e correta, tanto assim que mesmo após essa sistemática campanha, segundo pesquisa do IBOPE, detém no Maranhão 88% de confiança em sua honestidade e 85% na aprovação de seu governo, índice maior do Brasil.

Mas planejou-se esse escândalo com o objetivo de afastá-la da sucessão. Aí vem o mais ignominioso. Se não há nada contra ela, busca-se seu esposo, no preconceituoso machismo de mulher dependente do marido! Como envolvê-lo? Em 1994 - portanto, oito anos atrás -, ainda não casado com ela, vendeu à empresa Nova Holanda, que fica a mil quilômetros de São Luís, uma gleba de terra, o que não tem nada demais.

Tiram então, nesse processo inquisitorial, a ilação sem nenhum indício, que era o marido da governadora ligado à empresa Nova Holanda. Há alguma coisa contra ela? Não. A evidência da montagem foi tão primária que, para tentar justificá-la, dar um caráter de investigação, incluíram empresa que nunca figurou em irregularidades na Sudam e

que é conhecida na região pela produtividade agrícola na nova fronteira de Balsas.

Aqui está o relatório final do grupo especial de trabalho criado para examinar as denúncias sobre a Sudam, base de todo o inquérito. Está à disposição de quem quiser ver. Então invadem a Lunus sob a capa de descobrir essa vinculação. Ridícula a montagem. Mas tudo é secreto, escondido. O acusado não sabe do que é acusado. Invade-se primeiro, depois se propala a finalidade da invasão e a acusação.

O padre Vieira foi encarcerado pelo Tribunal do Santo Ofício, também, sem saber do que era acusado. Sabem qual o método da Inquisição? Os juízes lhe perguntaram: - Por que está sendo processado? Vieira respondeu: - Eu é que devo dizer? Não os senhores? Será que é por causa da defesa que faço dos judeus? Responderam-lhe eles: - O Senhor acaba de confessar sua culpa. Era assim o método da Inquisição.

Isto foi em 1663. Estamos em 2002 - 340 anos depois - e o método não mudou. Há que se perguntar ao acusado, e é ele quem tem que responder do que está sendo acusado? Vieira chamou seus julgadores de ""equíssimos doutores" e, em seguida, esclareceu que não falava de equus mas de equidade.

Aqui está o mandado de busca, não cita nome, não tipifica nenhum crime, não revela o motivo da busca.

Mas o delegado Paulo de Tarso Gomes diz: ""vimos buscar ouro". É o subconsciente que fala: foram fotografar o dinheiro, fazer a foto para ser distribuída à imprensa, já que estavam espionando e gravando. Tratava-se do mesmo delegado encarregado de desmontar o dossiê Cayman.

E o procurador Mário Lúcio Avelar diz: ""O processo envolvendo a Lunus nasceu com a busca e apreensão." Logo, não existia nada antes. Foi feito com esse objetivo.

O sr. Jorge Murad recebeu doação de pré-campanha, por ela assume toda e qualquer responsabilidade e por ela responde. Que a Justiça apure sua legalidade e tome suas decisões.

Não é novidade que as campanhas políticas são feitas de doações. O senador Antônio Carlos conta, como testemunho, sobre a memória de seu grande filho, Luís Eduardo Magalhães, que viu, em 1994, o senador Andrade Vieira entregar cinco milhões - hoje, atualizado, dez milhões - como contribuição à pré-campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a presença do candidato.

A última campanha eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso custou oficialmente 43 milhões, mas a Folha de S.Paulo divulgou uma planilha que registra 53 milhões.

Vamos à etapa seguinte: quem executou tudo isso? A Polícia Federal. A quem está hierarquicamente sujeita esta instituição? Pela ordem, ao superintendente de Palmas. Depois, ao seu diretor-geral, ao Ministro da Justiça e, ao final, ao presidente da República.

Em casos como este, o mandado, ou seja lá o que for,

principalmente contra um governador com foro privilegiado, tem que ser examinado pelos seus departamentos jurídicos, para evitar justamente que pesem sobre o governo as suspeitas de parte no arbítrio.

Quem acredita neste país, qual o idiota, que uma ação desta magnitude seria armada sem que a máquina estatal de nada soubesse ou dela não participasse? Quem nesse país não sabe que foi uma ação política suja, com propósito determinado? E, no fim da linha, é no mínimo estranho o fax ao presidente da República comunicando o sucesso da operação. E o número utilizado foi o do fax particular do presidente, protegido pela segurança presidencial, que só pessoas especiais sabem.

Neste mar de imprecisões, em que se espalham as versões, se fala que é um inquérito que tramita há três anos. Por que só agora, depois que a governadora do Maranhão subiu nas pesquisas, essa diligência foi tomada?

O processo da Lunus é de agora, deste ano: 2002.43.00.000477-6. Montado agora. Está aqui o documento. Tudo agora, em cima das pesquisas.

E, para farsa geral, com o timbre sigiloso.

Sigilo para proteger o vazamento, a calúnia, a mentira, o desrespeito à dignidade das pessoas, expostas a versões falsificadas, difamadoras e interessadas.

A polícia - o aparato do Estado -, dessa maneira, foi transformada em polícia política.

No Zimbawe, Roberto Mugabe, agora, acaba de ganhar a eleição. Confinou os dois candidatos de oposição e venceu. Mas a União Européia não aceitou o resultado e contestou a eleição. Na Colômbia, seqüestra-se também uma candidata, e aqui invade-se a empresa da segunda colocada nas pesquisas. No México, matou-se um candidato, Colósio, assassinou-se um outro, Ruiz Massieu, porque também podiam vencer. Tudo vale, nesse submundo da podridão das liberdades violadas.

Atrás, os dedos escondidos, os fingimentos, a desfaçatez das negativas, que não cabem no formalismo com que tentam esconder planos e objetivos.

A data, a hora e a vez foram escolhidos - sexta-feira, fim de tarde -, para impedir a tomada de medidas de defesa judiciais mais eficientes e rápidas. Os seus objetivos e os resultados estavam sendo aguardados por uma revista semanal, para que fosse sua reportagem de capa, até com outdoors. Não censuro a revista. Ela é um veículo e tem interesse em dar furos e noticiar. Censuro aqueles que prepararam a ação violando a lei e os direitos fundamentais.

Pois não é a lei que se busca cumprir. É o escândalo para caluniar. De que adianta dizer a Constituição que todos têm direito à defesa, que ninguém é culpado senão depois de julgado pela Justiça em procedimentos legais?

O aparato do Estado espalha, sem defesa, versões, documentos e calúnias. É assim que funcionavam os Dops, a Gestapo, pior hoje, neste tempo de comunicação em tempo real, em que a imagem de defesa é impossível.

Uma vez solta a calúnia, nada pode recuperar a verdade. O padre Vieira falava de penas soltas ao vento, impossíveis de recolher, e Beaumarchais ressaltava que a calúnia é uma arma tão terrível que destrói o direito do homem de tal forma que ele fica privado até de provar a própria inocência.

Senhoras senadoras, senhores senadores:

O que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês, das escutas, da espionagem na vida privada das pessoas. Todos têm medo. Ninguém tem confiança de que o aparato estatal não seja jogado contra si. Um amigo, diplomata estrangeiro, me disse: o clima no Brasil mudou muito. Está muito parecido com o Peru do tempo de Fujimori.

É, para perplexidade geral, esse clima foi criado num governo comandado por pessoas que lutaram contra o arbítrio.

Há um fato cuja recorrência impressiona e intriga. É que toda referência a esse estilo característico de espionagem e dossiês nasce no Ministério da Saúde e envolve o ex-ministro José Serra. Não é afirmação minha, é dos jornais. Mais que uma estratégia de campanha parece uma concepção de governo.

A primeira matéria que surgiu foi na revista *"Carta Capital"*, há cerca de um ano. Aqui está o plano anunciado, que aconteceu exatamente como previsto.

Leio a revista:

"...no Ministério da Saúde se teria produzido um conjunto de informações sobre atividades de Paulo Renato.

Informações explosivas, pois indicariam uma das trilhas montadas pelo grupo em sua escalada rumo ao poder. Ainda segundo a história do dossiê, este teria sido montado no Ministério da Saúde, mais precisamente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, onde funcionaria um sistema espionagem. ...Eram sete os agentes, incluídos um ex-SNI e SAE [hoje Abin,] e um ex-chefe da Inteligência da Polícia Federal no governo Fernando Henrique." E dá os detalhes.

A imprensa em quase sua totalidade pública que esse mesmo grupo está conectado para essas ações políticas na Polícia Federal e no Ministério Público citando o delegado Marcelo Itagiba, ex-chefe do Departamento de Inteligência da Polícia Federal, ex-chefe do grupo de inteligência que se formou no Ministério da Saúde e que é, atualmente, o superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, e o Procurador José Roberto Santoro. É o que diz a Folha de S.Paulo.

"Delegado e procurador ligados a Serra atuam em investigações do presidencialista tucano, senador José Serra (SP), conseguiu reunir sob as asas de aliados as duas principais investigações em curso que podem implodir a campanha de seus adversários. São eles o subprocurador da República José Roberto Santoro e o delegado de Polícia Federal Marcelo Itagiba."

Continuo lendo:

"Em viagem a Palmas (Tocantins), há duas semanas, o subprocurador Santoro coordenou informalmente o pedido

de busca e apreensão de documentos no escritório da pré-candidata pefelista e governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Trocou idéias com o procurador Mário Lúcio Avelar, que foi o autor do pedido, e orientou a estratégia a ser adotada."

~~...e não há nenhuma razão para se~~
~~transfere o processo de forma alguma para o~~
~~processo de decisão. Os dois devem ser feitos juntos antes.~~

...o delegado Itagiba havia demonstrado grande desenvoltura no exercício de suas funções. No dia 9 de março de 1999, por exemplo, representou o então ministro numa reunião com a diretoria da Abifarma (Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica).
"Foi propor aos donos e dirigentes de laboratórios brasileiros que investissem dinheiro numa entidade não-governamental a ser criada para investigar e combater a falsificação de medicamentos. A proposta foi aprovada, segundo ata da reunião."

Não estou inventando nada sobre ninguém. Estou lendo o que foi publicado. Não houve nenhum desmentido. Naquele tempo do noticiário da revista "Carta Capital", a governadora do Maranhão não era o alvo, eram os concorrentes internos, Pedro Malan, Tasso Jereissati, Paulo Renato. O primeiro explodiu pelo veto político, foi fácil. Dossiê foi feito contra Paulo Renato, diz a revista. Tasso Jereissati também foi objeto de outro dossiê, para ser usado caso insistisse em ser candidato. Disseminou-se o método e o medo.

A serem verdade as aparências, montou-se um grupo estatal para ações políticas. Na Folha de São Paulo, a jornalista Mônica Bergamo publicou

Uma das primeiras atividades do Repórter Mário Bricio Avalos do Teo canal, que foi o primeiro a ser nomeado para a função, apreendeu o endereço por telefone e foi pessoalmente procurado no Sertão, considerando-o mais próximo da capital da Serra. "Com a primeira entrevista que fiz com o Sr. Antônio, escrevi sobre a população da Serra."

Na Saúde, o ministro Serra multiplicou gastos com empresa de ex-chefe de Telecomunicações Eletrônicas do SNI e professor da Polícia Federal. A Fence tem contratos hoje de R\$ 1,87 milhão, seis vezes mais do que no ano passado, muitas vezes maior que os contratos para proteger os 33 ministros do STJ.

O Ministério da Saúde, em vez de tratar das epidemias, dá prioridade às coisas de inteligência e espionagem. "Estranhas relações com o mundo dos arapongas", é manchete do "Correio Braziliense". E a revista "IstoÉ" desta semana: "Grampos, chantagem e baixarias".

São tantas as conexões, tantas as evidências, que não há como esconder a ligação dos atos contra a governadora do Maranhão à sucessão brasileira, que querem transformar numa farsa.

Sou eu quem diz isso? Não.

Uma unanimidade estabeleceu-se neste consenso:

O governador Anthony Garotinho declara: "É estranho que a impressão digital do candidato do PSDB esteja tão presente na denúncia e na ação."

Disse Ciro Gomes: "Se há uma acusação, ela deve ser pública. Sempre que a polícia sai da delegacia para agir sobre um candidato é bom pôr as barbas de molho."

Luiz Inácio Lula da Silva: "Tudo pode ter acontecido, mas o caso deveria ter sido apurado antes de Roseana se tornar candidata."

Leonel Brizola: "Duvido que o presidente não soubesse. Francamente, ninguém comete um ato desses sem troco. Tem implicações."

Tasso Jereissati: "Um gesto de brutalidade que foi feito e é, a meu ver, inadmissível."

Jânio de Freitas: "O uso das engrenagens do poder está mais desabrido e intenso do que jamais. Se no começo é assim, depois não será menos incondizente com os direitos e a legalidade que tanto têm custado a estes país."

E José Genoíno: "Quase ninguém mais duvida de que a governadora foi vítima de espionagem e manipulação política e eleitoral, no episódio da invasão da empresa Lunus."

Senhoras e senhores senadores:

A Polícia Federal é uma instituição de serviços prestados ao país. Tenho grande admiração por ela, e lá tenho bons amigos. É formada de homens de bem. O grupo que se envolveu nessa ação espúria não representa a Polícia Federal.

Agora mesmo, o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Francisco Garisto, pediu investigação ao diretor-geral e afirmou: "O policial deve se pautar pela legislação vigente, não pode se deixar levar por interesses políticos."

Senhoras senadoras e senhores senadores:

Levei estes fatos ao conhecimento do presidente Fernando Henrique, comunicando o que ocorria. O presidente da República tem deveres indeclináveis, responsabilidades intransferíveis.

Seu juramento foi este:

"manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Ele conduz a nação, em sua pessoa a nação entregou sua tranquilidade, suas leis, sua Constituição, a proteção de seus direitos.

Achei que devia adverti-lo e evitar que o aparato estatal fugisse de controle. Meu gesto era de quem confiava.

Getúlio Vargas não mandou matar o major Rubem Vaz, na Toneleros. Mas Afonso Arinos, em famoso discurso, disse do peso da responsabilidade presidencial sobre o aparato do Estado, e seus áulicos, que têm que ficar sob controle.

Falei ao presidente de denúncias que me chegaram. Agentes da Abin se tinham deslocado para o Maranhão, Piauí e Pará,

devassando nossas vidas, de minha família, de meus amigos. O presidente pediu ao general Cardoso que me procurasse. Ele me telefonou e agora, dias atrás, fez-me uma carta. Eu nunca duvidei da conduta do general Cardoso. Mas, o nome da Abin foi usado. Reportei-lhe que chegara ao meu conhecimento que agentes que sempre trabalharam na área de informação, não desmobilizados e não afastados da atividade, também haviam sido contratados pelo deputado Márcio Fortes para uma devassa na vida da governadora do Maranhão, acompanhar suas viagens, gravar suas conversas. O general Cardoso disse-me que isso podia ser possível e que ia investigar.

A mesma denúncia foi levada ao presidente da República pelo presidente Jorge Bornhausen e pelo senador Edison Lobão.

No dia do acontecimento, liguei ao presidente Fernando Henrique, na suposição de uma relação leal, não para cobrar nem pedir nada, mas para declarar que os meus temores anunciados se concretizavam.

-Presidente, lembra-se da nossa conversa? Não deixe conspirar o seu governo!

Respondeu-me ele: -Eu nada sabia.

Não lhe havia cobrado se sabia ou não sabia. Mas disse-lhe:

-O senhor Ministro da Justiça devia saber.

Respondeu-me: -Não, e se ele soubesse e não me avisasse, eu o demitiria, hoje.

À noite, o ministro Aloysio Nunes se gabava na televisão de que dera as ordens.

Em seguida li, perplexo e decepcionado, a declaração do presidente Fernando Henrique de que tudo era "tempestade em copo d'água."

Foi uma declaração infeliz e reveladora, porque não foi esta sua reação no caso do senhor Chico Lopes, quando se falou em favorecimento pessoal no caso Marka/FonteCidam e bilhete encontrado sobre depósito de US\$ 1,6 milhão no exterior.

Leio declaração do presidente no "Jornal do Brasil", sobre aquele caso. Sua revolta. Sua indignação.

"Não vejo nenhuma razão, nada que justifique o que aconteceu, nada realmente. Quero que a opinião pública brasileira repudie a volta do arbítrio no Brasil. Isto não tem sentido. Lutei muito contra o regime arbitrário, fui vítima dele. Acho que é preciso respeitar o Estado de Direito."

E agora: "Tempestade em copo d'água".

O ministro Malan foi mais longe - leio "Veja"- "foi o dia mais triste que vivi no governo."

Na operação em casa do sr. Chico Lopes, além do registro de conta com o equivalente a R\$ 3,8 milhões no exterior,

também foi encontrado dinheiro. "Apesar dos policiais terem contado as notas -diz "O Estado de S. Paulo"-, o dinheiro não foi recolhido. "Nem, muito menos, fotografado."

Agora, o presidente responde que o que fizeram com a governadora do Maranhão "é tempestade em copo d'água."

Senadoras e senadores:

Será o caso do Maranhão a mais urgente diligência neste país? Onde está o inquérito do ministério da Saúde sobre o lobista Paes dos Santos, sobre a suspeita de um senhor Duarte, recebendo quantias comprovadas em sua conta? O sr. Alexandre Santos até hoje não foi ouvido. No inquérito existente consta que a reunião para ouvir a denúncia apresentada pela jornalista Alba Chacon foi coordenada no Ministério da Saúde pelo subprocurador da República Santoro, estranho àquele órgão, conforme ata lavrada e incluída no inquérito. Baixou uma cortina de silêncio sobre o assunto. Está no inquérito e ele está parado.

Quero, também, dizer uma palavra sobre o Ministério da Justiça, elo das responsabilidades hierárquicas previsto na própria Constituição. Para que se veja o estilo destas coisas, vejam-se as pessoas. O atual ministro é um homem de biografia forte. Tem demonstrado em sua vida atos de extrema violência. Comunga a teoria de que os fins justificam os meios. Já participou de operações bem mais complexas do que invadir um escritório de uma candidata à Presidência da República.

Não é somente o passado do ministro da Justiça que é violento. O jornalista Fernando Moraes divulgou em "Último Segundo", jornal da Internet, episódio ocorrido no aeroporto de Cumbica ao tempo em que o Sr. Aloysio Nunes era vice-governador de São Paulo. A uma insinuação do jornalista e escritor Paulo Francis, respondeu com palavras de baixíssimo calão que o decoro não me permite repetir e ameaças de espancamento.

Da mesma forma, o decoro me impede de relatar o calão que acompanhou as ameaças de espancamento e de morte ao governador do Ceará que ele se permitiu fazer em frente do presidente da República.

Não dá tranqüilidade a ninguém que um homem assim seja o guardião das liberdades públicas, das leis, da Constituição. Perguntam talvez os senhores: "E o senhor quando presidente, como se conduzia?"

Cito exemplos vivos.

Em São Paulo, foi aberto inquérito na Cosipa, Companhia Siderúrgica Paulista, no qual procurou-se envolver o então senador Fernando Henrique Cardoso, porque teria indicado diretores da companhia. Chamei o então diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma -ele pode oferecer seu testemunho- e disse-lhe que não permitisse jamais que se politizasse qualquer inquérito nem que se responsabilizasse alguém sem que o assunto estivesse devidamente esclarecido. E lembrem-se que o então senador Fernando Henrique Cardoso era um dos que mais atacavam minha pessoa e meu governo.

Mais ainda. Quando assumi o mandato de senador, em 1991, não tinha estreitas relações com o senador Fernando Henrique, rescaldado ainda daquelas duras críticas. Mas nossas relações passaram a ser cordiais. E, sem perda de tempo, a primeira coisa que me pediu foi que lhe desse uma declaração, porque estava sendo acusado pelo ex-governador

Orestes Quércia sobre a Cosipa, que eu dissesse que contra ele nada havia de pendente em relação ao caso. E eu então enviei-lhe uma carta nos termos em que me pediu.

Outro exemplo, senhor presidente, senhoras e senhores senadores.

Em 1997, para intimidar o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, foi forjado também contra ele um inquérito, acusado de ter um contrato de gaveta sobre o apartamento em que morava.

Sempre fomos adversários, Lula e eu, com ele nunca mantive relações pessoais, senão de respeito. Apenas por minha consciência, com a minha responsabilidade, escrevi, no dia 13 de junho de 1997, na Folha de S. Paulo, artigo intitulado "A Lula o que é de Lula."

"O país tem que aprender a preservar os seus homens públicos naquilo que têm de mais exemplar, que é sua vida. Não se trata de dar carta de imunidade a ninguém, mas não se pode, só porque o Lula é um líder de esquerda, aproveitar-se de sua notoriedade para, à custa dela, criar um escândalo." Mas, senhor presidente, minha conduta nesses casos não ficou só aí.

Quando o empresário Abílio Diniz foi seqüestrado, às vésperas das eleições, em 1989, quiseram envolver o PT como responsável por aquela ação criminosa, já que os seqüestradores sustentavam o caráter político do crime com símbolos de campanha. Chamei o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, para que a Polícia Federal, por serem estrangeiros os sequestradores e a Interpol ter sido acionada, não entrasse no assunto e não envolvesse o PT só por suposições. O ministro Saulo Ramos chamou Romeu Tuma e determinou que não se politizasse o assunto. Estávamos a poucos dias da eleição presidencial e ninguém ia desvincular o fato de uma ação política. Não permiti, nem o ministro Saulo permitiu, e nem o senador Tuma. O Estado não pode fazer isso, nunca. Não pode agir por motivação política. O PT sabe desse fato.

Eu sou assim. Esta sempre foi minha maneira de ser.

Então tenho autoridade para dizer ao senhor Presidente da República, mais uma vez: "Não deixe que seu governo seja conspurcado por coisas dessa natureza".

Precisamos ter cuidado quando quisermos julgar as aparências de atos formais como sendo atos legais. Sabe-se como se fazem estas coisas.

Não devemos esquecer:

Quantos milhões de pessoas foram levados ao forno crematório e às valas da Sibéria por investigações, inquéritos, papeluchos. Por um mandado foi Olga Benário levada das masmorras do Estado Novo para o campo de concentração. Processos, inquéritos, condenações políticas forjadas, foram sempre métodos de intimidação e liquidação de adversários, métodos já ultrapassados na humanidade. O Brasil não pode ter inquéritos secretos para provocar o medo, o terrorismo moral.

É este o estado democrático que queremos?

Os policiais que invadiram a Folha de S. Paulo, em 1991, também estavam munidos de mandado judicial, de

documentos, de autorizações.

Apreenderam documentos cotidianos e normais e os apresentaram como criminosos.

Senadoras e senadores:

Não estou aqui para defender filha ou candidatura. Por ela, não estaria na tribuna, tão veementes foram os apelos que me fez para não me meter neste caso depois dos graves problemas de saúde que enfrentei. Para honra minha, ela se conduz com seus próprios passos.

Falo pelo país e, mais ainda, para ajudar o presidente a libertar-se dessas pressões e não deixar manchar a imagem do Brasil.

Que se diga a qualquer cidadão de que é acusado, tipifique seu crime, se assegure o direito de defesa. Que se condene quem tiver culpa. Mas que não se invoquem simulacros, mascarados sob a capa de formalidades. Seja respeitado o processo legal.

Respeitem os direitos individuais, as garantias constitucionais, e não usem o Estado para esse tipo de ação que denigre o país e as instituições. Não persigam.

Leio, agora, que o governo pede ao relator da ONU sobre alimentação que não vá ao Maranhão, pelos nossos índices. Isso me machuca. Peço que o senhor Jean Ziegler vá ao Maranhão. O Maranhão é dos Estados de menor índice de violência, e o sr. Ziegler disse que o Brasil enfrenta "uma guerra social", com "40 mil assassinatos por ano. Para a ONU, 15 mil mortos por ano são indicador de guerra."

O Maranhão para mim não é só inspiração. É vida, é saudade que não deixa de doer um só dia, é sonho, é amor demais.

Ruins são, infelizmente, os índices. Mas não é o Maranhão o vilão do Brasil. O índice de desigualdade do Maranhão é melhor que o do Brasil -Maranhão, 0.575; Brasil, 0.595.

Não é o Maranhão que vai colocar o Brasil em situação ruim, em desigualdade social.

Pouco sabemos da Suazilândia, pequeno país dormitório da África do Sul, onde quase toda a população anda descalça.

Da Nicarágua sabemos, porque está aqui perto. O que têm a Suazilândia, a África do Sul e a Nicarágua a ver com o Brasil?

É que os últimos países do mundo na desigualdade social, são Suazilândia, Nicarágua, África do Sul e Brasil, segundo o Pnud, órgão das Nações Unidas, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001. Estes são os problemas do país para os quais devemos conjugar esforços, e não denegrir a imagem do Maranhão.

Mais do que nunca o Brasil precisa ficar acima de qualquer suspeita, em todos os escalões, sobretudo nos órgãos encarregados de zelar pela Constituição e pelos direitos da cidadania.

Precisamos de paz. Todos sabem meu temperamento. Estou aqui para defender o país e suas instituições. Nunca persegui ninguém, não pesa em minha consciência ter passado por cima de ninguém. Todos me conhecem e conhecem meu temperamento, minha conduta.

Tenho certeza da grande contribuição que dei à consolidação da democracia no Brasil. Como presidente e como ex-presidente, nunca fiz outra coisa senão procurar ajudar o governo do Brasil e, nesse sentido, o país é testemunha do meu comportamento em relação ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sofre a governadora do Maranhão uma perseguição política, pelo fato de ser candidata. Ela não pediu, não disputou, não atropelou ninguém. Seus índices nas pesquisas foram dados pelo povo brasileiro. E ela está pagando por isso.

Eleições limpas, sem esses métodos, para resguardar a imagem nacional.

Se isso não ocorrer, somente me resta, na defesa do processo democrático, irei bater às portas da ONU, da OEA, do InterAction Council e onde for necessário, pedindo observadores para as eleições, a fim de assegurar a vigilância internacional da nossa sucessão, sobre como o processo decorre, as pressões, legislação, e os métodos.

Estão acontecendo coisas que preocupam. A decisão do TSE sobre coligações cria um complicador novo, às vésperas da eleição, mudando o jogo, o que confunde. Discute-se sobre a quem interessa essa decisão, que eu julgo não pode ser colocada. Levantam-se suspeitas injustas que jamais deveriam envolver a Justiça Eleitoral.

O "Jornal de Debates" traz esta matéria: "Urnas eletrônicas: 2002 e a fraude anunciada". O ministro Nelson Jobim, segundo o "Correio Braziliense", diz que "há falta de confiança por parte de alguns partidos, e essa desconfiança pode comprometer a eleição". Acontece também que a Abin é a única detentora da chave criptográfica das urnas e do sistema eleitoral. E a Abin deve estar acima de qualquer suspeita.

Enfim, há complicadores que se interligam.

É preciso meditar sobre estas coisas, e foi nesse sentido que pedi ao presidente do Senado para procurar o presidente do TSE e evitar atritos.

Uma eleição não é fraudada somente nas urnas. O processo pode começar fraudado. Nos casuísmos, na suspeita sobre a segurança eletrônica, na intervenção do aparato estatal.

Como ocorreu em Watergate, as coisas deixaram pegadas. Aqui também. Algum jornalista vai descobrir a trama e um dia um best-seller vai aparecer, vai surgir o nosso prêmio Pulitzer, contando toda a história. E aí os responsáveis não terão como recorrer a negaças.

Não é possível que este processo fique oculto para sempre. Que seja apenas "tempestade em copo d'água".

Será assim que se pensa ser o futuro governo? Medite a nação sobre isso.

O jornalista Élio Gaspari advertiu o país sobre o "perigo da mexicanização".

Otávio Frias Filho escreveu na Folha de S. Paulo:

"O ambiente político está turvado de indícios de que a operação determinada pela Justiça contra a pré-candidata foi apenas a cobertura legal para manobra mais oculta e

suspeita. A governadora foi alvo de uma rede de espionagem particular, denunciada de antemão, e que resultou num *dossiê destinado a prejudicá-la.*"

"Mas estamos diante de algo preocupante. Trata-se do mais impressionante rolo compressor já montado na política recente. Dinheiro, recursos políticos, mídia, pressões, ameaças, tudo é usado para favorecer o candidato oficial. *Detalhe importante: está sendo organizada uma estrutura paralela ao governo e a seu partido, algo sem precedentes.*" "The Economist", nesta semana, relata o episódio. É a revista de maior prestígio, a Bíblia do mundo globalizado, que diz: "A senhora Sarney, governadora do Maranhão, afirma que a operação foi uma conspiração orquestrada pelo governo e seu candidato à Presidência, José Serra. Ela pode estar certa!"

Assim, as eleições e o Estado brasileiro estão sob suspeita, *também, internacional.*

Já outro dia o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, sr. O'Neil, disse que os vergonhosos juros altos do Brasil eram devidos à corrupção.

Aqueles que praticaram esta operação estão pensando que sua ação foi brilhante. Mas podem descobrir que estão errados se pensarem no mal que fizeram ao Brasil e ao presidente da República.

Esses métodos não podem prosperar. O presidente é o responsável perante a Constituição e a história.

Se a governadora do Maranhão não fosse candidata, nada disso existiria. Se ela aceitasse ser vice e não dissesse que as mulheres em vez de vice podiam ser presidentes, certamente *não estaria amargando essa manipulação de imagem cuja origem está no aparato estatal, fonte das versões.*

No momento em que a independência judiciária é agregada à influência do Executivo, morre o Parlamento e não há mais liberdade, porque some o equilíbrio dos poderes. Nasce o arbítrio. No princípio com coisas que nos parecem menores, como as que relatei. Depois vai num crescendo e quando nos damos conta, tudo está perdido.

É sempre bom lembrar o pastor Niemöller, um dos líderes da resistência protestante contra o nazismo:

Quando vieram buscar os comunistas, eu não disse nada, eu não era comunista.

Quando vieram buscar os judeus, eu não disse nada, eu não era judeu.

Quando vieram buscar os católicos, eu não disse nada, eu não era católico.

Então vieram me prender, e não havia mais ninguém para protestar.

Peço que meditem sobre isso os políticos, a imprensa, o governo e o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concederei a V. Ex^a.

Apenas, nobre Líder Ideli Salvatti, em relação ao pedido formulado por V. Ex^a, embora se trate de um discurso proferido desta tribuna e já constar dos Anais da Casa, a Presidência deferirá a parte citada por V. Ex^a para a referida transcrição, tendo em vista o disposto no Regimento Interno.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a, pela ordem, Senador Arthur Virgílio. Em seguida, V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tenho em mãos a folha **on** – **line** do UOL, com uma notícia extremamente grave e que se refere a um das figuras que mais respeito e estimo no Governo Lula, que é precisamente essa figura respeitável e estimável, o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Cavalheiro, correto nas suas ações, alguém com quem dá gosto dialogar até porque alguém talhado a fazer o serviço limpo do Governo e não o serviço sujo do Governo. Mas o Ministro Márcio Thomaz Bastos vê conspiração para derrubar o Governo Lula. Isso seria grave dito por qualquer pessoa, sendo gravíssimo proferido pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Recebemos aqui a visita da Sr^a Maria Tereza Goulart, vítima com sua família – o Presidente João Goulart deposto – de um golpe de Estado que instalou uma ditadura que durou 22 anos neste País.

Meu pai era líder do Governo Goulart. Meu pai, aliás, morreu duas vezes, no dia 31 de março. Morreu, de certa forma, politicamente no dia 31 de março e fisicamente também. Hoje faz 17 anos que ele se foi.

Mas aquele era um outro País, onde cabia golpe, instalação da ditadura, portanto, essa não é a melhor declaração a ser dada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Não é a melhor declaração, mas a pior. Repito que S. Ex^a é estimável, correto e admirável. Mantenho por S. Ex^a todo o carinho pessoal e todo o apreço público.

Mas aqui quero dizer que conspiração tenho visto, sim, contra o Erário, por meio de Waldomiro Diniz e de quem o apadrinha direta ou indiretamente. Por isso, a exigência que temos feito de uma CPI para esclarecer, de uma vez por todas, esses fatos lamentáveis que estão levando o Governo a desculpas esfarrapadas, a desculpas rotas, quando só cabia mesmo a forma

altaneira de enfrentar a questão, que seria submeter Santoro e Waldomiro à investigação. Deve – se convocar quem quer que seja, do Ministro José Dirceu a quem quer que fosse, para não ficar dúvida sobre dúvida ou pedra sobre pedra de um castelo de dúvidas que está arruinando com a reputação e o peso de um Governo que se elegeu em nome da esperança, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente tendo sido citado, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a invoca o art. 14, § 6º. Concedo a V. Ex^a a palavra, por cinco minutos, para uma explicação pessoal, nobre Senador Antero Paes de Barros, PSDB do Estado de Mato Grosso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para pedir a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa já tem a delegação enviada pela liderança do PSDB, ficando V. Ex^a inscrito logo após o nobre Líder Jefferson Péres, que será o próximo orador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, façam a investigação que quiserem com relação ao Senador Antero Paes de Barros. Não tenho nenhum problema em ser investigado. Acredito que nenhum homem público deve ter esse tipo de problema. Reafirmo as declarações que prestei à imprensa brasileira. Não minto; nunca menti.

Quando conclamo o PT a recuperar a capacidade de indignação é porque ele precisa recuperá – la mesmo. Para mim, não há momento para combater corrupção – se é às três da manhã ou às seis da manhã; se essa oitiva iniciou – se às onze da noite e está se arrastando até às três da manhã. A oitiva do Carlinhos Cachoeira no Ministério Público Federal, o vazamento dessa fita e a entrevista do Ministro José Dirceu na coluna do Merval Pereira indicam relações que precisam ser apuradas. Só há uma forma de apurar tudo isso: é a CPI.

Se estão colocando o Dr. Santoro e o Procurador Marcelo Serra Azul como suspeitos, que a CPI se instale e se convoquem os Procuradores da República, mas da mesma forma todas as autoridades, pois, na democracia, não há autoridade que não possa ser investigada. É normal se investigar um Subprocurador, como é normalíssimo se investigar o Ministro Chefe da Casa Civil. Não há absurdo nenhum nisso.

Agora, raciocinemos: a fita de ontem, em que o Procurador quer legalizar provas, pede documentos e quer que o Carlinhos Cachoeira seja réu colaborador, invalida os crimes do Waldomiro? Os crimes flagrados do Waldomiro deixaram de existir por causa da divulgação do Jornal Nacional de ontem? Se for assim, daqui a pouco, o PT vai convocar o Sr. Waldomiro para voltar a fazer parte do Governo e assumir a Embaixada brasileira na Santa Sé. Só falta ocorrer isso, porque em nenhum momento desapareceu algum crime do Sr. Waldomiro.

“O Procurador manipulou a informação? E na Caixa Econômica Federal?” Alto lá! A sindicância, que é uma piada do Governo, indicou o tráfico de influência do agente público Waldomiro Diniz. Não precisava ser o Procurador, pois a sindicância do Governo indicou isso. Ao fazê-lo, demonstrou que o Procurador está correto nas suas conclusões a respeito da improbidade administrativa.

Sou filho de economiária, minha mãe é aposentada da Caixa Econômica Federal e, ainda menino, quando eu não tinha com quem ficar, ela me levava junto quando ia trabalhar. Sei o que significa Caixa Econômica Federal, uma instituição respeitável deste País. Não é normal a Caixa Econômica Federal chegar a fazer um contrato de 700 milhões e não ter Ata! Isso aí não é botequim de esquina! Um contrato de 700 milhões da Caixa Econômica Federal não tem Ata e não se quer que apure?

Ora, se o Governo estivesse em paz, evidentemente seria o primeiro a exigir a CPI. Vou ler algumas declarações de alguém que, seguramente, não quer desestabilizar e derrubar o Governo. Vou reproduzir alguns trechos:

Estava no meu Gabinete quando ouvi um Deputado relevante nesta Casa. O que temos, em verdade, é um inquérito sendo levado a efeito pela Polícia Federal, com acompanhamento do Ministério Público. Temos uma imprensa livre, embora a imprensa já tenha sido chamada de mau – caráter. Temos uma imprensa livre e não tivemos nenhum fato trazido ao conhecimento deste Plenário por uma descoberta, por investigação de Parlamentar de Oposição.

Quantas vezes a Oposição, em épocas passadas, exerceu seu mandato buscando, pelos próprios pés, pelas próprias mãos, pela própria cabeça, um fato, estudando e não se limitando a ler? Mas isso é útil. Em seguida, assisti ao Jornal Nacional e peço desculpas aos companheiros do PT, porque essa fita exibida hoje não traz nenhum fato novo sobre a

delinqüência do Sr. Waldomiro Diniz. Não há um fato novo a sugerir que daí possa ser extraído um fato determinado capaz de embasar um requerimento de CPI até agora, que não encontrou um fato determinado. A gravação de hoje convalida o esforço do Ministério Público para revelar a prática criminosa do Sr. Waldomiro Diniz. Essa é a verdade. Nada existe além disso na gravação exibida hoje.

Sabe quem disse isso? Não foi um desestabilizador da Oposição, não. Quem disse isso, ontem, no plenário da Câmara dos Deputados, foi o Deputado Miro Teixeira, que, até a semana passada, era Líder do Governo. E S. Ex^a faz elogios à atuação do Dr. Santoro, relatando quem é ele. Aliás, quando o Dr. Luiz Francisco e o Dr. Santoro desmontaram a máfia do Acre, também foram gravados e receberam acusações iguais a essas. Quando o Dr. Santoro desmontou a máfia no Espírito Santo, também foi gravado e foram feitas acusações semelhantes a essas. Não estou questionando isso.

Se se quer questionar o Procurador Santoro, basta se abrir uma CPI para convocá-lo, assim como o Dr. Marcelo Serra Azul. Porém, não podem faltar nessa CPI: Waldomiro Diniz, Buratti, a GTech, os diretores da Caixa Econômica Federal e o Ministro José Dirceu, que é poderoso, mas também é perfeitamente investigável pelas ações parlamentares do Senado.

Também lamento as declarações do Ministro da Justiça, porque o que desestabiliza governo é não apurar corrupção. Apurar corrupção melhora governo. O que desestabiliza é deixar a corrupção sem ser apurada. Quero fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores: vamos, sim, recuperar a capacidade de nos indignar. Vamos, sim, apoiar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

Esclareço aos nobres Líderes que após a fala dos dois inscritos iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, procurarei ser breve, até porque precisamos iniciar a Ordem do Dia.

Senador Eduardo Siqueira Campos, nada disso estaria acontecendo hoje, no Brasil, o País não estaria tão agitado por um furacão mais forte do que o ciclone que assolou a Região Sul do País, estaríamos vivendo num clima de normalidade se os políticos brasileiros visassem, realmente, ao interesse público e cultuassem os valores éticos, se realmente buscassem mandatos eletivos objetivando o bem da coletividade, acima dos interesses pessoais e partidários.

Mas ao que o povo assiste estarecido, Sr. Presidente? “O interesse público que se lixe, a coerência que vá para o espaço, tudo o que vier em prejuízo meu e do meu partido eu vou impedir; tudo que puder prejudicar os adversários eu vou fazer”.

Senadores e Deputados se elegeram com milhões de votos. Por quê? Qual o motivo principal de terem milhões de votos? Inclusive porque defendiam CPIs. Principalmente por isso. Eu imagino como estão os eleitores desses parlamentares que agora não querem uma CPI, porque isso é policialesco!

Ao procurar investigar, o Senado virou delegacia de polícia, quando o papel do Senado, e o da Câmara também, sempre foi investigar e fiscalizar o Executivo.

Usa – se o caso do Subprocurador Santoro como manobra diversionista. É indefensável o Subprocurador Santoro. Penso que ninguém subirá àquela tribuna para defendê-lo. Fiquei indignado ontem, Sr. Presidente! Fiquei indignado, Senador Antonio Carlos Magalhães, com a falta de compostura de um membro do Ministério Público. O linguajar chulo, pornofônico... Um cidadão que não tem sequer educação doméstica, e na companhia de um bicheiro, parecia que estava em um botequim. Como eu posso defender esse homem? Ainda que ele estivesse do meu lado! Eu não defendo nem o meu filho se estiver errado.

O Subprocurador Santoro enodoou, ontem, o Ministério Público, sim! E agora vêm as insinuações de que ele estaria participando de uma conspiração contra o Governo. E até ao ex – Ministro José Serra, que não está aqui para se defender, é feita uma insinuação de que ele estaria articulado com o Senador José Serra. Mais um motivo, Senador Eduardo Siqueira Campos, para a instalação da CPI, que pode quebrar o sigilo telefônico do Subprocurador Santoro. Eu quero saber se o Subprocurador Santoro tem articulação política e faz parte de uma conspiração! Uma CPI quebraria, hoje, o sigilo telefônico do Subprocurador Santoro. Mas não se quer a CPI! Que País é este? Como é que o povo olha o Congresso Nacional, meu Deus do céu!? Eu já disse anteriormente: que teatro é este em que as pessoas estão defendendo seus interesses ou os de seus partidos? Eu deixaria o PDT explodir! Que o PDT explodisse, mas eu defenderia o País se estivesse no Governo, e não os interesse do PDT.

Sr. Presidente, se eu fosse Presidente da República, a primeira recomendação que eu faria ao Líder do Governo nesta Casa seria a de abrir quantas CPIs a Oposição quisesse. Por quê? Porque, se ela atingisse todos os ministros, eu demitiria todos eles. Mas o Presidente da República jamais será alcançado por nenhuma CPI. Nenhuma. Eu faria isso. Por que é

que se tem medo de CPI, meu Deus? Por que é que se muda o discurso? Por que é que se desrespeitam os eleitores dessa maneira? Por que é que se lança o País em uma crise?

O Senador José Agripino foi muito feliz! Eu não estava lá, porque não sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos, se o fosse, estaria dizendo ao Ministro Palocci que, apesar dos erros que S. Exª tenha cometido na sua gestão, dou – lhe nota 10 pela gestão fiscal responsável e pela austeridade monetária, que é o que está sustentando este País. Se dependesse dos MSTs, dos petistas que se reuniram lá em São Paulo, dos ministros trapalhões e também daqueles que impedem CPIs, que lançam a desconfiança em toda a sociedade sobre os propósitos deste Governo, este País já teria ido à garra!

Que coisa lamentável, Sr. Presidente!

Eu confio muito no Supremo Tribunal Federal. Penso que este País vai se surpreender! Acredito que o Supremo vai tomar uma decisão histórica! E queiram ou não, essa CPI vai se instalar!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Alvaro Dias, V. Exª dispõe de até cinco minutos para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança da Minoria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, certamente o povo brasileiro deve estar indagando: por que esse esforço descomunal para proteger delinqüentes no Governo? Se o Governo se diz repleto de argumentos e de justificativas, por que impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito? Se o Governo acusa a Oposição de exagero, se o Governo entende que o escândalo não é tão escandaloso assim, por que fugir da investigação? Por que impedir que se coloque o mal à luz para que ele possa ser combatido? Por que, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, alardear ser a CPI instrumento para tarefa policialesca?

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a investigação policial está em outra esfera. A investigação no Congresso Nacional é política. Não fosse a investigação política, o ex – Presidente Fernando Collor de Mello não teria sido levado ao **impeachment**. Condenado pela Justiça não foi; vive em liberdade. Mas a investigação política nesta Casa o levou ao **impeachment** e à cassação de seus direitos políticos por oito anos. E os anos do Orçamento? A investigação política levou – os à cassação. A Justiça, a outra investigação, aquela que se diz policialesca, possibilita que alguns deles ocupem hoje cargos públicos, eleitos inclusive em seus redutos eleitorais.

Ulysses Guimarães é que definia muito bem: A CPI vai pelo cheiro. E, pelo cheiro, chega à corrupção e ao corrupto. Pelo cheiro, chega ao crime e ao criminoso.

A investigação, na esfera da polícia, os procedimentos judiciais, não excluem a responsabilidade congressual de investigar politicamente. Lá, são necessárias provas documentais, provas materiais. Aqui, bastam os indícios que levam à convicção da prática de ilícitos por qualquer agente público.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CPI é uma exigência da sociedade brasileira, refletida em pesquisa de opinião pública, com um percentual acima de 81%. A Oposição desestabiliza o Governo. A Oposição conspira contra o Governo. A Oposição quer derrubar o Governo. Se isso partisse de qualquer comissionado do Governo Lula, até se admitiria, respeitando o amor ao emprego. Mas, quando parte do Ministro da Justiça, a indignação tem que ser maior. O que derruba governo não é o desejo de investigar. O que derruba governo – já disse o Senador Antero Paes de Barros – é a corrupção. O que derruba governo é a instalação do propinoduto, é a permissão para que circulem ao redor do poder os “corruptólogos” do momento. O que derruba um governo é a falta de credibilidade. O que faz o povo desacreditar no governo é o descumprimento dos compromissos assumidos durante a trajetória histórica do partido que o levou ao poder.

E os dogmas sustentados durante tanto tempo? E os postulados apregoados durante tantos anos? São agora lançados no lixo da história do Partido dos Trabalhadores pelo Governo, que não teme a Oposição, mas teme a corrupção, que o infelicitiza, que lamentavelmente o corrói e faz com que se estabeleça aqui a ditadura da Maioria, com a revogação do § 3º do art. 58 da Constituição. Se essa canhestra exegese prevalecer, não teremos mais CPIs.

E a Minoria terá a sua responsabilidade de controlar o governo comprometida de forma definitiva. Ao permitir a revogação desse artigo da Constituição, estamos praticando um retrocesso institucional perigoso. Estamos escapando do caminho da democracia. E nos resta, Sr. Presidente, a esperança de que o Supremo Tribunal Federal recoloque o País nos caminhos da democracia, restabelecendo a verdade sobre o direito, porque a Lei Maior não pode se submeter ao Regimento do Senado Federal. E o que querem, o que interpretam, o que impõem a esta Casa é a prevalência do Regimento Interno sobre a Carta Magna do País.

O voto e a eleição conferem, sim, legitimidade a quem governa, mas não oferecem um cheque em branco para que se faça o que se pretende fazer sem respeito às aspirações da sociedade. Conferem,

sim, legitimidade, mas não dão o direito de afrontar a Constituição, de afrontar o Parlamento e desrespeitar a sociedade brasileira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas solicitar a V. Ex^a informação sobre o andamento dos trabalhos. Primeiro, se já foi comunicado à Mesa sobre o tal acordo dos Líderes e o que será votado. Segundo, se houve alguma mudança de relatoria, e que os novos relatórios, a serem apresentados pelos novos relatores, sejam disponibilizados, para que não tenhamos de solicitar a leitura dos relatórios antes de votar as matérias.

Se houve mudança de relatoria em alguma medida provisória, que o relatório seja imediatamente disponibilizado nas bancadas, para que tenhamos acesso a ele antes da votação, para não termos de paralisar os trabalhos para solicitá – lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senadora Heloísa Helena, a Presidência informa a V. Ex^a que a Mesa já tem a informação de que o Item nº 1 encontra – se apto para ser votado, com o relatório pronto e o Relator já designado. Há acordo para o Item nº 2. Entretanto, esta Presidência não recebeu qualquer informação sobre mudança de relatório, mas adotará as providências regimentais para que se cumpra o Regimento Interno e para informar as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Senador Aloizio Mercadante pediu a palavra pela Liderança do Governo, é o último Líder que se inscreve. Eu gostaria de encarecer...

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho o maior prazer em ouvir o Senador Aloizio Mercadante, e que creio que ele virá com uma palavra ajuizada finalmente pelo Governo. Mas foram usados os dois tempos.

Seria bom que V. Ex^a nos esclarecesse, dando a interpretação regimental correta, porque a nós, da Oposição, interessa mesmo que os tempos sejam elásticos e largos para que possamos falar.

Como extensão concordo, porque não estou aqui para colocar óbice. Terei prazer e reverência em ouvir S. Ex^a, mas é que os dois tempos foram usados. Apenas

pergunto qual seria a prerrogativa ou o direito nosso daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência informa a V. Ex^a, nobre Líder Arthur Virgílio, que a Senadora Ideli Salvatti falou pela Liderança do Bloco e pela Liderança do PT. Deixei encerrar o prazo, informei a S. Ex^a, que requereu pela Liderança do Bloco e não pela Liderança do Governo.

A solicitação é regimental, há precedentes, e o Líder Aloizio Mercadante pede a palavra pela Liderança do Governo.

Tenha V. Ex^a a certeza de que a Presidência, diligentemente, não deixará que a Minoria ou qualquer Parlamentar sofra a supressão dos direitos regimentais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que a Liderança do PMDB também cede o tempo ao Senador Aloizio Mercadante para que S. Ex^a possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Romero Jucá, o Líder Aloizio Mercadante tem a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Quero, inicialmente, solicitar a este Plenário uma reflexão sobre o debate que estamos promovendo e sobre a data em que ocorre, o dia 31 de março.

Hoje, estamos reafirmando o compromisso desta Nação com a democracia. Tenho absoluta convicção de que tal compromisso foi muito caro à minha geração e à de tantos outros que aqui estão. Lutamos pela liberdade democrática, pela liberdade de expressão, pelo direito de ser eleito, pelo direito de votar, pelas diretas, pela anistia, pela construção do processo democrático, pela Constituinte de 1986. Foi um longo caminho. A construção da democracia exige uma atitude e um compromisso permanente com seus valores fundamentais.

Uma das grandes virtudes da democracia é a transparência, é o pleno exercício de cada uma das instituições. Portanto, quando cada um dos Srs. Senadores assiste estarecido ao diálogo entre Waldomiro e

Carlos Cachoeira, a democracia reage imediatamente, por meio de suas instituições. Um Presidente eleito democraticamente pelo povo afasta imediatamente um servidor, instaura um inquérito na Polícia Federal e uma sindicância no Governo, pede ao Ministério Público que aja sobre o ocorrido.

Tivemos, desde então, várias novidades sobre aquele episódio. Mas nada, nenhum fato novo, pode paralisar o processo de investigação, de identificação de todos os responsáveis e punição de todos os envolvidos. A Nação quer o esclarecimento de todos os fatos. O Ministério Público, a Polícia Federal e a Justiça estão tomando todas as providências, e temos certeza de que isso ocorrerá.

Mas, ontem, cada um dos Senadores e das Senadoras teve oportunidade de ouvir uma outra conversa, em uma outra fita, que tem correlação com o episódio anterior e que, em si mesma, é muito grave, porque ocorre na calada da noite – o que não é próprio dos servidores públicos, das instituições públicas –, porque ocorre dentro do Ministério Público. E o Subprocurador da República confessa no diálogo que pratica um ato, primeiro, clandestino, e tenta o tempo inteiro coagir a testemunha a entregar uma fita, dizendo, entre outras coisas, que o Procurador – Geral da República poderia chegar. Ato clandestino, ilegal, coação de testemunha. E, não bastassem as expressões que são utilizadas, sugere uma motivação política, acima de qualquer outra obrigação da sua função, em que diz: Eu quero ferrar o Chefe da Casa Civil. Estamos aqui para derrubar o Governo do PT.

Portanto, assumidamente clandestino o ato e uma conspiração não contra o Governo de um Partido, mas contra a democracia, contra o Estado de Direito, contra a vontade do povo expressa nas urnas. É evidente que aquela expressão é uma bravata. Não vejo a menor possibilidade desse tipo de coisa encontrar eco na sociedade brasileira. Não vejo como esse tipo de atitude possa ter desdobramentos, pela construção democrática que realizamos. Mas o que eu esperava da Oposição, na tribuna, era a condenação veemente desse episódio, como condenamos, desde o primeiro momento, com toda a veemência, o caso Waldomiro. Cheguei a dizer, nas primeiras horas: não é apenas possível, mas provável que o Sr. Waldomiro tenha tentado fazer coisas semelhantes enquanto esteve no Governo; temos que apurar, investigar todo esse processo. Pedi que o Senador que tivesse qualquer fato que denunciasse seu comportamento me apresentasse.

Esperava da Oposição a mesma veemência que vi, no passado, contra atitudes abusivas do Ministério Público. Mas terei a mesma atitude que tive em relação ao episódio anterior. Confio no Procurador – Geral da

República. Assisti à entrevista de S. Ex^a, que, com muita firmeza, disse que tomará todas as providências, porque o que está em jogo é a credibilidade do Ministério Público, instituição independente, absolutamente essencial à democracia, à ética, à transparência, à Justiça brasileira. Tenho certeza de que o Ministério da Justiça também as tomará em relação ao comportamento da Polícia Federal nesse episódio. E a Justiça brasileira saberá julgar tudo o que está ocorrendo; tomará todas as medidas que estão ao seu alcance.

Chamo à atenção à forma, ao diálogo, à atitude, à motivação, que estão longe de ser o procedimento do Código de Processo Penal, quanto ao recolhimento das provas em uma investigação. Não; trata – se da motivação da acusação político – partidária, da disputa de poder, absolutamente incompatíveis com a natureza do Ministério Público.

Sr. Presidente, o mesmo Procurador que estava naquele diálogo com o Sr. José Roberto Santoro, Marcelo Serra Azul, entra com uma representação contra a Caixa Econômica Federal, inocentando Carlos Cachoeira. Eu pergunto a quem assistiu àquela fita se só deve ser punido o corrupto e não o corruptor. Não, os dois são responsáveis: quem recebe a propina e quem paga. É inaceitável que, na representação do Sr. Marcelo Serra Azul, Carlos Cachoeira não esteja no processo de indiciamento. Ele indicia a Caixa Econômica Federal, entre outras coisas, antes da conclusão do inquérito da Polícia Federal; foi buscar provas na CEF com seu irmão, da Polícia Federal, que não tem funções operacionais sem um mandato judicial.

Se isso não é abuso de poder, se isso não é irresponsabilidade do Ministério Público, se o Senado Federal considera que esse é o caminho para se apurarem episódios como esses, estamos longe do Estado de direito e da democracia, do direito de defesa e do respeito às instituições democráticas.

E digo mais, Sr. Presidente: o Presidente da Caixa Econômica Federal, que prestou todos os esclarecimentos no Senado Federal – trouxe duas caixas com todos os documentos disponíveis; só não pôde trazer os originais que foram apreendidos –, demonstrou que, na renovação do contrato, a Caixa reduziu em 15%, ou seja, R\$100 milhões, as obrigações que tinha de cumprir por decisão judicial. Ela não tinha outra opção e, durante 90 dias apenas de negociação, conseguiu reduzir, só no ano passado, R\$43 milhões, R\$100 milhões nos 20 meses em que esse contrato terá eficácia.

Pergunto se o Presidente da Caixa Econômica Federal – instituição pública de crédito – pode ser indiciado em um processo por um Procurador que já estava

naquela conversa originária. Ele estaria impedido de exercer essa função em um processo como esse.

Por tudo isso, Sr. Presidente, são duas dimensões da mesma questão democrática. O episódio Waldomiro/Cachoeira precisa ser investigado até o final, e todos os envolvidos, punidos. Não vamos aceitar que alguém deixe de ser punido pela Justiça brasileira e representado por tudo o que ocorreu. E, no outro episódio, um subprocurador da República, um delegado da Polícia Federal e outro procurador assistente, na calada da noite, em uma atitude claramente clandestina e conspiratória nas suas motivações político – partidárias, não podem exercer a função que estão exercendo e não podem ter a responsabilidade pública que têm.

Tenho certeza de que o Ministério Público, a Justiça e a Polícia Federal tomarão todas as medidas ao seu alcance, como estão fazendo no outro episódio, e, mais uma vez, a democracia dará a resposta exigida pelo povo. Esses servidores, que estão longe de dignificar o Poder do qual fazem parte e que é essencial à democracia e ao processo jurídico brasileiro, sofrerão também uma punição exemplar, porque o Brasil fez uma opção pela democracia e não retroagirá, mas continuará aperfeiçoando e construindo as instituições democráticas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 372, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao Professor Irmão Luiz Albano e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC pelo transcurso, no próximo dia 1º de abril de 2004, do 88º natalício do professor Irmão Luiz Albano (José Cordún), pela vida dedicada à educação, desse que é um dos mais respeitados educadores do estado do Paraná, pioneiro da PUC do Paraná, ex-Pró-reitor Acadêmico e referência na sociedade.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 373, DE 2004

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requeiro seja encaminhada ao Tribunal de Contas da União solicitação para que realize auditoria no Ministério do Trabalho sobre contratos e convênios firmados com a entidade Agora, nos exercício de 2003 e 2004.

Justificação

Segundo matéria divulgada no jornal Correio Braziliense, a entidade Ágora recebeu mais de R\$7 milhões de recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2003.

A entidade encontra-se sob investigação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, que encontraram irregularidades graves na aplicação de recursos repassados no período de 1997 a 1999, inclusive desvios de verbas públicas em benefício de seus administradores.

Atualmente, esta entidade possui em seus quadros ocupantes de cargos públicos do atual Governo, entre os quais o Sr. Swedenberger do Nascimento Barbosa. Secretário-Executivo da Casa Civil.

Assim, não se pode deixar de cogitar a suspeita de que a entidade possa ter sido favorecida na liberação de verbas públicas por integrantes da Casa Civil, a exemplo do ocorrido com a Gtech.

A auditoria solicitada deverá esclarecer os seguintes pontos:

a) se a entidade foi favorecida em detrimento de outras aptas a prestar os mesmos serviços;

b) se a entidade detinha estrutura, capacidade econômica e técnica para executar os serviços contratados;

c) se os serviços foram comprovadamente prestados e atestados de acordo com as normas da administração pública;

d) se o objeto do contrário estava definido de forma precisa e atendia ao interesse público;

e) se os pagamentos foram realizados antes ou após a prestação dos serviços;

f) Se houve desvio de recursos para finalidades estranhas ao objeto do contrato;

g) se o contrato previa ou não a terceirização ou subcontratação do objeto;

h) se o projeto especifica de forma detalhada os bens e serviços em que seriam empregados os recursos públicos;

i) se, no caso de ter ocorrido terceirização da execução, a prestação de contas permite identificar de forma clara os bens e serviços adquiridos com os recursos públicos ou apenas indica as entidades que receberam os recursos.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. – Senador **Antero Paes de Barros**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Trabalho, para que este providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional, todos os documentos relacionados aos convênios entre o Ministério do Trabalho e a ONG Ágora desde 1º de janeiro de 2003.

Justificação

Segundo matéria divulgada no jornal Correio Braziliense, a Ágora recebeu mais de R\$7 milhões de recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2003.

A entidade encontra-se sob investigação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, que encontraram irregularidades graves na aplicação de recursos repassados no período de 1997 a 1999, inclusive desvios de verbas públicas em benefício de seus administradores.

Atualmente, esta entidade possui em seus quadros ocupantes de cargos públicos do atual governo, entre os quais o Sr. Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário-Executivo da Casa Civil.

Assim, não se pode deixar de cogitar a suspeita de que a entidade possa ter sido favorecida na liberação de verbas públicas por integrantes da Casa Civil, a exemplo do ocorrido com a Gtech.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À Mesa para Decisão)

REQUERIMENTO Nº 375, DE 2004

Requer informações ao Ministro do Trabalho e Emprego, acerca de denúncia de irregularidades na contratação de entidade para a preparação de jovens carentes para o mercado de trabalho.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, informações acerca de denúncia publicada pelo jornal Correio Braziliense, edição de 31 de março de 2004, dando conta de irregularidades na contratação, mediante convênio, de entidade de Brasília, para o prepato de jovens carentes visando o mercado de trabalho.

Justificação

O pedido de informações se justifica pela gravidade da denúncia e tendo em vista a função fiscalizadora do Legislativo. A empresa, com a qual o Ministério firmou convênio é uma organização não governamental/ONG denominada "Ágora", presidida por um amigo do Presidente Lula, e em cuja residência, em Búzios, no litoral fluminense, o chefe do Governo se hospedou na passagem de ano, de 2001 para 2002. Ao Senado é importante conhecer pormenores a respeito dos fatos noticiados, daí a razão deste Requerimento.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. –Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para Decisão)

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2004

Solicita informações à Srª Ministra de Estado das Minas e Energia sobre os recursos da Petrobras destinados à implantação de projetos voltados à proteção de crianças e adolescentes.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Srª Ministra de Estado das Minas e Energia sobre os recursos da Petrobras destinados à implantação de projetos voltados à proteção de crianças e adolescentes:

1) Qual o montante de recursos da Petrobras destinado a projetos voltados à proteção de crianças e adolescentes?

2) Quais são os projetos, por municípios, que obtiveram os recursos repassados pela Petrobras?

3) Qual é o montante de recursos destinado a cada projeto?

Justificação

A Petrobras é uma empresa que tem entre suas metas o comprometimento com a política social do País. Entre as iniciativas relacionadas à sua responsabilidade social está a defesa de direitos da criança e do adolescente. Assim, o presente requerimento tem por objetivo identificar os projetos que recebem recursos dessa empresa voltados para esse fim.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB no Senado Federal

(À Mesa para Decisão)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2004

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, a convocação do Ministro da Casa Civil José Dirceu para prestar informações ao Senado Federal sobre episódios recentes relacionados a seu assessor Waldomiro Diniz, abrangendo ligações do Governo com o empresário lotérico Carlos Cachoeira e com a GTECH, envolvendo tráfico de influência e corrupção, bem como sobre suas declarações públicas relacionadas com o assunto.

Justificação

O caso Waldomiro Diniz desdobra-se cada vez mais em fatos novos que estão a exigir esclarecimentos do Ministro José Dirceu.

A Comissão de Sindicância instaurada pelo Executivo chegou a resultados pífios. As investigações da Polícia Federal não avançam, em função da greve. O Ministério Público encontra-se sob suspeição do Governo, em função dos fatos, a seguir descritos.

Em 30 de março de 2004, a Rede Globo de Televisão, por meio do Jornal Nacional, divulgou parte de uma gravação de áudio de quatro horas, abrangendo a edição de um trecho de 28 minutos, contendo conversas entre o Sub-Procurador-Geral da República José Roberto Santoro e o empresário lotérico Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlos Cachoeira.

A conversa teria ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2004, no gabinete do Procurador, na presença de outros agentes públicos, como o Procurador Marcelo Serra Azul e um delegado da Polícia Federal, além do advogado e esposa de Cachoeira.

Segundo a emissora de TV, a fita lhe teria sido entregue no sábado, 27-3-2004, por um intermediário que mantinha relações próximas com Carlos Cachoeira.

O empresário já havia confessado ser o autor da gravação do vídeo em que recebia pedido de propina do Sr. Waldomiro Diniz, motivado, aparentemente, por vingança. Agora, vem a público promover novas denúncias, porém, desta feita, sem que seja possível identificar uma motivação pessoal clara.

Em função do exposto, entendo necessária, urgente e imprescindível a convocação do Ministro José Dirceu, para que tenha oportunidade de esclarecer publicamente um grande número de questões que se avolumam dia a dia, com o surgimento de fatos novos.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. – Senador **Antero Paes de Barros**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esse requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item 9, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2004

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 256 do Regimento Interno a retirada, em caráter definitivo, do PLS/522/2003, de minha autoria, que “dispõem sobre o serviço de sorteios de loterias e adota outras providências”.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2004

Susta a aplicação do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação do Decreto nº 4.553, de 27 de

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No crepúsculo do Governo Fernando Henrique Cardoso, veio à lume o Decreto nº 4.553, de 12 de dezembro de 2003, ampliando e, em alguns casos, duplicando e, até, tornando indefinido, o prazo de indisponibilidade de documentos, informações e dados considerados como secretos ou sigilosos “no interesse da segurança e do Estado, no âmbito da Administração Federal”.

Reza o decreto, **verbis**:

Art. 7º Os prazos de duração da classificação a que se refere este Decreto vigoram a partir da data de produção do dado ou informação e são os seguintes:

I — ultra-secreto: máximo de cinquenta anos;

II — secreto: máximo de trinta anos;

III — confidencial: máximo de vinte anos;

e

IV — reservado: máximo de dez anos.

§ 1º O prazo de duração da classificação ultra-secreto poderá ser renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado.

.....

Na verdade, não admira que, na ocasião, o então Presidente da República tenha editado norma de índole tão pouco republicana e **ipso facto**, incompatível com o princípio constitucional da “publicidade”, aplicável, na dicção abrangente do art. 37 **caput** da Lei Maior, a toda a administração pública, direta e indireta e a qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Afinal, aquele Presidente vinha de propor à deliberação do Congresso iniciativas legislativas de conteúdo similar, ou seja, igualmente atentatórias à transparência republicana que deve reger a relação entre o Estado

e a cidadania, de que são exemplos a famigerada Lei da Mordaza, visando silenciar as investigações do Ministério Público, e uma lei estendendo prerrogativas de foro por desempenho de cargo e função também incentivadora da impunidade dos agentes públicos inidôneos.

O que, todavia, surpreende é que ainda não tenha esse decreto sido revogado pelo governo atual, eleito, afinal, para promover uma reaproximação entre administradores e administrados, entre governantes e governados.

Assim, a continuada vigência da flagrante inconstitucionalidade contida nessa norma infralegal tem indignado intelectuais, comunidade acadêmica, ONG e pessoas bem informadas em geral do Brasil e do exterior.

Em recente seminário sobre os 40 anos do golpe militar de 1964, pesquisadores da área de ciências sociais aprovaram moção contra o Decreto nº 4.553, de 2002, apresentada pela historiadora Ismênia Martins do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, um dos órgãos promotores do evento.

Na oportunidade, o brasilianista James Green, da Universidade do Estado da Califórnia (EUA), disse pretender liderar campanha internacional, pela revogação da norma, que tem sido, além do mais, um empecilho às investigações acerca da guerrilha do Araguaia, em 1972.

Green, que integra a Associação Americana de Historiadores, assim se manifestou a respeito: “Fiquei surpreso com o Governo do PT, que sofreu com a ditadura, manter esse decreto, que é antidemocrático e inconstitucional”.

Não há como contestá-lo, pois se a própria Constituição Federal (art. 5º, IV) veda o anonimato como obstáculo à livre manifestação do pensamento, em relação ao cidadão comum, com muito maior razão deve garantir a mais ampla transparência quanto aos atos do Poder Público, sobretudo os referentes às ilegalidades e arbitrariedades cometidos por seus representantes em passado recente.

O Prof. Fábio Konder Comparato, jurista renomado, especialista em Direito Constitucional, em entrevista concedida em 2003 a uma revista de circulação nacional, faz, a tal propósito, oportunas reflexões:

Acho que a verdade sobre o regime militar deveria ser de algum modo dada como uma espécie de purificação da alma brasileira. Os jovens a quem leciono na Faculdade de Direito não têm a menor idéia do que aconteceu durante o regime militar. E isso é uma mancha, uma nódoa moral que não foi tratada e está infeccionando a alma brasileira. Em primeiro lugar, sob

o aspecto jurídico, não temos nenhuma razão para impedir o julgamento desses homens, os que ainda sobrevivem, civis e militares – isso, no sistema de direitos humanos, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, é pacífico, não há prescrição, a prescrição é inválida. E, por outro lado, isso é uma espécie de reeducação do povo. E preciso que o povo medite sobre o que aconteceu, sobre como nos comportaríamos hoje se estivéssemos na mesma situação de ontem, porque só aí nós nos tomaremos livres dessa covardia. O general De Ganhe, assim que assumiu o governo provisório, depois da libertação da França, na Segunda Guerra, disse: “A primeira medida é instituir tribunais regulares para julgar os colaboracionistas, porque a França jamais poderá encarar o futuro com simplicidade e com confiança em si se não liquidar essa conta do passado”.

Assim, a apresentação deste projeto, cujo fundamento de, validade constitucional é conferido pelo art. 49, V do Estatuto Fundamental da República, visa, atendendo a justos reclamos da opinião pública, e à composição da ordem jurídico-constitucional brasileira, e, em especial, do princípio da publicidade, quebrantado pelo Decreto nº 4.553/02.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 4.553,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2004 –COMPLEMENTAR

Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras ocupadas por indígenas, nos termos de suas atribuições constitucionais e legais, obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Considera-se como relevante interesse público da União, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal, o exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras ocupadas por indígenas, a compreender:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II — em faixa de fronteira, a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III — a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

Art. 3º As Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, e a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, deverão encaminhar ao Conselho de Defesa Nacional plano de trabalho relativo à instalação permanente de unidades militares e policiais em ter-

ras ocupadas por indígenas, com as especificações seguintes:

I — localização;

II — justificativa;

III — construções, com indicação da área a ser edificada;

IV — contingente ou efetivo.

Art. 4º As Forças Armadas e a Polícia Federal, quando da atuação em terras ocupadas por indígenas, adotarão, nos limites de suas atribuições constitucionais e legais, medidas de proteção da vida e do patrimônio do indígena e de sua comunidade, de respeito aos seus usos, costumes e tradições.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 231, § 6º, da Constituição Federal dispõe que, *litteris*:

São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção do direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

O art. 231, § 6º, da Constituição Federal, declara nulo e extinto qualquer ato que preveja a ocupação de terras indígenas, ressalvado relevante interesse público da União, que deve ser regulado mediante lei complementar. Todavia, não há, até o momento, lei complementar que regulamente o artigo mencionado.

A fim de suprir, em parte, o dever do Congresso Nacional de dar força normativa ao § 6º, do art. 231 da Constituição Federal, o presente projeto pretende destacar como relevante interesse público o papel das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras ocupadas por indígenas.

Evidentemente, a presente proposição não pretende usurpar a proteção deferida constitucionalmente aos indígenas e tampouco descaracterizar as funções das Forças Armadas e da Polícia Federal. Ao contrário, pretende criar mecanismo para otimizar a tutela de interesses do povo brasileiro por meio normativo adequado, diferentemente do que ocorre atualmente, em que a matéria é regulada pelo Decreto nº 4.412, de 2002.

Afinado por esse diapasão, o presente projeto considera as terras indígenas em faixa de fronteira como indispensáveis à segurança nacional. Importa lembrar, igualmente, que poderá haver terras indígenas em faixa de fronteira, o que nos induz a lembrar do § 2º do art. 20, da Constituição Federal, que dispõe:

A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Nesse sentido, lei deveria regular a ocupação e utilização de faixa de fronteira. Entretanto, crê-se que, em caso de haver terras indígenas em faixa de fronteira, a regulação de presença das Forças Armadas, ainda assim, deveria ser por lei complementar nos termos do § 6º do art. 231 da Constituição Federal. Afinal, de um lado, a proteção constitucional dada aos índios é especial e está relacionada à garantia de formas especiais de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, não podendo ser reduzida ao mero uso de terras, no caso, em faixa de fronteira. De outro lado, a defesa do País inclui, naturalmente, todo o território e todas as pessoas que nele vivem, inclusive os indígenas mais isolados. Assim, perfeitamente, fatores de defesa nacional poderiam ser enquadrados como de relevante interesse público da União a serem disciplinados em lei complementar.

Dessa forma, temos a certeza de que a presente proposição preencherá importante lacuna regulatória de nossa Carta Magna.

Sala das Sessões, 31 de março de 2004. - **Augusto Botelho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

“Art. 20. São bens da União:

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei.”

“Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:

§ 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.”

“Art. 231.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.”

DECRETO Nº 4.412, DE 2002

“Art. 1º No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras tradicionalmente ocupadas por indígenas estão compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamento, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III - a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

Art. 2º As Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, e a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, deverão encaminhar previamente à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional plano de trabalho relativo à instalação de unidades militares e policiais, referidas no inciso II do art 1º com as especificações seguintes:

I - localização;

II - justificativa;

III - construções, com indicação da área a ser edificada;

IV - período, em se tratando de instalações temporárias;

V - contingente ou efetivo.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional poderá solicitar manifestação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, acerca de eventuais impactos em relação às comunidades indígenas das localidades objeto das instalações militares ou policiais.

Art. 3º As Forças Armadas e a Polícia Federal, quando da atuação em terras ocupadas por indígenas, adotarão, nos limites de suas competências e sem prejuízo das atribuições referidas no caput do art. 1º medidas de proteção da vida e do patrimônio do índio e de sua comunidade, de respeito aos usos, costumes e tradições indígenas e de superação de eventuais situações de conflito ou tensão envolvendo índios ou grupos indígenas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação”.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Passa - se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 155, de 2003)
(Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 155, de 2003, que *dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador José Jorge (Minoria/PFL - PE)

A matéria constou da Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias de 23, 24, 25 e 30 do corrente, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À Medida Provisória foram apresentadas 55 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão

Mista, Relator: Deputado Luciano Zica (PT - SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 13, 27, 30, 32, 33 e 47 e parcialmente às Emendas nºs 1 e 31, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 19 de janeiro e não se instalou;
- Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 2 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 10 de março;
- prazo de quarenta e cinco dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou - se no dia 4 de março, e o de sessenta dias de vigência, no dia 19, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;
- Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 17 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa - se à apreciação da matéria.

Antes, porém, designo o nobre Senador José Jorge, Relator revisor, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) –

PARECER Nº 321, DE 2004 – PLEN

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, na verdade, seremos favoráveis à aprovação do relatório oriundo da Câmara dos Deputados, com alterações. Anteriormente, a assessoria havia elaborado um substitutivo. Mas, como para medida provisória não é possível ser um substitutivo, pediremos a aprovação do relatório original da Câmara, com as seguintes emendas de Relator:

1) Art. 14, §§ 7º e 8º. Excepcionalmente, no primeiro concurso, o acesso poderá ser dado pelo padrão inicial de cada uma das três classes.

Justificativa: As Agências pretendem contratar pessoal em diferentes classes (A, B e Especial) no respectivo padrão inicial, no sentido de atrair pessoal qualificado existente no mercado, para fazer frente à complexidade dos setores a serem regulados. Tal proposta encontra abrigo no art. 39, § 3º e art. 37, II da Constituição Federal. Os demais concursos terão acesso pelo padrão inicial da classe inicial.

Art. 37. II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a com-

plexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;”

Na realidade, como as agências vão começar o seu pessoal do zero, a idéia é que se faça concurso onde as pessoas possam entrar em níveis diferenciados, para não termos todos os profissionais da agência com os mesmos padrões de qualificação.

Essa era uma reivindicação das agências, e foi colocada no relatório de comum acordo com o Líder do Governo Aloizio Mercadante e demais lideranças.

2) Aplicação de Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação (GDAR) para os analistas administrativos (nível superior). Art. 18, parágrafo único.

Justificação

A distinção de remuneração entre especialistas e técnicos de regulação de um lado e analista e técnico administrativo de outro, gerada em função da aplicação da GDAR somente para os primeiros, acabará por criar servidores com diferentes **status** nas agências reguladoras. Como é sabido, todo o integrante de uma organização contribui para os seus resultados. Assim, um especialista em regulação é tão importante quanto um servidor de cargo administrativo de recursos humanos, só para citar um exemplo. A situação, tal como está, gerará pressões internas nas agências, a exemplo do que já vem acontecendo em outras carreiras do serviço público. Na medida em que se institui uma nova carreira, faz - se necessário criá - la sem essa distorção.

Realmente, o Projeto de Lei que veio da Câmara tem a seguinte distorção. Nas agências, existem profissionais de nível superior de dois tipos: aqueles que são especializados na atividade fim da agência – por exemplo, na ANP, os que são especializados em petróleo; na Aneel, os que são especializados em energia elétrica – e outros profissionais de nível superior que, na realidade, não serão especialistas na questão fim da agência, mas que são necessários, como, por exemplo, economistas, especialistas em recursos humanos, e que têm tanta importância para o funcionamento da agência quanto esses que são especializados no setor fim da agência.

No projeto original, a gratificação era colocada apenas para aqueles especialistas do setor fim da agência. Isso, na realidade, geraria uma distorção. Todos são nível superior, todos exercerão funções semelhantes; então, era necessário que tivessem o mesmo tratamento. Esse item inclui a esses demais profissionais de nível superior a possibilidade de receber essa tal

gratificação que é chamada de GDAR. Isso também foi colocado de comum acordo com os Líderes.

3) Ampliação dos percentuais da GDAR de 30% para 55% (30% da avaliação de desempenho individual e 25% para avaliação institucional). Art. 16.

Justificativa: A Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, declarou na Comissão de Infra - estrutura que “tem que discutir padrão salarial, porque ninguém fiscaliza bilhões ganhando tostões.” Essa ampliação visa melhorar a remuneração dos profissionais das Agências Reguladoras, bem como compatibilizar a GDAR com os valores de gratificação praticados por autarquias como o Banco Central e a Receita Federal.

Nesse caso específico, a idéia é de que essa gratificação para as agências, que originalmente era de 30%, tenha o mesmo valor previsto no Banco Central e na Receita Federal, quer dizer, seja de 55%. Não é um aumento tão grande. As agências dispõem de recursos para pagar a gratificação dessa forma. Esses 55% correspondem ao valor máximo, porque será avaliado, individualmente, cada funcionário e também o conjunto do trabalho da agência.

Ontem, tive a oportunidade de conversar com a Ministra Dilma Rousseff, na audiência pública realizada na Comissão de Infra - Estrutura e Serviços. S. Ex^a também revelou essa mesma preocupação com o fato de que as agências devem ser bem remuneradas, porque realmente irão tratar de bilhões de reais de investimentos em setores como petróleo, telecomunicações, energia elétrica, etc. Essa proposta foi incluída, mas não de comum acordo com o Governo. Por isso, precisaremos discuti - la agora.

4) Previsão de uma GDAR de 30% (a proposta original era de 20%) enquanto não for implantada a sistemática de avaliação prevista. Art. 20.

Justificação: Antes, a gratificação era de 20% – uma espécie de média –, até ser implantada a avaliação efetiva. Como agora o percentual de 30% passará a 55%, a gratificação será de 20% enquanto não for implantado esse novo percentual.

5) Exercício da opção de 65% do valor das funções comissionadas das Agências Reguladoras pelos requisitados por esses órgãos. Art. 17. Realmente, todo funcionário requisitado para o Senado, por exemplo, ou para qualquer órgão do Executivo tem o direito de optar por seu salário na base, mais 65% do cargo em comissão que irá exercer. Trata - se de uniformizar o tratamento dado às agências com o dado às demais instituições. Isso foi estabelecido, recentemente, pelo Governo, na Medida Provisória nº 163, de 2004, mas não foi estendido às Agências Reguladoras, o que estamos fazendo agora, com a concordância do Líder do Governo, Aloizio Mercadante, e dos demais líderes.

6) Permitir que os servidores cedidos às Agências Reguladoras na data de publicação da Lei possam permanecer nessas entidades, inclusive ocupando cargos e funções comissionadas, até que seja preenchido o total de cargos da respectiva Agência. Art. 27. Também foi discutido com as lideranças.

Isso significará a substituição paulatina. À medida em que os concursos sejam realizados, evidentemente, as Agências liberarão aqueles funcionários que não são concursados, de tal maneira que a Agência possa trabalhar com uma equipe do tamanho necessário e fazer as substituições de acordo com a realização dos concursos.

7) Levar para regulamentação específica de cada Agência as informações consideradas sigilosas, cuja divulgação por servidores são consideradas infração. Art. 24, I.

Justificação: As Agências Reguladoras atuam em setores diversos, com características diferenciadas. Assim, faz-se mister que cada Agência Reguladora, em função do setor em que atue, defina o que são informações sigilosas. A manutenção do contido no PLV nº 15, de 2004, deixa o servidor vulnerável a interpretações que poderão lhe prejudicar, além de não colaborar com a transparência inerente aos órgãos públicos.

Nota: Para dar legalidade às propostas que acarretam aumento de despesa, está sendo previsto que tais propostas sejam implementadas observando o art. 169 da Constituição Federal, e as normas pertinentes à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2002, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2005.

8) Aproveitamento do concurso realizado pela Aneel em 2000. Art. 43.

Justificação. Conforme o relatório do Deputado Luciano Zica, Relator do projeto na Câmara, não há inconstitucionalidade no aproveitamento. A Nota Técnica nº 2, de 2004, da Superintendência de Recursos Humanos da Aneel, reconhece a compatibilidade dos cargos previstos no edital do concurso público e da MP. Com isso não persiste a alegação do Relator da Câmara de que não há compatibilidade entre as funções. Então, o concurso já foi feito – os candidatos aprovados estão aguardando a convocação – e pode ser aproveitado.

9) Esse item também é de comum acordo. Inclusão de álcool combustível entre as atribuições do especialista da ANP. Art. 1º, incisos V e XII.

Justificação. O álcool está entre as atribuições da ANP, mas não constava das atribuições dos especialistas. Aqui, houve apenas uma mudança de redação.

10) Inclusão da função fomento das atribuições do especialista da Ancine. Art. 1º, inciso II.

Justificação. A atividade de fomento está entre as atribuições da Ancine, mas não consta na dos especialistas. É a mesma coisa.

Portanto, Sr. Presidente, este é o relatório. O nosso parecer é pela aprovação do relatório do Deputado Luciano Zica, com as alterações aqui previstas.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Marcelo Crivella, a Presidência seguirá o rito, em primeiro lugar, esclarecendo ao Plenário que o parecer é favorável, com alterações.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação os pareceres do Relator, Deputado Luciano Zica (PT – SP), e do Relator Revisor, Senador José Jorge, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais da relevância e da urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovados.

Aprovados os pressupostos, passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o projeto de lei de conversão da medida provisória, as emendas, em turno único, e as alterações propostas pelo nobre Sr. Relator Revisor.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começamos a nossa pauta do dia com uma matéria de grande relevância. Mais de 300 cargos estão sendo criados nas agências e que serão preenchidos por brasileiros que prestaram esse concurso e esperam, há meses, essa regulamentação.

Tramita nesta Casa um projeto de lei de minha autoria em que proponho que os brasileiros desempregados, ao se inscreverem em concurso público, não sejam obrigados a pagar a taxa de inscrição, que é cara. Às vezes, a pessoa se inscreve para um, dois, três, quatro concursos, e a inscrição custa entre R\$80,00 e R\$90,00. Como ele vai arcar com esse custo? E pior: quando passa no concurso, ainda deve esperar meses, meses e meses até que seja regulamentada por medida provisória a criação dos cargos, como esses 335 cargos que estão sendo criados hoje.

Isso traz grandes prejuízos a quem já está financeiramente combalido, por estar desempregado.

Felicitó o Senador José Jorge por ter, com inteligência, feito o seu relatório e alterado pontos importantes, principalmente melhorando a gratificação. Não podemos ter alguém que fiscaliza bilhões ganhando tostões. Isso é incoerente.

Assim sendo, Sr. Presidente, o PL encaminha o voto “sim” e parabeniza o Senador José Jorge pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLFO TOURINHO (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento também o Senador José Jorge pela sensibilidade e competência em relação a todos os pontos levantados, que são extremamente importantes para o funcionamento das agências.

Muito temos discutido aqui a respeito da autonomia das agências e do que precisa ser feito em relação a elas. Em algum momento, no passado, chegaram a confundir autonomia com independência. Contudo, devemos levar em consideração no momento que as agências necessitam de um quadro de pessoal competente, e só conseguirão isso com remuneração adequada.

Dos dez pontos levantados pelo Senador José Jorge, considero pelo menos três deles fundamentais. Em primeiro lugar, excepcionalmente, com relação ao primeiro concurso, que o acesso possa ocorrer pelo padrão inicial de cada uma das três classes, e não somente pelo padrão da primeira classe. Em segundo lugar, que seja concedida a aplicação da gratificação de desempenho de atividade de regulação para os analistas administrativos de nível superior e também aos técnicos administrativos. E, em terceiro lugar, sou inteiramente favorável à ampliação dos percentuais de gratificação de 30% para 55%.

Pessoas como o Senador José Jorge e eu, que mantivemos contato com agências no passado, sabemos que são aspectos fundamentais. Cumprimento S. Ex^a por haver modificado o relatório em vários pontos, a meu ver, absolutamente essenciais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para discutir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava fazendo aqui um apelo

para que o Relator ainda pudesse acolher uma emenda do nosso ilustre Colega, Senador Leomar Quintanilha, que pretende aproveitar os atuais empregados da Telebrás cedidos à Anatel e que hoje desempenham as atividades inerentes aos cargos com competência e dedicação, satisfazendo os objetivos determinados pela agência e exercendo as mesmas atribuições do plano de carreira criado pela referida medida provisória.

Acontece que há realmente um aspecto legal a ser considerado, que é o problema do concurso. Então, faço o apelo para que se verifique a possibilidade de conciliar esse aspecto legal, aplaudindo a iniciativa do Senador Leomar Quintanilha no sentido de fazer justiça a esse pessoal que vem prestando tantos serviços a essa área vital e estratégica para o País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A matéria continua em discussão.

A Presidência gostaria de chamar a atenção do nobre Relator, Senador José Jorge, e dos nobres Líderes – Senadores Aloizio Mercadante, José Agripino, Arthur Virgílio – e das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores para o fato de que a matéria sofreu diversas alterações promovidas pelo nobre Relator. À Mesa chegaram vários pedidos de destaque.

Portanto, esta Presidência vai - se utilizar do disposto no art. 348, inciso II, concedendo 24 horas para que o Relator proceda às alterações de acordo com a técnica legislativa, a fim de que a Casa possa votar com clareza a matéria. Sendo assim, transfere a votação de hoje para a amanhã, e concede a palavra ao Relator, já tendo considerado encerrada a discussão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Relator revisor. Sem revisão do orador.) – Gostaria de agradecer a V. Ex^a, pois, na verdade, só conseguimos chegar a um acordo sobre algumas alterações no texto hoje, às 15 horas, porque tanto eu quanto o Senador Aloizio Mercadante passamos a manhã inteira votando a Reforma do Judiciário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concordamos nas alterações e na forma de votação, mas não houve tempo de formalizar o acordo com uma maior clareza. Então, penso ser bastante justa e certa a decisão de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa parabeniza V. Ex^a pelo excelente trabalho realizado e comunica aos Líderes que a votação se dará amanhã para que o Relator tenha o tempo necessário para fazer as adequações, fruto do acordo com as diversas Lideranças, e com os destaques apresentados pela própria Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 2003

(Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 157, de 2003, que *altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.*

Relator revisor: Senador Renan Calheiros (PMDB - AL)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária dos dias 23, 24, 25 e 30 do corrente, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da falta de acordo de Lideranças, para a deliberação do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2004.

À medida provisória foram apresentadas nove emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres, no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, sendo o Deputado Mauro Lopes o Relator, preliminarmente, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à medida provisória e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- A Comissão Mista foi designada por esta Presidência, no dia 19 de janeiro, e não se instalou;
- A medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 2 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 11 de março;
- O prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou - se no dia 4 de março. E os 60 dias de vigência, no dia 19 de março, tendo sido prorrogado por ato da Presidência da Mesa do Congresso Nacional;
- A medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado no dia 17 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa - se à apreciação da matéria. Antes, porém, designo o nobre Senador Renan Calheiros como Relator revisor, a quem concedo a palavra.

A Mesa pede a atenção dos Srs. Líderes para a votação.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho muita preocupação com esse assunto contido na medida provisória

que vamos discutir e votar. Por isso, peço a atenção de V. Ex^a e da Casa.

Fizemos um esforço muito grande, o País se mobilizou e votamos o Estatuto do Desarmamento, por unanimidade, duas vezes, com avanços indiscutíveis, Sr. Presidente, um dos quais em relação à concessão e renovação do porte de arma.

O Estatuto do Desarmamento estabelecia um prazo de 90 dias para renovação dos portes de arma, que sequer precisava ser regulamentado. Mas o que houve, infelizmente, no Ministério da Justiça? Não regulamentaram o Estatuto e retiraram o prazo que dava direito à renovação do porte de arma, ou seja, aquilo que o Estatuto proibiu foi permitido por uma medida provisória, editada pelo Governo Federal, que sequer estabeleceu um prazo, uma data, um limite, o que é inconcebível.

O Estatuto do Desarmamento é uma conquista da sociedade, um avanço indiscutível do Senado Federal, e não permitiremos, de forma alguma – e há pouco eu falava com o Senador César Borges, Relator, em nome da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal –, que isso se desfaça pela edição sistemática de medidas provisórias.

Penso que poderemos avançar com relação ao direito das guardas municipais poderem usar armas em serviço. Só não avançaremos, com certeza, em relação aos prazos que o Estatuto do Desarmamento contém e que essa medida provisória desfez.

Por isso, quero pedir a compreensão da Casa para retirar essa matéria de pauta, deixando para votar - la depois, a fim de chamarmos o Ministro da Justiça ao gabinete do Líder do Governo – e disse há pouco ao Líder Aloizio Mercadante – a fim de fazermos a advertência de que a conquista da sociedade, do Senado, do Congresso Nacional não pode ser desfeita por mais uma medida provisória. Assim não dá, infelizmente não dá.

Tenho feito concessões e continuaremos a fazê - las. Esta é a Casa da conversação, do entendimento, da negociação. E vai continuar sendo assim. Mas não podemos, Sr. Presidente, votar um Estatuto no qual a sociedade confiou como sendo o primeiro passo para a diminuição da criminalidade no País e vê - lo ser desfeito, do dia para a noite, pela edição de mais uma medida provisória.

Quero fazer um apelo ao Senador César Borges e a todos os Líderes para que conversemos sobre essa matéria. Quem sabe, poderemos restaurar, no texto da medida provisória – esta é a posição que defendo –, os prazos que foram retirados pela edi-

ção de nova medida provisória pelo Ministério da Justiça.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência gostaria apenas de esclarecer um ponto, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Peço, portanto, 24 horas para conversarmos. Poderemos chamar o Ministro, amanhã, e, quem sabe, chegar a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foi feito o reparo. Inicialmente o nobre Líder havia falado em retirar a matéria da pauta. Estando em regime de urgência, não seria possível. O adiamento da votação por 24 horas é um direito do Relator, visto que pode ensinar aos Líderes um maior prazo para negociação.

Ouvirei V. Ex^a, nobre Líder Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Mesa e o Relator pela forma como estão encaminhando. Creio ser absolutamente oportuno esse diálogo.

É evidente que o Estatuto do Desarmamento é uma grande conquista da sociedade brasileira e é resultado de um trabalho feito pelo Senado Federal. Não creio que o prazo possa comprometer esse esforço. De qualquer forma, vale a pena ouvir os argumentos do Ministro da Justiça. Vou solicitar que S. Ex^a esteja presente amanhã para conversarmos sobre essa matéria.

As medidas provisórias criam, realmente, uma dificuldade muito grande para a negociação, pois não passam pelas Comissões, não tendo tempo para amadurecer o processo legislativo. Assim, somos obrigados a negociar no plenário, com uma sobrecarga. São 17 medidas provisórias, a Reforma do Poder Judiciário e outros projetos que tramitam na Casa. É evidente que o Líder Renan Calheiros teve um grande papel em toda essa história e tem toda a razão, como também o Relator, Senador César Borges. Assim, vamos dialogar amanhã e buscar um ponto de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Deferido o pedido formulado pelo nobre Relator, Senador Renan Calheiros, encerro a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2004)
(Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2004, que *acresce os arts. 1º - A e 1º - B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição e Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador João Alberto Souza (PMDB/MA)

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162, DE 2004

(Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA)

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
(Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)**(Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Voltamos à lista de oradores.

O primeiro Líder inscrito é o Senador Demóstenes Torres, que falará para uma comunicação de interesse partidário, pelo PFL.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PMDB – GO. Para uma comunicação de interesse partidário.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores:

*“Não tenho para meu nariz
somente incenso ou aroma
Tenho este mundo matadouro
De peixe, boi, ave e homem”.*
Sérgio Ricardo.

Na historiografia brasileira, o fim da ditadura Vargas representou formalmente a restauração do Estado de Direito, mas a sistemática instabilidade política que se seguiu, com recuos institucionais, conspirações, quarteladas, renúncia e golpe, mostrou ao País que a democracia ainda não era o seu verdadeiro abril. Em 18 anos, nove presidentes tiveram assento no comando da Nação, sendo que alguns ficaram no cargo por menos de uma semana. No pós - 2ª Guerra, a música que o Brasil fazia de si mesmo era melancólica, uma canção em primeira pessoa, ensimesmada e doída. A fossa de um drama abolerado.

Até que vieram os anos JK e o Presidente Bossa Nova trouxe um sopro de modernidade e otimismo com seu frenético surto de desenvolvimento, inigualável charme e postura de estadista. No ritmo de uma batida diferente e de poética descontraída, aqueles 50 anos em 5 foram celebrados com tal encanto que a cultura brasileira, quase sem querer, um par de anos depois,

foi ditar moda na capital do mundo e nunca mais saiu de evidência.

Movido por novos signos, naquele tempo, o País era só auto - estima: “Da janela se via o corcovado e o redentor”. No continente, a imagem era de Brasília, a obra majestosa de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. O Brasil se sentia urbano, industrial, de olho no presente, mas sem perder o lirismo “até o apagar da velha chama”. Pela primeira vez, na arquitetura, nas artes plásticas, na literatura, no cinema e na música, o hedonismo e a ideologia da libertação se afinaram para compor o momento mais criativo que a civilização brasileira conheceu. E, neste ambiente de “o amor, o sorriso e a flor”, um “chega de saudade” decretou da zona sul do Rio de Janeiro que estava aberta a temporada do País do Futuro.

Nos tempos que se seguiram à sucessão de Juscelino Kubitschek, o Brasil continuava sendo um lugar miserável e ermo em busca da passagem para o moderno. Na expressão da cultura popular já estava pronta a virada, com a locução definitiva da “estética da fome” com o livre pensar, cuja vanguarda foi buscar no sertão e no morro a consagração do Poema Sujo, do Teatro da Arena, da canção engajada, do Cinema Novo, além da revolucionária maneira de fazer jornalismo com a edição de **O Pasquim**.

Mas a vida política e institucional não foi tão auspiciosa e nem tardou chegar a “Manhã de Quarta - Feira de Cinzas”. Primeiro, veio o agosto, que encerrou o ciclo celerado da expansão populista do ex - Presidente Jânio Quadros. Entre os feitos da malsinada governança, a proibição do biquíni, a condecoração de Che Guevara, além da maior de todas as excentricidades: a renúncia desmotivada, é claro. Jânio Quadros, que pretendia um autogolpe para voltar nos braços do povo, levou o Brasil à véspera do abismo em um ato insano. Os militares que não confiavam no Vice - Presidente, João Goulart, um herdeiro sem talento do getulismo, tentaram a ruptura, mas estavam divididos. Acabou triunfando a Campanha da Legalidade, instaurada em Goiás pelo ex - Governador Mauro Borges e no Rio Grande do Sul, sob o comando do ex - Governador Leonel Brizola.

Veio a posse, sob a escapatória institucional do parlamentarismo que durou até que Jango, em 1963, retomasse os poderes presidenciais e selasse escada abaixo o destino da sua nunca elucidada República Sindical. Aquele momento histórico havia mandado um aviso que Goulart não teve sensibilidade política para entender. Após a crise dos mísseis em Cuba e a construção do muro de Berlim, o mundo passou a ter dois lados, e o Presidente do Brasil, pusilânime que era, imaginou que poderia sobreviver tateando os an-

tagonismos. Era como se habitasse o universo de Pablo Neruda: “perto da água sem beber o frio, perto do fogo sem beijar a chama”. À insegurança política que o Governo Goulart transmitia juntou - se a anarquia econômica, com a composição explosiva de inflação com uma taxa de crescimento que, em 1963, era muito parecida com a quase recessão da Era Lula.

Jango foi um mito para a minha geração. Ela nasceu e cresceu durante a ditadura militar de 1964 e, naturalmente, nunca se conformou com o golpe que nos roubou a liberdade até a juventude. Hoje se sabe que o ex - Presidente não possuía as propriedades citadas na bula ideológica da esquerda. Ele não era o avesso, mas um tipo autoritário sem tutano. Aliás, Jango expressava uma demagogia destituída de carisma, e as faladas reformas de base, que nunca houve, configuraram - se apenas em uma intenção de oratória brava-teira. Uma providência de palanque, irresponsável a ponto de galvanizar a antipatia de amplos segmentos da sociedade, da direita à esquerda. Até o dispositivo militar que Jango imaginava garantir os seus assombros populistas ruiu sem disparar um tiro, e o Brasil caiu nos braços do despotismo. Na contabilidade da história, começava a segunda ditadura do século.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os militares tomaram o poder sob o pretexto de sanar o País da rapinagem e da subversão comunista, prometeram que a internação seria breve e a medicação democrática, mas trouxeram 21 anos de mal - estar, quando considerado o custo social da exceção à liberdade. Direitos políticos cassados, suspensão das eleições diretas, censura, prisões arbitrárias, tortura e morte para justificar o combate a um mal: a corrupção, que não foi extirpada e até se aprofundou; e uma fantasia: o comunismo, que não passou de uma ameaça de festim.

Era um, eram dois, eram cem mil, em 1968, na passeata que correu o centro do Rio e foi o marco zero da resistência ao regime arbitrário, que logo depois recrudesceria a própria excrecência. Nos festivais, faziam - se os hinos para quem aprendeu a dizer não, viveu sem lenço e sem documento, acreditou ser proibido proibir, insultou os quartéis ao falar das flores e conheceu a cova e o degredo, quando ficou resolvido que a mão que tocava o violão faria a guerra.

Depois que o AI - 5 rasgou o **habeas corpus**, dois brasis clandestinos passaram a enfrentar - se. De um lado, a tolice da resistência estudantil treinada por Fidel, que amava Che e Mao e imaginava tirar leite das pedras, sem medir as conseqüências do batismo de fogo. Do outro, a estupidez sem controle do braço covarde dos DOI - CODI e da articulação interamericana de propagação do terror do Estado, a Operação Condor.

A mesma cadeira do dragão que trouxe o moral dos sobreviventes fez a vida dos torturadores e compôs a lista de mortos e desaparecidos, fritou os princípios da hierarquia e disciplina das Forças Armadas, que Jango demagogicamente achacou. A tortura corroeu o regime de 1964 por dentro. A redentora acabou exaurindo - se na baderna que se instalou no seu submundo, a partir da associação da dor com a corrupção, da autoridade militar com o pau - de - arara cruel e imundo das delegacias.

Sr. Presidente, a ruptura de 1964 não pode ser considerada um mal absoluto e nem interpretada sob a égide do maniqueísmo, pois é defesa qualquer tentativa de julgar a história. O regime militar imprimiu um crescimento econômico que fez o Brasil, até o final do Governo Ernesto Geisel, saltar da 40ª para a 8ª potência mundial. Um respeitável parque industrial foi consolidado e uma invejável infra - estrutura construída, com a inflação sob controle. Mas também é verdade que a utopia faraônica consumiu as forças do País em obras estabanadas, como a Transamazônica e a Ferrovia do Aço.

Iniciativas que levaram a lugar nenhuma e foram responsáveis por parte do endividamento externo que hoje inviabiliza o País. Além de ceifar a liberdade e impor os anos de chumbo, o maior pecado do sistema foi não ter acreditado na sociedade civil. É praticamente consensual a análise de que o Brasil ficou no meio do caminho, porque os militares sonegaram a educação e não distribuíram renda quando o bolo crescia a uma taxa superior a 8% ao ano.

Sr^{as} e Sr. Senadores, em 1977, com apenas 16 anos, ingressei no Comitê Goiano de Anistia. Àquela época, apesar da distensão promovida pelo Governo Geisel, ainda doía a “memória de um tempo em que lutar por seus direitos era um defeito que matava” e valia a recomendação de “apare os seus sonhos que a vida tem dono e ela vem te cobrar”. Desde, então, nunca me furtei a participar da vida pública deste País e acredito que, em várias ocasiões, o Brasil perdeu a oportunidade de transformar em cicatriz as feridas abertas, especialmente pelos dois lados que se enfrentaram com “armas na mão”.

Sou um homem de formação de esquerda, conheci homens que tombaram ao enfrentar o regime de exceção pela via política e, justamente por valorizar os estatutos da democracia, definitivamente não louvo e não considero inocente quem se valeu do terrorismo para alcançar objetivos libertadores. Por outro lado, imagino que seria sadio à Nação o esclarecimento do que se passou nos escaninhos do sistema. Refiro - me, principalmente, à devolução dos corpos dos mortos e desaparecidos. As famílias têm o direito sagrado de

enterrar os seus filhos, e isso não pode ser considerado revanchismo. Havia muita esperança de que, no poder, o Partido dos Trabalhadores - cujas cabeças coroadas sobreviveram à repressão depois de “tramar assaltos, guerrilhas e revoluções” - abrisse os arquivos da ditadura.

Estranhamente, fizeram como os governos anteriores e, conforme declarou o Ministro da Defesa, José Viegas, argumentaram que a papelada foi incinerada. Como já tive ocasião de manifestar nesta tribuna, tenho plena confiança no papel das Forças Armadas na garantia da Constituição, do Estado de Direito e da democracia. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica desfrutaram de extraordinário prestígio popular e, apesar da asfixia orçamentária a que estão submetidos, desempenham suas tarefas com o desvelo necessário. Acredito que chegou a hora de integrar as três Forças à missão de colaborar com o serviço de segurança pública, cuja modelagem está especificada em Projeto de Lei Complementar de autoria do brilhante Senador César Borges.

Sr. Presidente, não é possível redesenhar a história, mas se pode medir o quanto foi oneroso ao Brasil alimentar a ilusão de que a Esquerda era, por atavismo, culta, competente, solidária, dona da razão, justa e honesta. Quarenta anos depois, o Brasil, com extraordinário atraso, passa pela experiência de ser governado pelos sofismas que mantinham de pé os muros que, ao longo dos anos 80, caíram em todos os continentes, depois que o socialismo ruiu de podre.

Se há algo de que me arrependo foi de não ter votado no Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989. Se Sua Excelência tivesse sido eleito, o Brasil já teria passado por todas as inomináveis bobagens infelizmente em vigor e teria hoje um relacionamento mais maduro e responsável com a esperança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice - Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a respeito do assunto debatido hoje, quero prestar uma informação relevante: hoje à tarde, o Sr. Procurador - Geral da República, Dr. Cláudio Fon-

teles, apresentou denúncia ao Corregedor - Geral do Ministério Público para que adote as providências cabíveis a propósito das condutas funcionais dos Drs. José Roberto Santoro, Marcelo Antônio Ceará Serra Azul e Mário Lúcio de Avelar no que significam de afronta ao princípio do promotor natural e improbidade administrativa, na modalidade de violação do dever de lealdade para com a instituição Ministério Público Federal.

Deixo esse registro sobre a ação adotada pelo Procurador - Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, no dia de hoje, em relação aos episódios divulgados pela TV no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB - AP) – A Ata registrará o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB - AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e da Rádio Senado em ondas curtas, meu prezados profissionais da imprensa que cobrem os trabalhos desta Casa, e pessoas que nos assistem das tribunas de honra e das galerias deste plenário, retomo mais uma vez o tema do Fies, do ensino das universidades públicas. Pretendo comentar ainda as manifestações que a União Nacional dos Estudantes está promovendo em todas as ruas deste País.

Antes, porém, Sr. Presidente, gostaria de esclarecer à Casa que, em nenhum momento, entrei no debate da questão dos dossiês, dos vazamentos de informações do Ministério Público para revistas e vice - versa, da atuação dos Srs. Procuradores, Subprocuradores. Jamais me manifestei em favor da Lei da Mordada, pois considero importante a autonomia do Ministério Público e a responsabilidade dos seus integrantes.

Contudo, não posso deixar de me manifestar quando ouço da nobre Líder Ideli Salvatti a informação de que o nobre Procurador - Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, mandou instalar processo de investigação em relação aos subprocuradores citados. Digo isso por ter convivido, durante muitos anos, com uma das figuras citadas nesse processo e por ter sido vítima da mais profunda perseguição, permanente e diária, ao arrepio da lei, o que deslustra a conduta que deve ter um Procurador da República em um Estado. Refiro - me especificamente ao Dr. Mário Lúcio de Avelar, velho conhecido dos tocantinenses, que, durante anos, prometia, nos bastidores do Ministério Público, que jogaria lama no nome de muitos dos representantes do

povo do Estado do Tocantins, inclusive integrantes da Bancada de Senadores.

Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de que, pelos procedimentos adotados por esse Procurador, em ofícios enviados à Polícia Federal – que tive o cuidado de enviá - los à Presidência desta Casa –, ele tentava induzir autoridades ao erro e, no intuito de fazer perseguição política, incluiu nomes de funcionários, de pessoas relacionadas a este Parlamentar em meio a outras denúncias, que nada tinham que ver com a conduta de funcionários, de secretárias e de pessoas do nosso relacionamento.

Por diversas vezes, representamos ao Procurador - Geral da República contra a conduta desse então Procurador da República no Tocantins. É conhecida da Nação a sua atuação não só no Tocantins, como no Maranhão, em casos em que não há dúvida de que agia por mera perseguição política.

É deplorável, Sr. Presidente!

Sempre acreditei que o homem público - que deve ter a sua vida transparente - não deve temer Ministério Público, procurador, subprocurador, escuta, grampos, tentativas ilegais de escuta ou inclusão de nomes de pessoas ligadas ao seu mandato para a quebra de sigilo telefônico. Sempre disse que isso jamais me preocupou. Por outro lado, preocupo - me quando vejo um Procurador visitar a casa de elementos da Oposição, ou quando vejo um Procurador, por anos a fio, jamais ter feito um ofício instaurando inquérito quando aquela parte que lhe parecia simpática estava no poder. Entretanto, contra o meu Partido, determinou a apreensão de computadores e impediu a prestação de contas por ter subtraído a documentação.

Veja a gravidade da situação, meu caro Presidente José Sarney!

Tive o cuidado de enviar à Presidência desta Casa – e V. Ex^a, de forma diligente, enviou - os ao Corregedor – ofícios que o então Procurador - Geral da República do Tocantins enviou à Polícia Federal – o que considero um verdadeiro atentado ao exercício da minha atividade parlamentar –, nos quais havia a inclusão de nomes de secretários meus, de pessoas a mim relacionadas, que trabalham há mais de doze anos comigo, e de funcionários concursados que trabalham nesta Casa há mais de quinze anos, pelo simples fato de estarem lotados no meu gabinete. Vejam que forma ardilosa de agir! O Procurador remete à Polícia Federal um ofício em que relaciona nomes de pessoas que estavam sendo investigadas por tráfico de drogas e inclui nomes de pessoas que trabalham no meu gabinete; e essas pessoas não estão exercendo cargos de livre nomeação, tratam - se de funcionários concursados desta Casa.

O que queria o Procurador, ao incluir o nome de servidores dignos, honestos e honrados? Ele queria, única e exclusivamente, obter a quebra do seu sigilo telefônico, para tentar, quem sabe, um favorecimento à Oposição ou a quem me faz oposição no Estado do Tocantins.

Ficou famoso o Sr. Mário Lúcio Avelar, em nosso Estado, pelo desrespeito que seguidamente cometeu com esses ofícios que remetia à Polícia Federal sem pedir a instalação de um inquérito; fazia - o com o intuito de denegrir a imagem de servidores, secretárias, enfim, de pessoas humildes, mas honradas.

Como eu disse, já representamos contra esse cidadão. Ninguém, Sr. Presidente, está acima da lei. Não é pelo fato de estar ocupando um cargo de Procurador da República que pode haver o desvirtuamento dessas funções. Não existe ninguém inimputável neste País.

Vou citar uma das várias representações apresentadas, Senador César Borges. Veja V. Ex^a: o então Procurador - Geral da República do nosso Estado enviou ao Procurador - Geral, à época, Geraldo Brindeiro ofícios em que se dizia ameaçado de morte e que um juiz federal que o visitara o informava de que estava correndo risco de vida e que a notícia havia sido levada a um desembargador. E, segundo o procurador, as ameaças estavam ocorrendo exatamente porque ele investigava crimes no Maranhão e no Tocantins, mas que julgava que o então Governador Siqueira Campos era a verdadeira ameaça que estava sofrendo. Ora, Sr. Presidente, recebendo aquele ofício, o que fez o Dr. Geraldo Brindeiro? Mandou a Polícia Federal instaurar um processo de investigação. Dezesseis Procuradores da República no País inteiro fizeram uma força - tarefa e foram emprestar solidariedade ao Procurador Mário Lúcio Avelar.

O que fez o delegado da Polícia Federal? Instaurou o inquérito, ouviu o juiz federal, ouviu um desembargador e foi desmentido, por ofício e verbalmente, no sentido de que nunca, jamais, nem o juiz federal, nem o desembargador deu qualquer informação ao Procurador Mário Lúcio Avelar no sentido de que ele estaria sendo ameaçado de morte, seja pelo Presidente José Sarney – cuja prática de pistolagem, na cidade de Imperatriz, conforme ele transcreve no ofício, Sr. Presidente, de forma acintosa, seria conhecida –, seja pelo Governador Siqueira Campos, no Tocantins.

Sr. Presidente, que indignação!

Concluído o inquérito da Polícia Federal, restou claro que o então Procurador - Geral da República foi desmentido pelo juiz federal e por um desembargador. E o que fez ele então, em vista do prejuízo irreparável – uma vez que a notícia de que um Procurador da República se sentia ameaçado e de que os supostos

autores da ameaça poderiam ser o Governador Siqueira Campos e o próprio Presidente José Sarney —, que saiu em todos os jornais deste País? Concluído o inquérito, que nada apurou, a não ser que ele tivesse cometido uma leviandade, o ex - Governador Siqueira Campos entrou com uma representação no Ministério Público Federal, pedindo a averiguação dos fatos. Se o sigilo telefônico e se a conduta desse cidadão fossem investigados, seriam descobertos os seus mais estreitos laços com a Oposição no meu Estado, algo que deslustra e desonra a conduta de um integrante do Ministério Público. Mas fizemos a representação, e esta foi arquivada dentro do próprio Ministério Público.

Houve várias outras, Senador César Borges, como ofícios que ele remete à Polícia Federal e nos quais inclui os nomes dos meus servidores, servidores desta Casa, que nem ao Tocantins vão por serem servidores da Casa, cedidos ao meu gabinete. Mas ele inclui o nome dessas pessoas como supostos envolvidos no narcotráfico e no crime!

Ora, Sr. Presidente, firmei posição contrária à Lei da Mordada exatamente para que tivéssemos condições de enfrentar aqueles que burlam a conduta ética e que não se comportam com decência nos cargos que devem ocupar.

Haverá tempo para que a justiça seja feita. Conseguiremos provar a conduta que deslustra o cargo de Procurador da República no Tocantins no período em que esteve por lá o Dr. Mário Lúcio Avelar. Ele costumava ir às dependências da Polícia Federal para propor às pessoas envolvidas em desvio de verbas de prefeituras que, se fizessem alguma denúncia que envolvesse ou o meu nome, ou o do meu pai, a pena seria abrandada. Forjou depoimentos e os incluiu em várias peças.

Por último, Senador César Borges, descobri os fatos. E, tendo - os descoberto, fui à Superintendência da Polícia Federal do meu Estado. E qual não foi minha surpresa, Sr. Presidente, quando lá encontrei um ofício em que ele incluía a figura do meu chefe de gabinete, servidor desta Casa, e da minha secretária, que me serve há mais de doze anos, mãe de família, que reside em Brasília e que, nestes doze anos, talvez não tenha ido ao Tocantins — e, se foi, estava de férias. Mas está lá o seu nome citado, juntamente com o de outros meliantes, como se ela — segundo ele — pertencesse à rede que dá apoio ao narcotráfico.

Sr. Presidente, estamos diante da seguinte situação: ou temos um Subprocurador da República que mente nos ofícios que envia à Polícia Federal, ou estaríamos diante de um Senador que se assessorava de pessoas que teriam ligação com o narcotráfico.

Sr. Presidente, a benção que trago é a vida de cristão, a de pai e a de muito orgulho por integrar a família Siqueira Campos. Mas não me serve o mandato sem a honra, Sr. Presidente. Porém, tive serenidade — a serenidade que conduz o dia - a - dia da minha vida parlamentar — para aguardar o momento exato de trazer aos meus Pares e à opinião pública nacional esta grave denúncia. O Procurador que submeteu esse ofício à Polícia Federal deve provar que um servidor desta Casa — que já foi inclusive diretor —, minha secretária parlamentar e vários dos meus funcionários que me servem em Palmas são apoiadores do narcotráfico neste País, como ele relata no ofício.

Sr. Presidente, repito: mandato sem honra não me serve. Tive a serenidade para aguardar este momento.

Lá, no meu Estado, era muito comum a Oposição transitar diariamente dentro do Ministério Público Federal e S. Ex^a visitar as residências daqueles que nos faziam oposição nas madrugadas, nas noites, fatos difíceis de serem registrados, mas que são conhecidos por todos que moram em Palmas.

Mas venho, Sr. Presidente, pacientemente aguardando, porque o tempo é aliado das boas causas e, por não ter o que temer, mas não sem a mais profunda indignação, assisto, neste instante, à nobre Senadora Ideli Salvatti anunciar que o Sr. Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, abriu inquérito ou mandou instaurar um processo de investigação. Farei chegar às mãos de S. Ex^a todos esses fatos delituosos, todas essas ofensas graves. E há de ocorrer, Sr. Presidente, não o arquivamento costumeiro, dentro do próprio Ministério Público Federal — a quem presto as minhas homenagens por se tratar de instituição da maior importância. Esse fato fez-me posicionar contra a lei da mordada ou contra qualquer outra coisa.

Não, Sr. Presidente, vamos enfrentar com a verdade, com os fatos e com a mais ampla liberdade o direito e o dever que têm os Srs. Procuradores de apurar, mas não de usurpar de suas funções, não de se considerarem acima da lei, não de se considerarem impunes para atrasar, como fez o Dr. Mário Lúcio de Avelar, Sr. Presidente, por diversas e seguidas vezes.

Tenha a idéia, Sr. Presidente, de que, na condição de Prefeito, deixei de inaugurar, em determinada oportunidade, uma estação de esgoto porque a “eminência” cheia de conhecimentos, o então Procurador Mário Lúcio de Avelar, disse que aquilo poderia se transformar numa bacia onde proliferariam mosquitos que poderiam favorecer a dengue, contrariando qualquer outra opinião. Mas inaugurei a estação de esgoto.

Depois, voltou - se o Procurador contra a Usina Luiz Eduardo Magalhães. Quem visita o Lago de

Palmas, Sr. Presidente, nota, e todos perguntam: “Por que não foram cortadas essas árvores?” Porque o Procurador investia sempre, mesmo com licença ambiental e todos os procedimentos adotados. O fato é que a usina foi construída, inaugurada e lá ficaram as árvores. O preço para se cortarem essas árvores com motosserra, hoje, é cinco ou seis vezes mais alto do que o seria pela extração natural.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concederei um aparte a V. Ex^a.

Sr. Presidente, as ações deveriam retroagir para que essas pessoas pudessem arcar com os prejuízos que deram ao nosso Estado. Mas elas contam com a impunidade, Sr. Presidente, assim como aqueles outros que cometem crimes contam com ela para continuar a cometê-los. Mas tudo isso, Sr. Presidente, virá à tona.

Tenho a mais profunda indignação e, também, a tranqüilidade de ver que, mais dia, menos dia, num ou noutro episódio, aparecerá um nome, como, agora, o do Sr. Mário Lúcio de Avelar, que chegou a dizer, numa de suas escritas, que, lamentavelmente, não havia indícios para incriminar a Senadora Roseana Sarney, demonstrando todo o seu desejo de atingir a honra dessa Governadora tão querida e admirada neste País.

Fez contra todos nós, fez contra vários de nós, mas com ou sem controle externo, com os poderes que possa ter qualquer Procurador - Geral da República, fez bem o Dr. Cláudio Fonteles. Acredito em S. Ex^a, em sua isenção, e S. Ex^a a demonstra quando abre esse processo para investigar a conduta dos que cometem delitos no exercício de suas funções.

Em primeiro lugar, concedo um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, Vice-Presidente desta Casa. Quero, primeiramente, solidarizar - me com V. Ex^a, com sua indignação mais do que justa, dizendo - lhe que poucos políticos, neste País, que já exerceram mandato executivo, principalmente aqueles que não rezam pela cartilha de determinados membros do Ministério Público, seja federal ou estadual, já sofreram ou sofrem constrangimento desse tipo por meio de ações patrocinadas pelo Ministério Público, que não dão sequer o mínimo direito de o acusado ser ouvido. Muitas dessas ações são propostas sem sequer ser concluído qualquer tipo de inquérito no Ministério Público Federal ou sem que se espere a conclusão do trabalho da Polícia Federal. Quantas honras já foram expostas por ações diversas, como V. Ex^a citou? Todo

Senador que já passou por Governo de Estado ou por Prefeitura pode dar esse testemunho a V. Ex^a: é realmente um excesso. O Ministério Público tem exorbitado de suas atribuições por diversas vezes e precisa ser consignado que, muitas vezes, foi utilizado politicamente, como vingança política, como instrumento político de coação – e não posso deixar de ser coerente com minha consciência –, muitas vezes pelo Partido que está no Governo, o PT, o qual sempre teve simpatia pelo Ministério Público, seja federal ou estadual, e o utilizou para fazer esse tipo de ação, coagindo, procurando destruir ações governamentais e reputações ilibadas de pessoas que sempre trabalharam a favor do seu Município, respondendo com dignidade ao voto recebido nas urnas. É aquela história: “quem com ferro fere com ferro será ferido.” Agora dói, agora vamos contra o Ministério Público, mas sabemos o quanto já sofremos com esse tipo de ação intolerável. Ninguém quer, de forma alguma, diminuir o papel do Ministério Público, mas também ele não pode se exorbitar e não pode ter cor partidária. Ele deve estar acima de partidos, não pode ser instrumento de partido nenhum, mas, infelizmente, ele estava e continua sendo utilizado politicamente em algumas áreas. Parabenizo V. Ex^a pela profundidade de seu pronunciamento, agradeço - lhe o aparte e sou inteiramente solidário com sua indignação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, quero conceder um aparte ao Senador Gerson Camata, e quer fazer, daqui, uma outra acusação, para que V. Ex^a saiba da gravidade do comportamento do Dr. Mário Lúcio de Avelar. E o que vou dizer talvez não consiga sequer provar, a não ser que eu conte com a honestidade das pessoas que me relataram.

A cidade de Gurupi teve sua ex-Prefeita, Dolores Nunes, envolvida em determinado processo. Ela foi chamada para ir ao Ministério Público Federal, de onde saiu abismada e assustada. Procurou um Deputado Federal que, na época, era meu companheiro e que, hoje, me faz oposição. Temo que S. Ex^a não tenha coragem de sustentar a questão. No entanto, creio que é um homem sério que deporá em juízo, se chamado for.

Ele me procurou e disse: “Senador, a Prefeita foi ouvida pelo Ministério Público e perguntaram - lhe sobre determinadas emendas.” Na época, eu ainda não era Senador, portanto, não tinha emendas para o seu Município.

Mas o Procurador Regional, Mário Lúcio de Avelar, disse-lhe que se afirmasse que havia a minha participação naquele delito, naquele desvio, seja por indicar a empresa ou como autor da emenda, ela sairia da

condição de acusada para a de simples testemunha. Esse Deputado Federal – e cito o seu nome –, hoje meu adversário, suplente, porque não conseguiu se eleger, e que creio ser um homem de bem, procurou - me e disse que a Prefeita argumentou: “Mas, Dr. Mário Lúcio, eu não posso dizer o nome do Eduardo. Ele não era sequer Senador, como ele poderia fazer a emenda?” E ele me alertou, dizendo: “Senador Eduardo, o Procurador disse à Prefeita que se o seu nome fosse dado, ela sairia de uma condição para a outra”.

Não sei, Sr. Presidente, se terão a coragem e a hombridade de manter aquilo que a mim disseram, inclusive o Superintendente da Caixa Econômica Federal do meu Estado, que já não está mais no cargo, mas que está processando o Dr. Mário Lúcio de Avelar. Na sua primeira audiência, ele ouviu do Dr. Mário Lúcio: “V. Exª é o Superintendente. Não quero peixes pequenos, não quero prefeitos. Se surgir o nome do Governador ou do seu filho, o processo também muda de característica.” Ele saiu de lá indignado e me procurou para dizer que não conseguia compreender como um representante do Ministério Público Federal tinha a coragem de instar pessoas para envolver os nomes de outras.

Eu, Sr. Presidente, fico absolutamente à vontade, tranqüilo, porque me conhecem os Prefeitos do meu Estado, a cidade de Palmas, da qual fui Prefeito, e os meus Pares. Mas como podemos reagir a isso?

Vou protocolar todas essas informações nesse processo que abre o Procurador - Geral da República, Cláudio Fonteles, para que o Ministério Público faça o que o Congresso já fez algumas vezes: cortar na sua própria carne e extirpar aqueles que não honram os mandatos para os quais foram eleitos ou por concurso público, ou pelo voto popular.

Concedo o aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Eduardo Siqueira Campos, quero apenas acrescentar a esse rosário de fatos que V. Exª narra, e que são estarrecedores, mais dois ou três. Tenho muitos. Estou com um saco de casos parecidos com o que V. Exª acaba de mencionar. Veja V. Exª o que ocorreu hoje, quando o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) estava reunido. O Subprocurador - Geral da República foi lá provar que o Conselheiro Thompson Andrade, do Cade, deu um voto nulo contra a fusão da Nestlé com a Garoto, porque ele transigiu o Código de Ética do Cade, publicando o voto dele, três dias antes do dia do julgamento, no jornal **Valor Econômico**. O Procurador da República provou. A Procuradora Autárquica sequer quis aceitar que entrasse em discussão. Sabe por quê? Porque S. Exª é do Palácio do Planalto. O marido dela é do Palácio do Planalto. Hoje, a Bancada do Espírito Santo, infelizmente, descobriu que vinha

sendo enrolada, enganada, que havia caído no engodo do Palácio do Planalto, que dizia que estava imune e neutro. Está atolado numa conjuração contra o Estado do Espírito Santo, que precisa ser explicada, senão a Bancada do Estado do Espírito Santo terá que tomar uma posição de oposição renitente contra o Governo que persegue o nosso Estado. Outro fato: no Espírito Santo, um Conselheiro do Tribunal de Contas foi acusado de ter facilitado a aprovação de uma conta de uma prefeitura. Só que o processo foi dois anos antes de ele ser nomeado Conselheiro. Não olham data e jogam a honra das pessoas na lata - de - lixo. Outro fato: agora mesmo, conjurado com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), nesse plano de devorar o Espírito Santo, uma ONG norte - americana, chamada American Conservation, sem vir ao Brasil, fez um estudo, segundo o qual não se pode explorar petróleo na costa do Espírito Santo sob pena de prejudicar os Abrolhos. Os Procuradores, imediatamente, ingressaram na Justiça, junto com o Ibama, proibindo a exploração do petróleo nas costas do Espírito Santo. Lá, temos a segunda maior bacia de petróleo do Brasil; lá está o petróleo Brent, que, segundo o Presidente da Petrobrás, daria, em três anos, a auto - suficiência de petróleo ao Brasil, não será explorada, porque o Ibama, a American Conservation e os Procuradores são contra o Brasil. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço V. Exª.

Para finalizar, concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Eduardo Siqueira Campos, solidarizo - me com a indignação de V. Exª. O Senador Gerson Camata governou o Espírito Santo, o Senador César Borges, a Bahia, enfim, todos os que já ocuparam cargos públicos, especialmente no Poder Executivo, sabem como é duro ser vítima de acusações e calúnias. Sei bem da dor e da indignação de V. Exª neste momento. Comigo também não foi diferente. Já vivi esse episódio. Um deles, mais recentemente, em que sequer me foi dado o direito de defesa, um caso de simples patrocínio do Governo de Estado na época em que eu era Governador. Mas, quero me reportar a um mais antigo. Quando a LBA foi extinta, o Governo Federal entregou os bens daquele órgão para os Estados. Em Minas Gerais, procuraram - me, dizendo que era para eu assinar um documento recebendo, em doação, sem custo para o Estado, um prédio, que era de propriedade da extinta LBA. E, lá, instalamos a Secretaria do Trabalho. Pois imagine V. Exª que, passados alguns meses, recebo, já estando fora do Governo, uma intimação oriunda de um processo

de improbidade administrativa, quebra de sigilo fiscal, bancário, indisponibilidade do cargo, enfim, tudo isso porque eu havia recebido para o Estado um bem onde passou a funcionar um órgão público. Trata - se do Sr. José Jairo Gomes, Procurador Federal, que está lá em Minas Gerais. Contra S. Ex^a não foi aberto nenhum processo na Corregedoria ainda. Demorou seis meses para que o processo fosse arquivado, custando - me tempo e advogados. Este é apenas um exemplo que trago à Casa. Inclusive relatei esse fato na sabatina do Dr. Cláudio Fonteles quando aqui esteve. É importante trazermos aqui essas questões, porque o Ministério Público é muito importante para o Brasil. Mas precisa exatamente ser exercido com muita serenidade e bom senso. Para isso é importante, inclusive, a alteração que se está pretendendo fazer na reforma do Judiciário, quando serão exigidos cinco anos, no mínimo, de atividade na área jurídica, para se iniciar carreira.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, por último, quero informar que, diferente até de outros casos, eu não sou vítima de nenhum processo por parte de S. Ex^a; não houve nenhum inquérito instaurado contra este Senador. Apenas usou do ardid de envolver nomes de funcionários em ofícios que mandava à Polícia Federal.

Sr. Presidente, isso tudo virá à tona e quem vai protocolar as ações, a despeito do que já fez o Governador Siqueira Campos, serei eu e os meus funcionários, para que a verdade efetivamente possa vir à tona.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Prorrogo a sessão por trinta minutos para que façam uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador José Sarney, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, quero, aqui, expor o quanto a experiência desses 40 anos, sobretudo depois do golpe militar de 31 de março, seja no sentido de que nunca mais os brasileiros permitam que seja interrompida a democracia. Que nunca mais as instituições democráticas venham a ser quebradas como naquela madrugada de 31 de março de 1964!

É possível que tantas pessoas tenham se mobilizado com receio do que poderia acontecer diante do fato de o Presidente João Goulart anunciar, no comício de 13 de março daquele ano, a realização das reformas de base, da reforma agrária que, sobretudo, estava preocupando os grandes proprietários de terra, inclusive muitos ficavam aterrorizados diante do que

diziam alguns, ou seja, que poderia o Brasil tornar - se um regime ditatorial de natureza marxista, a exemplo do que ocorria com regimes do Leste Europeu, ou da República Popular da China, ou do regime que decorreu da Revolução cubana de 1959, ainda próxima.

Entretanto, não estava o Brasil efetivamente ameaçado, senão por aqueles que temiam um processo transformador. Foi lamentável a maneira como foram quebradas as instituições. Acabaram ceifando as liberdades democráticas, as liberdades de reunião, a liberdade de imprensa, a liberdade de livre manifestação. Ocorreram tantas outras coisas trágicas, inclusive as prisões, os métodos de tortura e as formas que entristeceram este País, e que inclusive acabaram tolhendo o direito de o povo brasileiro poder escolher seus representantes no Congresso Nacional e, em especial, os Prefeitos de capitais, os Governadores e o Presidente da República por um interregno até 1989, quando, finalmente, voltaram as eleições livres e diretas para a Presidência da República.

Em 31 de março de 1964, eu era Presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e me lembro de estar participado ativamente do movimento estudantil. No segundo semestre de 1963, fui uma das pessoas contribuiu para a eleição de José Serra para a Presidência da UNE, o qual, então, como líder máximo dos estudantes, havia participado intensamente das inúmeras manifestações por democracia e pela realização das reformas de base, tendo ele inclusive sido um dos principais oradores do comício de 13 de março, que acabou fomentando temores dos que se mobilizaram, como por meio das chamadas Marchas da Família com Deus pela Propriedade. Em minha própria família, vi que houve divisões, pois meus pais – Paulo Cochrane Suplicy e Filomena Matarazzo Suplicy –, muito católicos e membros da Direção da Confederação das Famílias Cristãs, preocupavam - se com a questão da possibilidade de haver a instauração, no País, de um regime de natureza que não respeitasse os valores do cristianismo e da religiosidade que lhes era tão importante. Mas eu, na condição de estudante, resolvi unir - me àqueles que estavam participando da defesa das instituições democráticas. Lembro - me de haver convocado, no centro acadêmico, uma assembléia de estudantes.

Convidamos professores da Fundação Getúlio Vargas, como Inácio da Silva Telles, Antônio Angarita da Silva e inúmeros outros, que colocaram seus pontos de vista. Depois de um grande debate, a maior parte dos estudantes resolveu votar para que não fosse quebrada a normalidade democrática, para que, qualquer que fosse a transformação, no Brasil, que ti-

vesse ela a característica de respeito às instituições democráticas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Mão Santa. Gostaria inclusive de saber da experiência de V. Exª naquele março de 1964.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de deixar claro que, mesmo com o nosso espírito democrático, que é difícil, mas temos que buscar a perfeição, principalmente após o grito do povo que, buscando uma forma de regime, fugindo dos totalitários, cansado de ser humilhado, sofrido e enganado, foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Na nossa América, foi batizado por Abraham Lincoln como governo do povo, pelo povo e para o povo, como aqui no Brasil. A democracia é trabalhosa. Na próspera França, não foi assim. Ocorreu 100 anos antes, com a Revolução Francesa; depois, passou Napoleão, com o Código Civil. Aqui também tivemos essas alternâncias, uma ditadura civil, de Vargas, homem trabalhador e realizador, que avançou em causas trabalhistas. Depois, veio a ditadura militar que era justificada como forma para afastar o País do comunismo. Quero que fique claro na História do Brasil que, mesmo nessas trevas de liberdade, o Piauí se agigantou. Ninguém foi melhor do que Evandro Lins e Silva – lembrava Rui Barbosa no nascer da República. Evandro Lins e Silva, Presidente do STF, que teve a coragem de não fazer desaparecer a justiça nesse período. Também piauiense, Petrônio Portella, nesta Casa, com sua inteligência, foi o artífice da redemocratização, que veio sem truculência, sem tiro e sem bala. No dia em que foi fechado este Congresso – porque houve uma reforma no Judiciário –, ele disse: “É o dia mais triste de minha vida”. Ninguém se comportou melhor do que o piauiense Petrônio Portella. E, na imprensa, Senador Romeu Tuma, nem no seu Estado de São Paulo, nenhum jornalista teve tanta grandeza quanto o piauiense Carlos Castelo Branco, o Castelinho, que teve a coragem, de homem do Piauí e do Brasil, de levar o desejo do povo pela redemocratização. Na administração, ninguém teve, durante esses 21 anos do regime militar, mais do que João Paulo dos Reis Velloso, que foi a luz desse regime e trouxe, de qualquer maneira, um desenvolvimento tecnológico e um grande exemplo ao País. Muitos anos de poder, João Paulo dos Reis Velloso: nenhum escândalo, nenhuma imoralidade e nenhuma corrupção – virtudes do homem do Piauí, que, de qualquer jeito, minimizaram a ditadura.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Mão Santa, o depoimento de V.

Exª, recordando a contribuição de brasileiros do Piauí para a construção do Brasil de hoje. Mas é importante que relembremos alguns dos aspectos daquilo que aconteceu depois de 1964.

O regime militar acabou adotando uma série de reformas que, por algumas décadas, levou a economia brasileira a ter um ritmo de crescimento rápido. Entretanto, acabou sendo caracterizado por um processo de concentração de renda e de riqueza, o que evidenciou a natureza do nascimento do regime, em que os que detinham mais recursos continuaram a exercer extraordinário poder de influência, inclusive sobre as decisões do Poder Público. Por isso, a nossa economia, nos últimos 10, 15 anos, continuou sem um crescimento rápido, e ainda se caracteriza pela forte concentração de renda e de riqueza.

A reforma agrária, que era um dos principais temores dos setores mais conservadores, ainda não foi realizada em sua plenitude, mas é preciso fazê-la. Certamente, esse é um dos principais compromissos que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve levar adiante. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, anunciou que, efetivamente, haverá volume de recursos suficientes para atender à meta do número de trabalhadores a serem assentados neste ano.

Amanhã, às 10 horas, na CPI da Terra, estará presente João Pedro Stédile, um dos principais coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para manifestar as reflexões do MST a respeito da necessidade premente de realizarmos a reforma agrária no Brasil.

O Presidente Lula tem o compromisso de realizar essa reforma agrária de maneira pacífica, com muito diálogo entre todos os segmentos envolvidos e interessados. Daí a importância da presença, amanhã, de João Pedro Stédile, na CPI da Terra.

Quero ainda assinalar algo importante, que precisa ser objeto de esclarecimento.

Senadora Ana Júlia, nos últimos dois números da revista **Carta Capital**, há depoimentos importantes, um do Sr. Carlos Alberto Costa que foi Diretor do escritório federal de investigações dos Estados Unidos, conhecido como FBI. Ele era diretor do FBI aqui no Brasil e fez revelações da maior seriedade e gravidade, segundo as quais, o governo norte-americano, por seu intermédio, contratava pessoas, fazendo pagamentos não registrados, de agentes da Polícia Federal, para realizar missões as mais diversas e por formas que não eram contabilizadas oficialmente.

Informo que, no próximo dia 14, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, acompanhado do Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e Jorge Félix, da Agência Brasileira de Inteligência, comparecerão perante a Comissão

do Congresso Nacional responsável por acompanhar as atividades da Abin, para prestarem esclarecimentos a respeito do que afirmou o Sr. Carlos Alberto Costa – que prestou depoimento ao Ministério Público, ao Sr. Luiz Francisco de Souza, e prestará outro amanhã, a partir da solicitação feita pelo Ministro da Justiça e pelo Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, sobre o que informou à **Carta Capital**. Nesse depoimento, ele confirmará o teor de sua entrevista, que deverá ser objeto de análise e servirá de esclarecimento sobre como isso pode ocorrer no Brasil.

Ademais, temos a informação de que a Drug Enforcement Administration, a agência que cuida do narcotráfico nos Estados Unidos, tem contratado pessoas no Brasil para realizarem missões que muitas vezes não obedecem à constituição dos Estados Unidos e à Constituição brasileira, o que também deverá ser esclarecido na referida reunião.

Relaciono esses fatos ao ocorrido em 31 de março, porque, naquela data, também houve a estranha participação ou a intromissão de agentes dos Estados Unidos da América e de seu governo, para que houvesse a interrupção do processo democrático brasileiro.

Felizmente, nós, brasileiros, conseguimos modificar esse estado de coisas. Com as manifestações do povo brasileiro, com a mobilização, conseguimos transformar a ditadura militar em formas democráticas de participação. Agora, a nossa grande tarefa é aperfeiçoar o regime democrático, de tal maneira que todo e qualquer brasileiro tenha direito ao pleno exercício da cidadania e à participação democrática.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, por 10 minutos, tempo que resta da prorrogação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos assiste e que nos ouve, seria difícil não falar sobre o golpe militar de 64, que foi um equívoco a começar da data da sua eclosão. Até o último minuto de 31 de março daquele ano, João Goulart continuava Presidente da República, sendo o cargo declarado vago pelo Presidente do Congresso Nacional, Auro

de Moura Andrade, somente em 1-4-1964, verdadeiramente o marco inicial da ditadura.

Disse o companheiro Chico Alencar, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro:

O 31 de março foi para fugir do Dia Internacional da Mentira, criação popular do período do Absolutismo francês, quando os reis mudavam até o calendário para iludir as massas.

Quarenta anos depois, é até possível abordar com uma dose de ironia aquele período. No entanto, para quem enfrentou a truculência do regime, para as famílias que perderam entes no enfrentamento, para quem viveu o sobressalto da vontade tolhida, do grito preso na garganta, amanhã é um dia de reflexão e reafirmação do compromisso com a construção de uma sociedade fundada na liberdade, na justiça social e na solidariedade.

É dia de reafirmar um “nunca mais” à exceção, ao arbítrio e à perseguição política, dos quais foram vítimas, em meu Estado do Pará, imediatamente após o golpe, Carlos Sá Pereira, Presidente do Sindicato dos Petroleiros; o Secretário do Partido Comunista Brasileiro em Belém, Humberto Lopes; o poeta Ruy Barata e o Deputado Estadual Benedito Monteiro, ambos ligados ao PCB; o Coronel reformado da Aeronáutica e membro do PSB, o paraense Jocely Brasil; os Líderes do PSB Hélio Gueiros e Laércio Barbalho; o Presidente da União dos Lavradores da Zona Bragantina, Benedito Serra, que, morto em 18-5-1964, teve registrada como causa de sua morte a hepatite aguda; e tantos outros que ousaram lutar para que o País não mergulhasse nas trevas daquela aventura militar, muitos pagando com a própria vida tamanha “ousadia”.

Quando eu tinha sete anos de idade, meu avô Cássio escreveu uma crônica que bem refletiu o clima que atingia o País e o Pará naquele momento. Vovô Cássio, que era o Dr. Cássio Estanislau Pessoa de Vasconcelos, Juiz do Trabalho, aposentou - se por doença – câncer – e posteriormente perdeu a vontade de lutar pela vida, por desgosto pela situação política do País. Pois bem, ele dirigiu - se aos netos de forma muito tocante. Como tomamos conhecimento do inteiro teor dessa crônica apenas este ano, permito - me reproduzir parte do texto, que assume grande importância, porque traz, em seu bojo, um retrato vivo dos males de uma ditadura:

Neste 10 de outubro, que vê nascer esta pobre, enfezada e mascarada “democracia” em que vivemos, por condescendência e favor do Alto Comando e de seu filho, o Ato “Prostitucional”, eu falo aos meus netos já que não posso falar a mais ninguém.

É a você que eu me dirijo, porque, se estas palavras chegassem a outros ouvidos, toda a nossa família seria mais sacrificada, mais vilipendiada, tragada...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– A Presidência se associa à emoção de V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) –

...irremissivelmente por este mar de trampa que está tragando tudo: brio, vergonha, honra, justiça, ordem.

A inveja, a calúnia, o arbítrio, a violência são virtudes. A simulação, a contrafação são as roupagens que vestem tais virtudes.

Uma fauna variada e heterogênea espalha - se por toda parte: serpentes inoculam nas vítimas previamente marcadas venenos mortais; cães rabeiros e fedorentos lambem os pés dos donos e a um sinal destes investem contra o incauto, para em seguida, retornar mais vis, mais fedorentos, balançando a cauda como que a indagar se cumpre bem a missão torpe. Peixes vorazes, tubarões e agulhas inconscientes e paranóicos, destroçam tudo e todos. Seu fim – matar, seu prazer – matar, sua preocupação única – matar, matar sempre. Mas matar o mais fraco, o desprevenido, o desarmado; não o superior, não o mais forte perante os quais se agacham como sapos. Araras e papagaios repetem sons a outros papagaios e outras araras. Nos ares voam passarinhos, outrora presos em gaiola humilde e agora soltos querem voar, voar mais alto, sempre. Nada lhes importa, a chacina, a devastação, que mal distinguem de lá de cima. O que importa é subir, subir até o céu.

Esse era o espírito de quem viveu e sofreu na carne aquele período.

Mas não apenas de arbítrio viveu o Brasil da ditadura. Aqueles governos nos legaram uma bomba - relógio social e econômica, na forma de um modelo de desenvolvimento que aprofundou a dependência do país ao centro do capitalismo mundial, e ampliou muito mais ainda a concentração de renda.

A sanha repressiva castrou toda uma geração de brasileiros e brasileiras do acesso a algumas das melhores coisas que a cultura brasileira já produziu. Além das aposentadorias compulsórias de professores, o que empobreceu e atrasou a produção acadêmica brasileira, a censura se abateu sobre todas as formas de produção de idéias, atingindo desde obras como **Feliz Ano Novo**, de Rubens Fonseca, até novelas, como “Roque Santeiro”, de Dias Gomes. Era

uma verdadeira ode à ignorância e ao obscurantismo, onde a brutalidade muitas vezes ganhava contorno de ópera bufa, como no famoso episódio onde um censor procurava o autor grego Sófocles, para prendê-lo em razão de uma de suas peças...

Entretanto, a face mais desumana deste período certamente apareceu na institucionalização da tortura como política de Estado. Já não há mais dúvida de que a tortura era um método sancionado pelo alto comando da Ditadura. As versões, hipocritamente repetidas de que a tortura seria uma prática de exceção, contra inclusive as ordens da cúpula dos governos militares, tornou - se insustentável após as revelações trazidas à luz, entre outros, pelo jornalista Élio Gaspari, que demonstram seu conhecimento e acobertamento pelas mais altas autoridades do regime.

O Brasil, sob a égide da doutrina de segurança nacional foi transformado em um país em guerra, onde de um lado estavam os militares que sustentavam o regime e, de outro, toda e qualquer oposição, possuísse a cor que tivesse.

Não sofri pessoalmente as grades ou a tortura, mas conheci pessoalmente algumas das vítimas da tortura: Humberto Cunha, ex - vereador em Belém, Iza Cunha, que inclusive já faleceu, Hecilda Veiga, socióloga e hoje professora da UFPa, Paulo Fonteles, ex - deputado estadual do PC do B, assassinado por mando do latifúndio do Pará, enfim, uma lista vergonhosamente enorme cujas publicações do projeto Brasil Nunca Mais trazem em toda a sua extensão.

O assassinato dos membros da Guerrilha do Araguaia, que ocorreu quando esses já estavam presos e absolutamente impossibilitados de reagir, com a seguida ocultação de seus cadáveres, revela bem a extensão da covardia com que operava a lógica da ditadura, covardia essa que certamente alcançou seu ápice no atentado terrorista praticado contra a comemoração do Dia do Trabalho no complexo do Riocentro no Rio de Janeiro.

A máscara de moralização da administração pública, que serviu no início para encobrir o ataque a opositores que não podiam ser apresentados publicamente, nem de longe, como comunistas ou guerrilheiros, desmanchou - se em escândalos de corrupção como a Capemi e o Caso Coroa/Brastel, isso sem falar naquilo que a pesada censura conseguiu esconder. Como toda ditadura, a nossa também foi um mar de falcatruas.

Como é boa a democracia que permite que um cidadão, general reformado chamado Carlos de Meira Mattos, faça um elogio à ditadura militar no jornal **Folha de S.Paulo**, esquecendo a história de falcatruas e corrupção da época da ditadura.

Hoje, restaurada a dignidade e resgatados os escrúpulos de consciência, o País vive em um clima de maturidade institucional, tendo atravessado, sem sobressaltos, a deposição de um Presidente da República, e festeja, cívica e democraticamente, a sucessão entre partidos adversários. E quem avaliza essa normalidade é a sociedade brasileira, que foi às urnas brigar pelo direito de eleger seus governantes e de apeá - los, democraticamente, quando não honrarem o voto popular.

Enfim, hoje podemos afirmar que os vinte anos de ditadura serviram para mostrar que o povo brasileiro ama a liberdade, a democracia e nunca mais deixará que os abutres do arbítrio lancem suas asas sobre nosso País.

Srª Presidente, agradeço - lhe a solidariedade e registro o que disse uma ex - guerrilheira e historiadora Jesse Jane: “Enquanto os cadáveres não saírem dos armários, a História não será passada a limpo”.

Seria impossível, neste dia, deixar de fazer esse registro histórico.

Estou estudando, com minha assessoria, uma forma de indicar ao Conselho de Educação, que determina o currículo básico, que essa data seja discutida em todas as escolas brasileiras do ensino fundamental ao superior. Isso para que as nossas crianças e a nossa juventude tenham sempre a história na mão e possam seguir em frente defendendo a democracia. Isso, sim, um valor. Que nunca mais esses – como se diz aqui - abutres possam voltar a governar este País. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Romero Jucá e a Srª Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, completados treze meses desde que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou assento no Palácio do Planalto, já é possível apontar algumas características de sua administração. A gestão da economia, por exemplo, tem recebido o elogio de muitos e a condenação de outros tantos. Curiosamente, pelo mesmo motivo: seu caráter ortodoxo e de acordo com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI). O encaminhamento das reformas tributária e da Previdência Social, de modo análogo, trouxe tanto aplausos entusiásticos quanto queixas indignadas.

Isso, é claro, não constitui surpresa: ninguém inventou ainda a fórmula para governar sem contrariar uns aqui, outros ali. No entanto, há uma área em que o Governo do Partido dos Trabalhadores e seus aliados tem obtido uma maioria significativa de opiniões favoráveis. Trata - se, naturalmente, de sua política externa, conduzida sob a liderança do chanceler Celso Amorim.

Análises internacionais de peso, como as dos cientistas políticos Viriato Soromenho Marques, professor da Universidade de Lisboa, e Stéphanie Montclair, da Universidade de Paris – Sorbonne, ilustram a visão atual da comunidade mundial sobre a condução de nossa política exterior. Soromenho destaca, nas recentes ações brasileiras, a vontade do cumprimento das grandes vocações do Brasil: a vocação continental, voltada à América Latina, a vocação oceânica, voltada para o resto do mundo, e o impulso para a afirmação da soberania. Montclair, por seu lado, aponta para o vigoroso fortalecimento da imagem internacional do País durante o ano passado.

Comentaristas brasileiros, como Antônio Carlos Lessa, da Universidade de Brasília (UnB), e Rubens Ricupero, Secretário - Geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), também louvaram o desempenho diplomático do Governo neste primeiro ano de ofício. O próprio Presidente, no balanço oral que apresentou, a 17 de dezembro, de seu primeiro ano de mandato, falou com especial satisfação da sua política externa, manifestando a consciência de que esse é um dos setores mais bem sucedidos, até aqui, de seu Governo.

Daqui da tribuna do Senado Federal, Sr. Presidente, eu digo que já era tempo de nosso País ter uma política externa digna da importância do Brasil no concerto das nações, na qualidade de um dos países mais extensos territorialmente, mais populosos e de maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo. Faltava - nos apenas uma postura altiva, como a que tivemos nos tempos do Barão do Rio Branco e de Rui Barbosa.

Somente abandonando as atitudes subservientes conseguiremos atingir objetivos como o da obtenção de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Por essa razão, julgo ser necessária a participação de representantes do Brasil, ainda que na condição de observadores, na próxima reunião do chamado G - 8, o grupo das maiores economias do planeta, a ser realizada em junho, nos Estados Unidos da América.

Alguns verão nisso pretensão, ousadia ou um surto de megalomania. Cabe lembrar a esses críticos as lições de amor ao Brasil que nos ensinaram as professorinhas nas primeiras séries da escola, como

a do verso de Olavo Bilac que diz: “Imita na grandeza a terra em que nasceste.”

É isso que devemos fazer e, creio, é o que está sendo posto em prática pelo atual Governo: Uma política exterior à altura das nossas melhores tradições.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) iniciou suas atividades no Estado de Roraima em 1980, com a instalação do Núcleo de Pesquisa Agropecuária de Roraima, coordenado pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU). Em 1981, a Diretoria Executiva da Embrapa criou a Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Territorial de Boa Vista (UEPAT – Boa Vista), a qual, a partir de 1988, com a transformação do Território em Estado, passou a denominar - se Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE de Boa Vista).

Já em 1991, a UEPAE de Boa Vista foi transformada em Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima (CPAF–RR). O CPAF–RR, com o codinome Embrapa Roraima, é uma Unidade Descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e integra o grupo de Centros Ecorregionais da Amazônia.

Recentemente, chegou - me às mãos o Relatório de Gestão da Embrapa Roraima relativo ao período de 2001 a 2003. Elaborado pelo Chefe Geral daquela Unidade, Eduardo Alberto Vilela Morales, o documento revela, com riqueza de detalhes e ao longo de mais de cem páginas, o excelente trabalho desenvolvido pela Embrapa do meu Estado ao longo dos últimos anos.

Fica evidenciado, de fato, que muito se conseguiu avançar no objetivo de montar um centro de pesquisa tecnológica voltado para respaldar o desenvolvimento socioeconômico do setor rural de Roraima, sobre bases sustentáveis. Hoje, pode - se dizer que as bases institucionais estão organizadas, estando bastante claro que, da consolidação desse modelo institucional e, principalmente, das melhorias e adequações que nele se vierem a introduzir, poderá depender o futuro de tantos brasileiros que lutam pelo progresso da Nação na última fronteira agrícola do extremo norte do País.

O desafio com que se defronta a Embrapa Roraima é o de atender as contínuas demandas por soluções tecnológicas e sistemas de produção adequados ao paradigma do desenvolvimento sustentável, modelo de desenvolvimento socioeconômico que se vem tentando implantar em nível global.

Infelizmente, ainda persistem percepções que consideram o desenvolvimento sustentável regional como sinônimo de processo de conservação ambien-

tal, deixando de levar em conta que as práticas de manejo sustentável, por exemplo, além de buscar a conservação do ambiente, devem também buscar ganhos de qualidade de vida e melhorias dos índices de desenvolvimento humano (IDH) das populações envolvidas.

Essas percepções subsistem, embora o novo paradigma represente um estágio mais avançado no equacionamento do desenvolvimento socioeconômico regional, não se devendo olvidar, de outra parte, que esses conceitos não invalidam os esforços de conservação ambiental, tão necessários e importantes para a saúde da humanidade e do planeta. De forma conjunta e sinérgica, são processos que, obrigatoriamente, fazem parte do paradigma do desenvolvimento sustentável.

No contexto atual da vida humana no planeta, considerados os graves riscos que podem advir se houver descaso em relação à preservação do meio ambiente, e por mais difícil que seja viabilizar os princípios pétreos do novo paradigma, apresenta - se altamente recomendável a adoção de duas premissas: conservar o ambiente natural para que as próximas gerações possam usufruí - lo e vincular os ganhos sociais aos ganhos econômicos obtidos pelo processo de desenvolvimento.

É preciso admitir, contudo, que, embora esses conceitos sejam componentes intrínsecos do paradigma do desenvolvimento sustentável, representando, conseqüentemente, um modelo de desenvolvimento socioeconômico desejável, não é nada fácil estabelecer um programa de oferta contínua de tecnologias que ofereçam, ao mesmo tempo, ganhos socioeconômicos, avanços no sentido da inclusão social, baixos níveis de impacto ambiental e bons níveis de competitividade frente aos mercados globais. Esse foi o desafio que a Embrapa Roraima buscou superar ao longo dos últimos anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos esforços foram realizados, no período 2001–2003, no sentido de garantir o fortalecimento institucional da Unidade da Embrapa em Roraima. Com apoio da Diretoria Executiva da Embrapa, foi possível reorganizar parte do quadro de recursos humanos da Unidade. Nesse âmbito, foi implementada uma equipe mínima de pesquisadores e de técnicos de nível superior, para conduzir as atividades de pesquisa, comunicação e transferência de tecnologia desse centro de pesquisa ecorregional. A implementação dessa equipe representou um avanço de vital importância para a Unidade, pois, além de fortalecer suas atividades em andamento, permitiu viabilizar seu futuro como centro atuante de pesquisa ecorregional na Amazônia.

O Relatório de Gestão da Embrapa Roraima 2001–2003, ao mesmo tempo em que apresenta as bases do planejamento para o futuro da Unidade, também contém os resultados mais relevantes da programação de pesquisa e de transferência de tecnologia no período em tela. Os resultados obtidos evidenciam uma Unidade consciente de seu papel, embora o número de pesquisadores, até meados de 2002, tenha sido de apenas doze efetivamente trabalhando na Unidade. Com os trinta pesquisadores atualmente lá lotados, é muito provável que esses resultados sejam rapidamente superados.

O Relatório destaca, outrossim, os princípios adotados para pesquisa e transferência de tecnologia. São eles: I) a oferta de soluções tecnológicas sustentáveis e competitivas no contexto de uma economia global, com efetivo potencial de ganhos econômicos e, como decorrência, com ganhos de qualidade de vida e melhoria dos índices de desenvolvimento humano; II) a busca da inclusão social dos pequenos produtores e das comunidades indígenas de Roraima, respeitadas suas tradições e culturas; III) os princípios do paradigma do desenvolvimento sustentável; e, IV) a reorganização institucional das atividades de pesquisa e transferência de tecnologia e o fortalecimento institucional do Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima (CPAF–RR), também conhecido como Embrapa Roraima.

A adoção do paradigma do desenvolvimento sustentável como elemento norteador das atividades de pesquisa e transferência de tecnologia da Embrapa Roraima não deixou de levar em conta a incontestável importância que teve a chamada “Revolução Verde”, capitaneada por Norman Borlaug, na produção de alimentos. Esse movimento foi uma das estratégias mais importantes adotadas no mundo para tentar superar as perspectivas de fome que ameaçavam a humanidade.

Presentemente, contudo, a evolução tecnológica oferece instrumentos que permitem aliar o potencial produtivo viabilizado pela Revolução Verde com os valores estabelecidos para a proteção e a conservação do ambiente. É precisamente a busca dessa sinergia que constitui a estratégia mais relevante para que as próximas gerações possam usufruir do meio ambiente. E ela representa, ao mesmo tempo, o desafio maior colocado à Embrapa Roraima.

Entre as realizações de destaque no âmbito da pesquisa, devem ser mencionadas a participação da Unidade Roraima em projetos dos macroprogramas de pesquisa da Embrapa e a aprovação de projetos junto a importantes fontes de financiamento, como CNPq, MCT, FINEP e PRODETAB. A serem ressaltados, no campo da transferência de tecnologia, estão o projeto “Dias de Campo” e as Unidades Demonstrativas, em várias regiões do Estado, o projeto “Embrapa & Escola”, as oficinas de trabalho com comunidades indígenas e pequenos produtores organizados, os ciclos

de seminários com empresários rurais e, finalmente, o sucesso da *Amazontech*, evento em parceria com o SEBRAE - RR e a Universidade Federal de Roraima, com apoio do Governo Estadual.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Embrapa Roraima é um centro ecorregional amazônico que tem sua atuação focada na utilização sustentável dos diferentes ambientes encontrados no Estado, como a região serrana na fronteira com a Venezuela, a região de savanas, a floresta tropical – englobando a floresta de transição e a floresta úmida – e a região de campinaranas, que continua no Estado do Amazonas na região do rio Negro.

Sua atuação considera, ainda, a forte diversidade de clientes e usuários, como as comunidades indígenas, os pequenos produtores organizados e os empresários rurais. Para execução de suas atividades, conta com quatro Campos Experimentais, sendo dois em ambiente de savanas ou lavrados, que estão localizados no Município de Boa Vista, e dois em áreas de floresta tropical de transição, localizados nos Municípios de Mucajaí e Cantá.

A Embrapa Roraima dá grande valor a seu capital humano, composto de 105 empregados, distribuídos em atividades de pesquisa, comunicação, transferência de tecnologia, administração, campos experimentais e laboratórios. Nesse quadro, 28% são pesquisadores e 72%, pessoal de apoio.

A melhoria das condições de trabalho tem sido uma preocupação constante da Embrapa Roraima. Diversas ações foram implementadas objetivando não somente a eliminação ou redução a níveis mínimos das situações de risco ou de insalubridade existentes nas diversas áreas de trabalho, mas também visando a estimular uma maior integração entre os empregados, de maneira a proporcionar - lhes um ambiente saudável e seguro e uma convivência mais harmoniosa.

Nesse sentido, a Unidade ofereceu, em parceria com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA), a Oficina de Inter - Relacionamento Pessoal, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) 2002. Em colaboração com a Associação dos Empregados da Embrapa (AEE), buscou - se fortalecer o Coral da Embrapa Roraima – o qual fez sua primeira apresentação pública durante o evento *Amazontech 2001* – e apoiar a participação de um expressivo número de empregados da Unidade no evento *Embrapa Brasil*, realizado em 2002 na Bahia, que congregou todas as associações de empregados da Embrapa.

Entre as realizações da Embrapa Roraima no período em tela, não posso deixar de mencionar a reinstalação do Banco de Germoplasma do Cavalo Lavradeiro. Embora a Unidade tenha sofrido, nos últimos anos, com a aprovação de poucos orçamentos e um baixo nível de liberação dos recursos financeiros apro-

vados, ainda assim logrou, no final de 2002, reinstalar o Banco de Germoplasma do Cavalo Lavradeiro em área de lavrados, de propriedade privada contratada, dentro do ambiente de dispersão natural, no Município de Amajari. Nesse banco de germoplasma, deverão ser realizados estudos moleculares sobre as características genéticas desse animal, inclusive a aparente tolerância que apresenta à anemia infecciosa, doença da maior importância econômica para a equinocultura.

No que se refere à produção técnico - científica da Unidade, observa - se que ela experimentou um acréscimo significativo no período, passando o número de publicações de 52, no ano 2000, para 90, em 2002, representando um incremento de 73%. Taxas de crescimento ainda mais expressivas foram observadas na publicação de artigos em periódicos indexados e de resumos em anais de congressos. Com toda a certeza, esses números serão muito ampliados nos próximos anos, como decorrência do aumento de 150% no número de integrantes da equipe de pesquisa em 2002.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a leitura do Relatório de Gestão da Embrapa Roraima 2001–2003 evidencia o belíssimo trabalho que a instituição vem empreendendo no cumprimento de sua missão de viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio da Amazônia, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da sociedade.

Cumpra, portanto, parabenizar sua direção, todo o seu corpo técnico e demais funcionários pela contribuição que vêm dando ao progresso do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado fui signatária de uma emenda sugerindo ao relator da Reforma do Judiciário, Senador José Jorge – **e espero ser atendida na apreciação da matéria** – a inclusão da Defensoria Pública da União na PEC 29.

Mais precisamente na parte em que trata da modificação do artigo 134 da Constituição.

Isso porque a Defensoria Pública da União foi, equivocadamente, esquecida do texto da PEC, que atribuía autonomia administrativa somente às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.

Era preciso, portanto, corrigir esse equívoco.

A Defensoria Pública da União tem como sua única e exclusiva função constitucional dar acesso à justiça à população carente.

Muitas vezes, as pretensões JURÍDICAS da população carente voltam - se contra o próprio Estado,

em ações contra a União, o INSS, a Caixa Econômica federal, entre outros órgãos. Dessa forma, nada mais correto que a autonomia e independência de seus defensores.

Um exemplo é o que ocorre com o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Infelizmente, é comum o Estado negar o benefício a pessoas que realmente têm o direito de obtê - lo. Na grande maioria das vezes, por falta de documentação ou por problemas de mera formalidade, observando que os que necessitam do benefício são pessoas extremamente carentes, que muitas vezes não sabem sequer ler e escrever, quanto mais pleitear direitos junto ao Estado.

Poucos são os advogados que patrocinam esse tipo de causa, tendo em vista o pequeno valor envolvido na demanda e o baixo retorno financeiro do serviço advocatício.

A Defensoria Pública da União conseguiu interpretações jurisprudenciais que flexibilizaram o requisito de um quarto de salário mínimo para a configuração do “necessitado”. E , hoje, com meio salário mínimo **per capita** o benefício já está sendo conseguido judicialmente.

Também são comuns recursos contra a Caixa Econômica Federal, que, com um corpo de advogados próprios, além de defesa terceirizada, propõe imediatamente ações contra pessoas que fizeram financiamento da casa própria e não conseguem pagá - lo.

Por isso, a autonomia implica em fortalecimento do órgão Defensoria Pública, para que possa melhor prestar o exclusivo atendimento à população carente, o que gera uma melhor resolução dos conflitos de interesses e pacificação social.

Sem a Defensoria Pública não há acesso à Justiça. Sem acesso à Justiça, o Poder Judiciário não pode dirimir os conflitos de interesses adotando a decisão mais justa para o caso e combatendo o abuso e a arbitrariedade. E sem uma decisão justa para os conflitos de interesses, não há participação ativa de TODOS os indivíduos na vida do seu governo e do seu povo.

Dessa forma, não há como se conceber que as Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal tenham reconhecida a autonomia e não haja o mesmo tratamento em relação à Defensoria Pública da União.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar - se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 15, DE 2004**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 155, de 2003)
Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 155, de 2003, que *dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.*

Parecer nº 321, de 2004, Relator revisor: Senador José Jorge (MINORIA/PFL - PE), favorável, com alterações

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 2003**

*Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 157, de 2003, que *altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.*

Relator revisor: Senador Renan Calheiros (PMDB - AL)

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2004**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2004)
Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2004, que *acresce os arts. 1º - A e 1º - B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição e Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador João Alberto Souza (PMDB/MA)

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162, DE 2004**

*Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA)

5**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2004**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Relator revisor:

6**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 2004**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra - se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências*

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta - se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)

**ATA DA 17ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 16 DE MARÇO DE 2004**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 037, de 17 de março de 2004)

RETIFICAÇÃO

1) À página nº 07269, 1ª coluna, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2004,

Onde se lê:

**“PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 45, DE 2004**

**Estende aos ocupantes de cargos em comissão
não ocupantes de cargo ou emprego efetivo na
administração pública os benefícios do Fundo de
Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Insira-se o seguinte § 1º ao art. 243, da Lei
8.112, de 11 de dezembro de 1990:

§ 1º O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, nem ocupe cargo efetivo em qualquer dos poderes nas esferas federal, estadual e municipal, terá direito aos benefícios do Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS.

I – Esta norma abrangerá todos os ocupantes de cargos em comissão, dentro das especificações descritas no § 10, em efetivo exercício de suas funções, retroagindo o início da concessão do benefício à data de sua nomeação.”

Leia se:

**“PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 45, DE 2004**

**Estende aos ocupantes de cargos em comissão
não ocupantes de cargo ou emprego efetivo na
administração pública os benefícios do Fundo de
Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Insira-se o seguinte § 10 ao art. 243, da Lei
8.112, de 11 de dezembro de 1990:

§ 10 O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, nem ocupe cargo efetivo em qualquer dos poderes nas esferas federal, estadual e municipal, terá direito aos benefícios do Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS.

I – Esta norma abrangerá todos os ocupantes de cargos em comissão, dentro das especificações descritas no § 10, em efetivo exercício de suas funções, retroagindo o início da concessão do benefício à data de sua nomeação.”

**ATA DA 23ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 24 DE MARÇO DE 2004
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 043, de 25 de março de 2004)**

RETIFICAÇÃO

1) À página nº 08348, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 296, de 2004,

Onde se lê:

**“PARECER Nº 296, DE 2004
(Da Comissão de Serviços de Infra Estrutura)”**

Leia-se:

**“PARECER Nº 296, DE 2004
(Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)”**

Relator: Marco Maciel.”

**ATA DA 24ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 25 DE MARÇO DE 2004
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 044, de 26 de março de 2004)**

RETIFICAÇÃO

1) À página nº 08490, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 306, de 2004,

Onde se lê:

“PARECER Nº 306, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Petição nº 10, de 2003 (Aviso nº 87/2003, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que solicita orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Alvorada – RS, sem prévia autorização do Ministério da Fazenda.

Relator revisor: Senador Mão Santa

Leia-se:

“PARECER Nº 306, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Petição nº 10, de 2003 (**Aviso nº 387/2003, na origem**), do Ministro de Estado da Fazenda, que solicita orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Alvorada – RS, sem prévia autorização do Ministério da Fazenda.

Relator revisor: Senador Mão Santa”

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

SENADOR: JOSÉ SARNEY

**31-3-2004
quarta-feira**

11:00 – Governador Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá

Presidente do Senado Federal

15:30 – Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS
DURANTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
52ª LEGISLATURA**

(1º a 31 de março de 2004)

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

Total.....6

Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 143, de 2003), que extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências.

Sessão: 16-3-2004

Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 146, de 2003), que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências.

Sessão: 16-3-2004

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 150, de 2003), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências.

Sessão: 24-3-2004

Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 151, de 2003), que dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Sessão: 24-3-2004

Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 154, de 2003, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.

Sessão: 25-3-2004

Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 158, de 2003, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.

Sessão: 30-3-2004

2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

Total.....6

Medida Provisória nº 142, de 2003, que dispõe sobre os créditos do Banco Central do Brasil contra instituição financeira credenciada a operar no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos — CCR, e dá outras providências.

Sessão: 3-3-2004

Medida Provisória nº 148, de 2003, que atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Sessão: 24-3-2004

Medida Provisória nº 149, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa.

Sessão: 24-3-2004

Medida Provisória nº 152, de 2003, que altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, (dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Lei nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências).

Sessão: 25-3-2004

Medida Provisória nº 156, de 2003, que altera o caput do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - PROFAE.

Sessão: 30-3-2004

Medida Provisória nº 159, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica

à Companhia de Navegação do São Francisco - Franave.

Sessão: 30-3-2004

3 - APROVADAS COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Total.....4

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2004 (apresentado pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 141, de 2003), que dá nova redação ao art. 20 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Sessão: 3-3-2004

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2004 (apresentado pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 147, de 2003), que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior.

Sessão: 17-3-2004

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 153, de 2003), que institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação, e dá outras providências.

Sessão: 25-3-2004

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2004, (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 160, de 2003), que dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.

Sessão: 30-3-2004

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal 5

Total.....5

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 1º-3-2004

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2003, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei nº

3.419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 1º-3-2004

Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação de colete salva-vidas em embarcações destinadas ao transporte de passageiros.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 1º-3-2004

Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 1º-3-2004

Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que institui quota para estudantes da rede pública nas Universidades Federais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15-3-2004

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados

Total:46

Projeto de Decreto Legislativo nº 738, de 2003 (nº 2.439/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Telerádiodifusão de Rio Casca – ASCOTEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 742, de 2003 (nº 2.442/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Defesa do Patrimônio Público de São Miguel do Iguaçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2003 (nº 2.469/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Tropical de Carneirinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carneirinho, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 8-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2003 (nº 1.235/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santo Antônio de Pádua de Caturai a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caturai, Estado de Goiás.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 8-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 751, de 2003 (nº 2.480/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Beneficente de Altamira do Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Maranhão.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 12-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 779, de 2003 (nº 2.494/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Movimento Teatral "Ziriguidum Art Circus" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 12-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2003 (nº 2.193/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Asaré, Estado do Ceará.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2003 (nº 2.679/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Trídio Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 699, de 2003 (nº 2.688/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Gabriel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2003 (nº 3.056/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora

em frequência modulada na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 775, de 2003 (nº 2.488/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Beneficente Studio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2003 (nº 2.496/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Valente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valente, Estado da Bahia.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 785, de 2003 (nº 2.527/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2003 (nº 2.533/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 789, de 2003 (nº 2.536/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional União da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 794, de 2003 (nº 3.106/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à LT Costa Pinto Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 796, de 2003 (nº 2.493/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Desenvolvimento Cultural em Coaraci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coaraci, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 805, de 2003 (nº 2.542/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pitiguara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2003 (nº 2.598/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2003 (nº 2.617/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Severiano Melo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2003 (nº 2.620/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2003 (nº 3.035/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa “Manoel Affonso Cancelli” para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 843, de 2003 (nº 1.387/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Serra Verde FM a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2003 (nº 1.639/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Sol e Vida — Lago Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2003 (nº 2.071/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Paranoá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Paranoá, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2003 (nº 2.295/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária dos Pioneiros de Campos de Júlio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 851, de 2003 (nº 2.348/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Macaparana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaparana, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2003 (nº 2.768/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2003 (nº 2.779/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Pacu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2003 (nº 224/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Singão Associação Cultural de Santa Isabel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 889, de 2003 (nº 3.199/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporã, Estado do Paraná. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2003 (nº 380/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Angelo Redivo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 902, de 2003 (nº 289/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educar Sul Brasil para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pinhais, Estado do Paraná. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 905, de 2003 (nº 3.060/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Maria Targino Pontes de Araújo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2003 (nº 3.099/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rota do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2003 (nº 3.188/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Roncador a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Roncador Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 912, de 2003 (nº 425/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Toledo Prado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 915, de 2003 (nº 370/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 920, de 2003 (nº 2.425/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Madalena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madalena, Estado do Ceará. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 921, de 2003 (nº 2.426/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2003 (nº 2.438/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Educacional Padre Hermenegildo Bortolatto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina. (Decisão terminativa da Comissão de Educação) Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 928, de 2003 (nº 2.747/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vila Velha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. (Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2003 (nº 2.757/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.03.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2003 (nº 2.852/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Jornal de Barretos Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2003 (nº 2.981/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16-3-2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2003 (nº 729/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Educacional de Sertãozinho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16-3-2004

IV – MATÉRIA REJEITADA E ENVIADA AO ARQUIVO

Da Câmara dos Deputados

Total.....1

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2000 (nº 2.408/96, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus).

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 30-3-2004

V – REQUERIMENTO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total.....46

Requerimento nº 245, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta e outros senadores, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 15

membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com duração de cento e vinte dias, estimando-se em R\$200.000,00 (duzentos mil reais) os recursos necessários ao desempenho de suas atividades.

Sessão: 5-3 -2004

VI - OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal 56

Total.....56

Requerimento nº 185, de 2003, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador José Cortez Pereira de Araújo.

Sessão: 10-3-2004

Requerimento nº 187, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a cientista brasileira Lúcia Mendonça Previato, uma das cinco vencedoras do Prêmio UNESCO/L’Oreal para Mulheres na Ciência, de 2004.

Sessão: 2-3-2004

Requerimento nº 188, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao físico brasileiro Paulo Artaxo, coordenador do instituto do Milênio — USP, pela descoberta, em conjunto com cientistas da Universidade de São Paulo e da Europa, do Chamado Elo Perdido, do clima da Amazônia.

Sessão: 2-3-2004

Requerimento nº 189, de 2004, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando inserção em ata votos de pesar pelo falecimento da Drª Herzeleide Maria Fernandes de Oliveira, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2004.

Sessão: 2-3-2004

Requerimento nº 192, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cineasta Fernando Meirelles, diretor do filme Cidade de Deus, que concorreu ao Prêmio “Oscar” em Hollywood, com quatro indicações.

Sessão: 2-3-2004

Requerimento nº 193, de 2004, de autoria dos Senadores José Sarney e Papaléo Paes, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Raimunda Cezarina Rodrigues de La-Roque, ocorrido em 25 de fevereiro de 2004.

Sessão: 2-3-2004

Requerimento nº 194, de 2004, de autoria dos Senadores José Sarney e Papaléo Paes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Artista Plástico Raimundo Braga de Almeida, ocorrido em 1º de março de 2004.
Sessão: 2-3-2004

Requerimento nº 195, de 2004, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de Congratulações a empresa Moraes S/A Indústria e Comércio, pela passagem dos seus 100 anos de atividade industrial, comércio e extração de cera de carnaúba no Estado do Piauí.
Sessão: 2-3-2004

Requerimento nº 197, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Adalmo de Araújo Andrade, ex-presidente da Prodemge, ocorrido no dia 2 de março de 2004.
Sessão: 3-3-2004

Requerimento nº 198, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de pesar e solidariedade ao povo iraniano pelo trágico acidente ferroviário que vitimou centenas de pessoas.
Sessão: 3-3-2004

Requerimento nº 203, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário Pedro Abrão, ocorrido na cidade de Goiânia/GO.
Sessão: 4-3-2004

Requerimento nº 204, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Senhor Miguel Nicolelis, neurocientista brasileiro.
Sessão: 4-3-2004

Requerimento nº 242, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Hermínio Fraga Gomes, ex-Presidente da Câmara Municipal de Serra, no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 4-3-2004

Requerimento nº 243, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Bloch, pioneiro da fonoaudiologia no Brasil, dramaturgo de renome, e autor de centenas de livros.
Sessão: 4-3-2004

Requerimento nº 249, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta brasileira Daiane dos Santos, pela conquista da Medalha de Ouro na Etapa Alemã da Copa do Mundo de Ginástica.
Sessão: 8-3-2004

Requerimento nº 252, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Décio de Freitas, ocorrido no dia 9 de março de 2004.

Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 253, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Historiador Décio Freitas.
Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 254, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento da ex-Secretária de Saúde do Estado do Amazonas, Francisca das Chagas SAVEDRA da Silva.
Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 255, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando que sejam enviados votos de condolências à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí e à família do educador e político José Pires Gayoso de Almeida Freitas, vitimado por um câncer generalizado aos 85 anos.
Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 270, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando votos de congratulações ao Desembargador Sérgio Resende, pela sua eleição a 3 de março de 2004, como novo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a partir de 4 de março de 2004, quando tomou posse.
Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 271, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Professor Paulo Bonavides por sua indicação à Academia Brasileira de Letras.
Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 272, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso em homenagem a cidade de Joinville - SC, que comemora no dia 9 de março de 2004, 153 anos de história.
Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 276, de 2004, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Niemeyer, neurocirurgião, provedor da Santa Casa do Rio.
Sessão: 9-3-2004

Requerimento nº 279, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento de Maria Benedita Pinto Nogueira, D. Filhinha, ocorrido no dia 09 de março de 2004, no Dia Internacional da Mulher.
Sessão: 10-3-2004

Requerimento nº 280, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor à Casa de Maria — Casa de Parto do Itaim Paulista pelos relevantes serviços prestados à população do Estado de São Paulo. Sessão: 10-3-2004

Requerimento nº 283, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico neurocirurgião Paulo Niemeyer, ocorrido no dia 10 de março de 2004, no Rio de Janeiro. Sessão: 10-3-2004

Requerimento nº 284, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando votos de condolências à família do médico Paulo Niemeyer. Sessão: 10-3-2004

Requerimento nº 285, de 2004, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Srs. Senadores, solicitando voto de profundo pesar e de solidariedade ao Governo e ao povo da Espanha, pelos atentados ocorridos no dia 11 de março de 2004, na cidade de Madri. Sessão: 11-3-2004

Requerimento nº 286, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sr^a Helena Fragadolli Dias. Sessão: 11-3-2004

Requerimento nº 290, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana e outros Srs. Senadores, solicitando voto de solidariedade ao povo espanhol, pelos atentados ocorridos no dia 11 de março de 2004, na cidade de Madri. Sessão: 11-3-2004

Requerimento nº 295, de 2004, de autoria do Senador Efraim Morais e outros Senadores, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Álvaro Gaudêncio Filho, ocorrido no dia 12 de março de 2004, na Cidade de Campina Grande – PB. Sessão: 15-3-2004

Requerimento nº 296, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso à EMBRAPA, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, pelo recente lançamento da Rede de Software Livre para Agropecuária, a Agrolivre, em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia e Informação. Sessão: 15-3-2004

Requerimento nº 297, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando voto de aplauso à atleta brasileira Daiane dos Santos, pela conquista de Medalhas de Ouro e de Prata, em Lyon, na França, na Copa do Mundo de Ginástica Olímpica. Sessão: 15-3-2004

Requerimento nº 304, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do pintor Carlos Bastos. Sessão: 16-3-2004

Requerimento nº 305, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Flamarion Mossri. Sessão: 16-3-2004

Requerimento nº 306, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Flamarion Mossri. Sessão: 16-3-2004

Requerimento nº 307, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Flamarion Mossri. Sessão: 16-3-2004

Requerimento nº 308, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando sejam encaminhados Votos de Aplauso à ginasta gaúcha Daiane dos Santos pelas conquistas de medalhas na Copa do Mundo de Ginástica Olímpica. Sessão: 16-3-2004

Requerimento nº 312, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando Voto de Aplauso à Varig — Viação Aérea Rio Grandense S/A, pela inestimável colaboração e solidariedade ao proporcionar transporte aéreo aos brasileiros detidos nos Estados Unidos da América. Sessão: 16-3-2004

Requerimento nº 315 de 2004, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando apresentação de condolências à família pelo falecimento do Monsenhor Aluizio Viana Martins, ocorrido no dia 16 de março de 2004, no município de Mata Grande - AL. Sessão: 17-3-2004

Requerimento nº 318, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de congratulações ao Senhor Luiz Paulo Vellozo Lucas, Prefeito de Vitória, ao Dr. Américo Buaiz Filho, Diretor Presidente da Rede Vitória e aos Diretores, Jornalistas e funcionários daquela Empresa, pela inauguração do seu novo parque de transmissão, localizado no Morro da Fonte Grande, Vitória, Espírito Santo. Sessão: 17-3-2004

Requerimento nº 319, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao piloto Paulo Salustiano, pela sua primeira vitória na Fórmula Renault. Sessão: 17-3-2004

Requerimento nº 330, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao presidente do Banco do Brasil, Sr. Cássio Casseb, pela criação do Banco Popular do Brasil.
Sessão: 18-3-2004

Requerimento nº 338, de 2004, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Cássio Leite de Barros, ocorrido no dia 21 de março de 2004.
Sessão: 22-3-2004

Requerimento nº 344, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Clauco Rodrigues, ocorrido no dia 19 de março de 2004.
Sessão: 23-3-2004

Requerimento nº 345, de 2004, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade de Belém do Pará, ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal, Oswaldo de Melo, ocorrido no dia 18 de março de 2004.
Sessão: 23/03/2004

Requerimento nº 355, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Balneário Camboriú, Sr. Antônio Manoel Soares Santa, ocorrido no dia 22 de março de 2004.
Sessão: 24-3-2004

Requerimento nº 356, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário Rômulo Kardec de Camargos, ex-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu (ABCZ), ocorrido no dia 17 de março de 2004.
Sessão: 24-3-2004

Requerimento nº 358, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que seja aprovada Moção de Aplauso ao Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), rede que congrega 513 organizações de trabalhadores da Amazônia, pela vitória na ação administrativa para o cancelamento do registro do nome cupuaçu como domínio das empresas japonesas Asahi Foods e Cupuaçu Internacional, obtida no dia 10 de março de 2004 por decisão do Escritório de Marcas e Patentes do Japão.
Sessão: 24-3-2004

Requerimento nº 363, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor à Rede Santa Catarina de TV (SBT) pelos 15 anos de sua atuação no Estado de Santa Catarina.
Sessão: 25-3-2004

Requerimento nº 365, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Dr. Hélio Dutra.
Sessão: 26-3-2004

Requerimento nº 367, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, de um dos maiores mestres em Judô da história do esporte brasileiro, Leopoldo de Lucca, ocorrido em 25 de março de 2004, no Rio de Janeiro.
Sessão: 30-3-2004

Requerimento nº 368, de 2004, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de regozijo ao Povo de Curitiba, por intermédio do seu Prefeito, pelos 311 anos da fundação da capital do Estado do Paraná, comemorados em 29 de março de 2004.
Sessão: 30-3-004

Requerimento nº 370, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, solicitando Voto de Aplauso ao Senhor Francisco Bazílio Cavalcante, zelador, funcionário da Infraero a serviço no Aeroporto Internacional de Brasília, que no dia oito de março de 2004, encontrou num dos banheiros do aeroporto US\$10 mil em espécie. E de imediato, entregou ao Setor de Achados e Perdidos daquele Aeroporto.
Sessão: 30-3-2004

Requerimento nº 371, de 2004, de autoria do Senador Efraim Moraes, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito de Cachoeira dos Índios — PB, senhor José de Souza Bandeira, ocorrido no dia 25 de março de 2004.
Sessão: 31-3-2004

Requerimento nº 372, de 2004, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando Voto de Congratulações ao Professor Irmão Luiz Albano e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná — PUC, pelo transcurso, no próximo dia 10 de abril de 2004, do 88º natalício do professor Irmão Luiz Albano (José Cordún), pela vida dedicada à educação, desse que é um dos mais respeitados educadores do estado do Paraná, pioneiro da PUC do Paraná, ex-Pró-reitor Acadêmico e referência na sociedade.
Sessão: 31-3-2004

VII - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....16

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 146, de 2003, que dispõe sobre a reestruturação da

Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro social, e dá outras providências.

(Publicado no **Diário Oficial** da União de 3-3-2004, Seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 147, de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior.

(Publicado no **Diário Oficial** da União de 11-3-2004, Seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 150, de 2003, que Altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial, e dá outras providências.

(Publicado no **Diário Oficial** da União de 11-3-2004, Seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 151, de 2003, que dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido — INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

(Publicado no **Diário Oficial** da União de 12-3-2004, Seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 152, de 2003, que altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

(Publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, Seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 153, de 2003, que institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação, e dá outras providências.

(Publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, Seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 154, de 2003, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provi-

sória nº 155, de 2003, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 156, de 2003, que altera o **caput** do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem — PROF AE.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 157, de 2003, que altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas — SINARM e define crimes.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 158, de 2003, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, e dá outras providências.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 159, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco — FRANAVE.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 160, de 2003, que dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 17-3-2004, seção I)

Ato — Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 23 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 161, de 2004, que acresce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de

petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 19-3-2004, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$3.400.000.000,00 para os fins que especifica.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 19-3-2004, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de março de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

(publicado no **Diário Oficial** da União de 19-3-2004, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de março de 2004)

Deliberativas ordinárias.....	14
Não deliberativas.....	9
Total.....	23

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de março de 2004)

MATÉRIAS APROVADAS.....	73
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	16
1 – aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviadas à sanção.....	6
2 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....	6
3 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados.....	4
II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	5
1 – Em decisão terminativa.....	5
1.1 – Projeto de Lei do Senado.....	5
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....	46
1 – Concessões de telecomunicações.....	46
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO.....	1
V – Matéria rejeitada.....	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS.....	74

Requerimento de criação de CPI deferido.....	1
Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogando prazo de Medida Provisória.....	16

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 17 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2004

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (17 de fevereiro a 31 de março de 2004)

Deliberativas Ordinárias.....	24
Não Deliberativas.....	2
Total.....	48
MATÉRIAS APROVADAS	231
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	21
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....	7
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....	7
4 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados	7
II – Projetos aprovados e enviados à sanção.....	8
III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	
1 – Em decisão terminativa	8
1.1 – Projetos de Lei do Senado Federal	7
2 – Por decisão de Plenário	1
2.1 – Do Senado Federal	
IV – Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	194
1 – Concessões de telecomunicações.....	188
2 – Acordos Internacionais	5
3 – Operações de crédito	1
Matérias enviadas ao arquivo	6
V – Matérias prejudicadas	2
VI – Matérias rejeitadas	3
XVI – Matérias retiradas pelos autores	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	237
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	20
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS.....	2

SECRETARIA-GERAL DA MESA**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Of. SGM nº 21/2004	Senhor Baptista Pereira – Desembargador Federal Relator do Inquérito Policial nº 2002.61.03.003143-4 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região – São Paulo	Atendendo ao Of. nº 165/UPL- TRF 3R, de 5 de novembro de 2003, encaminha cópia da documentação colhida pela Subsecretaria de Arquivo desta Casa, nos autos do Requerimento nº 497, de 2000 (CPI do Futebol), referente ao Deputado Estadual Pedro Yves Simão, constituída de 10 envelopes lacrados.
Of. SGM nº 37/2004	Doutor Mozart Vianna de Paiva – Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.	Comunicando que o Senador Cristovam Buarque, filiado ao Partido dos Trabalhadores -- PT e representante do Distrito Federal, reassumiu, no dia 26 de janeiro de 2004, o exercício de seu mandato de Senador da República, nesse sentido solicita substituir o nome do Senador Eurípedes Camargo pelo nome do Senador Cristovam Buarque nos registros dessa Casa.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

Of. SGM nº 63/2004	Senhor Antônio Alves de Souza – Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Saúde	Com relação ao Of. nº 93/GM, de 2 de fevereiro de 2004, esclarece o seguinte: 1 - O aviso nº 1.082/GM, de 21 de outubro de 2003, do Senhor Ministro da Saúde, foi recebido, na Secretaria-Geral da Mesa, no mesmo dia 21 de outubro de 2003, às 17h50. 2 - No dia 24 de outubro de 2003, ditas informações foram encaminhadas ao autor do requerimento, por meio do Ofício SF nº 1.910/2003, e recepcionadas no gabinete pelo funcionário Rogério, matrícula 5208. 3 - O recebimento das informações foi comunicado oficialmente, em Plenário, no dia 28 de outubro de 2003.
Of. SGM nº 71/2004	Doutor Mozart Vianna de Paiva – Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.	Comunicando que o Segundo Suplente do Senador Amir Lando, o Senhor Paulo Elifas, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro e representante do Estado de Rondônia, assumiu o exercício do mandato de Senador da República a partir de 10 de fevereiro de 2004, em decorrência do afastamento do titular para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social. Solicita substituir o nome do Senador Amir Lando pelo do Senador Paulo Elifas nos registros da referida Casa, bem como fornecer senha, em caráter sigiloso, para seu uso.
Of. SGM nº 84/2004	Doutor Mozart Vianna de Paiva – Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.	Encaminhando original do autógrafo sancionado pelo Senhor Presidente da República, do Projeto de Lei nº 31, de 2003, do Congresso Nacional, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004”, para o Arquivo desta Casa.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

Of. SGM nº 110/2004	Doutor Mozart Vianna de Paiva – Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.	Tendo em vista o disposto nas Resoluções nº 1, de 2001-CN, nº 1, de 2002-CN e nº 2, de 2000-CN, que tratam, respectivamente, de Medidas Provisórias e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicita que seja encaminhada a esta Secretaria-Geral o cálculo da proporcionalidade partidária dos representantes da Câmara dos Deputados, prevista para a sessão legislativa que ora se inicia.
Of. SGM /nº 119/2004	Senhor Flávio Paixão de Moura Júnior – Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro.	Informando que o Relatório Final da CPI do Futebol, criada pelo Requerimento SF nº 497/2000, foi publicado no Suplemento ao Diário do Senado Federal nº 190, de 20 de dezembro de 2001.
Of. SGM /nº 123/2004	Senhor José Nogueira Elpídio – Delegacia da Polícia Federal em São Paulo.	Informando que o Relatório Final da CPI do Futebol, criada pelo Requerimento SF nº 497/2000, foi publicado no Suplemento ao Diário do Senado Federal nº 190, de 20 de dezembro de 2001, e está disponível na página do Senado Federal na Internet no endereço http://www.senado.gov.br/web/relatorios/cpifutebol .

***RELATÓRIO DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS***

FEVEREIRO/ 2004

***1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA***

PRESIDENTA: SENADORA LÚCIA VÂNIA

VICE: SENADOR PAPALÉO PAES

MATÉRIAS APRECIADAS EM FEVEREIRO/2004**REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS 00****REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS 01****REUNIÕES CONJUNTAS REALIZADAS 00****AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 00**

PROJETOS DE LEI DA CAMARA	
RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR	01
TOTAL	01

REQUERIMENTOS	
APROVADOS	04
REJEITADOS	00
TOTAL	04

OFÍCIOS EXPEDIDOS PRES./CAS	
TOTAL	00

MÉDIA DE E-MAIL(s) ENVIADOS	
TOTAL	2.000

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	
RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR	01
TOTAL	01

OBSERVAÇÃO: A MÉDIA DE E-MAIL(s) ENVIADOS CALCULA-SE MULTIPLICANDO-SE CADA ENVIO PELO NÚMERO DE PESSOAS CADASTRADAS PARA RECEBIMENTO.

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz – e-mail: jrac@senado.gov.br

Ramais: 311 4608/3515/4792

Sala de Reuniões: 311 3359 Fax: 311 3652

Endereço: Ala Senador Alexandre Costa - sala 11 - A - Anexo II - Senado Federal

***RELATÓRIO DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS***

MARÇO/ 2004

***1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA***

PRESIDENTA: SENADORA LÚCIA VÂNIA

VICE: SENADOR PAPALÉO PAES

MATÉRIAS APRECIADAS EM MARÇO/2004

REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS	00
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS	03
REUNIÕES CONJUNTAS REALIZADAS	00
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	02

PROJETOS DE LEI DO SENADO	
FÁVORAVEL AO PROJETO	01
PEDIDO DE VISTA	01
TOTAL	02

PROJETOS DE LEI DA CAMARA	
PELA DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA À MESA DO SENADO, PARA QUE A MESMA REDISTRIBUA À COMISSÃO COMPETENTE, POR NÃO SER ATRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS. (ART. 100 RISF).	01
TOTAL	01

REQUERIMENTOS	
APROVADOS	05
REJEITADOS	00
TOTAL	05

OFÍCIOS EXPEDIDOS PRES./CAS	
TOTAL	13

MÉDIA DE E-MAIL(s) ENVIADOS	
TOTAL	2.500

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	
FAVORÁVEL AO PROJETO	01
PEDIDO DE VISTA	01
PELA DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA À MESA DO SENADO, PARA QUE A MESMA REDISTRIBUA À COMISSÃO COMPETENTE, POR NÃO SER ATRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS. (ART. 100 RISF).	01
TOTAL	03

OBSERVAÇÃO: A MÉDIA DE E-MAIL(s) ENVIADOS CALCULA-SE MULTIPLICANDO-SE CADA ENVIO PELO NÚMERO DE PESSOAS CADASTRADAS PARA RECEBIMENTO.

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz – e-mail: jrac@senado.gov.br

Ramais: 311 4608/3515/4792

Sala de Reuniões: 311 3359 Fax: 311 3652

Endereço: Ala Senador Alexandre Costa - sala 11 - A - Anexo II - Senado Federal

RELATÓRIO

MARÇO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2004

MARÇO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....06

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....06

Total de Proposições Apreciadas.....18

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC)	MARÇO
PELA APROVAÇÃO	02
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	03

REQUERIMENTO (REQ)	MARÇO
PELA APROVAÇÃO	08
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	08

PROJETO DE RESOLUÇÃO (PRS)	MARÇO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROJETO DE RESOLUÇÃO CONGRESSO NACIONAL (PRN)	MARÇO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

AVISO (AVS)	MARÇO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	MARÇO
PELA APROVAÇÃO	03
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	03

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS FEVEREIRO/MARÇO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....07

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....07

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	INS(NT)	AVISOS	EMENDAS - PLEN	DIVERSOS	MSF
PELA APROVAÇÃO	40	02	01	03	03	10	.	01	.	.	.
PELA REJEIÇÃO	01	03
PELA PREJUDICIALIDADE
PELO ARQUIVAMENTO
PELO SOBRESTAMENTO
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ
PELO SOBRESTAMENTO
TOTAL	41	05	01	03	03	10		01		.	.

TOTAL GERAL: 64

[illegible]

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CI - 2004
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO	1									1
PELA REJEIÇÃO										
POR AUDIÊNCIA À CCJ										
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS										
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS										
PELO ARQUIVAMENTO										
TOTAL GERAL	1									1

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

Assunto: Discussão e esclarecimentos sobre o andamento dos projetos para a construção do Gasoduto Camamu/Salvador e do Gasoduto Sudeste/Nordeste - GASENE.

Autoridades e Convidado:

- 1- **Dr. Ildo Sauer** - Diretor de Gás e Energia da Petrobrás;
- 2- **Dr. Guilherme Estrela** - Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás;
- 3- **Dr. Djalma Rodrigues de Souza** - Presidente da GASPETRO;
- 4- **Dr. José Augusto Fernandes Filho** - Diretor de Exploração e Produção da Queiroz Galvão Perfurações S/A.

Autor: Senador Rodolpho Tourinho.

Resultado: REALIZADA EM 23/03/2004

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Discussão e esclarecimentos sobre a regulamentação do programa "Luz para Todos" (Universalização) estabelecido pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, na nova redação da ao § 13 do artigo 14 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Autoridades e Convidados:

- 5- **Dra. Dilma Vana Rousseff** - Ministra de Estado das Minas e Energia;
- 6- **Dr. Eraldo Tinoco** - Presidente do Forum de Secretarios para Assuntos de Energia;
- 7- **Dr. José Mário Miranda Abdo** - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- 8- **Dr. Luiz Carlos Guimarães** - Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Autores: Senador José Jorge e Senador Rodolpho Tourinho.

Resultado: REALIZADA EM 30/03/2004

CELSO ANTONY PARENTE
SECRETARIO DA CI

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª REUNIÃO DE 2003
DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2003, SEGUNDA-FEIRA,
ÀS 14H, NA SALA Nº 6 DA ALA
SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 8 de dezembro de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada a: I – Expediente; II – Exposição do Dr. DENNIS MUNHOZ – Presidente da Rede Record; III – Trabalhos das Comissões; IV – Participação dos Conselheiros e V – Participação da sociedade civil.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente
Representante da sociedade civil

JAYME SIROTSKY – Vice-Presidente
Representante da sociedade civil

ROBERTO WAGNER MONTEIRO
Representante das empresas de televisão

FERNANDO BITTENCOURT
Engenheiro com notório conhecimento na área de
comunicação social

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
Representante da categoria profissional dos radi-
listas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das categorias profissionais
de cinema e vídeo

ALBERTO DINES
Representante da sociedade civil

RICARDO MORETZSOHN
Representante da sociedade civil

Esteve presente também a Conselheira **ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE**, Representante da sociedade civil (Suplente).

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa tarde. São 14h10. Declaro aberta a 10ª Reunião de 2003, do Conselho de Comunicação Social.

Informo aos Srs. Conselheiros a ausência justificada dos demais Conselheiros que, por razões alheias às suas vontades, não puderam estar presente.

Lembro aos presentes que as reuniões do Conselho são gravadas e transmitidas pela TV Senado às

sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã. As atas são publicadas no **Diário do Senado Federal** e estão à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho, juntamente com pareceres, pauta, estudos e outros documentos referentes ao Conselho, sempre com a intenção de dar aos nossos trabalhos e debates a maior publicidade possível.

Srs. Conselheiros, a versão provisória da Ata Circunstanciada e respectivas notas taquigráficas de nossa última reunião foi disponibilizada na página eletrônica do Conselho na mesma semana daquela reunião e se encontra disponível em cópia sobre a mesa. Indago dos presentes se haveria algum registro ou correção a serem efetuados.

Não havendo manifestação nesse sentido, considero-a aprovada e liberada para publicação no **Diário do Senado Federal**.

Antes de dar início ao expediente, declaro que é com enorme prazer que aqui tenho ao lado essa presença avara, porque nos tem faltado mais do que gostaríamos, do Dr. Jayme Sirotsky, que é símbolo dos meios de comunicação brasileiros. Considero honra e privilégio estar hoje ao seu lado. Desejaria que assim fosse sempre.

O SR. JAYME SIROTSKY (Representante da sociedade civil) – Nosso Presidente poeta sempre me deixa constrangido, primeiro, porque ele destaca minhas faltas, que eu gostaria que não fossem tantas, segundo, porque o faz com grande sensibilidade. Estou dizendo que no ano que vem procurarei conciliar as reuniões do nosso Conselho de Administração com as do Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Depois dessas comunicações, passo a dar conhecimento de expedientes recebidos e providências tomadas.

I – Expediente

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Primeiro dou ciência de que, atendendo a solicitação nossa, ajustamos com a Embaixada Norte Americana uma reunião sobre a normativa de 2 de junho da FCC – Federal Communication Commission (Comissão Federal de Comunicação). É um texto importante, porque altera radicalmente a maneira de normatizar as grandes corporações de comunicação no mundo. O Conselho fez resumo dela de muito boa qualidade. Não tinha lido todo o texto em inglês, enorme, centenas de páginas, mas o fiz quando chegou o texto já resumido e em português, que está bastante bom. A tradução foi absolutamente fiel. Vamos realizar em março uma reunião exclusivamente para debater com eles a nor-

mativa e as implicações que poderá ter aqui, no Brasil. Será uma experiência bastante interessante.

A íntegra do resumo traduzido do documento da FCC, Comissão Federal de Comunicação norte-americana, está disponível na página eletrônica do Conselho de Comunicação Social, no endereço <http://www.senado.gov.br/web/comissoes/ccs/documentos/Doc-1288-Resumo.pdf>.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Recebemos mensagem eletrônica da Conselheira Regina Festa, a quem designei para representar o Conselho na V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, de 1º a 5 de dezembro em Brasília.

Quero aproveitar o final do ano para dizer que tentei fazer com que todas as vezes que o Conselho fosse convidado para algum evento se fizesse representar pelos Conselheiros, para não concentrar a representação numa pessoa só. Salvo um ou dois eventos, em todos os outros casos o Conselho foi representado pelos Conselheiros. É a maneira de dar um rosto democrático ao Conselho.

E a Conselheira Regina faz um resumo admirável da sua participação nesse Conselho. O texto estará à disposição na Ata que será publicada. Ela faz o relatório das participações que teve, inclusive sobre a interconexão com os temas que de que tratamos aqui com os direitos infanto-juvenis.

É o seguinte o documento recebido do CONANDA:

OFÍCIO CIRCULAR Nº 72/2003 – CONANDA/SEDH/PR

Brasília, 14 de novembro de 2003

Ilustríssimo Senhor
José Paulo Cavalcanti Filho
Presidente Conselho de Comunicação Social

Ilustríssimo Senhor,

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA ao deliberar pela realização da **V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, elege o tema: **“Pacto pela Paz – Uma construção possível”** e propõe, diante do novo quadro político e de mobilização nacional, fazer um balanço dos avanços e dificuldades na efetivação do Pacto pela Paz, levando-se em consideração as conferências municipais, estaduais e distrital.

A V Conferência será realizada no período de 01 a 05 de dezembro de 2003, no Colégio Militar de Brasília; quando serão trabalhados os

nove temas-eixo: Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura Esporte e Lazer, Proteção Especial (Violência Sexual e Trabalho) Medidas Sócio-Educativas, Conselho de Direitos-Tutelares e Fundo, Mecanismos de Exigibilidade de Direitos e Meios de Comunicação.

*Por decisão colegiada, estão sendo colocadas à disposição **uma vaga** para o Conselho de Comunicação Social na categoria de convidado, com direito à voz em todas as atividades do evento.*

Neste sentido, solicita-se a indicação dos representantes até o dia 20/11/03, mediante o preenchimento e devolução das fichas de inscrição para Aplauso Organização de Eventos, por e-mail: aplauso@aplausoeventos.com.br ou fax 61-328-2752.

Atenciosamente,

Comissão Organizadora da V Conferência Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Esplanada dos Ministérios, Bloco “T” anexo II, sala 508, CEP 70.064-901-Brasília-DF

Fones: 61.225.2327/429.3525/429.3535,

Fax: 61.224.8735

conanda@sedh.gov.br

www.presidencia.gov.br/sedh/conanda

É o seguinte, na íntegra, o relatório enviado, por meio eletrônico, pela Conselheira Regina Festa:

Dr. José Paulo Cavalcanti Filho
Presidente do Conselho de Comunicação Social

Estimado José Paulo

Embora eu não tenha tido a oportunidade de participar regularmente da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em representação do Conselho de Comunicação Social, estive lá e conversei com o vice-presidente do CONANDA, sr. José Fernando da Silva, quem fez uma menção pública na assembléia de encerramento do evento, a respeito do CCS.

Agradei o convite em nome dos membros do CCS e disse a ele que estaremos atentos às conclusões da Conferência, que serão aprovadas na próxima assembléia do CONANDA, ainda em dezembro. Criou-se uma comissão de Comunicação, cuja relatoria ficou a cargo da ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Criança. O documento estará pronto na próxima semana e tão logo eu o tenha en-

caminharei para a você e para conhecimento dos conselheiros.

Estamos divulgando através do informativo da ANDI uma notícia a respeito da participação e presença do CCS na Conferência que, como se sabe, contou com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Presidente da Câmara dos Deputados, sr. João Paulo Cunha e dos ministros da Educação, Trabalho, Cultura, além dos secretários ministros Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e também presidente do CONANDA e de Matilde Ribeiro, ministra da Secretaria Especial da Igualdade Racial, demonstrando a preocupação e o compromisso do governo com a causa da criança e do adolescente brasileiro.

A Conferência mostrou um público atento ao novo momento, exigente no diálogo sobre os direitos infanto-juvenis e exigente com a mídia e os direitos humanos. Participaram da reunião cerca de 800 delegados de todos o país, além de mais de 400 convidados especiais, entre eles o próprio Conselho de Comunicação Social.

Era o que tinha a informar. Aproveito a oportunidade para enviar por seu intermédio – e a você também – um abraço a todos os Conselheiros e o meu desejo de Boas Festas e um 2004 de muita Paz.

Obrigada pelo seu empenho em 2003.

Atenciosamente,
Regina Festa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Secretário Executivo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação envia Carta Aberta ao Governo Lula sobre o tema “Crise” da Mídia: um Assunto da Sociedade. O texto completo dessa carta aberta constará da Ata e será publicado no Diário do Senado Federal. É o seguinte o documento referido:

DOCUMENTO ENVIADO, POR MEIO ELETRÔNICO, PELO CONSELHEIRO DANIEL HERZ, PARA SER DISTRIBUÍDO NA 10ª REUNIÃO DE 2003

CARTA ABERTA AO GOVERNO LULA

“CRISE” DA MÍDIA: UM ASSUNTO DA SOCIEDADE

Recursos do BNDES para empresas de comunicação somente com critérios transparentes, negociação pública e contrapartidas sociais

No dia 28 de outubro, três entidades representativas das empresas de comunicação

social entregaram à Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um diagnóstico sobre a situação de instabilidade financeira que atinge o setor privado e uma proposta de financiamento por meio de linhas de crédito especiais.

A mobilização do empresariado foi batizada pela imprensa de Promídia – referência ao programa de socorro financeiro aos bancos privados, executado durante o governo FHC, o PROER. O conteúdo da proposta não foi divulgado, é de conhecimento restrito e está sendo analisado pela área técnica do BNDES.

Os signatários desta carta aberta ao governo Lula e à sociedade brasileira não pretendem que grupos empresariais de uma área estratégica da atividade econômica nacional acabem fechando suas portas. Entretanto, a sociedade brasileira está atenta para esta movimentação das empresas do setor de mídia e acompanha com preocupação as negociações em curso, uma vez que não foi declarado se estão sendo contempladas as seguintes questões:

1. O alto nível de endividamento que afeta algumas empresas de comunicação se configura como uma crise sistêmica, ou seria mais uma fragilidade econômica localizada e provocada por gestões administrativas equivocadas, investimentos de risco, endividamentos irresponsáveis realizados, principalmente, na última década?

2. Se a origem do dinheiro é pública, parece justo que haja maior transparência quanto a seu destino.

3. Se o BNDES é um banco público, parece justo que sejam criados espaços de interlocução em que a sociedade possa participar das decisões sobre os investimentos que sejam de real interesse do conjunto da sociedade.

4. Uma crise num setor estratégico como este não pode ser tratada como uma questão de Estado, mas como uma questão de sociedade e de cidadania.

As perguntas que os signatários deste manifesto gostariam de ver respondidas publicamente pelo Governo Lula são:

O que caracteriza a crise da mídia?

Qual sua abrangência?

Qual será a extensão do programa de apoio às empresas?

Quais segmentos ele irá beneficiar?

Como se dará esse tipo de ajuda? E em que condições?

Se algumas empresas cometeram equívocos administrativos no passado, o que garante que não os repetirão?

Só as empresas endividadadas terão acesso ao financiamento? E aquelas que não se endividaram e querem expandir seus negócios ou viabilizar a transição tecnológica?

Só as empresas do eixo Rio-São Paulo serão beneficiadas ou haverá uma preocupação com a mídia regional?

Só as empresas privadas receberão ajuda? Como ficam as instituições e entidades que integram as redes pública e estatal de rádio e TV, vítimas de uma grave crise financeira?

Parece-nos que ao desenvolver um programa de tal monta, o governo federal deva levar em conta critérios e contrapartidas como:

Transparência tanto nas informações quanto nas negociações e decisões.

Tratamento equânime entre os segmentos privados, estatais e públicos da mídia, incluídos os veículos comunitários, universitários e alternativos.

Impedimento de participação no programa de empresas que exercitem práticas históricas de evasão (INSS, Cofins, PIS e FGTS) e elisão fiscal.

Garantia de que o programa de apoio não se confunda com a base necessária de recursos para a introdução da tecnologia digital na comunicação social eletrônica, cuja transição exigirá políticas de recursos especiais para que todas as emissoras existentes, e que venham a ser criadas, sejam beneficiadas.

Incentivo à produção brasileira audiovisual independente nacional e regional de qualidade.

Criação de uma infra-estrutura técnica e profissionalizante para a área das comunicações; visando a regionalização da produção artística, cultural, educativa e informativa nos meios de comunicação social e geração de emprego e renda.

Garantia de que os financiamentos não serão usados para agravar a concentração da propriedade dos meios de comunicação

Garantia de acesso aos recursos por parte de novos empreendedores para estimular a concorrência.

Ao mesmo tempo em que se revela estratégico revitalizar o setor privado da mídia brasileira, é fundamental estabelecer condições para o desenvolvimento do conjunto do sistema de comunicação social do país.

“A VERDADEIRA CRISE DA MÍDIA É AFALTA DE DEMOCRACIA NA COMUNICAÇÃO”

Se você concorda com isso, divulgue esta carta e faça pressão para que o Brasil altere a relação da sociedade com o Estado e as empresas de mídia.

AAJ – Associação Americana de Juristas (representantes em 6 estados)

Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (23 regionais)

ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária (28 afiliados)

Aepet – Associação dos Engenheiros da Petrobrás (4.330 associados)

Aneate – Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (16 sindicatos)

CUT – Central Única dos Trabalhadores (27 estados)

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (17 secretariados regionais)

CBC – Congresso Brasileiro de Cinema (43 entidades)

CFP – Conselho Federal de Psicologia (15 regionais)

Enecos – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (40 centros acadêmicos)

Fitert – Federação Interestadual de Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (16 sindicatos)

Fittel – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (20 sindicatos)

Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas (31 sindicatos)

STIC – Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (19 estados)

Sindcine – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo

Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (101 seções sindicais)

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (18 núcleos de pesquisa)

UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação Social (64 associadas)

Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia (5 entidades)

Comitê pela Democratização da Comunicação de Goiás (10 entidades)

Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro (5 entidades)

Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio Grande do Sul (10 entidades)

Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina (7 entidades)

Comitê pela Democratização da Comunicação de São Paulo (5 entidades)



Uma articulação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agora, tenho a honra de anunciara a presença do Dr. Dennis Munhoz, Presidente da Rede Record, convidado a apresentar hoje, aqui, seu depoimento sobre história e atividades dessa importante emissora, ao ensejo das comemorações dos seus 50 anos de existência. Encareço ao Dr. Dennis que nos dê a honra de sentar-se conosco.

Em nome do Conselho e para saudar a emissora homenageada, designei o Conselheiro Roberto Wagner, a quem peço, também, a gentileza de aqui ter assento e de apresentar as boas-vindas ao nosso convidado.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, colegas do Conselho, a Rede Record de Televisão é, sobretudo nos dias de hoje, um contraponto importante na defesa de uma programação que possa ser vista por toda família do País.

Faço parte da equipe da Rede Record, com muito orgulho de minha parte, e acompanho o dia-a-dia das orientações que são emanadas pela sua alta cúpula, na linha dos dispositivos da Constituição Federal, voltando a sua programação para a cultura, para o esporte, para a defesa intransigente da moralidade pública, sem apelações e com surpresas agradáveis: nas duas últimas listagens daquela campanha que corre lá na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, de acompanhamento da mídia, não constava nenhum programa da Rede Record de Televisão, nas

duas últimas edições do ranking. Isso só foi possível porque é muito presente na alta cúpula da Rede Record a exigência de que não se apele, de que não se crie constrangimento para quem quer que seja, mesmo no programa Cidade Alerta.

Trata-se de um programa que busca mostrar de uma forma a mais real possível a nossa vida hoje junto à violência, sobretudo nas grandes cidades. Mesmo nesse programa há uma orientação muito firme para que não se apresente a figura do bandido, do contraventor, como herói. Nem se detrata, como se tornou constante, o sistema policial brasileiro. Esse foi o programa que, no bojo de todos os programas da Rede Record, mais se comentava da possibilidade de pertencer esse rol da baixaria na televisão. Isso não acontece mais. Ao contrário, pois a orientação nesse sentido é muito firme.

A Rede Record busca também se tornar mais regional a cada dia. Por quê? Hoje, existem pesquisas muito claras mostrando que os programas regionais estão caindo na graça do telespectador e cito um exemplo: no Estado de Roraima, a emissora de televisão que sempre disputa o segundo lugar é a Rede Bandeirante, porque o seu filiado em Roraima deu praticamente à sua TV dele uma conotação muito regional. Ele conseguiu montar um esquema em que a TV Bandeirante em Roraima é muito regional. E, surpresa, com uma audiência enorme.

Enquanto nós, no Conselho, estamos tratando dessa programação de regionalização, dando cumprimento ao que prevê a nossa Constituição, já antecipo: esse já é um desejo e até uma orientação da Presidência da Rede Record para os seus filiados, porque se sabe que o futuro da TV aberta em nosso País terá um enorme viés regional que não será fruto de posição legal, mas porque as TVs fechadas estão crescendo de uma forma firme.

Os valores cobrados para filiação nas chamadas TVs fechadas caem a cada ano. Hoje é muito mais fácil se ter a assinatura de uma Sky ou DirecTV, TVA ou NET do que há um ano atrás. Então, na visão do futuro que está chegando com novas tecnologias, a Rede Record de há muito sinaliza para os seus filiados que tem que haver um trabalho constante de agregação à programação de muita coisa regional.

Certamente, estas seriam as minhas palavras iniciais. Agradeço ao Presidente do Conselho e aos Conselheiros a aprovação do convidar ao Presidente da Rede Record, que é um grande advogado em São Paulo, uma pessoa do ramo, cuja orientação é exatamente essa que acabei de dizer. Certamente, ele vai nos informar pensa da TV presente e o que virá na TV do futuro, com essas novas tecnologias e a ques-

tão financeira que hoje atormenta os empresários no setor de mídia.

Enfim, Dr. Dennis, em meu nome e no de meus colegas, cumprimento a sua presença, agradeço a sua vinda aqui em Brasília e lhe passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Roberto Wagner e passo a apresentar o Dr. Dennis Munhoz, que é formado em Direito, esteve à frente do Departamento Jurídico da Rede Mulher, de onde se afastou para assumir a Assessoria Jurídica da Rede Record de Televisão. Em 2000, passou a acumular a Diretoria Jurídica com a Direção do Departamento de Recursos Humanos e, posteriormente, com o Departamento de Contabilidade. Assumiu a Vice-Presidência da Rede Record em 2002 e, em janeiro de 2003, foi nomeado Presidente da Rede Record, passando a liderar o trabalho de reestruturação tecnológica e artística da emissora.

Na gestão do Dr. Dennis Munhoz, a **Record**, hoje, dispõe de 93 filiais em todo o Brasil. Sua programação é exportada para países como os Estados Unidos, Canadá, Japão e para os continentes europeu e africano por meio da **Record Internacional**.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Dr. Dennis Munhoz.

II – EXPOSIÇÃO DO DR. DENNIS MUNHOZ PRESIDENTE DA REDE RECORD

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Boa tarde. Agradeço ao Sr. Presidente e aos demais Conselheiros a oportunidade e o prazer de estar aqui e poder tentar relatar um pouco a história da Record nesses últimos cinquenta anos. É uma honra para a Record, para esse que lhes fala, para aqueles que trabalham e todos os telespectadores da Record podermos estar aqui hoje para transmitir aos senhores o que acontece atualmente com a nossa emissora.

Preparei um breve relato, que não vai tomar muito tempo dos senhores, procurando sintetizar o que foi, o que é e o que pretende ser a Record.

A Record é uma emissora completamente comprometida com os valores da sociedade brasileira. Faz uma programação voltada para a família, tem absoluta convicção da responsabilidade social que é entrar na casa das pessoas e mostrar seus programas.

A televisão para o brasileiro é mais que um veículo de comunicação, que um eletrodoméstico; é uma companhia. E a Record sabe muito bem ser a boa companhia.

É muita responsabilidade produzir programação de TV hoje no Brasil e fixar metas claras, pautadas pela qualidade, pela responsabilidade social, passar

ao largo do apelo fácil, da produção de baixo nível, ousar estabelecer com parâmetro a regra do conteúdo qualificado em substituição à prática de audiência a qualquer custo. Queremos audiência, parcerias comerciais efetivas, mas sobretudo queremos ser respeitados por fazer uma televisão comprometida com a sociedade brasileira.

A programação da Record é democrática, pluralista, é um fiel retrato do nosso País. Contempla diversidades de culturas e sotaques, fala a mesma língua do povo, independentemente da classe social, da região, da cor, da raça, da religião, do time de futebol. A imagem Record é clara, limpa e com princípios.

Sabemos da nossa importância como interlocutores da sociedade. Temos obrigatoriedade de dar voz aos segmentos sociais organizados e aos mais diversos níveis oficiais dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Os senhores são testemunhas: praticamos isso, por dever de ofício, há cinquenta anos.

A **Record** faz parte da história deste País. Poucos podem dizer como a **Record**: nós vimos, participamos, registramos e não interferimos. Obedecemos à regra da imprensa livre e independente. Nosso limite é o distanciamento crítico e a análise imparcial.

Nosso partido, senhores, é a notícia. Nossa conduta está pautada na ética, no conjunto de valores da sociedade brasileira. Chegamos até aqui honrando a história de uma empresa de comunicação que hoje chega a 100% dos lares do Brasil, que está equacionada financeiramente, organizada administrativamente, tem projetos, planejamento e um corpo de funcionários competentes, modernos e, diria eu, ousado. Estamos preparados e não temos medo do futuro. Pelo contrário, ele nos anima, nos estimula, reforça nossa crença nessa brava gente brasileira, neste País, em nossos parlamentares e governantes.

A Record é hoje, inquestionavelmente, uma referência nos segmentos de televisão do Brasil. Para seus funcionários, é mais que uma empresa, que um emprego; é uma família.

Estamos atentos e preparados para a evolução tecnológica. Aliás, praticamos isso no dia-a-dia. Investimos em novos equipamentos, cursos e reciclagem. A Record é uma usina de produção de conteúdo e de qualidade, de serviços, de comprometimento com a cultura e os hábitos do Brasil.

A Record está presente em 100% do território brasileiro, tem empresas e parcerias regionais firmes, sólidas em cada estado, em cada região. Esses são os fiéis representantes dos muitos “brasis” que somos, além, é claro, da Record Internacional, hoje uma evidência inquestionável da imagem do Brasil no exterior: América do Sul, Estados Unidos, África, Ásia, Europa.

No Japão e Estados Unidos, especificamente, há uma febre de Record nas comunidades brasileiras. Nosso link é direto com a realidade brasileira, com a nossa história no dia-a-dia.

Pesquisa, planejamento, análise de mercado e de audiência são algumas das ferramentas de uso diário da Record. Este ano, todos sabemos da crise do setor de comunicação com empresas chamadas de top demitindo funcionários, cortando custos, pedindo socorro a bancos e até ao Governo. A Record, ousadamente investiu, contratou, ampliou, aposta no Brasil, acredita.

Nossa mensagem é no sentido de que os senhores nos olhem como uma empresa genuinamente brasileira, séria, responsável, comprometida com o presente e com o olhar otimista para o futuro.

O mercado publicitário já sabe que a Record é uma parceria confiável e séria. Cada dia que passa, vemos na tela da Record as maiores e mais importantes marcas e empresas com suas mensagens comerciais. É prova de respeito e confiança. Sabem que o resultado é garantido. Associam suas marcas e produtos à qualidade Record; sabem que o elenco de profissionais de vídeo da Record, tanto no jornalismo, no esporte, como na programação, é outra prova irrefutável de prestígio e força. Boris Casoy, Raul Gil, Paulo Henrique Amorim, Adriane Galisteu, Milton Neves, Netinho, Rodolpho Gamberini, Eliana, Chiquinho, Luciano do Valle, Claudete Troiano, Oscar Godoy, Ísis Regina, Salete Lemos, Eleonora Paschoal, Cacá Rosset, Fernanda Fernandes, Otaviano Costa, Alexandre Giachetto, Nivaldo Prieto, Lino Rossi e Simone Nítoli são alguns dos nomes que nos ocorrem agora e que estão diretamente ligados ao vídeo da Record.

Este ano ganhamos importantes prêmios do setor de comunicação, propaganda e marketing do Brasil, como empresa e produto, mas ainda padecemos, algumas vezes, do preconceito e da intransigência de setores conservadores da sociedade que querem o monopólio e a permanência das coisas como estão.

Somos inquietos. Nosso negócio requer ousadia responsável, alerta constante. Fazemos isso e, é claro, incomodamos.

Hoje, somos uma das emissoras recordistas mundiais em programação ao vivo. Temos agilidade, velocidade e a ferramenta ideal para isso: a independência editorial. Estamos comprometidos em fazer da televisão o que a sociedade clama. Somos parte da sociedade e temos consciência da nossa responsabilidade de produzir conteúdo popular com qualidade. Estamos buscando, a cada dia, transformar o popular em bom e o bom em popular. É mais que um propósito; é um compromisso.

A Record se sustenta no projeto pela ordem: gente – nosso principal patrimônio -, sistemas e tecnologia. Gente, sistemas e tecnologia é a nossa fórmula de sucesso. Isso gera equilíbrio e clima apropriado para a conquista do nosso principal produto como veículo de comunicação: a credibilidade. Eu disse credibilidade, senhores.

Obrigado pela oportunidade de estar aqui, mais uma vez.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com esta solenidade tosca, prestamos homenagem aos 50 anos da Rede Record. Qualquer entidade que, no Brasil, seja capaz de completar uma idade tão vasta, atuando ativamente no mercado, merecerá também nossa homenagem.

Passo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Como membro deste Conselho, em que represento o segmento dos trabalhadores, e, aqui em Brasília, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e TV, além de dirigente da Federação Nacional dos Jornalistas, queremos nos somar a essa saudação dos 50 anos da Record.

Tenho 53 anos, então acompanhei, em boa parte, a programação da Record, desde os grandes espetáculos da emissora, dos grandes shows e festivais. E aqui em Brasília, no que tange à relação com os trabalhadores, reconheço o esforço da Record, que tem nos dado a oportunidade de conviver na relação capital e trabalho sem grandes contratempos.

É natural que, aqui ou acolá, ocorra alguma dificuldade, mas, inclusive, quando da celebração de acordo coletivo de trabalho, citando como exemplo o último, a Record foi uma das empresas que nos impulsionou para que celebrássemos o acordo coletivo, na medida em que ela mesma recorreu, inclusive se dispunha a assinar o acordo coletivo conosco, enquanto ainda estava no processo de negociação. Obviamente, respeitando o coletivo dos empresários, a celebração do acordo serviu como catalisador, de forma positiva, e o que posso fazer, como dirigente sindical, não é agradecer, porque não faz mais do que a obrigação manter a relação capital e trabalho na forma da lei. Então não se trata de um agradecimento, mas, sim, de uma saudação a mais esse particular da Record.

Como telespectador, tenho a saudar e, ao mesmo tempo, fazer um apelo. Quero saudar o bom nível do jornalismo da Record, que vem trabalhando muitíssimo bem, e, ao mesmo tempo, fazer valer o próprio espírito do telejornalismo dos senhores, aquele telejornalismo

da manhã e da noite, para que insira mais partes de todo o Brasil, porque os senhores se propõem a cobrir o País, o que realmente têm feito de forma bastante positiva. Assim, tenhamos a programação, por exemplo, do conjunto do Brasil presente o máximo possível, porque o telejornal é gerado em São Paulo, por isso é natural que a parte de maior peso dentro do telejornalismo dos senhores tenha a cara de São Paulo, mas poderia mostrar também, de vez em quando, algumas coisas do conjunto do Brasil. Não é que não tenham mostrado, mas, por exemplo, vemos até colisão de carro na avenida São João com uma riqueza de detalhes, com helicópteros e tudo mais, quer dizer, um esforço espetacular sob o ponto de vista jornalístico, mas o buraco que existe no Piauí não tem igual peso. É claro que não terá, pois o telejornalismo é gerado na grande São Paulo, mas creio que seria possível fazer essa inserção.

Gostaria que os senhores inserissem também o máximo possível da entrevista do jornalismo e – neste caso, não é pedir favor – coloquem na pauta do seu telejornalismo o Conselho de Comunicação Social, que também merece alguma atenção sob o ponto de vista jornalístico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Chico Pereira e passo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

A nossa intenção, Dr. Dennis, é apenas uma: reforçar os nossos antecessores ao parabenizar essa brilhante história de meio século. E, neste ponto, gostaria de fazer um parêntese: que pena que outras emissoras não estejam mais presentes por razões várias. Foram fechadas ou deixaram de existir nas nossas telas.

Parabenizamos, sinceramente, essa história e queríamos, neste momento, ressaltar que tudo isso, certamente, chegou a esse ponto devido, com certeza, à abnegação dos seus funcionários, seus trabalhadores, de toda uma equipe que, por alguma razão, por acreditarem, por amarem o que fazem, contribuíram de forma firme para que estejamos aqui, neste momento, comemorando os 50 anos da TV Record. Independente de direção, de gerenciamento, de qualquer força que venha de cima, gostaríamos de firmar que a equipe, todos os trabalhadores diretos ou indiretos, os que aparecem ou não na tela, são pessoas que, como o senhor disse, têm de ser lembradas de forma digna, os que já se foram e os que estão ainda presentes en-

tre nós, como peças fundamentais nessa engrenagem que hoje completa 50 anos: a TV Record.

Em um segundo momento, Dr. Dennis, gostaríamos, de forma muito singela, fazer uma pequena observação dentro da sua fala em relação ao compromisso social, ao papel da televisão no Brasil, lembrar uma reportagem a que assisti vindo para cá. Parece ser algo simples e sem importância, mas pode ser ao contrário. Numa determinada escola de Brasília, uma professora teve a idéia de passar filmes brasileiros para que seus alunos entendessem melhor da matéria História. Os próprios alunos confessaram que História era uma matéria chata, sem atrativos. A partir de uma tela de televisão de vinte polegadas, a coisa começou a crescer, e toda a escola específica hoje está trabalhando nesse sentido. Várias fitas nacionais estão contribuindo para a educação, a informação e a formação dessas crianças nessa determinada escola de Brasília. Há exemplos como esse em outros lugares do País, inclusive de forma mambembe, pessoas que correm este País, nos seus mais longínquos lugares, exibindo fitas brasileiras.

Dr. Denis, o cinema, muito além de contribuir para o entendimento dos alunos na percepção da história deste País, pode contribuir muito mais. Nossa singela colaboração é que a TV Record, nos seus próximos 50 anos de vida, atente para o nosso cinema, não apenas o longa metragem, mas o curta metragem, o documentário, que está sendo mais do que provavelmente sendo reconhecido internacionalmente, recebendo prêmios por onde passa. Neste momento, estamos concorrendo em Havana no Festival de Cuba.

A solicitação singela é que fosse mais bem estudado e analisado como o cinema brasileiro, documentário, longa ou curta metragem, pode contribuir para a futura história da TV Record para que seja feliz como foi nesses 50 anos que comemoramos agora.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Geraldo Pereira.

Concedo a palavra à Conselheira Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Boa-tarde.

Dr. Dennis, é muito bom ouvir que uma empresa de comunicação importante, como todas, tenha vivido 50 anos e esteja hoje em pleno exercício. Isso por si só já é um motivo de comemoração.

Como todos já se pronunciaram sobre o assunto, levantarei algumas questões para saber se podemos ser atendidos. Peço, se possível, que anexemos ao pronunciamento do representante da Rede Record alguns

dados para que fique sempre muito transparente para o que as empresas estão contribuindo no País, qual a efetiva contribuição que nós da área das comunicações, do audiovisual, etc viemos dando.

O Conselho poderia, a médio prazo, ir trabalhando mais com essas informações. Eu particularmente desejaria muito ter essas informações. Não sei se isso é fácil, se já está em mão, ou se isso poderia ser encaminhado para nós daqui a 8 ou 10 dias.

Qual é o percentual da programação produzida internamente pela Rede Record na própria empresa? Conseqüentemente, quanto é produzido por meio da produção independente, como prega a nossa Constituição de 1988, que haja produção independente, estímulo e apoio e que ela esteja prevista nas transmissões? Queria saber qual é o volume dessa produção, caracterizando melhor se é filme ou telefilme, ou seja, o que alimenta o horário da Rede Record.

Eu também queria saber, nesse percentual, quanto fica, mesmo independente, centralizado no local da rede, o que é independente e também regional. Eu gostaria de saber estas duas informações: independente e independente regional.

Qual é o percentual de filmes importados americanos exibidos anualmente na Rede Record, chamados enlatados ou mesmo filmes de salas de cinema, de origem americana, de Hollywood? Qual é o percentual de filme brasileiro programado durante o ano, no caso, com uma separação? Creio que V. S^{as} não produzem filmes como a Rede Globo. Nesse caso, precisaria perguntar: qual é o filme brasileiro co-produzido por V. S^{as}, em que percentual, e qual é o independente totalmente? Mas acredito que V. S^{as} não estão co-produzindo ainda; não sei. Seria apenas: qual o percentual de filmes brasileiros, porque isso já daria qual o percentual de filmes brasileiros independentes que V. S^{as} exibem anualmente? Há quantos títulos? O que significa isso em termos de carga horária? O que significa isso confrontando com o número de títulos importados? Se possível, seria muito interessante sabermos o que se despende, em dólar, nessa importação? Chegando mais perto ainda, porque isso seria muito interessante para as nossas reflexões daqui para frente, quanto se paga para os títulos brasileiros comprados, para termos uma visão dessa cadeira produtiva, qual é o peso disso?

Também seria interessante que houvesse Hollywood americano, brasileiro e de outras nacionalidades, como iraniano, francês, português, espanhol, enfim, para sabermos como as nossas emissoras de televisão, no caso, a Rede Record, que chega aos 50 anos oferecendo para a população que tipo de programação.

Também é interessante sabermos, se isto for significativo, qual é o tempo utilizado para programas religiosos, para termos uma noção se há um peso muito grande ou se é um peso razoável, termos essa clareza do que é a televisão brasileira hoje, no caso a Rede Record. Depois, Sr. Presidente, poderíamos obter essa informação de todas as emissoras. Seria muito interessante e enriquecedor para nossa reflexão e análise no Conselho. Quanto mais dados obtivermos, melhor.

Farei a última pergunta. Talvez V. S^a pudesse nos dizer agora, não sei, deve ter acompanhado se esse projeto de regionalização e de apoio ao cinema independente, ao audiovisual independente, que está hoje no Senado e que será pauta, em algum tempo, fruto de uma negociação intensa – não sei se V. S^a participou dela na Câmara dos Deputados -, com representantes de todos os segmentos, inclusive das empresas e das organizações das empresas de televisão, quando se chegou à unanimidade, tanto que veio direito para o Senado, e houve um acordo em que o setor audiovisual abriu mão de muita coisa. Eles costumam dizer que abriram mão dos anéis para ficarem as mãos, mas agora sobraram as mãos, não é?

Então, eu queria saber o que o senhor pensa desse projeto, o que o incomoda, no caso da Rede Record. Quanto às outras emissoras, de algumas sabemos, de outras, não, mas, neste momento, aproveitando sua presença aqui, se o senhor sabe de algum elemento ou detalhe que não tenha sido suficientemente negociado na Câmara Federal, uma vez que lá chegamos à unanimidade. Foi um acordo de cavalheiros muito simpático, aliás, festejado posteriormente e que demorou oito meses para vir até o Senado, porque havia alguns probleminhas que custaram muito a andar.

Finalmente, está no Senado Federal, e pretende cumprir a Constituição, nem que seja parcialmente, pelo menos o art. 221 da Constituição, conforme compromisso assumido quando se votou o percentual de capital estrangeiro para as empresas de mídia. Houve o compromisso de se instalar o Conselho, que foi cumprido, e deste Conselho, instalado, implantar a regulamentação, lutar, trabalhar, enfim, colaborar na regulamentação do 221. Já mudamos o art. 222 a pedido das empresas de televisão, e não foi regulamentado ainda 15 ou 18 anos depois.

Então, sentimos inferioridade. Como um setor regulamentou um artigo, e o outro setor não conseguiu ainda hoje fazê-lo? Quer dizer, há uma coisa estranha nesse tratamento do direito, enfim, do que a Constituição exige da sociedade.

Era isso, basicamente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Informo à Conselheira Assumpção Hernandez que, dos 315 artigos da Constituição, ainda faltam 137 para regulamentar.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Que bom! Nós não somos os únicos. Eu estava pensando que era pior.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Como é mais do que um terço aguardando regulamentação ainda, o 221 está nesse pacote...

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – E alguns já foram revisados, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Isso é interessante também analisarmos neste Conselho. É muito importante verificarmos por que alguns artigos se regulamentam e se alteram, exigindo dois terços de votação, enquanto outros ficam dormindo nas gavetas por 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quinze.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Quinze só? Não é tanto assim. É um adolescente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – “Só” é por conta de V. S^a.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – É um adolescente, não chegou à maioridade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quinze já é muito.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Outros quinze anos sem andar, então é uma curiosidade também que eu gostaria de começar a entender.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É mais do que os quatorze anos que Jacó serviu a Labão.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Nós somos mais pacientes no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passo a palavra ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Gostaria, inicialmente, por inter-

médio do Dr. Dennis Munhoz, de parabenizar, saudar a Rede Record, afinal uma empresa nesse campo que tem essa longevidade há de merecer respeito, não se garante de qualquer forma, faz parte recente da história brasileira. Então, minha saudação, meus parabéns. Espero no mínimo mais meio século de vida honrosa.

Gostaria de aproveitar, Dr. Dennis, para pedir a atenção da direção da Rede Record a um assunto que tem nos preocupado, a mim especialmente. Foi muito bom escutar a sua manifestação sobre a preocupação com a programação, enfim, sobre os princípios, o eixo que conduz a Rede Record, principalmente no sentido da diversidade cultural e religiosa.

Chegou ao Conselho de Comunicação Social ofício do Ministério Público Federal a respeito do tratamento que é dado a uma das etnias, talvez a mais importante no nosso processo cultural, no processo de formação do povo brasileiro do País, que são os afrodescendentes.

Temos recebido denúncias, queixas do tratamento que é dado às religiões afrodescendentes e, nesse sentido, nos preocupa a Record, com a sua potência formadora de opinião, servir para que uma etnia extremamente sofrida na constituição da nossa história, com a importância que tem, com toda a sua riqueza cultural em um País que pretende ser múltiplo, com essa diversidade cultural e religiosa, seja reconhecida. Preocupa-nos a forma como eventualmente é tratada a questão do candomblé – se não o percebermos como algo religioso -, porque tem uma importância cultural muito grande.

Recentemente, tivemos oportunidade, no Conselho Federal de Psicologia, de lançar uma campanha que tratava exatamente do preconceito racial, chamada “O Preconceito Racial Humilha e a Humilhação Social Faz Sofrer”.

Pertencço à categoria profissional dos psicólogos. O nosso trabalho é no sentido de ajudar, intervir nas condições psíquicas dos sujeitos. E posso lhe dizer com a maior convicção que não é fácil, pelo que nos chega, ser um afrodescendente neste País. É algo que molda a subjetividade desde a criança que, às vezes, não sabe nem que pode reclamar.

Queria, então, fazer um apelo à direção da Rede Record, no sentido de analisar a questão com um certo cuidado e garantir que haja uma outra possibilidade de culto religioso. Eu me oporia radicalmente contra a hegemonia de qualquer religião, com todos os seus desdobramentos culturais nas relações que produzam, pessoalmente ou na sociedade.

Quero parabenizá-lo, esperando que no próximo meio século tenhamos condições de lidar com isso de

uma forma mais solidária, principalmente mais igualitária.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

Pergunto se algum outro Conselheiro deseja se manifestar. Não havendo quem o queira, passo a palavra ao Dr. Munhoz para que possa responder às questões formuladas.

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Tentarei responder dentro da minha limitação. Não disponho de tantos dados ou elementos que possam satisfazer a todas as perguntas.

Começando pelo Conselheiro Francisco Pereira, em nosso jornalismo local somos incentivadores, tanto no programa Fala Brasil quanto no Cidade Alerta, que tem uma hora e quarenta minutos de duração. Destinamos trinta minutos praticamente às produções locais, às praças e, assim, tem-se a oportunidade de passar o noticiário local, da cidade. E, por incrível que pareça, encontramos reclamação em contrário, dizendo: “Meia hora é muito. Às vezes, não tem material para meia hora aqui”.

Chegamos, em algumas praças, até a abrir mão desse horário por não ter produção para tanto, continuando com a cabeça de rede de São Paulo, mas somos os principais incentivadores. No Fala Brasil a determinação que sempre passei a todas as praças ou diretores de jornalismo foi falar para o pessoal que se investir e se tiver mais matéria, vamos entrar o máximo que pudermos na praça, no Estado onde acontecem as coisas.

Infelizmente, hoje, não notamos essa intenção, a vontade de se fazer crescer no jornalismo local e precisamos estar sempre estimulando. Existe uma acomodação que é inerente, pois há uma usina de notícias em São Paulo e no Rio de Janeiro. Portanto, as pessoas de outras localidades acabam se inibindo um pouco. Mas somos os principais incentivadores disso. No Fala Brasil, existe total liberdade. Basta nos enviar a pauta, matérias, links ao vivo. Nunca deixou de ser exibido nada local. No Cidade Alerta já fizemos a cisão contra o Rio de Janeiro e contra Minas Gerais. São Paulo possui o Cidade Alerta que vai para São Paulo e o resto do Brasil. Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem seu próprio Cidade Alerta. Eles não “lincam” mais com São Paulo. Só quando a matéria for altamente relevante. Mas estamos muito preocupados com o fato, incentivando sempre o jornalismo local.

Com relação ao cinema, Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, realmente não me encontro em condições de responder agora, tanto para V. Sª quanto para a senhora sobre aqueles dados. Mas algo posso

adiantar. Desde que o cinema nacional nos ofereça bons produtos, ele não precisa ser forçado, não precisa ser imposto goela abaixo. Ele vai atrair a atenção de todos, vai contribuir para a programação.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não tem oferecido, é isso?

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Não. Pelo menos não tenho notícia disso. Existe uma carência desse produto. Não apenas na Record. Sou tevémaníaco e acompanho todos os canais de televisão. E tenho notado que existe um horário, à noite, se não me engano, na Bandeirantes, em que tem passado cinema nacional. Mas, praticamente, não encontramos o filme nacional. A nossa avaliação é muito subjetiva. Trabalhamos sempre com o Ibope, sempre com a mídia e sempre com o resultado do produto. Não é questão de ser a melhor ou a pior. É necessário saber qual será a reação do público. É muito diferente. Para V. Sª ele pode ser superior. Para o público não. Não sabemos. O IBOPE é o nosso único meio de aferição. Não existe outro. Infelizmente, não existe outro. Quanto aos dados solicitados por V. Sª, vou pedir depois uma relação. Vou ver em que posso atender, até por questões contratuais. Existe sigilo no contrato entre as partes, nas negociações, e não podemos divulgar os valores nem datas.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Nem para o Conselho?

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Sim. Creio que, desde que abram mão, até podemos estudar. Mas são empresas multinacionais que normalmente não abrem mão do sigilo. Não sei se é direito ou dever, mas é contratualmente estabelecido. Aí já não saberia passar dizer.

Voltando ao assunto da religião, não possuo procuração, não represento e não exerço nenhuma atividade dentro da Igreja Universal do Reino de Deus. Ela simplesmente é uma cliente da **Record**, uma importante cliente que atua na **Record**. Ela loca o horário da madrugada, como loca horários na **TV Gazeta**, na **Rede Bandeirantes**, na **Rede TV**. Ela loca horários em várias emissoras de TV no Brasil. Não apenas na **Record**. Durante a programação comercial, e aqui falo por São Paulo, cabeça de rede, que vai das 7 horas até aproximadamente zero hora e 30 minutos, 1 hora, não existe uma única menção a qualquer religião. Ou seja, com relação à aferição do Ibope, que é o médio mercado, das 7 à zero hora, não existe absolutamente nada em apologia ou em detrimento a nenhum tipo de religião. Essa é inclusive uma norma estabelecida por nós, na **Record**.

Não fazemos nenhum tipo de apologia a nenhuma religião. O horário comercial é respeitado. Somos uma emissora comercial como todas as outras do Brasil, e procuramos manter sempre esse conceito. Não falamos bem nem mal de nenhuma religião dentro do horário comercial. Apesar de eu não concordar, e aí entra conceituação, repito. Não sou representante da Igreja nem tenho poderes para falar em nome dela. Para a programação da madrugada, que às vezes assisto até mais tarde, é lógico que é dada uma explicação sobre como funcionam os assuntos religiosos. Mas não consegui captar nenhum detrimento, nenhuma humilhação a membros de outra religião. Mesmo porque isso é bíblico. Deus condena o pecado, não condena o pecador. Mesmo em se tratando do pecado, não existe ofensa a ninguém. Portanto, eu pelo menos não consegui captar nada disso.

Repito: não tenho poderes para responder pela Igreja. Todos os ofícios que nos são encaminhados redirecionamos à Direção da Igreja, por se tratar de um horário locado. A produção dos programas da Igreja não é feita nos estúdios da Record. Nós simplesmente “lincamos” com os estúdios da Igreja. Essa mesma produção vai ao ar na Bandeirantes, na Rede TV, na TV Gazeta. Aí é que eu noto um pouco de falta de coerência. Por que sempre é dirigido à Record? Alugamos horário como as outras emissoras. Os programas que são veiculados na Record também o são nas outras emissoras.

Quando acontece esse tipo de coisa, a requisição vem para a Record. Trabalhamos exatamente como eles: alugamos horários e recebemos. Isso ocorre não só em televisão, mas em várias emissoras de rádio também.

Posso oficialmente responder sobre o horário comercial da Record, que é das sete da manhã a praticamente meia-noite e meia, uma hora da manhã. Nesse horário, posso garantir aos senhores que não existe apologia nem humilhação a nenhum tipo de religião, muito pelo contrário. Condenamos qualquer atitude religiosa de quem quer que seja dentro do horário comercial da Rede Record.

Fora do horário comercial, locamos o horário; trata-se de produção independente. Como a senhora bem lembrou, é uma produção independente cujo sinal eles simplesmente nos entregam. Não há ingerência da Record sobre aquilo. Não sabemos que tipo de programa será produzido. Não é gravado nos estúdios da Record nem temos participação direta ou indireta nessa programação, como ocorre também com a TV Gazeta, em São Paulo, que tem horário nobre, de oito às dez da noite, se não me engano, na qual vai o mesmo tipo de programa ao ar, e não é pela Record. Temos ape-

nas esse programa da madrugada em horário locado à Igreja Universal.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Penso que está bem explicado.

Algum Conselheiro quer fazer observação complementar?

Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Existe uma conceituação de audiovisual na lei. Gostaria de saber se é a mesma coisa, porque existe uma relação entre os sócios da produtora e gostaria de saber se há alguma ligação com o concessionário, pessoal ou familiar, etc. Ligação direta ou indireta, no caso.

Para nós, o que define uma produção independente é não haver alguma ligação direta ou indireta entre o concessionário e o produtor de um programa.

Como, aparentemente, a concessão é de um bispo ou de alguém ligado à mesma religião do programa feito, gostaria de saber se há alguma relação direta ou indireta entre o que se produz e o que é concessionário.

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Creio que a produção independente é algo mais abrangente do que isso.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Estou me referindo à lei.

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Particularmente, acredito muito na produção independente para a televisão, mas não que ela seja imposta. A partir do momento em que ela é imposta, começa a complicar.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Teríamos que mudar a Constituição.

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Não, é o mercado. Não adianta a lei ser constitucional. Se o mercado não obedecer...

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – A Constituição diz, mas pode não acontecer, não é?

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Não é isso. Se a Constituição estabelece, tem que acontecer. Ela tem que ser normatizada e tem que acontecer. Mas essa é uma opinião minha; não é legal. Se eu estivesse discutindo a lei, estaríamos num tribunal. Estou apresentando a minha opinião.

Sou um adepto da produção independente. A Record já tem, há um ano, uma parceria de sucesso em produção independente, que é o seriado Turma do Gueto, o qual renovamos agora por praticamente

seis meses. A partir do ano que vem, vamos produzir duas novelas nacionais com produtoras independentes, novelas de grande porte. Tudo indica que será um sucesso. E vamos produzir isso fora da Record, porque temos sempre que avaliar o seguinte: quanto custaria esse produto aqui e quanto custaria o produto feito por uma produtora independente de qualidade.

Devemos estar muito atentos para o que pode ser criado pela produção independente e para o desemprego. Quem tem um parque, equipamentos e funcionários habilitados para produzir, se notar que custa mais barato na produtora independente, normalmente vai migrar para lá. Então precisaria estar muito atento – eu pediria a atenção dos senhores – a como está sendo fiscalizado, supervisionado esse trabalho dos produtores independentes. Se as pessoas estão com registros, se têm os seguros, a parte sindical. Penso que precisamos estar muito atentos a isso, porque senão é uma competição desigual. Enquanto temos de pagar férias, 13º salário e todos os encargos sociais, tíquete refeição, vale transporte, a pessoa vai numa produtora independente, e, via de regra, quando está desempregada, quando está desesperada, acaba trabalhando por free, recebe por dia, sem nenhum encargo, sem nada e é lógico que o custo do produto deles será muito inferior ao custo da televisão.

Temos vários depoimentos de pessoas desempregadas que falam ‘trabalhei para o x, y, z por dia e me pagaram um dia, dois dias, depois não me pagaram mais e eu saí’. Na Record e nas grandes emissoras isso não acontece. Isso pode gerar um conflito na frente de todos que participam dessa produção independente. A empresa demitirá o seu funcionário porque ele vai sair mais caro que o produto feito lá fora. Esse funcionário que trabalha recebendo R\$1.000,00, R\$2.000,00 por mês vai se sujeitar, depois de algum tempo de desemprego, a trabalhar em qualquer circunstância, em outro local. É uma mão-de-obra mais barata e a emissora não terá interesse em recontratar. Então acredito que devemos analisar o assunto com muito cuidado, muita cautela.

Quanto à parte da produção religiosa e de envolvimento dos donos, a Record tem dois únicos acionistas. É uma empresa de capital fechado, que não têm relacionamento contratual nem societário com nenhuma produtora independente que nos preste serviço. Isso, já hoje, acontece.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o convidado, para as suas palavras finais.

O SR. DENNIS MUNHOZ (Presidente da Rede Record) – Muito se tem falado e comentado sobre o socorro, entre aspas, das empresas de comunicação.

Vindo do Governo, mais especificamente, fala-se do BNDES.

Acredito que devemos estar muito atentos; a sociedade tem que estar atenta para como isso será feito, em que circunstâncias vai ocorrer, quais necessidades serão atendidas. Nós não vamos concordar com benefício a qualquer emissora em detrimento da outra. Vamos lutar contra isso, não vamos aceitar calados. Acompanharemos todo o procedimento. Poderemos ser até uma voz no deserto, mas seremos.

Acredito que as empresas de comunicação realmente vêm passando por uma situação difícil. Nós mesmos, na Record, enfrentamos, nos três últimos anos, um mercado publicitário congelado. É o mesmo valor praticamente há cinco, seis anos que é disputado por mais gente a cada ano. Então, a dificuldade é clara, patente.

Se vai ocorrer uma ajuda, se será dado algum benefício, temos que acompanhar isso com muita transparência, com muita clareza, para que seja feita justiça. Não podemos aceitar que nenhum benefício seja dado a ninguém, independente da empresa, do prestígio que ela tiver, em detrimento da outra, por menor que seja. Então a Record está atenta, acompanhará passo a passo esse processo. Tenho certeza de que todos os senhores também vão acompanhar e que a coisa vai transcorrer na maior normalidade. Mas estamos atentos e vigiando.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer aos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Presidente, creio que nasceu uma boa parceria com a Rede Record, porque também queremos ficar muito antenados. Quem sabe não conseguimos até criar uma forma de trabalhar juntos, porque acredito que a obrigação da sociedade agora é saber como vai ser ajudado e com que resultado.

Penso que podemos, através das nossas fortes organizações, propor um trabalho conjunto, se a Rede Record assim o desejar. Até fora do âmbito do próprio Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselho até agora não recebeu nenhuma sinalização de como esse Pró-mídia vai se desenvolver. De forma que, enquanto não houver clareza em relação a isso, penso que a posição do Conselho é a de não ser parceiro de ninguém. Primeiro, vamos saber o que é isso. Depois, vamos saber se interessa ao País, se o interes-

se é coletivo. Somente a partir daí, dos princípios que visem aos interesses nacionais, vamos definir nossas parcerias.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Presidente, foi uma honra tê-lo conosco, dividindo as preocupações. Receba as manifestações dos Conselheiros como uma contribuição ao desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil. Tenha o Conselho sempre às ordens. Foi um prazer ter estado com V. S^a.

Se V. S^a quiser assistir à reunião, será, para nós, uma honra. Se, porventura, tiver compromisso, peço ao Conselheiro Roberto Wagner que, por favor, em nome do Conselho, acompanhe o convidado. (Pausa.)

Vamos continuar nossa reunião.

III – TRABALHOS DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Presente o Conselheiro Roberto Wagner, peço-lhe que se manifeste a respeito do Projeto de Resolução nº 61, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre envio de solicitação ao Conselho de Comunicação Social, que a Secretaria do Conselho disponibilizou, por meio eletrônico, a todos os Conselheiros.

É o seguinte, na íntegra, o Projeto de Resolução referido:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2003

Dispõe sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe, no âmbito do Senado Federal, sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social.

Art. 2º Poderão ser encaminhadas ao Conselho de Comunicação Social solicitações de estudos, recomendações e pareceres a respeito dos assuntos tratados no Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal e, em especial, sobre:

I – liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação;

II – propaganda bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social;

III – diversões e espetáculos públicos; IV – produção e programação das emissoras de rádio e televisão;

V – monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social;

VI – finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão;

VII – promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística;

VIII – complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão;

IX – defesa da pessoa e da família de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal;

X – propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

XI – outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; e

XII – legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social.

Art. 3º São competentes para encaminhar solicitações ao Conselho de Comunicação Social a Mesa e as Comissões do Senado Federal.

Art. 4º As solicitações atinentes a proposições legislativas em tramitação só poderão ser encaminhadas pela Comissão competente para o exame de mérito, ou pela Mesa se o mérito da matéria não houver sido apreciado em caráter terminativo na Comissão ou no Plenário do Senado Federal.

Art. 5º Nas Comissões, a decisão quanto ao envio de matéria ao Conselho de Comunicação Social será tomada mediante a aprovação de parecer ou requerimento proposto por um de seus membros.

Parágrafo único. Da deliberação que rejeitar o envio de solicitação ao Conselho caberá recurso à Mesa do Senado Federal, subscrito por um décimo dos Senadores, no prazo de cinco dias úteis contados a partir da publicação da decisão.

Art. 6º Para o exame de proposição legislativa em tramitação, o Conselho de Comunicação Social terá o prazo de duas sessões.

Parágrafo único. Nos demais casos, o prazo será estipulado pelo órgão solicitante.

Art. 7º Os pareceres, estudos ou recomendações exarados pelo Conselho de Comunicação Social sobre proposições legislativas em tramitação deverão instruir os relatórios que sobre estas forem produzidos.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Conselho de Comunicação Social encontra previsão constitucional no art. 224, da Lei Maior. Sua

criação foi estabelecida pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

No entanto, sua instalação definitiva só ocorreu em 2002, com a eleição de seus dirigentes e a aprovação de seu regimento interno.

Com a entrada em funcionamento do Conselho, ganha o Congresso Nacional um órgão auxiliar de funções consultivas. Composto por representantes da sociedade e dos setores que tratam da comunicação social, o referido colegiado tem o potencial de se constituir em ferramenta de fundamental importância para qualificar os debates que se travam no Parlamento a esse respeito. No entanto, a fim de que tais contribuições mostrem-se tempestivas e oportunas, é necessário que se regule o modo como as Casas do Congresso encaminharão ao Conselho solicitações de pareceres, estudos e recomendações. Do contrário, o papel desse órgão consultivo poderá ser ofuscado pela intempestividade ou mesmo impossibilidade de manifestação sobre questões relevantes em discussão no Parlamento.

Esse é justamente o objetivo que se busca com a norma ora proposta, que tem como escopo disciplinar, no âmbito do Senado Federal, o envio de solicitações àquele órgão consultivo. Nesse sentido, regulam-se, entre outros aspectos, questões como competência, oportunidade e prazo para o encaminhamento de matérias ao Conselho.

No que se refere à competência para o encaminhamento de matérias, confere-se essa atribuição às Comissões e à Mesa do Senado Federal. Para tanto, parte-se de interpretação analógica do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, que trata do Tribunal de Contas da União, órgão que, a exemplo do Conselho de Comunicação Social, auxilia o Congresso Nacional.

O mencionado dispositivo contempla a possibilidade de que as Comissões, tanto da Câmara como do Senado, solicitem trabalhos à Corte de Contas.

Entendemos que tal princípio também possa ser aplicado ao caso em exame, motivo pelo qual consignamos a competência da Mesa e das Comissões para encaminhar solicitações ao Conselho.

Especial ênfase é dedicada às solicitações que tratem de proposições legislativas em tramitação, como pareceres ou recomendações sobre projetos de lei, por exemplo. Nesses casos, tem-se a preocupação de assegurar que as contribuições do Conselho sejam ofertadas no momento oportuno de forma a instruir o exame de mérito da matéria e, ao mesmo tempo, não comprometer a regular tramitação da proposição.

Dessa forma, espera-se aperfeiçoar o processo de consulta ao Conselho de Comunicação Social, de modo que suas valiosas contribuições possam ser

colhidas nas devidas oportunidades. O objetivo maior presente na proposição, portanto, não é o de limitar o papel do Conselho, mas sim o de valorizá-lo, ao permitir que suas manifestações sejam feitas nos momentos mais decisivos.

Diante do exposto, submetemos a presente proposição legislativa à consideração de nossos Pares, certos de que contaremos com sua aprovação e possível aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2003.
– Senador **Osmar Dias**.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, li o texto com atenção e, de minha parte, considero que o Senador prestigiou o Conselho. A primeira impressão que foi passada na última reunião foi a de que o Senador Osmar Dias estaria, de alguma forma, enquadrando o Conselho. Aliás, quando o Senador Hélio Costa esteve aqui, eu não me manifestei, porque considerei que não era o caso, mas o Senador Hélio Costa dizia, de uma forma quase que insistente, embora extremamente bem-educada, que, na opinião dele, o Conselho era um órgão auxiliar da Comissão de Educação do Senado Federal.

Não é verdade. Os Conselheiros foram eleitos como um órgão auxiliar do Congresso Nacional e não da Comissão de Educação do Senado Federal. Ficou muito claro, na fala do Senador Hélio Costa, que S. Ex^a e o Senador Osmar Dias entendiam que não, que nós seríamos auxiliares da Comissão de Educação. Isso não ocorre absolutamente. Tanto é que eu, por exemplo, atuo muito na Câmara dos Deputados. Sou membro do Conselho de Acompanhamento da Mídia, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Enfim, quando li o projeto, eu o fiz preocupado com que aqui estivesse algo que pudesse diminuir a competência ou as atribuições do Conselho. Não senti isso, não. Ao contrário, não tenho nada a opor. Penso que o que o Senador Osmar Dias pretende é razoável. Portanto, de minha parte, Sr. Presidente, não vi nada que pudesse contestar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Franqueio a palavra aos Srs. Conselheiros que quiserem se manifestar.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Tenho uma dúvida. É terminativa nesta reunião alguma posição nossa sobre esse projeto de resolução?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Se tivermos

condição de votar, sim; se o Conselho entender melhor deixar para uma próxima reunião assim será. Mas estamos ainda na fase de discussão. Não coloquei em votação nada.

A palavra está franqueada. O Conselheiro Jayme Sirotsky deseja se manifestar? (Pausa.)

Eu gostaria de me manifestar. Em relação ao art. 3º, a posição do Conselho, expressa inclusive no projeto de Regimento, do qual os senhores já têm cópia, é de considerar que o nosso papel é o de interagir fundamentalmente com o Congresso Nacional, mas não apenas com o Congresso Nacional.

Por reconhecer que, na posição de prestigiar o Congresso Nacional, é possível interagir com outros órgãos, especificamente com o Executivo e com a sociedade civil. Mas, na perspectiva de que a partir dessa interação possamos oferecer sugestões ao Congresso Nacional. Então, nosso entendimento, vigente e vitorioso no Conselho, é o de considerar que, no intuito de prestigiar o Congresso Nacional, podemos interagir com o Poder Executivo. Aliás, assim temos feito várias vezes, quando, por exemplo, me dirigi à Anatel, e o Dr. Ara Apkár Minassian é testemunha física de quantas vezes lá estive. Estive várias vezes no Ministério das Comunicações. Aliás, estive hoje no Ministério da Educação, com o Ministro Cristovam Buarque, para não ir muito longe, sempre entendendo que dessa interação a idéia é de que possamos estudar melhor os assuntos e prestigiar o Congresso Nacional.

Então, eu tenho dificuldade em compreender o art. 3º como está redigido, porque eu daria uma redação um pouco mais ampla no sentido de que são competentes para encaminhar solicitação ao Conselho de Comunicação Social, no âmbito interno do Congresso Nacional, a Mesa e a Comissão.

Eu não me incomodaria, mas a redação, como está, Conselheiro, parece sugerir que estamos impedidos de interagir com o Executivo ou com a sociedade civil e com a própria Câmara dos Deputados.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Dispõe o art. 1º:

Art. 1º Esta Resolução dispõe, no âmbito do Senado Federal, sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social.

Então, essa resolução está clara e prevê como se dirigir ao Conselho no âmbito do Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Para mim não está tão claro. Penso que a melhor maneira de redigir...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Teremos de mudar até o caput. O art. 1º tem a ver com o 3º. Para eu mudar o art. 3º tenho de mudar também o art. 1º.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O problema é outro. O problema é que amanhã por essa falta de clareza... Art. 1º do Código Comercial alemão: É comerciante quem pratique profissão comercial. É profissão comercial toda atividade profissional ligada ao comércio. Quer dizer, é uma coisa bem amarrada. Amanhã ou depois, vão ver que oferecemos uma sugestão ao Senado Federal, e ele poderá dizer que essa sugestão eu não posso acatar porque não houve solicitação ao Conselho por parte do Senado.

Eu não vejo qualquer vantagem em ser lacunoso com relação à matéria. Se for a reprodução do art. 1º, vamos apenas pedir, para evitar possíveis mal-entendidos, que reitere no art. 3º. Se foi uma lacuna complete-se; se não foi...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Aqui não há lacuna, Sr. Presidente.

O Senado precisa regulamentar a forma deste de ter acesso ao Conselho. É uma coisa interna corporis. Chegou-se a uma conclusão: vamos regulamentar o acesso dos Senadores ao Conselho. Esse projeto de resolução é do Senado. É comum os Senadores falem conosco. Como não estava escrito, essa resolução pretende esclarecer aos Senadores a forma pela qual deverão relacionar-se com o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Se é assim, Conselheiro, após a palavra solicitações, acrescente “do Senado Federal”. A relação lacunosa do art. 3º efetivamente permite uma interpretação que não corresponde à prática que adotamos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O Senador Osmar Dias vai pensar: “Será que não entenderam o que leram?”

Como entendi o que li, para mim ficou claro que o art. 3º reporta-se ao art. 1º. O art. 1º diz “no âmbito do Senado”. Então, o art. 3º também é “no âmbito do Senado.” “São competentes, no âmbito do Senado, para encaminhar solicitações ao Conselho de Comunicação Social as comissões”.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – De uma forma açodada, tive a mesma compreensão que o Conselheiro Roberto Wagner. Só que creio que a prudência do excelentíssimo Presidente é justificada. Existe uma lacuna. É uma norma interna desta Casa, do Senado, que diz como

devem enviar ao Conselho de Comunicação Social. Isso, na prática, faz com que o Conselho de Comunicação Social fique vinculado, quase que exclusivamente, ao Senado. Sugiro que o Conselho de Comunicação Social entrasse em contato com a Presidência da Câmara. E que se dissesse: “E a Câmara? Como vai enviar suas solicitações ao Conselho de Comunicação Social?”

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É uma maneira. A outra é fazer com que seja explicitamente reproduzido, sendo redundante o art. 3º, afastando qualquer possibilidade de dúvida no sentido de que o tema aqui regulado se refere exclusivamente às solicitações do Senado Federal.

Irei adiante. O art. 4º não é claro quando se refere às solicitações atinentes às proposições legislativas em tramitação. Para mim a questão não está clara.

O art. 4º posso ler de duas maneiras:

Art. 4º As solicitações atinentes a proposições legislativas em tramitação só poderão ser encaminhadas pela Comissão competente para o exame de mérito, ou pela Mesa se o mérito da matéria não houver sido apreciado em caráter terminativo na Comissão ou no Plenário do Senado Federal.

Ocorre o seguinte. Se for em tramitação no momento em que o Conselho de Comunicação Social começou a funcionar e já houver sido apreciado em caráter terminativo, estou de acordo com a regra no sentido de que a presença do Conselho é facilitadora. Significa que uma grande quantidade de matérias que já tenham sido examinadas no mérito, e que já tenham sido votadas no plenário do Senado, tenham que voltar ao Conselho.

Entretanto, a redação também me deixa em dúvida. “As solicitações atinentes a proposições legislativas em tramitação (...)” Essa tramitação pode ter começado ontem: está em tramitação. Depois, “se o mérito da matéria não houver sido apreciado em caráter terminativo”. Já tivemos esse problema com o parecer do Senador Ney Suassuna.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER – Não podemos da exceção fazer a regra. A exceção é a Lei de TV a Cabo que exige. A lei diz que o Conselho terá que ser ouvido. Em temas que não houver uma lei que implique a audiência prévia do Conselho...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas isso não está dito aqui.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A vantagem do mundo jurídico é essa. A exceção é esta: TV a cabo. Não sei de outro tipo de legislação que diz que o Conselho terá que ser ouvido preliminarmente. Essa é a regra. Evidente que, se já foi terminativo no Plenário, o Conselho não vota, não teria nem lógica imaginar algo que foi votado no Senado, já aprovado, ir ao Conselho fazer o quê. Então, creio que a redação está bem posta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro, deixe-me explicar melhor: As proposições legislativas em tramitação são aquelas que já estavam em tramitação, quando o Conselho começou a funcionar, ou as que começaram no mês passado?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não, é a tramitação lato sensu, Conselheiro. Está em tramitação, é tramitação. Suponha que tenha começado o mês passado isso, que tenha sido levado direto, em caráter terminativo, à comissão e foi aprovado certo ou errado, pelo Regimento, não nos pode mais ouvir. Então, tem que haver uma exceção para dizer o seguinte: “Olha, essa situação não atinge as situações em que legalmente o Conselho tem que ser ouvido.”

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas aí é que está, não existe a possibilidade de uma resolução...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Acabou de existir, Conselheiro!

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não, não existe a possibilidade de uma resolução...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É porque V. Exª não está inteirado do que aconteceu. Tive que me dirigir ao Senado Federal para que o Senado nos ouvisse. Há um subterrâneo que V. Exª não conhece.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Conheço o subterrâneo e falei com cinco senadores amigos meus que me ajudaram que o Conselho, que viesse para cá aquilo que a lei manda. A lei manda que TV a cabo venha para cá. Então, não poderia deixar de vir. Fora isso, não virá, se já tiver sido terminativo. Por quê? Porque não votamos, só analisamos. O que vamos analisar em algo que já foi votado? Então, a exceção é TV a cabo; o resto virá para cá, antes de ser terminativo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O art. 5º diz: “Nas comissões, a decisão, quanto ao envio da matéria ao conselho, será tomada mediante aprovação de parecer ao requerimento proposto por um de seus membros.” Requerimento proposto por um de seus membros. Não são só essas situações. Aquelas situações em que a lei também obrigue o Senado a se manifestar. As três situações, os arts. 4º e 5º, estão conectadas.

Hoje, só há uma situação em que há lei a cabo. A presunção é de que, a partir de agora, todas as leis que venham a ser votadas no Congresso mandem vir ao Conselho, porque já está funcionando. O fato de ser uma lei, hoje, não impede que o Regimento já fique valendo para leis futuras. Não posso perceber que possamos concordar com a redação que diga que vão ser enviadas ao Conselho apenas aquelas situações a partir de requerimentos propostos por senadores, quando há situação em que a lei obriga, e não precisa Senador algum propondo coisa alguma.

Então, a minha reflexão em torno do art. 5º é que também deveríamos sugerir, de maneira muito educada, atenciosa, com o respeito que a Comissão nos merece, mas que a nossa posição talvez melhor fosse que pudéssemos sugerir ao Senado para deixar ainda mais claro. Não é que não esteja claro, mas ainda mais claro e para prevenir. Qualquer dúvida, sugeriríamos pequenas redações nestes arts. 3º, 4º e 5º.

Essa é a minha ponderação, mas vou ouvir o Conselheiro Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, estava-me reservando falar na última parte da nossa pauta, a participação dos Conselheiros, para fazer uma reflexão muito ampla a respeito do Conselho, quase como um balanço do ano e um pouco de prospecção para o que nos aguardava no ano que vem. E veio a calhar essa discussão que, no fundo, pega fundo na questão existencial nossa.

Então, peço a liberdade de participar dentro das regras do senso comum, não sou bacharel nem tenho qualificação alguma codificadora. Mas creio que esteja na hora de pararmos para pensar sobre a que viemos e o que nos compete no futuro. Esse é o momento suscitado por essa discussão extremamente educativa, didática e provocadora.

Creio que deveríamos aproveitar o recesso, que seremos obrigados a cumprir, para fazer uma reflexão e essa reflexão que resultaria num documento extremamente conciso que seria enviado às duas Casas do Congresso, fazendo, primeiro, um balanço do que nós fizemos nesse ano e meio de existência e, com base nessa existência, fazendo propostas que inclusive englobasse essas questões que estão sendo

discutidas aqui. Estou avançando na minha reflexão do balanço.

Nós cumprimos razoavelmente com a nossa função de ser um fórum e fomos até precursores, lançando ao debate nacional, não sei se com a repercussão que deveria ter, de temas que eram mais ou menos tabus ou destinados à gaveta, como a questão da concentração, a própria regionalização e uma série de outras coisas.

Nós funcionamos como uma câmara de eco, infelizmente não com o alcance que nós desejaríamos.

Na segunda fase, deveríamos pensar em dar seguimento à idéia que gerou a criação do Conselho.

Dou como exemplo – tive até uma participação nisso – a reunião solene para ouvir o Relator da Lei de Imprensa, o Deputado Wilmar Rocha. Foi uma forma, não apenas de solenizarmos a efeméride, mas de provocarmos as Casas do Congresso nessa sequência. É um assunto que está parado e que precisa ser resolvido, abolindo a Lei de Imprensa ou então aperfeiçoando-a com outro nome ou em outros códigos.

Vejo uma possibilidade, no próximo ano, quando ouvirmos o representante da Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos, de convidarmos também elementos das duas Casas do Congresso para que, dessa exposição no Conselho, surgisse uma ação afirmativa, ativa, evitando ficarmos nessa situação passiva de discutirmos, repercutirmos e não mais fazermos.

Então, proponho criarmos uma subcomissão ou então que todos os membros do Conselho dêem sugestão para a reunião do próximo ano, já que esta é a última, no sentido de criarmos um mecanismo, seja uma resolução daqui, ou uma reflexão que vamos oferecer às duas Casas, para que essa relação entre as Casas e o órgão consultivo que elas criaram seja mais efetiva e mais produtiva, evitando sermos apenas um fórum que é acionado, que funciona em algumas ocasiões e não funciona em outras.

É uma sugestão bastante vaga, pois não me preparei para fazer uma proposta concreta. Estou fazendo uma reflexão de fim de ano, de balanço, mas, motivado por esta discussão, tenho a impressão que ganha uma certa emergência ou pelo menos uma certa pertinência fazermos algo para dirimir dúvidas e dar uma certa dinâmica ao próprio Conselho de Comunicação Social. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Excelente.

Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt, por favor.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação

social) – Quero apenas acrescentar um comentário, porque li no art. 2º deste projeto, que lista assuntos endereçados ao Conselho e que, de certa forma, vão de encontro àquilo que comentei na última reunião do Conselho: aqui praticamente só se refere a rádio e televisão aberta.

Acredito que com a convergência de mídia e tecnológica que estamos vivendo hoje, comunicação social não é só televisão; há uma série de outras mídias fazendo comunicação social. Penso que outros assuntos, como o serviço de comunicação digital, que acaba de sair a público, se olhado neste contexto, não estaria no nosso âmbito, mas penso que deveria estar.

Acredito que devemos rever esta lista de assuntos e incluir outros aspectos que, hoje em dia, pela convergência, são, sim, comunicação social e devem ser discutidos neste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A minha última ponderação era quanto ao art. 2º. O sistema de números clausus está em desuso nas relações jurídicas mundiais, pela dificuldade de se aprisionar a realidade em tempo determinado.

É razoavelmente consensual que essas listas acabem sendo exemplificativas e não terminativas. Então, a minha sugestão, exatamente na linha de V. Sª, era de incluir regra com mais ou menos a seguinte redação: “Quaisquer outros assuntos que interessem à comunicação social”. Seria uma válvula de escape, em que esse seria específico e qualquer outro estaria abrigado no item XIII, para não impedir, por falta de previsão legal, que algum assunto desses seja levado ao Senado. Seria um pequeno acréscimo.

Estamos todos de acordo com a essência do parecer do Conselheiro Roberto Wagner, de que o texto é equilibrado, mas vou colocar em votação aqui, para ganharmos tempo, a visão de que esse texto deveria ser complementado com a regrinha, no inciso XIII, e um complemento da redação para deixar ainda mais claros os artigos 3º, 4º e 5º, insistindo com o Senado que não é uma restrição, mas apenas uma preocupação para evitar mal entendidos futuros; por isso estimaríamos que fossem deixadas ainda mais claras do que já estão essas regrinhas.

Portanto, o próprio Conselheiro Roberto Wagner poderia fazer a redação, eu estaria disposto a colaborar. Somos ambos advogados e são redações bastante simples. Quer dizer, estamos de acordo e pedimos a inclusão do Item XIII, no art. 2º, e o complemento dos arts. 3º, 4º e 5º, para ficarem ainda mais claras essas questões.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Não havendo quem se manifeste, considero aprovado e encareço ao Conselheiro Roberto Wagner a redação da minuta desta carta.

Há dois assuntos conexos com esse debate. Quanto ao primeiro deles, desde logo peço ao Conselheiro Fernando Bittencourt que fique encarregado de fazer, na próxima sessão, um relatório desse tema, sobre o qual já havíamos conversado por telefone.

Peço a V. Sª que defina tecnicamente o nome do serviço que está sendo proposto agora, porque estamos gravando.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – É Serviço de Comunicação Digital.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pronto.

O Conselheiro Dines propôs que na primeira reunião para o ano, fizéssemos uma reflexão.

A primeira reunião para o ano será extraordinária. Vamos editar um livro sobre concentração dos meios de comunicação e precisamos de três meses, é o prazo que a gráfica pediu, para editar o livro. Tenho insistido, há três meses, Dr. Jayme, nos debates que fizemos, que o livro vai tratar dos debates que fizemos com os conferencistas sobre os meios de comunicação. Está faltando uma visão nesse debate, que é a visão do mercado, da importância da redução de custos e da competição. Há três meses venho fazendo ingentes solicitações.

São provas dessas solicitações o Dr. Jayme Sirotsky, que não vai me deixar mentir nesse caso, bem como o Dr. Fernando Bittencourt, Dr. Roberto Wagner e Conselheiro Paulito, que está ausente.

Há três meses aguardo a presença de um conferencista.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. Sª pode confirmar que fiz esse apelo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sim, Sr. Presidente, mas V. Sª precisa saber que, sobre o assunto concentração de mídia e propriedade cruzada, nunca houve discussões em tribunais, porque não se sente a existência da concentração de mídia no Brasil. As pessoas precisam entender que pode haver propriedade cruzada sem concentração e concentração sem propriedade cruzada.

No nosso caso, temos propriedade cruzada sem concentração. Nenhum advogado se especializa em algo que nunca ocorreu, ou seja, debate jurídico no âmbito do CADE na área de direito econômico, sem que possa enfrentar alguma ação contra o Ministério Público ou algum concorrente que se sinta prejudicado na área de comunicação social e deseje se defender da concentração de mídia. Mas isso ainda não ocorreu no Brasil.

Existe propriedade cruzada, mas não existe concentração, de sorte que qualquer pessoa que viesse aqui falar sobre o assunto, repetiria o que disseram os que aqui estiveram. Dois dos expositores que aqui vieram coletaram informações na internet e falaram sobre pareceres de escritores americanos. Isso impressiona ao leigo, mas a quem não é leigo, não. No âmbito do direito positivo brasileiro, esse tema nunca foi discutido. Não há ação sobre o assunto em nenhum Tribunal, porque não existe concentração de mídia.

Por essa razão, jamais poderia indicar alguém para vir debater o assunto sem que tenha tido, direta ou indiretamente, qualquer tipo de confronto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a palavra do Conselheiro, mas estimaria que viesse alguém nem que fosse para dizer exatamente o que V. Ex^a está dizendo.

Concedo a palavra ao Conselheiro e meu Presidente Jayme Sirotsky.

O SR. JAYME SIROTSKY (Representante da sociedade civil) – Reitero o que o Roberto disse. O Presidente tem feito solicitações, mas não é fácil encontrar quem discuta esse tema, porque, na verdade, do ponto de vista do interesse da sociedade, até agora não foi suscitado no campo mais formal. Disse também ao Presidente que pessoalmente me sentiria inibido de discutir o tema por causa de uma confusão natural: além de ser representante da sociedade civil neste Conselho, sou Presidente do Conselho de Administração.

Todos sabem disso, tanto da concentração, em teoria, quanto da propriedade cruzada, na prática. Não há como satisfazer o desejo ou o empenho do Presidente. Conhecemos as discussões que são feitas em bases teóricas, mas não concordamos com boa parte delas, a exemplo do que mencionou o Conselheiro Roberto. Não fiz essa crítica diretamente ao Presidente, mas entendo que a publicação desse livro deveria ser mais bem considerada pelo Conselho, ao menos até que se consiga amadurecer um pouco mais essas conceituações.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Jayme Sirotsky.

Concedo a palavra ao Conselheiro Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Insisto em dizer que não sou bacharel e minha mente recusa-se a pensar de forma bacharelesca, sem com isso estar fazendo um juízo de valor. O fato de não haver jurisprudência sobre o assunto não significa que não exista problema. Não temos jurisprudência sobre a utilização de armas atômicas no Brasil, mas devemos estar atentos à questão da proliferação nuclear na fronteira. Por isso penso que esse argumento não tem base.

Concordo com o que disse o meu amigo particular Jayme Sirotsky, que esse livro deve abranger os dois aspectos do problema. Devemos insistir para que alguma cabeça pensante do mercado faça uma visão e, inclusive, desmonte a argumentação de que necessariamente a concentração implica propriedade cruzada ou vice-versa, mas é preciso que alguém se manifeste. Também não podemos ficar esperando que isso ocorra **ad infinito**. Então, daríamos um prazo para que alguém fizesse uma reflexão consistente, com a visão do mercado, a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselho Alberto Dines. Esclareço que esse viés que estamos tendo aqui está acontecendo a partir não dos grandes conglomerados. Ficou claro; as nossas preocupações são as interferências nisso nos pequenos universos. Há município em Pernambuco que tem quatro rádios e uma única televisão na mão de uma família só. Isso é concentração. Existe. Os únicos veículos de comunicação de uma cidade nas mãos de uma família só? Dê-se o nome que quiser, isso é concentração, num universo micro. É curioso, Conselheiro Dines, que as manifestações dos sistemas jurídicos, que nos são mais próximos, a Itália e os Estados Unidos, evidenciam a preocupação com a interferência nos pequenos lugares. De forma que penso que o debate deva ser iluminado com essas tendências diferenciadas, não querendo ter uma visão parcial. Vamos fazer uma extraordinária para esse efeito, na primeira segunda-feira disponível em fevereiro, semana pré-carnavalesca, insisto que localizemos alguém, porque se não encontrarmos, vou dizer que houve a lacuna porque não foi apresentado.

Conselheiro Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Apenas para lembrar que, quando propus ousadamente a inclusão desse tema na nossa pauta

permanente, referi-me realmente no âmbito regional, quase micro. Citei alguns casos, como o de Santos, o do Presidente desta Casa, no Maranhão, onde há os dois casos de concentração de propriedade cruzada. Portanto, não se pensava no aspecto maior.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está esclarecido. Quero aproveitar a oportunidade, porque o Dr. Jayme referiu-se a um assunto que não gostaria de passar sem dar o meu depoimento pessoal.

A circunstância de que, pela lei, devem ser indicados como representantes da sociedade civil. E há três desses representantes que são da sociedade civil, mas têm evidentes vínculos. Dois deles, o Conselheiro Dines e o Conselheiro Carlos Chagas, com o jornalismo, e o Dr. Jayme Sirotsky, que é empresário. Quero declarar que, em momento algum aqui, não vi nenhum dos três sustentar alguma posição que sequer remotamente pudesse ser confundida com seus interesses pessoais de classe. São três pessoas...

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Inclusive o Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas o Ricardo e eu, nós dois não podemos ser acusados de sermos jornalistas e muito menos temos a pretensão de um dia vir a ter meio de comunicação. Estamos protegidos dessas dúvidas. Agora, quis o destino que fossem três homens que têm uma vida limpa, não têm arranhões morais. A nenhum dos três, alguém pode sequer minimamente fazer alguma restrição e que aqui têm evidenciado espírito público. Nunca vi o Dines nem o Chagas defenderem alguma questão ligada ao sindicato das categorias a que pertencem e nunca vi Dr. Jayme levantar a sua voz em defesa das corporações que correspondem aos seus interesses profissionais. Então, eles aqui são representantes da sociedade civil. E estamos muito honrados com isso. Não gostaria de deixar passar esse momento sem fazer este registro.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheira Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – São personalidades indispensáveis até para dar um nível de debate que precisamos aqui. Sinto-me muito honrada de contar com essas três pessoas, além de todos os companheiros citados aqui, porque penso que essa experiência toda conta muito. A vivência, o

nível de reflexão que essas pessoas têm proporcionado não apenas ao Conselho, mas à sociedade como um todo são muito importantes para o Conselho. É um contraponto para não nos perdermos, digamos, em miudezas. Sinto-me honrada por dividir uma responsabilidade com eles.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Assumpção Hernandes.

O próximo ponto da pauta diz respeito à Lei do Cabo. A Comissão está estudando um parecer. O Relator é o Conselheiro Daniel Herz, que não pôde vir. Tranquilizei-o, dizendo que votaríamos quando ele estivesse recuperado fisicamente. Ele faz a proposta de uma telerreunião ainda esta semana. No que depender da Presidência, Dra. Márcia, todo apoio que seja possível já está dado de antemão. Apenas gostaria que as partes se articulassem. O Conselheiro Daniel está propondo uma telerreunião. Não fiquei com a idéia de que era da tecnologia digital. Seja o que for, os conselheiros que precisarem de apoio da Presidência para realização de reunião o terão.

Em relação à questão da TV a cabo, o Conselheiro Daniel distribuiu um relatório provisório que V. Ex^{as} já devem ter em mãos e, hoje, distribuiu dois outros documentos, referindo-se a posições que tivemos verbalmente em congressos – inclusive de dois conselheiros aqui presentes, o Conselheiro Fernando Bittencourt e eu próprio. Ele referiu argumentações que chegamos a ter por telefone. Na verdade, não é a primeira vez que faço isso. Praticamente, todas as vezes que vai haver relatório, tenho feito ponderações, tenho lido antes. Como esse é um tema complicado, para ficar registrado, como o Conselheiro Daniel alinhavou os argumentos que expus e lhes respondeu e, nesse resumo, perdendo-se um pouco a complexidade, peço vênha para referir a minha posição em relação a isso até porque não vou votar depois. Gostaria de expor antes a V. Ex^{as} minha posição. Na hora da votação, vou colher votos e a posição que vai valer é a de vocês, porque não voto.

A idéia básica proposta na Comissão é um vale-tv para resposta à crise da tv a cabo. Trata-se de um vale-tv em que recursos públicos decorrentes de renúncia fiscal custeariam o RDs em 98% dos custos de uma assinatura simplificada de programação de tv a cabo. Como fundamento da proposta, o conceito de universalização incorporando como assinantes todos os Municípios que tiverem acesso às redes para ampliar mercados e dar utilidade social ao serviço. Em complemento, o desenvolvimento da cultura nacional na suposição de que o mercado gerado pela incorporação dos segmentos B, C, D e E como assinantes

umentará a demanda pela produção audiovisual brasileira independente.

A primeira questão é filosófica. Queremos, como Nação, que tvs a cabo possam ser controladas por corporações internacionais? Nessa linha, deveríamos considerar a experiência de países mais avançados na comunicação social em relação ao capital estrangeiro. Essa experiência revela realidades bem diferenciadas. Na Inglaterra, não há restrições, podendo ter 100% de controle das tvs a cabo por empresas estrangeiras; França, sem restrições, mas essas empresas estrangeiras não poderão atender mais que 8 milhões de pessoas ou apenas 6 milhões se por empresa multimídia; Portugal, sem restrições, com o máximo de 30% de **marketing share**, o faturamento de 30 bilhões de escudos.

Na Alemanha, sem restrições, não podem essas empresas controlar mais que 30% da audiência total, medida por um sistema próprio de pontuação, definido por órgão regulador; no México, máximo de 49% para estrangeiros, sujeito ainda à aprovação de órgãos antitrusting; na Espanha, máximo de 25% para estrangeiros, assim definidos os que não pertencem à Comunidade Européia, com o limite adicional de máximo de 1,5 milhões de assinantes; no Canadá, 20% mais 20% via holdings, somando um total máximo de 46%; nos Estados Unidos, a participação de capital estrangeiro está sujeita às regras da Federal Communication Commission, com as operadoras de cabo não podendo adquirir mais que 10% das empresas de telefonia local.

A conclusão seria que boa parte desses países simplesmente não admitem controle de TV a cabo por estrangeiros, uma decisão que tem como referência não a força econômica ou aptidões técnicas das empresas, mas interesses ligados à soberania do País, estando essa questão de resto já decidida por este Conselho de Comunicação Social, que, por unanimidade, se pronunciou contra a possibilidade de controle dessas empresas de TV a cabo por empresas estrangeiras.

As estimativas de custos no parecer – 136 milhões mais investimentos adicionais para alcançar mais 14,1 milhões de domicílios – terão de ser necessariamente vistas com reservas, por não ser possível, hoje, uma compreensão realística desses custos, inclusive por não se ter idéia das alterações que venham a ser necessárias, decorrentes de uma tecnologia em constante adaptação.

Haveria ainda que considerar vários fatores, entre eles o de haver outros elos na cadeia de valores que deveriam necessariamente ser considerados, especialmente ligados à distribuição e à exibição da programação, sem contar ser recorrente no Brasil a

convicção técnica de que é inviável fazer conexão por cabo para todo o País, pois sai caro demais e melhor seria pensar essa variável via satélite.

Outro cenário que parece provável é o da competição do cabo com outros instrumentos de comunicação, dos quais os mais visíveis hoje são a TV aberta, a TV por satélite e as redes de telefonia fixa, não havendo convergência tecnológica em relação à plataforma específica no mercado, sagrando a prevalência do cabo. A resposta viria sempre do mercado. Os países se dividem em relação a essas plataformas técnicas. Estados Unidos, Canadá e Alemanha utilizam basicamente cabo; Inglaterra utiliza satélite; França, Espanha e México utilizam TV terrestre.

Rubert Murdock, que, no Brasil, já é sócio da Sky via **News Corporation** e pretende adquirir a DirecTV nos Estados Unidos, com indicativos, já deste mês de dezembro, de que a operação será aprovada pela FCC, anuncia que, em um ano, os operados de DTH deverão iniciar uma nova fase na competição com a empresa de TV a cabo, com oferta gratuita ou a preços muito baixos de Personal Video Records, que permitem pular intervalos comerciais e ainda avançar, parar e retroceder na própria programação da televisão.

Há também o risco de criar uma TV aberta via cabo que teria impactos na regulação da radiodifusão. É preciso examinar com mais profundidade as relações entre uma TV a cabo subsidiada e a TV aberta que temos, em que vários fatores devem ser considerados, entre eles, a circunstância de que a TV aberta não recebe subsídios; de que a TV aberta, baseada em conteúdo nacional, teria dificuldades em concorrer com enlatados que chegam ao mercado nacional já amortizados. Mas será também possível argumentar em sentido contrário, inferindo que, com o advento da tecnologia digital, novas formas de serviços serão certamente permitidos à operadora de TV terrestre; que a TV digital aberta terá receitas alternativas à publicidade, entre eles, as vindas de serviços interativos; que o aumento no número de canais e a melhora no som e imagem reduzirão defasagens de qualidade hoje existentes em relação ao cabo; que canais especiais, antes destinados à TV paga, poderão ter distribuição social, tendendo a reduzir o poder de barganha das operadoras de cabo e satélite, o que, no fundo, aumentaria o grau de competitividade das TVs abertas.

Ainda há a considerar novas tecnologias em curso no Brasil, como a IPTV, com vídeo, áudio e textos indo para uma rede de IP **multicast e unicast**, com dois canais, um de ida, via satélite, e um de volta, via satélite ou via terrestre. Também já está em vias de operação o serviço de comunicação digital SCD da

Anatel, facilitando acesso a redes de dados on line por escolas, hospitais, polícias e tribunais.

A Philco acaba de lançar a NETVision, televisão com acesso direto à internet, sem necessidade de periféricos. Também considerará a dificuldade de fixar um meio específico de inclusão digital. Haverá os que preferirão comprar livros ou cadernos; outros que ouvirão ópera, ou cinema, ou música e tenham dificuldade de vincular essa proposta a um gasto específico, em assinatura de TV a cabo, sem dar ao cidadão o direito de usar esse custo com remédio ou comida, por exemplo.

Ainda há a considerar que tudo converge para uma inevitável fusão entre empresas de comunicação. Já está sendo assim no mundo: nos Estados Unidos, a Time Warner, a American on Line e a ViaCom; no Canadá, Bell Canadá/CTV; na França, Vivendi/Gegetel e Vodafone; na Espanha, Retevision e Telefonía; no México, Televisa e Telmex, tudo conformando um cenário em que a competição se fará em empresas cada vez mais fortes e maiores, em um ambiente que dificilmente permitiria uma competição internacional, em que pudessem TV's pequenas empresas nacionais, levando a duas consequências possíveis, ambas não agradáveis: a da necessidade de conceder adiante ainda mais benefícios ao cabo, e a da desnacionalização dessas empresas nacionais, às quais faltariam possibilidade de competir.

Considere-se também haver numerosos modelos de financiamento para a programação cultural, cabendo examinar esses modelos e outros mais, antes de optar para um padrão brasileiro de financiamento.

Apenas para ficar nos países aqui antes examinados, Espanha e México são financiados apenas com orçamento do Governo. Na França, apenas com taxas de faturamento das televisões; na Inglaterra, com loteria de orçamento do Governo; na Alemanha, Canadá e Portugal, com orçamento do Governo e taxa de faturamento de TVs; no Brasil, há um modelo incipiente, que utiliza a renúncia fiscal, loterias e orçamento do Governo.

Em todos esses casos, sempre com avaliação direta sobre a própria produção, e não apenas aplicáveis nas empresas beneficiárias, com a literatura internacional, confirmando que nenhum sistema de incentivo conseguiu criar realmente uma indústria realmente competitiva, local ou internacional, à margem dos mercados.

Estão usando esse mercado como elemento diferenciador de todos esses modelos. Como complemento, leve-se em conta que na aplicação de recursos é forte a preocupação com a cultura nacional, tendo essa cultura nacional como foco, condicionando o fi-

nanciamento a garantias de afirmação dessa cultura. É assim no mundo. Na Alemanha, recursos condicionados e produtores alemães, com produção repartida entre as diversas regiões (länder). No Canadá, exigem diretores e roteiristas nascidos no Canadá; na Espanha, somente para obras espanholas; na França, somente para obras francesas, ainda tendo diretores e produtores franceses; na Inglaterra, exige-se o mínimo de 70% dos custos com produção local e complementarmente sempre o idioma inglês; no México, produtores e diretores mexicanos com maioria do elenco sendo mexicanos, em Portugal, atores e produtores portugueses, além da obrigatoriedade do uso do idioma português.

Em substância, tenho que a inclusão cultural não se fará necessariamente por cabo. Conversei demoradamente com a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Eles estão em oposição aberta a esse modelo de universalização via cabo. Procurei o Ministério da Educação para conversar. A posição deles é radicalmente contra esse sistema e eles inclusive informam do conjunto de projetos que eles já estão desenvolvendo, inclusive esse TV Escola Digital Interativa. Só faltam 155 municípios, dos 5.507 municípios do Brasil, para que tenhamos, em cada município brasileiro, uma antena que captaria as emissões via satélite do satélite do Ministério da Educação. Eles já estão em operação. A revista que vai alimentar essas 180 mil escolas brasileiras é a revista TV Escola, com 450 mil exemplares. Têm ainda problemas operacionais, que é o Security Box saindo por mil dólares. A idéia é que, com a universalização, isso se reduza até cem dólares. Mas em qualquer caso o Governo teria que bancar esse sistema.

Então, os grandes incentivadores da ciência e da cultura são as duas maiores entidades: a SBPC e o MEC, que são contra. Eu sou Conselheiro da Finep. É pena porque eu tinha uma reunião sexta-feira, por isso não incluí aqui no relatório. Eu estaria na reunião deles antes de vir para cá, mas a reunião foi cancelada. Mas estou desconfiado de que a Finep também se pronunciará contra esse modelo de inclusão digital.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Em se tratando de cultura, o MinC foi ouvido também?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não. Não cheguei a ouvi-lo, porque eu comecei a fazer esse texto quan-

do tive informação, mas o passo seguinte é conversar com o Ministro Gil exatamente sobre isso.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Creio que é importante.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Ministro da Educação, por exemplo, está acessando aos professores de primeira à quarta série, da rede pública, 145 livros de prosa, poesia e não ficção, no Projeto Biblioteca, disponível no endereço eletrônico www.mec.gov.br. Um modelo diferente de inclusão digital, portanto.

Em Pernambuco e Paraíba já está em funcionamento o Programa Agentes de Leitura, em que o Ministério da Educação e correios entregam, na casa de adultos recentemente alfabetizados, livros de fácil compreensão periodicamente substituídos por outros.

O Minicom inclusive já solicitou aos demais ministérios projetos de inclusão digital a serem operados inicialmente com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação – Fust, já com 2.7 bilhões à disposição.

Então, o Governo está fazendo isso hoje e é preciso entrar em contacto com o Governo para saber o que é que está pensando, para essa massa de recursos não ir apontar num lugar e estarmos fazendo propostas desconectadas com os movimentos em curso.

A ambição é a de aprovar projetos de inclusão digital que atinjam todas as 180 mil escolas do País que o Governo pretende equipar com computadores e serviços de acesso à Internet com Banda Larga, como eu tive a confirmação, hoje, do Ministério da Educação. O Ministério da Educação já tem em curso um desses projetos atingindo 66 mil escolas públicas já no próximo ano, em uma plataforma de TV digital interligada via satélite e não por cabo, com vídeo e áudio que poderão ser respondidos por controle remoto ou teclado e mais canal de retorno via satélite ou linha discada.

Mas o projeto concebido é concentrador. Tenderá a privilegiar apenas alguns espaços do Brasil, deixando à margem precisamente a população mais carente dos espaços economicamente mais deprimidos, posto que à porta desses não passará o cabo, que ficará nas regiões mais desenvolvidas do País. Em Pernambuco, por exemplo, só funciona uma empresa a cabo, mais voltada basicamente à Internet e atingindo apenas umas poucas áreas da população com maior poder aquisitivo de Recife, Olinda, Jaboatão e Paulista. O mais é satélite. Sky no Recife; TV Filme em Caruaru e NET em Petrolina. No Nordeste não há cabo.

Um programa de universalização de cultura que deixa à margem o Nordeste e o Norte do País e que se incluir só vai incluir as capitais, vai deixar à mar-

gem todo o resto do Brasil, é um projeto que tem que ser pensado com muita cautela, antes que possamos propor publicamente isso. Mas um projeto como esse não beneficiará quase nenhum Estado do Nordeste, não havendo como defender uma posição que não seja socialmente abrangente.

A impressão, por todo o exposto, é de que, por sua interação por outros interesses, o tema seria talvez mais adequadamente tratado quando da implantação da tevê digital no Brasil, momento em que deverão ser necessariamente feitas as grandes escolhas que nortearão os futuros das comunicações do País.

Essa era a posição que eu gostaria de expressar. Em vez de o fraterno amigo Daniel expor os argumentos a que referi a ele brevemente por telefone, eu estimaria que os membros da Comissão tivessem depois acesso à posição, para concordar ou para discordar. Não somos uma ilha, estão acontecendo muitas coisas agora aqui, que nós procurássemos a interação com os órgãos que são responsáveis pelo incremento cultural, para ter acesso ao que está acontecendo, para saber se essa proposta de um vale-tevé, que considero indefensável como está, é algo que possa ser aceito por eles, se há outras propostas que possamos aceitar.

Eu gostaria que o relatório tivesse uma visão mais abrangente. Estou confiando no espírito público dos membros das Comissões para ter um relatório com a marca de qualidade que se espera dos seus componentes.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, na última reunião da Comissão ficou claro primeiro manter aquela decisão do Conselho de posição contrária ao aumento de 49%, isso já não se discute mais. Sobre o vale-tevé, a Comissão não decidiu. Eu, de minha parte, comungo com os argumentos de V. S^a. Acho que esse vale-tevé lá pelas tantas talvez seja inclusive inconstitucional. No Pró-mídia, que nasceu aqui, lembro-me quando foi vitoriosa a tese de não aumentar mais de 49%, chamou-se um representante do BNDES, discutiu-se a hipótese de criar uma linha de crédito especial para as empresas de TV a cabo, o assunto teve uma abrangência maior, imaginou-se depois que pudesse atingir essa linha especial de crédito o BNDES, as empresas de tevês abertas, e essa posição do vale-tevé é uma posição pessoal do Conselheiro Daniel. O vale-tevé ainda não foi colocado em votação no Conselho. No momento certo vamos votar, já antecipo o meu voto que certamente deve ser, pela sua exposição, igual ao de V. S^a, e penso que não há nem amparo constitucional sobre o assunto.

Também é importante, e isso faço agora a pedido do Conselheiro Paulito, que me mediu na última reunião, parece que ele está em Genebra, que se insistisse que o Conselho também já se posicionou contra o SCM e qualquer tecnologia que pretenda transmitir conteúdo através de empresas de telecomunicações. Porque não é possível que o Conselho vai desconhecer a Constituição. Serviço de telecomunicações é uma coisa, serviços de radiodifusão é outra coisa. Radiodifusão está no capítulo da comunicação social, lá se trata de transmissão de conteúdo. O que não estiver no 221 e no 222 da Constituição, onde se transmite conteúdo, não se pode transmitir conteúdo. V. S^a falou bem, parece que a Philco lançou agora um aparelho em que pretende, nesse aparelho, disponibilizar conteúdo via Internet, certamente sem que as empresas de radiodifusão estejam presentes no processo. É preciso que o Conselho, em algum momento, notifique as autoridades do País, que o Conselho também, dentro das suas possibilidades, é o guardião da Constituição. Não é possível que o Conselho desconheça que radiodifusão é alguma coisa, telecomunicações é outra coisa. Enquanto não se mudar a Constituição, as empresas de telecomunicações, nacionais ou não, não poderão transmitir conteúdo no nosso país.

Peço a V. S^a que atente para esse fato. No momento que V. S^a considerar razoável, esse assunto seja discutido aqui e tenhamos vencedora uma posição.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Roberto Wagner. Tenho posição exatamente igual a dele, entretanto, vou usar outros argumentos no sentido de dizer que concordo na conclusão e discordo nas premissas. Tudo é telecomunicação. A própria lei da radiodifusão a define como um serviço de telecomunicação.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, essa lei de telecomunicações eu conheci a redação dela, alguns engenheiros brilhantes a fizeram, mas só que os engenheiros brilhantes desconhecaram o que está na Constituição, que separa telecomunicações de radiodifusão, não são a mesma coisa, a não ser que mude o texto constitucional. Não, não pode. Quando a lei define, a lei, em tese, é inconstitucional porque ela atua contrário ao senso da Constituição. A Constituição diz: serviços de telecomunicações e, em baixo, radiodifusão; são coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner, já indiquei a V. S^a que vou concordar na conclusão e discordar só nas premissas no sentido de que, para mim, tudo é telecomunicação. A própria Lei

nº 4.117 define radiodifusão como telecomunicação. A posição, entretanto, é que não há nenhuma importância em que seja ou não telecomunicação, o que interessa ao País é o seguinte: é capaz de transmitir conteúdo? Esse é que é o valor socialmente relevante. E não se pode compreender – o Dr. Ara, com seu espírito democrático, haverá de compreender, e tantas vezes eu já disse – que haja uma única lei no Brasil regulando um sistema de emissão fora da radiodifusão fechada, que é a tevê a cabo, e se regule a tevê por satélite num anexo de uma lei, numa referência incidental; não há nenhum parágrafo em que se defina isso, e se defina MMDS e SCM por resolução, resoluções da Anatel. Todo um sistema de transmissão de conteúdo que não tem fundamento, nem resolução a Anatel tem. Não tenho os textos aqui.

Então a minha visão, disse isso com toda a lealdade. O Presidente Shimura, quando lá estive pela última vez, acompanhado inclusive do Dr. Ara, e já disse com toda a lealdade que é preciso, em algum momento, parar e fazer uma reflexão madura para se ver como queremos tratar a questão da transmissão de conteúdo. A minha posição é que só reconheço valor... Tenho a compreensão de que telefone é uma coisa distinta de televisão, porque um fala e o outro ouve; tenho clareza disso.

Agora, o Bom-Dia Brasil, de manhã, às 7h15, é transmissão de conteúdo, é televisão; às 9h é telecomunicação. Deixou de ser televisão o mesmo programa gravado; é televisão às 7h e, às 9h, deixa de ser. Não há nexos nisso. Então penso que estamos de acordo no sentido de considerar que o que difere a radiodifusão lato sensu das telecomunicações é a capacidade de transmitir conteúdo e, nesse ponto, o Conselho vai ter que se ocupar dessa questão, que é vital para o País.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Aqui, Sr. Presidente, é claro o art. 21, inciso XI: “Compete à União explorar serviço de telecomunicações”. Inciso XII: “Explorar o serviço de radiodifusão”. São coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – São e não são, Conselheiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Creio que são. Nesse ponto, creio que são, porque, se a Constituição diz que são diferentes, são. Não é o que acho nem o que V. Ex^a acha, aqui que estão dizendo que são coisas diferentes, tanto é que um está no XI e o outro está no XII.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Excelência, a essência das diferenças não está no texto frio da lei, mas isso é secundário. Não quero privar o Conselheiro do debate.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – A minha análise desse assunto – claro, é uma opinião pessoal – é que, quando se fala em serviço de telecomunicações, como o Presidente colocou, é uma comunicação ponto a ponto, um a um. Quando se fala em comunicação social, é uma comunicação de um para “n”, para milhares. Então tudo que for de um para milhares é comunicação social; um para um é telecomunicações.

O que antigamente era um para um, que é telecomunicação, essa mesma mídia hoje não é mais um para um; ela pode mandar um para “n”, um para milhares, então se torna comunicação social e tem que ser regulamentada como tal, e não como antigamente, de um para um.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Como é esse um para um? Desculpe, não estou entendendo.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Quando ligo para vocês e nos falamos, é a comunicação ponto a ponto. Essa mesma mídia que antigamente era entre eu e você hoje é de mim para milhares, então se torna comunicação social. Portanto tem que ser regulamentada como tal, assim como a televisão, a TV a cabo, etc.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não tem sentido o programa Bom Dia Brasil ser televisão às 7h e telecomunicação às 9h, sujeito a duas regras diferentes, sem a obrigatoriedade dos anúncios, sem estar sujeito à regra de rede obrigatória.

Concedo a palavra a Conselheira Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Foi até bom o Dr. Roberto falar antes, porque já sei que tenho um parceiro na defesa da Constituição, portanto o art. 221 será regulamentado urgentemente com o apoio deste Conselho.

É bom ficarmos juntos e conversarmos olho no olho, porque vamos descobrindo as afinidades. Acabei de encontrar duas afinidades hoje: uma com o Dr. Dennis, que foi embora, com quem acertamos um encontro lá fora, não pelo Conselho, obviamente; outro

agora, o Dr. Roberto, dentro do Conselho. Teremos um defensor da Constituição.

Gostaria que esse encontro com a cultura fosse marcado e, se não houver nada contra, de estar junto para discutir essas questões todas com o Ministério da Cultura, enfim, com os setores da cultura.

Até visualizo que, para discutirmos essa proposta que foi muito bem esmiuçada pelo Presidente, poderemos aproveitar um mecanismo do Ministério da Cultura, que é o encontro de todos os secretários estaduais e municipais da cultura, onde teríamos um quadro muito claro do que significaria uma proposta ou outra em termos da realidade local.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estou devendo ao Dr. Sérgio Xavier, Secretário Executivo, uma proposta de ação conjunta deste Conselho com o MinC. Fiquei de fazer essa proposta para trazermos aqui o Ministro e começarmos a trabalhar juntos. Então, nomeio uma comissão composta pela senhora e pelo Dr. Geraldo Pereira, que vão se encarregar de formular ao Conselho uma sugestão para eu apresentar ao MinC, trazendo aqui o Ministro para trabalharmos juntos.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Agradeço e aceito a indicação.

Esclareço que estive ausente nesse período, apesar de ser suplente, em função de atribuições que realmente ocuparam 24 horas por dia, das quais acabo de me livrar. Estou muito feliz em estar aqui nesse momento para contribuir.

Creio que podemos aproveitar esse encontro de Secretários de Cultura de estados e municípios que é feito através do Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quando vai ser?

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – É isso que preciso saber. Já houve um recentemente e vou me informar quando haverá outro, porque seria um bom momento de o País inteiro trazer uma realidade que talvez colaborasse.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a fica encarregada de verificar as datas.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Pois não, informarei com certeza.

Nessa questão que foi trazida ao Conselho, gostaria de apresentar a minha preocupação, que acredito que será deste Conselho, com relação à questão do conteúdo brasileiro e conteúdo brasileiro independente.

Apoiaremos a defesa do conteúdo brasileiro, Dr. Roberto, incluindo o conteúdo brasileiro independente? Isso significa diferentes olhares...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a está se referindo a que assuntos concretamente?

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Ao assunto da expansão da comunicação por todo o País e os reflexos que poderá ter se não trabalharmos anteriormente, a fim de evitar consertar os erros. No Conselho, deveríamos nos antecipar e não deixar que primeiro sejamos invadidos para, depois, expulsar o invasor, que é muito mais duro, complicado, caro e difícil. Estamos vendo a realidade, como está sendo difícil entrar na TV brasileira aberta e por assinatura o produto brasileiro independente, uma vez que já foi invadido pelo produto estrangeiro, e isso se dará também nessa questão.

Por isso, proponho que façamos uma frente única na defesa desse conteúdo brasileiro e independente também. Vamos acomodar para que haja diferentes olhares, não só o desta família, que é a televisão aberta, enfim. E, juntos, vamos defender, antes que invada a TV por assinatura, seja o que for, neste novo momento que vem aí.

Então, era esta preocupação que eu queria deixar com este Conselho: que não se vá a posteriori, mas a priori. É difícil, porque não temos idéia do que vai acontecer, mas temos que botar a cabeça para funcionar e começar a imaginar. Penso que o nosso Conselheiro Dines pode nos ajudar muito nisso com toda a sua criatividade e experiência.

Fundamentalmente, era isso o que eu queria dizer. Espero que sejamos bem-sucedidos nessa prevenção.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – É uma questão de ordem.

Creio que houve um lapso na sua exposição. Quando propus que designássemos a primeira reunião do próximo ano para discutirmos a nossa existência, uma avaliação existencial, V. S^a mencionou o livro, e o assunto foi...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não, não. A primeira reunião será extraordinária, exclusivamente para ouvirmos a conferência, porque precisamos dela...

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – A conferência...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A conferência da concentração, vista pela ótica do mercado. Por que isso será necessário? Porque preciso ter o livro em fevereiro, para ficar pronto em maio ou junho. E, como não trataremos de nenhum assunto do Conselho, assim que acabarmos a exposição e o debate, evoluiremos para a sua reflexão. Então, a reflexão pedida por V. S^a será o complemento da reunião de fevereiro. Será extraordinária, não tratará de pauta do dia-a-dia nenhuma; será só para essa conferência e essa reflexão que V. S^a encareceu ao Conselho.

Continua franqueada a palavra para quem quiser.

Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sobre o tema TV a cabo, que está sendo abordado e sobre o qual ouvimos a sua excelente exposição, eu teria algumas observações. A primeira é lamentar, por razões alheias à nossa vontade, a ausência de pessoas importantes dessa Comissão: a Berenice, o Paulito e o Daniel, para quem ficou a responsabilidade de elaborar o relatório, o que causa um prejuízo na defesa e na análise do relatório em si.

Reforçando as palavras do Conselheiro Roberto Wagner, o fato de termos de forma unânime recusado que a TV a cabo fosse tratada como estava sendo proposto, ou seja, 100% do capital estrangeiro, foi um grande avanço, pelo menos depois do saneamento deste Conselho. Um outro avanço foi o que se desdobrou dessa decisão, com a formação da Comissão que se ampliou, tendo no seu corpo vários atores importantes: a Anatel, a BPA, entre outros, produzindo um trabalho longo e interessante que, a meu ver, não se limita a alguns pontos que o senhor observa na sua exposição. Ele enfoca o que se propôs a analisar e discutir: a TV a cabo, como está aqui: identificação de potencialidade e possibilidades para o desenvolvimento do serviço de TV a cabo no Brasil. Se sugestões como o vale, algumas coisas que constam do relatório, não são satisfatórias, é um debate que pode e deve se prosseguir.

O trabalho que essa Comissão desenvolveu é meritoso, interessante e não inibe ou dificulta qualquer outra possibilidade de inclusão digital, como foi dito na sua exposição. Aliás, isso perpassa vários outros pontos, sendo talvez o mais importante o que vai acontecer com esse sistema, como foi levantado pelo Fernando, como vai ser isso.

Também a questão da legislação que está aí, uma salada de frutas em relação às comunicações,

serviço de multimídia, TV aberta, Lei de Imprensa, essa situação toda.

Queria só fazer uma menção ao trabalho dessa Comissão. Apesar de faltarem atores importantes aqui, foi um trabalho meritoso e importante, foram várias audiências que podem ter desaguado em caminhos não muito sólidos por várias questões, mas que deram uma luz, um norte, gerando algumas interrogações que precisamos aprofundar, com certeza.

De forma alguma, esse relatório, que não está conosco, mas se encontra disponibilizado, cerceou, inibiu ou prejudicou outros pontos, conforme, inclusive, foi dito na sua exposição. Não vejo exatamente dessa maneira. É uma questão de completariedade, de aprofundamento. É preciso que o trabalho continue.

Agora, temos que atestar que a seguinte questão: os cabos estão aí; onde e como estão é outra discussão. Eles serão arrancados? Não será feito mais nada? O que vai ser feito desse cabeamento que existe por vários quilômetros deste País?

Concordo plenamente com o senhor que, de forma delimitada e elitizada, continuará tirando a possibilidade de milhões de pessoas ao seu acesso. Para isso existe um outro ponto, que é a TV comunitária, a própria digitalização e o que vai advir desse processo como um todo.

O que vamos fazer com esse cabeamento que está no País, em várias capitais, em várias cidades, ocioso? Não importa de quem é a culpa, se é do governo ou das empresas. O que vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Do governo, Conselheiro? Como é que o governo pode ter culpa?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Se não conduziu direito a legislação... Não importa de quem é a culpa; o que vai ser feito de alguma maneira? Para isso foi colocada essa demanda para o Conselho, que formou uma comissão cujo trabalho tem algumas proposições que não são perfeitas e não são 100% imposições. São questionamentos.

Só queria ressaltar que alguma coisa existe de importante nesse relatório. Ele não saiu do nada nem faço parte dessa Comissão. Que pena que estão ausentes a Conselheira Berenice, o Conselheiro Daniel e o Paulito.

Outros atores importantes participaram desse trabalho, então é algo que, de alguma maneira, deve ter alguma saudação de mérito, mas não é definitivo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço

as palavras do Conselheiro Geraldo. Nem precisaria me referir, pois todos sabem não apenas da amizade antiquíssima, do carinho e da admiração que me ligam ao Conselheiro Daniel Herz. Considero o Daniel símbolo deste Conselho. A cota de sacrifício dele é superior à de todos nós, e o faz com espírito público. Não há, em nenhum gesto ou palavra do Conselheiro Daniel, nada em que não se perceba o interesse coletivo por trás. Todos podemos nos enganar, pode até haver, aqui ou acolá, alguém defendendo uma tese que não seja a mais correta, mas todos somos falíveis. Pessoalmente, penso que o Conselho e a sociedade brasileira devem a Daniel respeito e atenção, porque é uma pessoa que está se dando, no limite até físico, a este Conselho.

Então, faço este registro, acompanhando V. S^a. Dentre nós, sou o que conhece Daniel há mais tempo. Então, nossa amizade vem de tanto tempo que estou mais à vontade ainda do que os outros, os amigos novos, para fazer este depoimento.

O trabalho do cabo, toda a questão da análise das causas... Tenho receio, Conselheiro – digo com muita franqueza -, que a idéia de um vale-TV, como está proposta, não tenha como se sustentar desconectada de todo o esforço do Governo, de todas as ações dos atores principais, o que não quer dizer que a Comissão não vá adiante, ou mantenha a proposição. De qualquer forma, seja como for, será produto do espírito público o trabalho desta Comissão.

É o seguinte, na íntegra, o documento referido, que foi enviado, por meio eletrônico, pelo Conselheiro Daniel Herz, para ser distribuído na 10ª Reunião:

RELATÓRIO DOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS PELOS MEMBROS DO CCS AO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA TV A CABO

Conselheiro Daniel Herz

Na reunião ordinária do Conselho de Comunicação Social realizada em 3 de novembro de 2003, foi distribuída uma minuta do Relatório "Identificação de potencialidades e possibilidades para o desenvolvimento do serviço de TV a cabo no Brasil" elaborado pelo Grupo de Trabalho da TV a cabo, constituído pelo Conselho de Comunicação Social em 7 de abril do corrente ano.

Em avaliação a este Relatório, surgiram questionamentos e comentários apresentados, por escrito, pelo conselheiro Fernando Bittencourt e, oralmente, pelo conselheiro José Paulo Cavalcanti e pela diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas.

Questionamentos do Conselheiro Fernando Bittencourt

Os questionamentos e comentários do conselheiro Fernando Bittencourt, transcritos no Anexo I, podem ser subdivididos em dois grupos:

I. Questionamentos que apontam para a necessidade de ampliação do debate, entre os quais encontram-se:

a) o tópico 1, ressaltando a necessidade de “um profundo estudo dos valores envolvidos para financiamento da digitalização, bidirecionalidade e inclusão dos novos ‘assinantes’” do serviço de TV a cabo”, diante da “expectativa de que esses valores seriam significativamente superiores aos necessários para a digitalização da TV Aberta”;

b) o tópico 2, destacando a compreensão de que, com o subsídio do Vale TV, haveria a tendência de que “o pacote básico da TV a cabo” se transformasse “em algo como ‘TV Aberta via cabo’”, com “impacto na competição e no ambiente regulatório da radiodifusão” o que deveria “ser amplamente discutido”. No mesmo tópico é reivindicada “uma análise mais criteriosa de quem ficará com o ônus do subsídio (análise contribuição X redução do imposto de renda dos empregadores)”;

c) o tópico 3, julgando que a obrigatoriedade do must carry (obrigatoriedade da TV a cabo retransmitir os canais na TV aberta com geradoras existentes na área de prestação do serviço e obrigatoriedade da TV aberta disponibilizar seu sinal), contida na Lei 8.977 e referida no Relatório como algo a ser preservado, deveria ser “discutida no conjunto do pacote regulatório da TV digital brasileira”;

d) o tópico 4, defendendo uma análise do cenário, decorrente da tendência clara da convergência”, no qual “as empresas de telecomunicações já começam a oferecer em muitos países, serviços similares aos de TV a Cabo através de suas redes de telefonia fixa”.

II. Questionamentos que reivindicam maior especificação das medidas sugeridas pelo Relatório

a) o tópico 5, lembrando que “o relatório propõe a distribuição aberta do pacote básico, como forma de barateamento da inclusão e mensalidade do serviço, mas não apresenta alternativas para controle da pirataria que seria inevitável”. Além disso, as “conexões clandestinas” levam a “uma conseqüente queda da qualidade da rede que poderá inviabilizar novos serviços como os de banda larga”;

b) o tópico 6, considerando que “é contraditório pensarmos em software com código aberto” para a implementação do “Sistema de Acesso Condicional”, que é “fundamental para a segurança do negócio de TV por assinatura”;

c) o tópico 7, apontando a necessidade de “uma profunda revisão na política industrial para o setor de eletrônica de massa brasileiro”, sem o que não se pode “apresentar a possibilidade de uma URD nacional significativamente mais barata do que as atuais disponíveis no mercado”.

Questionamentos do Conselheiro José Paulo Calvacanti Filho

1) Porque restringir esta política apenas ao segmento de TV a cabo? Não seria mais adequado formular uma política abrangente para o segmento de TV por assinatura, incluindo o DTH e o MMDS?

2) Porque não privilegiar o DTH, em relação ao cabo, pois as redes deste serviço não estão disponíveis na periferia das cidades e no interior dos estados? Com o satélite talvez se pudesse ter uma verdadeira universalização.

3) O desenvolvimento estimulado da TV a cabo terá impacto sobre a TV aberta, o que não foi avaliado no relatório. Estímulos e exigências regulamentares, entretanto, estão sendo projetados de forma desarticulada. Por exemplo: as exigências que estão sendo debatidas no Senado sobre a regionalização da produção pesarão diferentemente sobre a TV aberta e a TV a cabo, que seria beneficiada por ter menos obrigações de exibir produção audiovisual brasileira, apesar de ser a principal porta de entrada da produção estrangeira no país.

4) Há pouca exigência sobre a TV a cabo no que se refere à produção audiovisual nacional, justamente um dos serviços de TV por assinatura que atualmente constitui o principal sistema de disseminação da produção estrangeira no país.

5) Com a política para a TV a cabo esboçada no Relatório não estaremos exagerando no fortalecimento da “cultura do vídeo no país”, em detrimento de outras formas de produção e disseminação de cultura?

Questionamentos da direção da Federação Nacional dos Jornalistas

1) Apesar das diversas assertivas sobre o caráter preliminar do documento e da sua

condição de hipótese levantada como subsídio para o debate, ainda há margem de dúvidas sobre o posicionamento do CCS em relação ao conteúdo das proposições elencadas.

2) A necessidade de investimentos públicos para que a TV a cabo fique acessível para a população de baixa renda é discutível.

3) O Relatório passa a idéia de que as proposições apresentadas são orientadas, fundamentalmente, para beneficiar os segmentos de baixa renda.

Questionamentos comuns do Conselheiro José Paulo Cavalcanti e da direção da Federação Nacional dos Jornalistas

1) Porque instituir apenas um Vale TV? Porque não conceber um Vale Livro, um Vale Teatro, um Vale Cinema, um Vale Revista ou um Vale Jornal? Porque não pensar em um Vale Cultura que poderia ser utilizado em todas estas modalidades de veículos de comunicação e expressão cultural?

2) Nas bases esboçadas para o modelo de TV a cabo, o serviço só seria acessível para os trabalhadores empregados, não beneficiando os desempregados que não teriam acesso ao Vale TV.

Brasília, 8 de dezembro de 2003

ANEXO I

Comentários do conselheiro Fernando Bittencourt

CONTRIBUIÇÕES AO RELATÓRIO Nº 1, DE 2003 – GT DA TV A CABO – CCS

Viabilidade Econômica da Proposta

É necessário um profundo estudo dos valores envolvidos para financiamento da digitalização, bidirecionalidade e inclusão dos novos “assinantes”. Os valores apresentados dão uma idéia muito simplificada do que seria necessário implementar para a digitalização e bidirecionalidade das redes de cabo.

Mas temos a expectativa de que esses valores seriam significativamente superiores aos necessários para a digitalização da TV Aberta, considerando-se cobertura equivalente.

Subsídio do Vale-TV:

A Tendência é que o pacote básico da TV a cabo se transforme em função do subsídio em algo como “TV Aberta via Cabo”, o impacto na competição e no ambiente regulatório da radiodifusão deve ser amplamente discutido. Além de uma análise mais criteriosa de quem ficará com o ônus do subsídio (análise con-

tribuição X redução do imposto de renda dos empregadores).

Must Carry da TV Digital

Julgamos que essa obrigatoriedade deva ser discutida no conjunto do pacote regulatório da TV digital brasileira.

Empresas de Telecom

As empresas de telecomunicações já começam a oferecer em muitos países, serviços similares aos de TV a Cabo através de suas redes de telefonia fixa. Esse cenário deve ser analisado, pois existe uma tendência clara da convergência.

Pirataria

O relatório propõe a distribuição aberta do pacote básico, como forma de barateamento da inclusão e mensalidade do serviço, mas não apresenta alternativas para controle da pirataria que seria inevitável. Além de conexões clandestinas levarem a uma conseqüente queda da qualidade da rede que poderá inviabilizar novos serviços como os de banda larga.

Software Aberto

O Sistema de acesso condicional é fundamental para a segurança do negócio de TV por assinatura, e aparentemente é contraditório pensarmos em software com código aberto para essa solução.

URD Nacional

Não parece correto se apresentar a possibilidade de uma URD nacional significativamente mais barata do que as atuais disponíveis no mercado, sem se considerar uma profunda revisão na política industrial para o setor de eletrônica de massa brasileiro.

Análise dos Questionamentos Apresentados ao Relatório do Grupo de Trabalho da TV a Cabo

Conselheiro Daniel Herz

A minuta do Relatório “Identificação de potencialidades e possibilidades para o desenvolvimento do serviço de TV a cabo no Brasil” elaborado pelo Grupo de Trabalho da TV a cabo, constituído pelo Conselho de Comunicação Social em 7 de abril do corrente ano, foi distribuída na reunião ordinária do Conselho de Comunicação Social realizada em 3 de novembro de 2003.

Este Relatório recebeu questionamentos e comentários apresentados, por escrito, pelo conselheiro Fernando Bittencourt e, oralmente, pelo conselheiro José Paulo Cavalcanti e pela diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas.

A seguir, como subsídio para o prosseguimento do debate, registramos uma rápida análise e alguns comentários sobre estes questionamentos. Sem a

pretensão de esgotar o debate, entendemos que o conteúdo do Relatório e os trabalhos desenvolvidos pelo GT da TV a cabo, permitem que se argumente o seguinte:

Análise dos Questionamentos do Conselheiro Fernando Bittencourt

No que se refere aos questionamentos do Conselheiro Fernando Bittencourt, os tópicos de 1 a 4 apontam para a necessidade de ampliação do debate, o que é um manifesto objetivo do Relatório produzido. A especificação dos valores envolvidos na remodelação do serviço de TV a cabo, o seu impacto na competição com as demais modalidades de mídia eletrônica, em especial a TV a aberta, a obrigatoriedade do must carry (previsto na Lei 8.977), e a pressão das companhias de telecomunicações para também atuar neste mercado, merecem um debate aprofundado. A divulgação da hipótese de remodelação contida no Relatório tem como principal finalidade, justamente, estimular este debate.

Os tópicos 5 a 7, enunciados pelo Conselheiro Fernando Bittencourt, destacam a necessidade de maior especificação das medidas sugeridas pelo Relatório. Dado o caráter de subsídio inicial do Relatório, temas como o controle da pirataria, a natureza do software a ser utilizado e a formulação de uma política industrial adequada ao desenvolvimento do novo modelo do serviço de TV a cabo, obviamente, são alguns, entre outros, dos pontos que devem ser desenvolvidos detalhadamente.

Análise dos questionamentos do Conselheiro José Paulo Cavalcanti e da Direção da Federação Nacional dos Jornalistas

1) Sugestão de política restrita ao serviço de TV a cabo: O grupo de Trabalho criado pelo CCS e a questão sobre a qual o grupo se debruçou (alternativas para o desenvolvimento da TV a cabo no Brasil) foram especificamente relacionadas com o serviço de TV a cabo. Por isso, tanto as atividades do GT, como o Relatório produzido, restringiram-se ao serviço de TV a cabo. Os serviços DTH e MMDS não estavam pautados, o que não exclui a possibilidade de que uma remodelação destes dois segmentos seja também enfocada pelo CCS. Ambos os serviços, entretanto, ao contrário do serviço de TV a cabo, encontram-se precariamente regulamentados, o que talvez já indique o ponto de partida de um debate para sua melhor adequação ao interesse público no país.

2) Ampliação do acesso à população com o serviço DTH: Considerando todos os 298 municípios que dispõem de serviço de TV a cabo e a exigência de que as operadoras cubram 90% dos domicílios urbanos nestes localizados, segundo revela a Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), isto corresponde a uma cobertura de 82% dos domicílios com TV existentes no país. Trata-se, portanto, de uma significativa cobertura. A mobilização do serviço DTH para a cobertura de áreas onde não exista ou não venha a existir rede instalada, portanto, pode complementar o acesso da população a serviços básicos de TV por assinatura.

3) Impacto sobre a TV aberta: O desenvolvimento do serviço de TV a cabo terá impacto sobre o mercado de mídia eletrônica como um todo, em especial sobre a TV aberta. O Relatório destaca que “este processo corresponde a uma situação que tem se mostrando inevitável, como demonstram exemplos da maioria dos países, nos quais a recepção da TV aberta se dá, majoritariamente pelos serviços de TV a cabo. Nos EUA, por exemplo, em cerca de dois terços dos domicílios os canais da TV aberta já são recebidos pelo cabo”. Na hipótese esboçada no Relatório, “este processo seria deliberadamente precipitado e acelerado no Brasil, mas de uma forma e com um ritmo que se pretende previsível e, portanto, capaz de ser administrado, nos seus efeitos, sobre o sistema de comunicação social eletrônica como um todo, de modo a se reduzir eventuais prejuízos e a se buscar o maior benefício possível a todos os segmentos afetados”. O debate sobre o impacto do desenvolvimento da TV a cabo sobre o mercado de mídia eletrônica, portanto, merece ser aprofundado.

4) Falta de exigências para o serviço de TV a cabo no que se refere à produção audiovisual brasileira: O modelo esboçado teve a pretensão de criar condições de mercado nas quais haveria demanda e meios para distribuição da produção audiovisual brasileira independente. Exigências específicas, entretanto, podem se mostrar necessárias e adequadas.

5) Possível fortalecimento da “cultura do vídeo” no País: No Brasil – diferentemente dos países centrais, nos quais uma cultura letrada amplamente disseminada recebeu a progressiva competição de uma cultura as-

sentada na linguagem audiovisual – esta última se impôs rápida e massivamente como prevalecente. Tal situação gera decorrências positivas e negativas. Por um lado, a falta de uma cultura letrada distancia os indivíduos da produção cultural clássica e das suas feições mais elaboradas. Por outro lado, a familiaridade dos brasileiros com a linguagem audiovisual nos torna muito mais contemporâneos. O que se pode argumentar, diante do questionamento, é que se for superada a barreira econômica de acesso ao serviço de TV a cabo, é inevitável que os brasileiros venham a aderir em larga escala. Uma política consistente, como a que pretendeu esboçar o Relatório, teria parte das suas medidas voltadas para a formação cultural e de estímulo, através do uso da própria linguagem audiovisual, a outras formas de expressão cultural.

6) O Relatório é uma Proposta ou uma Hipótese?: Diversos setores empresariais e profissionais que tiveram acesso ao Relatório, sentiram insegurança tanto para concordar, como para rejeitar as formulações nele constantes. Apesar do Relatório enfatizar que se trata de uma hipótese de remodelação do serviço de TV a cabo, que constitui um subsídio para o prosseguimento e ampliação do debate, recebemos diversas manifestações no sentido da reafirmação de que as formulações contidas no Relatório, de fato, constituem um elemento estimulador do debate que pode, no limite, ter todas as suas formulações impugnadas. O que se destaca é que a expansão do mercado, combinada com a ampliação da utilidade social do serviço, exige criatividade, ousadia e medidas que rompam com a lógica redundante do mercado que se constitui como força autônoma em relação à vontade social. A formulação de propostas de bases para um projeto de remodelação do serviço de TV a cabo exige bem mais do que o contido no Relatório. Este, portanto, é mesmo uma hipótese inicial para subsidiar o debate. Só há uma definição estratégica irrenunciável na formulação do relatório: a definição de que se pretende combinar a expansão do mercado com a ampliação da utilidade social do serviço.

7) Investimentos públicos no desenvolvimento da TV a cabo:

Tal como está esboçado no Relatório, os investimentos públicos indicados referem-se à renúncia fiscal prevista no sistema de Vale TV,

de forma análoga ao que ocorre com os consagrados Vale-Alimentação e Vale-Transporte. No caso do sistema de subsídios esboçados para estimular o desenvolvimento do serviço de TV a cabo, tal iniciativa não deveria ser considerada apenas como um dispêndio, da parte do Poder Executivo, mas como um investimento, dado que a remodelação esboçada corresponde à ativação de um mercado que envolverá não só as operadoras, com o crescimento do número de assinantes, mas também produção industrial e produção audiovisual nacional, em larga escala. O desenvolvimento do serviço de TV a cabo, portanto, prevê importantes resultados na geração de emprego e renda.

8) A remodelação esboçada é orientada para os segmentos de baixa renda?

A remodelação do serviço de TV a cabo esboçada no Relatório tem a finalidade de possibilitar que todos os domicílios com condições técnicas para receber o serviço tenham condição de fazê-lo, independentemente das suas possibilidades econômicas. A expansão pretendida, portanto, não se orienta especificamente para os segmentos de baixa renda da população, procurando tornar o serviço acessível para os cidadãos de todos os segmentos sociais que desejarem deste dispor. .

9) Porque não cogitar, além do Vale TV, um Vale Livro, um Vale Revista, um Vale Alimentos, ou um Vale Farmácia?

As atividades do GT da TV a cabo concentraram-se neste serviço. Buscar alternativas para o desenvolvimento deste serviço, com a ampliação da sua utilidade social, foi a orientação específica do GT. Não se cogitou, portanto, em medidas voltadas para a promoção do desenvolvimento de outros segmentos da comunicação social ou de outras modalidades de produção cultural.. Neste sentido, a possibilidade de ampliar os meios de incentivo a outros segmentos, inclusive através até da possibilidade de desenvolvimento de um sistema de Vale Cultura – com utilização voltada para custear inúmeros produtos e serviços culturais – pode ser cogitada, além de eventuais implementações de subsídios específicos para determinados segmentos. Trata-se de algo que merece ser debatido, não só na continuidade dos debates sobre o segmento de TV a cabo, mas como um debate ampliado a ser promovido pelo CCS.

10) É inadequado que o projeto de desenvolvimento da TV a cabo beneficie apenas os cidadãos empregados, tal como ocorre na hipótese esboçada.

O sistema de Vale TV, esboçado na hipótese contida no Relatório, o deixaria acessível, de fato, aos cidadãos empregados. Medidas para permitir a viabilização do acesso ao serviço mesmo por cidadãos desempregados, portanto, seriam bem recebidas, por permitirem a mais ampla condição de acesso dos cidadãos ao serviço.

Aos membros da Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002; Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador; Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social); Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo); Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002 e Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002

Proposta do Conselheiro Daniel Herz:

Proponho a realização, para retomada das atividades da Comissão, de uma tele-reunião, no próximo dia 11/12, quinta, ou no dia 12/12, sexta, no horário que for mais conveniente para o conjunto dos membros.

Proposta inicial: Dia 11/12, das 17 às 18h30.

Favor confirmar dia e horário junto à Secretaria do CCS.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Dr. Jayme, o senhor pediu a palavra?

Concedo-lhe a palavra, por favor.

O SR. JAYME SIROTSKY (Representante da sociedade civil) – Em cada reunião de que participamos, acompanhamos essas discussões, apreendemos alguns comentários. Notei, ao longo da nossa discussão de hoje, posições que realmente precisam ser mais acaladamente debatidas.

Quando falamos em telecomunicações e radiodifusão, o Presidente externou o seu entendimento de que o que importava era a capacidade de transmitir conteúdo, mas permito-me discordar, e bastante, pois

este foi um dos cuidados que, durante a elaboração da Constituição de 1988, se teve, exatamente porque havia uma limitação até mesmo para a propriedade de quem exercitava a operação de comunicação social. Se isso fosse verdade, Presidente, com todo respeito, não precisaríamos estar discutindo a propriedade de 100% de cabo ou de radiodifusão, porque, hoje, as empresas de telecomunicações têm a capacidade de ser proprietárias de ampla maioria do capital acionista, o capital votante. Então, penso que isso, desde logo, nos coloca numa condição diferenciada.

E da sua visão interessante, espicaçante, de que um programa que é transmitido às 7h15min, numa TV aberta, deixa de ser conteúdo quando passa para a TV a cabo, também me permito discordar. A operadora de TV a cabo é aquela capaz de oferecer os condutos para quantos produtores de conteúdo desejem nela trafegar. E há os produtores de origem internacional, que lá estão e são muitos, os de origem nacional, que lá estão e são vários – não tantos quanto desejaríamos, mas são vários -, já organizados, os de conteúdo local que já existem também, em menor quantidade ainda, e a proliferação de um novo produtor de conteúdo, que é o poder institucional.

De lá para cá, já surgiram a TV Câmara, a TV Senado, a TV Justiça, a TV Assembléia em cada um dos Estados, as TVs das Câmaras de Vereadores em muitos Municípios, as televisões que são operadas comunitariamente por universidades ou outras comunidades, como acontece em algumas cidades do Rio Grande do Sul e, possivelmente, em outras de outros Estados. E agora ainda mais se vê que alguns desses canais querem ser transformados em canais abertos. E o que há por trás disso?

Há, por um lado, o desejo legítimo de informar melhor a sociedade das ações dos poderes institucionais. Mas, por outro, há também – e nós na sociedade estamos pagando por isso – um custo agregado a cada um desses serviços. Nada disso é de graça. Quando o Senado deseja ter uma televisão – e ela está aqui dando cobertura a este conselho – há custos por trás disso, como têm as da Câmara.

Se isto for para a televisão aberta, que custos adicionais pagará a sociedade? Que sistema de televisão ou que sistema de comunicações precisamos ou queremos? Para onde estamos indo com as novas tecnologias?

Discutimos aqui, o senhor mesmo trouxe à discussão o seu arrazoado muito bem consubstanciado, que existem novos campos de informação que sequer conhecemos bem, que estamos tateando. O senhor trouxe aí uma tecnologia nova, que um dos fabricantes de receptores de televisão está oferecendo e que

em outros tantos mercados são variáveis diferentes e que não sabemos muito bem como se compatibilizarão com estas propostas que estão sendo discutidas neste Conselho.

O que se está querendo num sistema de transmissão por satélite é apenas o acesso de download pela sociedade brasileira ou se pretende a interatividade? Em que é preciso também upload e para este não existe, até agora, uma solução barata, que não a que utilize os conhecimentos técnicos que aí estão disseminados.

As informações de que alguns dos nossos órgãos do Executivo estão trabalhando no sentido de oferecer à rede de escolas estas possibilidades, estas são legítimas, meritórias, acho que todos nós devemos inclusive prestigiar. Será um custo baixo para a nossa sociedade se pudermos oferecer e até lembro aqui que quando nós operávamos um sistema de televisão a cabo no Rio Grande do Sul – coisa que já não fazemos há três anos -, no começo da nossa operação oferecemos à rede de escolas públicas, de todas as localidades onde operássemos, o acesso gratuito ao sistema de televisão a cabo que nós operávamos, dentro de uma visão minimamente social e que qualquer um dos operadores dos nossos serviços precisa ter.

Então, vemos elementos que de uma ou de outra forma são pertinentes a este conjunto de discussões e que voltam, inclusive, aqueles outros que falávamos originariamente, no início das nossas discussões, de concentração e propriedade cruzada.

É evidente que quando o senhor traz a exemplo o fato de que numa localidade do seu Estado de Pernambuco existem quatro concessões de emissoras de rádio e uma televisão que pertencem a uma só família, há nisso uma distorção contundente que devemos debitar a que, Presidente? Devemos debitar a um sistema de distribuição de concessões que era absolutamente poluído, para não usar um outro adjetivo mais contundente, e que diz respeito, inclusive, a uma visão de relação com a sociedade que não é igual, que não é homogênea em todo o País.

O senhor sabe tão bem quanto eu que, de uma certa parte do nosso País até o Sul, existe um outro processo de distribuição, com uma participação muito pouco relevante, se é que ela existe. Eu lhe asseguro, por exemplo, que nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina são raríssimas as exceções de canais de radiodifusão, seja de rádios ou de televisão, que são de propriedade de políticos. Poucos empresários os operam. Eles são operados por operadores de comunicação. Nós não temos aqui zonas de preto e branco. Existe muito gris, existe muito cinza a ser discutido. É por isso que eu acho que essas nossas

discussões têm que perde o máximo possível a coloração corporativa. Nós estamos aqui para discutir com amplitude os problemas de interesse da sociedade brasileira e não dessa ou daquela corporação.

Eu me refiro a um outro momento que foi colocado de discussão de financiamento aos meios de comunicação. É fato notório, é fato conhecido que existem muitos grupos no País que estão com dificuldades financeiras. As entidades associativas de rádio, de televisão, de jornal e de revistas abertamente procuraram o Banco de Desenvolvimento Econômico para propor uma revisão do acesso dessas empresas às linhas de capital mais longo.

Faço aqui um parêntese, referindo-me à minha empresa. Na nossa empresa não temos nenhuma definição se utilizaremos ou não essas linhas. Asseguro que em inúmeros momentos do nosso passado fomos intensamente prejudicados por não termos acesso. Isso aconteceu no momento em que procurávamos comprar novas rotativas, renovar os equipamentos de uma emissora de televisão ou de rádio, sedimentando e profissionalizando mais. Isso nos permitiu chegar hoje ao que somos, com cerca de 4.300 profissionais que operam dignamente as emissoras que fazem parte do nosso grupo.

Assim, são facetas que precisam ser discutidas e analisadas com avaliações pertinentes. Quando se fala, como a Assumpção ou o Geraldo, sobre a problemática da produção nacional, da produção regional, da produção local e agora agregada aí a produção independente, verificamos que há condições que não se resolvem com uma canetada. São realidades absolutamente diferenciadas, brutalmente heterogêneas. Numa cidade no interior do seu Estado, as condições de suportar qualquer uma dessas programações serão completamente diferentes do que na capital de qualquer um dos nossos Estados.

Agradeço a V. S^a, Sr. Presidente, pela oportunidade que me deu de fazer esses comentários. Creio que a proposta do Conselheiro Alberto é interessante no sentido de que façamos uma nova revisão, uma conceituação, uma apuração de autocrítica inclusive do que temos feito. Precisamos fazer isso descobertos de visões corporativas que nos colocam sempre atrelados a uma visão menor; com essa visão que é ativa, sim, com vistas ao futuro e cada vez menos ligada a interesses menores ou de facções.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Jayme Sirotsky pelas suas palavras. Já o estou censurando porque não podia ter ficado ausente dos debates que vimos tendo durante todo esse tempo.

Concordo com muito pouca coisa do que disse, mas por elegância, na última reunião do ano, fica só o registro. Depois o senhor vai explicar por que 7h15min é televisão e às 9h é telecomunicação. Esse esclarecimento o senhor fica devendo.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Na última reunião do Conselho, foi-me passada uma correspondência da Associação de Antenistas do Rio que se refere a serviços de distribuição de sinais de TV aberta por cabo. Não vou me alongar. Creio que esse assunto não tem muito a ver com TV digital, como inicialmente parecia, mas tem tudo a ver com a Comissão de TV a cabo, para a qual vou encaminhar esse assunto, pois se relaciona com o que acabamos de discutir aqui.

Registro é que tivemos, nesse último mês, uma novidade em relação à TV digital no Brasil. Foi um decreto, assinado pelo Presidente da República, criando oficialmente o Sistema Brasileiro de TV Digital. Esse decreto institui várias comissões de discussão, um comitê de desenvolvimento, um comitê consultivo e um grupo gestor para desenvolver o sistema.

Para ser breve, gostaria de mencionar o que considero importante nesse decreto e verificar que tipo de ação o Conselho pode ter, porque ele exclui basicamente das discussões entidades fundamentais nesse processo, como a Abert, as emissoras de televisão e a Eletros, que são as empresas de consumo que vão produzir os aparelhos. Então, as duas pontas do processo, quem vai gerar conteúdo e quem vai fornecer equipamentos para o consumidor, estão excluídas do processo de discussão.

É claro que o Conselho de Comunicação Social não é mencionado aqui, nem existe aparentemente, pelo texto do decreto, abertura para entidades como o Conselho, como a Abert, a Abratel ou a Eletros. Ou seja, quem gera conteúdo não está incluído e quem produz equipamentos de consumo, as duas pontas, no fundo, estão excluídas do processo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselho havia decidido que oficiaria a Anatel e ao Ministério das Comunicações. Acabo de vir do Ministério da Educação, que também lamenta não estar participando disso. A intenção era redigir um texto encarecendo uma atitude mais democrática nesse debate.

Como V. Sª pediu a palavra, encareço-lhe a, por favor, redigir o texto-base e me enviar por meio eletrônico ou à Secretaria do Conselho, que me repassará o texto básico do ofício, já com as observações ao texto legal. Eu o transformarei em ofício e darei ciência ao Ministério das Comunicações. Mandarei cópia do

Ministério à Anatel, para que ela se deleite com isso. Conselheiro Roberto Wagner, agora estamos correndo contra o tempo.

É o seguinte, na íntegra, o Decreto presidencial referido:

**DECRETO Nº 4.901,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2003**

Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea a, da Constituição,

Decreta :

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Televisão Digital SBTVD, que tem por finalidade alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

I promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;

II propiciar a criação de rede universal de educação à distância;

III estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia de informação e comunicação;

IV planejar o processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda;

V viabilizar a transição do sistema analógico para o digital, possibilitando às concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, se necessário, o uso de faixa adicional de radiofrequência, observada a legislação específica;

VI estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital, conforme legislação específica;

VII estabelecer ações e modelos de negócios para a televisão digital adequados à realidade econômica e empresarial do País;

VIII aperfeiçoar o uso do espectro de radiofrequências;

IX contribuir para a convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicações;

X aprimorar a qualidade de áudio, vídeo e serviços, consideradas as atuais condições do parque instalado de receptores no Brasil; e

XI incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

Art. 2º O SBTVD será composto por um Comitê de Desenvolvimento, vinculado à Presidência da República, por um Comitê Consultivo e por um Grupo Gestor.

Art. 3º Ao Comitê de Desenvolvimento do SBTVD compete:

I fixar critérios e condições para a escolha das pesquisas e dos projetos a serem realizados para o desenvolvimento do SBTVD, bem como de seus participantes;

II estabelecer as diretrizes e estratégias para a implementação da tecnologia digital no serviço de radiodifusão de sons e imagens;

III definir estratégias, planejar as ações necessárias e aprovar planos de aplicação para a condução da pesquisa e o desenvolvimento do SBTVD;

IV controlar e acompanhar as ações e o desenvolvimento das pesquisas e dos projetos em tecnologias aplicáveis à televisão digital;

V supervisionar os trabalhos do Grupo Gestor;

VI decidir sobre as propostas de desenvolvimento do SBTVD;

VII fixar as diretrizes básicas para o adequado estabelecimento de modelos de negócios de televisão digital; e

VIII apresentar relatório contendo propostas referentes:

a) à definição do modelo de referência do sistema brasileiro de televisão digital;

b) ao padrão de televisão digital a ser adotado no País;

c) à forma de exploração do serviço de televisão digital; e

d) ao período e modelo de transição do sistema analógico para o digital.

Parágrafo único. O prazo para a apresentação do relatório a que se refere o inciso VIII deste artigo fica fixado em doze meses, a contar da instalação do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art. 4º O Comitê de Desenvolvimento do SBTVD será composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos:

I Ministério das Comunicações, que o presidirá;

II Casa Civil da Presidência da República;

III Ministério da Ciência e Tecnologia;

IV Ministério da Cultura;

V Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VI Ministério da Educação;

VII Ministério da Fazenda;

VIII Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IX Ministério das Relações Exteriores; e

X Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

§ 1º Os membros do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a X deste artigo e designados pelo Ministro de Estado das Comunicações.

§ 2º Os membros do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, por seus respectivos suplentes, por eles indicados, e designados pelo Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 5º O Comitê Consultivo tem por finalidade propor as ações e as diretrizes fundamentais relativas ao SBTVD e será integrado por representantes de entidades que desenvolvam atividades relacionadas à tecnologia de televisão digital.

§ 1º Os membros do Comitê Consultivo serão designados pelo Ministro de Estado das Comunicações, por indicação das entidades referidas no caput deste artigo, de acordo com critérios a serem estabelecidos pelo Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

§ 2º O Comitê Consultivo será presidido pelo Presidente do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art. 6º Compete ao Grupo Gestor a execução das ações relativas à gestão operacional e administrativa voltadas para o cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art. 7º O Grupo Gestor será integrado por um representante, titular e respectivo suplente, de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I Ministério das Comunicações, que o coordenará;

II Casa Civil da Presidência da República;

III Ministério da Ciência e Tecnologia;

IV Ministério da Cultura;

V Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VI Ministério da Educação;

VII do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;

VIII da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL; e

IX Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

§ 1º Os membros do Grupo Gestor serão indicados pelos titulares de seus respectivos órgãos e designados pelo Ministro de Estado das Comunicações, no prazo de quinze dias a contar da data de publicação deste Decreto.

§ 2º O coordenador do Grupo Gestor poderá instituir comissões e grupos técnicos com a finalidade de desenvolver atividades específicas em cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Decreto.

Art. 8º Para o desempenho das atividades a que se refere o art. 6º deste Decreto, o Grupo Gestor poderá dispor do apoio técnico e administrativo, entre outros, das seguintes entidades:

I Financiadora de Estudos e Projetos FINEP; e

II Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD.

Art. 9º Para os fins do disposto neste Decreto, o SBTVD poderá ser financiado com recursos provenientes do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, ou ainda, por outras fontes de recursos públicos ou privados, cujos planos de aplicação serão aprovados pelo Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Miro Teixeira
– José Dirceu de Oliveira e Silva .

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Gostaria, quando a redação estivesse pronta e antes que fosse enviada, de ter acesso a esse ofício.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro, entre em contato com o Conselheiro Bittencourt, de tal maneira que o texto já venha com suas observações, por favor.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – E também de me solidarizar com as palavras do Conselheiro Sirotsky. Penso exatamente como ele, que, com muita competência, expôs o nosso ponto de vista.

Encerro, Sr. Presidente, dando notícia de que, nos Estados Unidos, um fornecedor de rádio digital fechou um contrato com as montadoras americanas. Então, a partir de 2004, os carros da Ford, da General Motors, enfim, daquelas montadoras grandes americanas, virão de fábrica com rádio digital que vai captar em torno de duzentos canais. Isso quer dizer que as rádios brasileiras... Se não tivermos um mínimo de controle, daqui a cinco anos, não vai existir uma rádio nossa no Brasil. Por quê? Porque já terão vindo dos Estados Unidos rádios digitais que receberão por satélite. Quer dizer, a colonização no nosso País será algo brutal, porque o sujeito vai comprar um carro que já vem com um rádio de 200 canais. A lavagem cerebral no Brasil será um negócio violento.

Essa é a razão pela qual, como represento as televisões aqui no Conselho, sou totalmente contra a manobra que está sendo feita ou no Ministério, ou na Anatel, enfim, de uma forma direta ou indireta, permitindo que as telecomunicações, empresas de telefone, coisas desse tipo, comecem a montar televisões paralelas sem entrar disputa, que é onerosa, mantendo o nosso conteúdo.

O Conselho não pode se furtar de examinar esse assunto devido à sua importância, Sr. Presidente.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, fui citada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de passar a palavra a V. Sª, vou dizer exatamente o ponto que me incomoda, porque V. Sª endossou todos.

A minha convicção é que o Conselho tem se posicionado em todas as questões com absoluto espírito público. Realmente não consigo perceber nenhuma votação nossa em que interesse corporativo tenha se afirmado, até porque temos buscado trabalhar com convergência. Só houve uma votação que não conseguimos fazer por unanimidade. Foi uma em que o Conselheiro Paulito, apesar de incorporarmos todas as suas ponderações, na hora, votou contra um parecer que já havia incorporado as sugestões dele.

Com exceção dessa posição solitária, Dr. Jayme, o senhor não tem vindo, mas 100% das nossas votações foram por unanimidade. É difícil conceber como corporativa uma votação que recebe o apoio dos segmentos que representam os proprietários de televisão, os trabalhadores e a sociedade civil sem votos divergentes.

Então vem o Roberto Wagner e concorda com V. Sª integralmente. Quero explicitar minha divergência. V. Sª não tem tido tempo de acompanhar mais de perto, mas vou tentar demovê-lo dessa impressão. O senhor verá que, participando dos próximos debates, terá uma impressão melhor do nosso Conselho.

Passo a palavra a Conselheira Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Na verdade, eu também queria falar um pouco porque fui citada.

Queria dizer que essa nossa luta pela produção independente na TV brasileira faz parte da Constituição, portanto não vejo como uma corporação tenha conseguido influir na Constituição para ter lá uma defesa do item que estou defendendo aqui.

Em segundo lugar, com relação à questão da regionalidade, além desse mesmo argumento, ela

também está prevista na Constituição, portanto seria a corporação da Constituição Brasileira, o que, para mim, é igual à ação.

Recentemente, conseguimos alterar a reforma tributária naquilo que quebrava o direito dos estados ao seu incentivo à cultura. Por quê? Porque a sociedade brasileira de movimentou de em todos os estados. E tive a oportunidade de verificar isso, porque fui designada para defender essa questão da regionalização, o direito ao incentivo regional, que estava sendo decapitado na reforma tributária, projeto esse que tinha ordens expressas do Governo de não se mexer numa vírgula.

No entanto, em audiência pública no Senado, interpretando o desejo dos estados, das regiões, terem, sim, a programação cultural, regional e audiovisual regional, conseguimos demover o Senado de tal forma que o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, fez, a propósito dessa discussão em audiência pública, a modificação desse item e está garantido o direito dos estados à promoção da cultura e do audiovisual regional.

Portanto, gostaria de deixar registrado que esse corporativismo se chama corporativismo da nação brasileira. E vou defendê-lo aqui em todas as oportunidades que tiver. Não tem nada a ver com nenhum corporativismo particular; é o desejo da nação. Estou aqui para defender a sociedade civil brasileira naquilo que diz respeito à área da comunicação e da cultura.

Era só isso que eu queria deixar registrado. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre carregadas de espírito público da Conselheira Assumpção Hernandez.

Pergunto se algum Conselheiro tem mais alguma observação a fazer. (Pausa)

Não havendo, pergunto se alguém da sociedade civil deseja fazer uso da palavra. (Pausa)

Não havendo, tenho a honra de transferir a palavra ao Dr. Jayme Sirotsky para as palavras finais e encerramento desta reunião.

O SR. JAYME SIROTSKY (Representante da sociedade civil) – O Presidente, na verdade, me transfere uma honra. Creio que ele está, ao mesmo tempo, me dando um pito pela minha ausência muito frequente, mas eu fico muito honrado, Sr. Presidente. Agradeço.

Vejo que os debates, obviamente, continuam a ser extremamente positivos e entendo que uma revisão autocrítica que nós nos propusemos a fazer aqui, conforme as sábias palavras do nosso Alberto Dines, nos ajudará a caminhar ainda melhor no ano que vem.

Como se trata da última reunião deste ano, eu queria me penitenciar pela ausência, justificada sempre por problemas de conflito de calendário que eu não tive como conciliar e que me levam com frequência, ainda, para fora do País.

Entendo que estamos paulatinamente construindo uma ação da nossa sociedade no sentido da melhoria das nossas relações e com uma visão para o futuro cada vez melhor.

Agradeço a oportunidade que me é dada pelo meu Presidente, que termina o ano, pelos problemas que nós lhe transferimos, extremamente adelgado. É uma demonstração do seu patriotismo, o que faz com que nos sintamos rejuvenescidos, ao constatar que o nosso Presidente fica mais jovem.

Espero que no ano que vem tenhamos condições melhores ainda de prestarmos a nossa colaboração, que é o que nós todos queremos, para a melhoria da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Eu só queria lembrar aos Conselheiros que na primeira reunião do ano, na segunda-feira da semana pré-carnavalesca, haverá a conferência da concentração e a reflexão de Alberto Dines. A primeira reunião ordinária será na primeira segunda-feira do mês de março, quando teremos que aprovar uma pauta grande. A primeira reunião será no dia 16 de fevereiro, e a primeira reunião ordinária será no dia 1º março, que é a primeira segunda-feira depois do Carnaval.

As reuniões ordinárias são todas nas primeiras segundas-feiras do mês, mas estou cogitando que, para limpar a pauta, provavelmente teremos que realizar, no mês de março, uma reunião extraordinária, talvez no dia 19 de março. Dia 21 será feriado, mas, a princípio, no dia 19 estaríamos presentes aqui.

Desejo um bom Natal e um Ano-Novo esplendoroso para todos nós.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h30.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS		PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral:** 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003**Presidente:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**¹³**Vice-Presidente:** Senador **DEMÓSTENES TORRES**²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).



EDIÇÃO DE HOJE: 174 PÁGINAS